
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PSICOLOGIA, FORMAS DE GOVERNO E FORMAÇÃO:
narrativas e(m) travessias**

RAFAEL CHRISTOFOLETTI

Dezembro - 2017

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PSICOLOGIA, FORMAS DE GOVERNO E FORMAÇÃO:
narrativas e(m) travessias

RAFAEL CHRISTOFOLETTI

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Dezembro - 2017

150
C556p

Christofolletti, Rafael

Psicologia, formas de governo e formação : narrativas
e(m) travessias / Rafael Christofolletti. - Rio Claro, 2017
233 f. : il., figs., fots.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro

Orientador: César Donizetti Pereira Leite

1. Psicologia. 2. Formas de governo. 3. Formação. 4.
Movimentos sociais. 5. Militância. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Rio Claro



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: PSICOLOGIA, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO: para além do compromisso social

AUTOR: RAFAEL CHRISTOFOLETTI

ORIENTADOR: CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr.  CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE

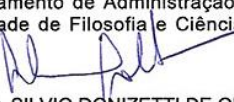
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. ADRIANA MARCONDES MACHADO

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade / Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo / SP

Prof. Dr. PEDRO ANGELO PAGNI

Departamento de Administração e Supervisão Escolar e Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Câmpus de Marília

Prof. Dr.  SILVIO DONIZETTI DE OLIVEIRA GALLO

Departamento de Filosofia e História da Educação / Universidade Estadual de Campinas / SP

Profa. Dra. ROSIMERI DE OLIVEIRA DIAS

Departamento de Educação / Faculdade de Formação de Professores - Universidade Estadual do Rio de Janeiro / RJ

Rio Claro, 20 de dezembro de 2017

Título alterado para: **PSICOLOGIA, FORMAS DE GOVERNO E FORMAÇÃO: narrativas e(m) travessias.**

Instituto de Biociências - Câmpus de Rio Claro -
Av. 24-A no. 1515, 13506900, Rio Claro - São Paulo
nuicNPJ: 48.031.918/0018-72.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio irrestrito nos mais diversos momentos da minha vida.

À UNESP pelos mais de 15 anos de caminhada universitária pelos campi de Assis, Araraquara e Rio Claro.

Ao Imago pelos ricos, calorosos e afetuosos momentos de discussão, problematização e construção coletiva.

Ao César Leite por estar sempre aberto e disponível para construir as paradas junto!

RESUMO

A psicologia brasileira passou por grandes transformações desde a sua regulamentação na década de 1960. Inicialmente voltada à diferenciação e categorização de crianças e trabalhadores (modelo clínico tradicional liberal), a psicologia passa a assumir um compromisso social diante da realidade na qual está inserida atuando de maneira ativa no campo das políticas públicas. O presente trabalho busca investigar esse deslocamento a partir de autores como Michel Foucault e Félix Guattari em um contexto de governamentalidade e de deterioração dos modos de vida. Para tal, empreende-se uma travessia investigativa a partir de um jogo compositivo de 09 textos constituídos por fragmentos teóricos, musicais, poéticos, imagéticos, dialógicos e de relatos de experiências no campo das políticas públicas e em movimentos sociais. Nesse percurso a questão da política e da militância emergem como elementos importantes da prática psi.

Palavras-chave: Psicologia. Formas de governo. Formação. Movimentos sociais. Militância.

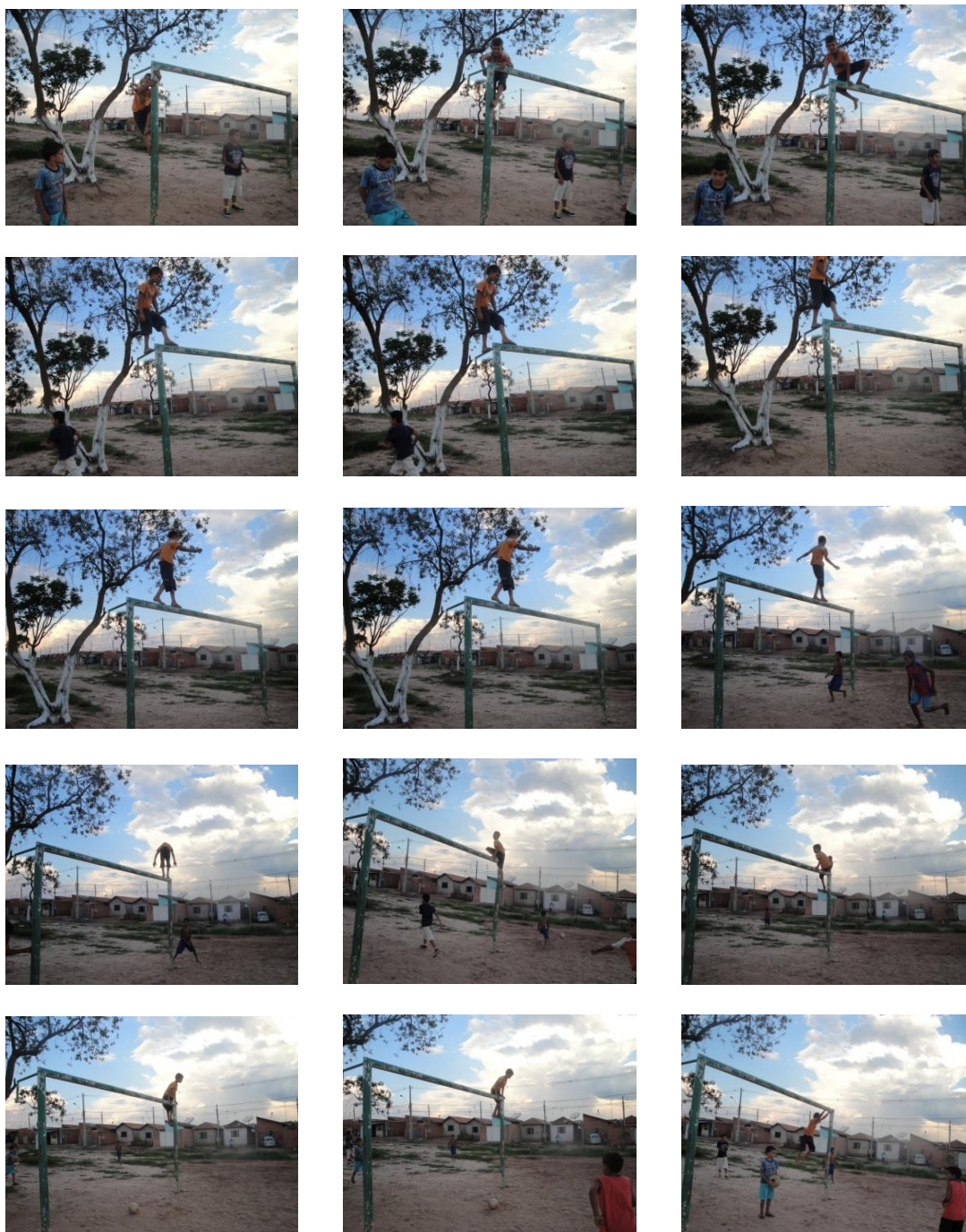
ABSTRACT

Brazilian psychology underwent major transformations since its regulation in the 1960s. Primordially focused on the differentiation and categorization of children and workers, psychology began to assume a social commitment acting in the issue of public policies. The present study seeks to investigate the maladjustment between authors such as Michel Foucault and Félix Guattari in a context of governmentality and deterioration of ways of life. To do so, a research journey was undertaken based on a compositional set of 09 texts consisting of theoretical, musical, poetic, imagery, dialogic fragments and reports of experiences in the field of public policies and social movements. In this way, politics and militancy issues emerge as important elements of psychology practices.

Keywords: Psychology. Governmentality. Formation. Social movements. Militancy.

SUMÁRIO

1. PSICOLOGIA: ensaio, experiência e militância	9
2. PSICOLOGIA, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO	14
3. PSICOLOGIA E MOVIMENTO ESTUDANTIL	20
4. PSICOLOGIA E O CAMPO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	38
5. PSICOLOGIA, ENTIDADES DE CLASSE E O COMPROMISSO SOCIAL: a questão de subjetividade	48
6. PSICOLOGIA, LOUCURA E PODER PSIQUIÁTRICO	65
7. PSICOLOGIA, PRISÃO E PODER DISCIPLINAR	107
8. PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO	138
9. PSICOLOGIA, ECONOMIA E GOVERNO	164
10. PSICOLOGIA, SAÚDE MENTAL E A LUTA ANTIMANICOMIAL	198
11. TRAVESSIA INVESTIGATIVA: questionamentos e aberturas	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226



TRAVE E CIA.

O homem é corda estendida entre o animal e o Super-homem: uma corda sobre um abismo; perigosa travessia, perigoso caminhar; perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar. O que é de grande valor no homem é ele ser uma ponte e não um fim; o que se pode amar no homem é ele ser uma passagem e um **acabamento**. (NIETZSCHE, 1999, p. 27)

[...] que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. (BARROS, 2003)

1. PSICOLOGIA: ensaio, experiência e militância

Autores como Foucault (2004), Deleuze (2008) e Guattari (2000) constatarem mudanças significativas na sociedade e nos modos de viver nas últimas décadas. Essas mudanças são apontadas por Foucault (2004), por exemplo, como da ordem de deslocamento do foco nos corpos para as populações (da disciplina para o governo) que têm produzido não apenas uma sociedade mais desigual em termos macro, mas uma capilarização do capital no âmbito da própria subjetividade, conforme aponta Guattari (2000). Há um entranhamento cada vez maior do capital nos extratos subjetivos, o que tem como consequência uma deterioração dos modos de viver em sociedade.

Como psicólogo, atuei por alguns anos com políticas públicas e em movimentos sociais, o que tem me mobilizado a pensar sobre tais transformações no campo da Psicologia. A promulgação da Constituição de 1988¹ é um marco importante no processo de redemocratização do país e no campo *psi*, por abrir novas possibilidades para uma atuação mais protagonista da psicologia. Diante de uma sociedade injusta e desigual, balizada por uma “Constituição Cidadã” que prescreve a importância da defesa e promoção do “exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”, guiados por princípios fundamentais como a cidadania, a inclusão e a diversidade, a Psicologia se vê convocada a atuar no campo social, nas políticas públicas.

A regulamentação da Psicologia no Brasil data de 1962², mas já estava presente na realidade brasileira antes disso. Ainda no século XVIII, a Faculdade de Medicina na Bahia já congregava estudos de temas psicológicos e, nos séculos seguintes, sua forte ligação com a Medicina e perspectivas higienistas na saúde e na educação garantiram maior presença no cenário nacional. Contudo, é apenas a partir da década de 1970 que a Psicologia passa a sustentar uma postura mais crítica e preocupada com a realidade do país. Isso ocorre em

¹ Importante destacar que se pode perceber a assunção dessa perspectiva crítica em diversos campos de conhecimentos, como a Educação, que assume esse compromisso pela transformação da realidade.

² A partir da Lei nº 4.119, instaura-se o reconhecimento oficial da profissão de psicólogo, estabelecendo-se um currículo mínimo para os cursos de psicologia (cf. SOARES, 2010).

um contexto de maior questionamento sobre a profissão, da luta pela redemocratização do país, do movimento sanitarista, da inserção de psicólogos na área da saúde mental, do surgimento dos estágios de Psicologia Comunitária nas universidades e do movimento da luta antimanicomial³.

Esse movimento desemboca no desenvolvimento de um projeto específico para a profissão: o projeto do compromisso social. A psicologia começa a ser compreendida como agente de transformação da sociedade na luta por condições dignas de vida para a garantia dos direitos humanos.

Em geral, os estudos críticos no campo de estudo da História da Psicologia no Brasil relacionam a Psicologia a seu contexto histórico e buscam apontar de que forma as principais características dessa ciência e profissão expressam respostas a demandas produzidas historicamente. Tais análises apontam não apenas às contradições existentes na psicologia, mas ao caráter *ideológico* de suas produções e compromissos que expressam, como afirmam Antunes (1999), Bock (1999; 2001; 2003), Contini (1998), Furtado (1998), Gozalez-Rey (2003), Lane (1995; 1996), Silva (2003) etc.

Partindo desse caráter ideológico apontado por grande parte dos autores da História da Psicologia brasileira, o presente trabalho busca problematizar a Psicologia, as concepções e práticas psi e, sobretudo, as formas de governo a partir de experiências formativas e profissionais. Para tal, utilizam-se as obras de autores como Michel Foucault (1975; 1999; 2004; 2006; 2008a; 2008b; 2012; 2014; 2017) e Félix Guattari (1986; 2000; 2008).

Foucault (1999; 2004; 2006; 2008b; 2012; 2014), em suas investigações, centrou seus estudos nos mecanismos disciplinares (em como determinadas técnicas procuravam disciplinar e controlar a multiplicidade dos homens, de maneira a produzir corpos individuais que deveriam ser vigiados, utilizados e por vezes corrigidos), assim como nas transformações no modo de exercício desse poder⁴: uma nova tecnologia de poder responsável pela gestão da vida

³ Cf. “A psicologia no Brasil”. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002>.

⁴ Sua obra *Vigiar e Punir* (2006) é fruto de uma série de investigações realizadas na primeira parte da década de 1970. Encontramos diversos cursos ministrados pelo autor no Collège de France que corroboram de maneira importante para esse projeto de discussão sobre o poder (e

que, por meio de um conjunto de práticas estatais, busca exercer o controle sobre os indivíduos e as populações.

Já Guattari (2008), ao trazer sua preocupação em relação ao processo de deterioração dos modos de vida humanos, problematiza a relação da subjetividade com a sua exterioridade, em uma perspectiva de valorização das atividades humanas centrada no mercado mundial. O autor chega a acenar para uma saída a partir de uma articulação ético-política entre o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana.

Nesse contexto, a estratégia adotada/escolhida foi a de pensar tais questões a partir de experiências do pesquisador no campo psi, desde a graduação, junto ao movimento estudantil, a conselhos de universidade, estágios, até, mais recentemente, como psicólogo formado, atuando no campo das políticas públicas (no sistema prisional e da saúde mental), assim como junto ao movimento da luta antimanicomial e sindical.

Pretende-se questionar a assunção desse compromisso social da psicologia nos últimos anos e investigar até que ponto essa perspectiva de compreensão de transformação da sociedade não se configura como uma nova forma de governo da conduta dos homens, na medida em que traz uma visão de mundo e propostas idealizadas e pré-determinadas. Isso é algo complicado, difícil e delicado de se realizar hoje, em tempos de quebra da ordem democrática no Brasil e todos os seus efeitos decorrentes, mas ainda assim uma discussão necessária a ser realizada. Essa travessia junto às políticas públicas e aos movimentos sociais traz questionamentos quanto a novas possibilidades de compreensão acerca de concepções e práticas do campo da psicologia e da própria ideia de política.

Gallo (2002) apresenta a ideia de professor profeta e professor militante. O primeiro se refere ao professor crítico, consciente das suas relações sociais e de seu papel político – alguém que a partir de sua crítica anuncia as possibilidades de um mundo novo. Já o segundo

[...] não necessariamente seria aquele que anuncia a possibilidade do novo, mas sim aquele que procura viver as situações e dentro dessas

a sociedade) disciplinar, como é o caso de “O poder psiquiátrico”, curso ministrado em 1973-74, que terá especial atenção no presente trabalho.

situações vividas produzir a possibilidade do novo. Nesse sentido, o professor seria aquele que procura viver a miséria do mundo, e procura viver a miséria de seus alunos, seja ela qual miséria for, porque necessariamente miséria não é apenas uma miséria econômica; temos miséria social, temos miséria cultural, temos miséria ética, miséria de valores [...] O professor militante seria aquele que, vivendo com os alunos o nível de miséria que esses alunos vivem, poderia, de dentro desse nível de miséria, de dentro dessas possibilidades, buscar construir coletivamente. (GALLO, 2002, p. 171)

Talvez possamos pensar em uma prática psi militante que não é aquela das políticas dos ministérios, secretarias, gabinetes, ou mesmo das cartilhas de referências de atuação para o profissional psicólogo, mas de uma militância que desterritorializa e que produz diferença; uma ação de trincheira, no cotidiano, na micropolítica, na ordem de uma cogestão da subjetividade que, por sua vez, também produz reverberações no âmbito macro; uma prática psi que se configure como uma experiência.

A despeito de ter sido tema recorrente de diferentes autores, a experiência é, em grande medida, negligenciada. Parto da perspectiva de compreensão da experiência como algo da ordem da reinvenção de si. Nesse sentido, o presente texto está organizado como um ensaio – uma espécie de ensaio-experiência –, com o intuito de possibilitar, como lembra Jay (2009) ao mencionar Foucault, mais que uma demonstração histórica, com provas verificáveis, uma experiência com o presente. Não se trata de algo da ordem do verdadeiro e do falso, mas de uma ficção construída a partir da experiência, pois, como novamente destaca Foucault, “O homem é um animal de experiência envolvido em um processo que, ao definir um campo de objetos, ao mesmo tempo o muda, deforma-o, transforma-o e transfigura-o como sujeito” (JAY, 2009, p. 452); um ensaio que se prova, se degusta, se experimenta.

Se um ensaio é uma forma de degustar, assim como frequentemente falamos (como ensaio de uma peça, ensaio de um espetáculo), no ensaio experimentamos aquilo que, não estando pronto, precisa passar por uma prova, para dele se dizer o que ainda falta. Assim, ensaiar não é outra coisa senão se colocar na infância, na infância dos estados da vida, das coisas. Apresentar um ensaio então seria como apresentar um texto infantil, infante, um texto-infância, um texto menor, um texto ainda por vir, um texto porvir, um texto ainda não pronto, um texto que ensaia, para que ele se experimente. (LEITE, 2011, p. 20)

Deleuze e Guattari (2008), em *O que é filosofia*, definem o conceito como multiplicidade composta por componentes que delimitam um contorno irregular. Os conceitos não são criados do nada, mas remetem a um problema (ou a problemas), têm uma história e possuem um devir que concerne a sua relação com conceitos situados no mesmo plano. Seus componentes são inseparáveis e definem uma consistência interna, mas igualmente possuem uma consistência externa com demais conceitos no momento em que sua criação implica a construção de uma ponte sobre o mesmo plano.

Não se busca aqui definir um conceito, mas dizer sobre a forma que se pretende operar nesse ensaio, que está organizado em 09 textos (acrescidos deste primeiro texto introdutório, e o último como um texto que se configura mais como uma “abertura para investigações futuras”, em função dos problemas aqui colocados, do que “conclusivo” propriamente dito). Assim, os textos apresentados são constituídos por fragmentos teóricos, musicais, poéticos, imagéticos, dialógicos, e de relatos de experiências no campo das políticas públicas e em movimentos sociais.

Composto por distintos e heterogêneos fragmentos – quiçá traços intensivos – os capítulos não objetivam uma apreensão geral nem particular, mas se constituem enquanto ordenadas intensivas/singularidades de maneira a delimitar um contorno e, por conseguinte, uma consistência interna que, ao se relacionar com os demais textos – com sua exterioridade –, também constitui uma espécie de exoconsistência.

2. PSICOLOGIA, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO: a questão da subjetividade

A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. Assim é também a força de um texto, uma se alguém o lê, outra se o transcreve. [...] Somente quem anda pela estrada experimenta de seu domínio e de como [...], ela faz sair, [...] a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas, assim como o chamado do comandante faz sair o soldados de uma fila. (BENJAMIN, 1995, p. 16)

Na minha trajetória acadêmico-profissional, a travessia que percorri não foi linear. Formado em Psicologia, trabalhei alguns anos no Sistema Prisional, outros tantos na Saúde Mental, passando pela pesquisa e docência universitária. Geralmente o que se vê no campo da psi são trajetórias profissionais pré-determinadas, com roteiros pré-determinados de formação e atuação profissional: seguem como uma escada, sem muita abertura para desvios. Parece-me, em grande medida, que tais trajetórias não encaram a prática profissional como uma experiência que pode produzir deslocamentos, transformações e abrir novos caminhos.

Cheguei à área da saúde mental um tanto por acaso. Trabalhando no CAPS, iniciei o mestrado em Educação e, em razão de uma oficina de cinema e do encontro com o grupo I-mago (laboratório da imagem, experiência e criação), pesquisei acerca do cinema, da educação e da saúde mental a partir de uma proposta de produção de imagens junto aos usuários de um dos CAPS onde trabalhei. Paralelamente, cursei Economia; na perspectiva de problematizar questões que atravessam essa área e a psicologia. Tal aposta abriu possibilidades de trabalho com economia solidária, economia ambiental (em projeto de neutralização de carbono desenvolvido em um serviço de saúde mental), e indagações sobre a semiótica econômica na produção da subjetividade. Já no doutorado, ao retomar tais experiências procuro produzir questionamentos e ressignificações acerca de práticas no campo psi e da psicologia brasileira na atualidade.

*

Diversos autores têm pensado a questão da experiência na modernidade. Fala-se em crise, em atrofia ou mesmo em processos de destruição da experiência (BENJAMIN, 1995). Jay (2009) constata que filósofos estruturalistas elevaram a experiência a uma categoria transcendental, compreendendo-a enquanto efeito da cultura e produto dos modos como os indivíduos se transformam em sujeitos pensantes, sensíveis e perceptivos em um contexto de trocas simbólicas a partir relações estruturadas.

Já Foucault, diz Jay (2009), apresenta uma relação curiosa com a experiência. Talvez a descontinuidade de seu pensamento em permanente processo de reinvenção seja um indicativo de sua relação não apenas no trato com diferentes temáticas, mas também no que tange a suas compreensões acerca da experiência. Em um primeiro momento de sua produção teórica, há um flerte com uma concepção fenomenológica ao centrar suas análises, por exemplo, nos aspectos representacionais da loucura em *A História da loucura* (2008a). Contudo, poucos anos depois, Foucault celebra a ideia de uma experiência do fora e declara uma veemente crítica a uma postura ideológica e interiorizada da experiência na qual o pensamento é visto a partir da contradição ou da expressão de um inconsciente. Sua perspectiva acerca da experiência se desloca para um discurso da transgressão do limite e de uma subjetividade quebradiça.

Em *O uso dos prazeres* (FOUCAULT, 2017) seu foco sobre o sujeito do saber o levou a buscar compreender como se constituía uma experiência na qual os indivíduos se reconheciam como sujeitos de uma sexualidade acessível a diversos campos de conhecimentos e que se vinculava a um sistema de regras. A experiência passa a ser vista não como estrutura oriunda de discursos ou de regras normativas, mas como algo que surge da relação destes com diferentes formas de subjetividade: a experiência como causa e não mais efeito do discurso da sexualidade na cultura ocidental.

Jay (2009) constata que o autor passa a compreender a experiência a partir do resultado de uma correlação cultural mais ampla entre saber, poder e

as formas de subjetividade. Em outras palavras, produz-se um deslocamento do sujeito para os processos de subjetivação, enquanto processo de reconhecimento no qual a experiência reflexiva desempenha um importante papel na autoconstituição: o sujeito compreendido como produto desse processo, e não uma substância a priori.

Essa tendência em apontar certa contradição no seu pensamento foucaultiano acerca da experiência (ora objetiva, no que se refere à correlação entre os discursos e os aparatos de poder, e ora subjetiva, de inspiração nietzschiana, da ordem de uma criação/destruição de si) desconsidera a potência revolucionária desse autor que se coloca a todo o momento em cheque, em processo de reinvenção de si. Alguém que acerca de sua própria experiência pessoal se declara antes experimentador que um teórico.

Em este sentido, me considero más um experimentador que um teórico, pues no desarrollo sistema deductivos para aplicarlos uniformemente a diferentes campos de investigación” Su inspiración, explico, provenía de pensadores que no eran filósofos en el sentido tradicional del término, en particular de Nietzsche, Bataille, Blanchot y Klossowski: “Lo que me sorprende y me fascina de ellos es el hecho de que no tuvieron el problema de constituir sistemas, sino de tener experiencias directas, personales. (JAY, 2009, p. 449)

Agamben (2005) nos chama a atenção não apenas para a atual destruição da experiência, mas para a própria impossibilidade de o homem vivenciá-la. Ao olharmos ao nosso redor, ao nosso cotidiano, vemos engarrafamentos, bombardeios de informações, manifestações contidas com violência – apenas eventos que não se tornam experiência:

Porque a experiência tem seu correlato não no conhecimento, mas na autoridade, ou seja, na palavra e no conto, e hoje ninguém mais parece dispor de autoridade suficiente para garantir uma experiência, e se dela dispõe, nem ao menos o aflora a ideia de fundamentar em uma experiência a própria autoridade. Ao contrário, o que caracteriza o tempo presente é que toda autoridade tem o seu fundamento no “inexperenciável”, e ninguém admitiria aceitar como válida uma autoridade cujo único título de legitimação fosse uma experiência. (A recusa das razões da experiência da parte dos movimentos juvenis é prova eloquente disso). (AGAMBEN, 2005, p. 22)

Há uma recusa sistemática em apostar na experiência; a própria ciência moderna surge com a expropriação da experiência, diz o autor.

*

As temáticas da psicologia e da filosofia nem sempre me mobilizaram. A (não) experiência com a Engenharia Elétrica me levou a outros mares, à outra nau. A aposta na psicologia foi movida por interesses, vontades, desejos em estudar, conhecer o ser humano, a mente, a subjetividade, os processos de subjetivação... Eram a psicologia e a política.

A política maior sempre me mobilizou; aquela política das eleições gerais, dos partidos políticos, dos comícios e passeatas. De alguma maneira aquilo ecoava, pulsava em mim.

*

Em que implica pensar a formação a partir da experiência? Se experiência é algo que nos toca, nos mobiliza, nos atravessa e nos desloca, ela também se torna um tanto perigosa, na medida em que nos tira do lugar, nos faz rever e reinventar.

Por isso a trama do relato de formação é uma aventura que não está normatizada por nenhum objetivo predeterminado, por nenhuma meta. E o grande inventor-experimentador de si mesmo é o sujeito sem identidade real nem ideal, o sujeito capaz de assumir a irrealidade de sua própria representação e de submetê-la a um movimento incessante ao mesmo tempo destrutivo e construtivo. (LARROSA, 2009, p. 57)

O sujeito aqui não é compreendido como algo dado, pronto, mas na sua relação com o fora. Nesse sentido ele se encontra em permanente processo de fazer-se, compor-se e inventar-se. Talvez, como indica Guattari (2008), não devêssemos nem nos referir à ideia de sujeito, e sim a “componentes de subje-

tivação”, já que as formas de existir extrapolam sobremaneira a dimensão da consciência.

A ideia de sujeito aparece a partir do “momento em que o pensamento se obstina em apreender a si mesmo e se põe a girar como um pião enlouquecido, sem enganchar em nada dos Territórios reais de existência” (GUATTARI, 2008, p. 17). O indivíduo é atravessado por diferentes vetores de subjetivação e sua interioridade se constitui a partir de múltiplos componentes autônomos, por vezes discordantes.

Tal perspectiva de compreensão amplia a ideia de subjetividade e desconstrói o conceito de sujeito tão propalado pela Psicologia e suas correntes de pensamento (ambientalista, psicanalista, interacionista, existencialista, histórico-cultural etc.). Nesse sentido, os paradigmas científico e dialético subjacentes ao mundo capitalista tornam-se insuficientes para se pensar a questão da subjetividade e os modos de vida na contemporaneidade, diz Guattari (1996). Apenas a partir do paradigma da criatividade, do paradigma estético, haveria a possibilidade de se pensar em uma refundação de práticas sociais, estéticas, políticas e, também, psis.

*

Ingressante no curso de psicologia da UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Assis, busquei conhecer o movimento estudantil. Ainda nos primeiros meses de faculdade participei de conversas, reuniões e debates de chapas para eleições do Diretório Acadêmico (entidade representativa dos estudantes do campus da UNESP de Assis) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE – entidade representativa dos estudantes da UNESP).

Nesse primeiro momento fui tomado por uma grande decepção, pois o que encontrei foi pouco envolvimento dos estudantes nas discussões acerca da universidade e abertura restrita para participação de novas pessoas. Tais espaços se configuravam mais como espaços de agressões (verbais e físicas) e

de defesa de interesses pessoais e político-partidários muitas vezes desvinculados da realidade dos estudantes.

3. PSICOLOGIA E MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em 1999, um grupo de alunos veteranos do curso de Psicologia se articulou para fundar o Centro Acadêmico de Psicologia de Assis (CAPSIA): uma entidade estudantil que não teve seu surgimento vinculado a qualquer partido político, mas que tinha o objetivo de representar os alunos de Psicologia e garantir a participação discente nos colegiados do curso.

Foi nesse contexto em que comecei a participar do movimento estudantil na universidade, por meio das reuniões desse então recém-implantado Centro Acadêmico. Por participar assiduamente das discussões da entidade, fui convidado a representar os alunos de psicologia no Conselho de Curso de Graduação de Psicologia. Participava mensalmente das reuniões do Conselho e trazia as questões para serem discutidas nas reuniões do CAPSIA. Aos poucos passei a me envolver mais com as discussões do curso de Psicologia e da própria universidade. Nos anos seguintes participei da diretoria da entidade como coordenador financeiro e coordenador geral.

Com o tempo, mais pessoas passaram a participar das discussões da Psicologia no CAPSIA. Em 2001, além da presença da representação discente nos três departamentos do curso e no Conselho de Curso, o CAPSIA passou a se configurar como um importante espaço de articulação entre os alunos do curso, pois participavam das reuniões da entidade a diretoria, os representantes de todos os colegiados, os representantes de turma e quem mais tivesse interesse.

Todos os anos eram eleitos nova diretoria, novos representantes nos colegiados e novos representantes de turma⁵. Nos dois primeiros anos da entidade a eleição teve chapa única, depois passou a contar com mais chapas; integrantes da chapa não eleita voltavam a participar das reuniões semanais. As reuniões eram sempre abertas e não se restringiam aos “representantes”: a despeito do formato legal seu funcionamento, em grande medida se davam de forma autogestionária.

⁵ O curso de Psicologia era dividido entre matutino-vespertino e vespertino-noturno. Portanto, havia 10 representantes de turma, já que o curso tem a duração de cinco anos.

Depois de duas gestões no CAPS, e com as mudanças nos processos de organização e eleição do Diretório Central dos Estudantes nos quais alunos e entidades do campus de Assis tiveram grande influência, participei, como representante do campus de Assis, da diretoria do Diretório Central de Estudantes da UNESP/FATEC. Paralelamente, me dediquei a estudar o próprio movimento estudantil via pesquisa: “Representação social dos coordenadores de Diretórios Acadêmicos da UNESP”. Parte dos fragmentos desse capítulo trazem questões das entrevistas realizadas com representantes dos campi de Assis, Rio Claro, Botucatu e do Instituto de Artes, no decorrer do ano de 2003.

*

Não há como pensar o movimento estudantil hoje sem se levar em conta os partidos políticos. Não apenas o movimento estudantil, mas os movimentos sociais de maneira geral. No caso da UNESP de Assis, até o fim dos anos 1990 a presença dos partidos políticos era preponderante na política estudantil universitária.

[...] isso a gente tira pela UNE⁶, UEE⁷ controlados majoritariamente pelo PC do B⁸ mas também o PSTU⁹, as várias alas do PT¹⁰ [...] às custas do movimento estudantil... Esse quadro se repetiu em Assis até 99... a partir daí as pessoas começaram a cansar desses discursos e desacreditar. (relato de entrevista¹¹)

O presidente do Diretório Acadêmico XVI de Agosto dizia ainda que o Diretório Acadêmico (DA) havia perdido muito com brigas partidárias e o consequente desinteresse das pessoas; isso repercutiu em um sucateamento das entidades estudantis e seus espaços físicos no campus. Essa perda de confiança dos estudantes em relação a suas entidades diminuía o interesse pela participação e dificultava o funcionamento básico do Diretório Acadêmico, como na sua organização e limpeza.

⁶ União Nacional dos Estudantes.

⁷ União Estadual dos Estudantes.

⁸ Partido Comunista do Brasil.

⁹ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

¹⁰ Partido dos Trabalhadores.

¹¹ Relato de entrevista com coordenadores de Diretórios Acadêmicos da Unesp em 2003.

*

Algo que aparecia muito forte no movimento estudantil (e ainda aparece nos movimentos sociais) além da presença de partidos políticos é a profissionalização.

Há “pessoas que veem o movimento como **profissionalização**... é uma prática que existe... para crescer individualmente” (relato de entrevista). Segundo o representante de Assis, perdia-se a combatividade do movimento social e prevaleciam interesses pessoais e político-partidários em detrimento dos reais interesses estudantis. Questões que afetavam diretamente os estudantes, como assistência estudantil (moradias, restaurantes universitários, bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, bolsas de pesquisa, falta de professores etc.) eram relegadas a segundo plano, em favor, por exemplo, de extensas discussões sobre a Guerra do Iraque.

Não que questões de conjuntura internacional não fossem relevantes, mas havia questões mais urgentes relacionadas à realidade estudantil, que mereciam maior atenção dos fóruns estudantis. Tais fóruns já demandavam um grande esforço, visto que geralmente tinham periodicidade mensal (como o CEEU¹²) e eram realizadas de maneira itinerante nos diferentes campi. Essa dificuldade era ainda maior para os alunos e entidades vistos como “independentes” pois não contavam com financiamento de partidos políticos.

*

Até os anos 2000, três partidos dominavam as discussões, os espaços e as estruturas do movimento estudantil unespiano: PT, PCdoB e PSTU. No campus da UNESP de Assis esse protagonismo era exercido, sobretudo, por integrantes do PSTU e do PCdoB.

Para o coordenador do DA de Assis, as pessoas haviam se cansado desses discursos e passaram a desacreditar no movimento estudantil: quem não era do partido não se identificava. Contudo, diz ele, a partir de 1999 houve

¹² Conselho de Entidades Estudantis da UNESP.

um declínio dessa linha de pensamento partidária, com o surgimento de outro tipo de organização: “não digo anárquica, mas mais coletivista... não digo apaidária, pois somos partidários do movimento estudantil, mas menos dogmática”(relato de entrevista).

Segundo ele, esse dogmatismo era impetrado pelos partidos e vinha verticalmente, de cima para baixo: da direção nacional dos partidos para todas as suas demais instâncias, até chegar ao movimento estudantil. Esse dogmatismo “caiu mais pela amizade que pela política... conseguimos que as pessoas se identificassem com os problemas... as pessoas se identificam hoje pela causa e não pelo partido” (relato de entrevista). Contudo, ressalta que esse movimento que não visava a profissionalização trazia alguma imaturidade, porque em contrapartida o “movimento partidário” controlava e dirigia os alunos. Foi depois do CEEU de 2002, aponta ele, que ocorreu uma divisão na esquerda dogmática, em decorrência de brigas internas.

MOBILIZAÇÃO

Quarta-Feira, dia 8 de Maio
Cronograma das Atividades

* Manhã:

7:30h - Início da Mobilização

8:30h - Início dos informes acerca dos
grupos de discussão e inscrições nos grupos

10:00h - Grupos de Discussão

1. Representação discente (Rafael,
Bárbara e Hirmão)
2. R.U./XEROX (Liu e Douglas)
3. Moradia/Bolsa BAE/Pólo (Sueli, José,
Adriane e Joilson)
4. Contratação professores e novos
cursos (Juliana, Lílian, Juliano e Geraldo)
5. Cantina/Atendimento Médico
(Carol, Jorge e Michele)

* Tarde:

14:00h - Grupos de Discussão

* Noite:

20:00h - Assembléia Geral dos Alunos
da UNESP-Assis

Figura 1: Cartaz Mobilização.
Fonte: Acervo do autor.

Para a representante do campus de Botucatu, o movimento estudantil da UNESP era o mais desorganizado das três universidades públicas paulistas, em função da peculiaridade de ser uma universidade multicampi. A estudante destaca a dificuldade de o movimento se organizar, em razão da falta de recursos e de um partidarismo produtor de baixarias, no qual “[...] um pega o microfone do outro”. Segunda ela, isso acabava por desestimular os estudantes que já não eram muito interessados. “[...] quem quer ser independente e não quer seguir esses caras não vai animar” (relato de entrevista).

*

Nas reuniões do CAPSIA discutiam-se as mais diversas temáticas. Questões eram trazidas pelos representantes de turma, representantes de departamentos e pelos próprios alunos. Com o tempo, a entidade conseguiu mobiliário e um computador que ficava à disposição dos alunos. Organizavam-se ônibus para congressos (como para a Associação Brasileira de Psicologia Social em Piracicaba e Florianópolis, encontros regionais de estudantes de psicologia, assim como para as reuniões dos Conselhos de Entidades Estudantis da UNESP/FATEC e os Congressos de Estudantes da UNESP/FATEC), campeonatos esportivos e, principalmente, pautávamos a situação da Assistência Estudantil (moradia, restaurante universitário, bolsas de assistência estudantil etc.) e da falta de professores no campus, haja vista que o campus de Assis era um dos campi que mais necessitavam de recursos.

Em 1999 apenas o CAPSIA e o Diretório Acadêmico estavam ativos enquanto entidades no campus. A partir dos anos 2000 surgem outras entidades, como os Centros Acadêmicos de História, de Letras e de Biologia. Mobilizações se intensificaram nos anos seguintes.

Informativo sobre a greve aos alunos

No dia 21/08 as atividades estudantis de greve começaram as 7:30hs com a realização do panelaço e do caderação, feitos para atingir um número maior de alunos, convidando os mesmos para uma discussão aberta com intenção de sensibilizar os mesmos em relação aos problemas que atingem a Universidade Pública.

O grupo de discussão aberta realizado pelo comando de greve, a partir das 10hs, contou com a presença de cerca de 100 alunos que compareceram ao D.A., local da discussão. Em seguida, como deliberado na Assembléia, os alunos almoçaram no R.U. para movimentar o restaurante, que passa por dificuldades financeiras.

O som do meio-dia movimentou a faculdade e lotou ainda mais o D.A.. Logo na sequência os alunos foram convidados pelo comando de greve para realizarem uma nova discussão para elaborar um calendário de atividades para os dias de greve.

Os alunos de Biologia e Biotecnologia realizaram uma reunião à parte e decidiram voltar às aulas junto com os professores, para não prejudicar ainda mais o calendário de aulas e por entenderem a greve como um meio falho de manifestação. Apesar disso, esses alunos apoiam a causa defendida pelos demais alunos e afirmam que participarão das atividades que foram propostas no calendário.

É cedo para avaliar, mas no primeiro dia de greve dos alunos notou-se maior movimento na faculdade. Houve cobertura e divulgação da paralisação pela imprensa local. A esperança é que esse movimento cresça e que torne possível uma melhor articulação para o levantamento de contrapropostas à Reforma da Previdência, sensibilizando um maior número de alunos.

As atividades continuam durante o dia de hoje e também na segunda-feira. Os interessados podem conferir o calendário afixado pela faculdade.

Comando de Greve dos Alunos



Figura 2: Informativo aos alunos do Comando de Greve dos alunos do campus de Assis.

Fonte: Acervo do autor.

O presidente do Diretório Acadêmico de Rio Claro – já com experiência no movimento secundarista e unespiano – via o movimento estudantil como um importante meio de luta da classe que, contudo, estava descaracterizado pelas “atitudes de uma minoria”. Para ele, “a coisa primordial é representar os estudantes”, e uma das grandes responsabilidades do movimento deveria ser “fazer a representação discente funcionar”, a despeito da restrição a apenas 15% de representação nos colegiados.

Todos os cursos do campus da UNESP de Rio Claro tinham centros acadêmicos que, segundo o estudante, se reuniam semanalmente em torno de um Conselho de Entidades da cidade. Tratava-se, para o representante de Rio Claro, de uma oportunidade para trocar informações, elaborar o calendário de festas e construir agendas coletivas. O estudante destacou a presença de Rio Claro nos congressos de 2002 e 2003 por possuir a maior quantidade de delegados.

Sobre o movimento estudantil da UNESP, o entrevistado chamou a atenção para as dificuldades de organização em razão da dificuldade de obtenção de recursos para viagens, já que a universidade é fragmentada pelo estado de São Paulo. Apesar de não ser questionado sobre a questão da partidarização¹³ do ME, destacou que existia uma participação de partidos (PCdoB, PSTU e PT) que foi negativa para UNESP. Isso porque nos últimos congressos e reuniões de diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNESP, cada corrente jogou a responsabilidade para a outra. No que se referia à participação do representante de seu campus no DCE, não havia uma ponte entre ele, a diretoria do DCE e as entidades/alunos do Campus de Rio Claro.

Ao discorrer sobre as perspectivas do ME, menciona que já havia participado do Congresso da UNE. Disse que para ele havia coisas boas e ruins; o lado ruim era o que chamava de “panelinha” política. Como a estrutura do congresso era feita por bancada, duas ou três pessoas acabavam definindo tudo antes, e quando as questões eram apresentadas à plenária, já estavam decidi-

¹³ Em nenhum momento um entrevistado foi questionado sobre partidos políticos na UNESP. As perguntas feitas foram: 1. Nome/curso/ano/campus e cargo na entidade; 2. Como começou sua relação com o movimento estudantil?; 3. O que é o movimento estudantil?; O que é o Diretório Acadêmico?; 4. Como é o ME no seu campus?; 5. Como você vê o movimento estudantil hoje?; 6. Quais as perspectivas para o movimento estudantil?

das. “[...] Então o congresso da UNE parece um circo com torcida organizada”, pois sendo o congresso mais importante dos estudantes no país, não há uma participação representativa no evento. “Tem Congresso (da UNE) e quase ninguém sabe... tem muita coisa errada... só vejo partidos políticos... [mas] não vou crucificar a presença deles”.

Sobre o Congresso da UNESP, afirmou haver algo positivo: “o movimento dos MERDA [...] uma representação de estudantes que se organizaram e formaram uma bancada de estudantes organizados [...] estudante independente tem que ter bancada”.

O estudante previu um futuro complicado para o Ensino Superior, pois o governo anterior (Fernando Henrique Cardoso, 1995-2003) havia se restringido a ampliar o Ensino Superior sem recursos, apostando no dinheiro privado – algo a que o governo da ocasião (Lula) teria dado continuidade, sobretudo com a aplicação do Provão. “... um instrumento... [para] criar competição entre os cursos... sem critério... [que] ranqueia... cumpre papel de transformar [o ensino] em um negócio”. O estudante em questão foi presidente da UNE alguns anos depois.

MERDA (Movimento Estudantil pela Representação Discente Apartidária)

Por um movimento estudantil voltado para a causa estudantil. Questionamos o partidarismo dentro do movimento estudantil, o que não significa alienação, mas sim observar, em primeiro lugar, as instâncias relacionadas diretamente ao sucateamento da universidade, uma questão política.

É óbvio que existem muitas questões a serem discutidas entre os alunos, mas devemos, primeiramente, pensar na ação política dentro de nossa universidade, a qual vem passando por uma total precarização. Seu sucateamento é explícito. Seus alunos são avaliados por uma lógica neoliberal que se corrobora na curva normal de Gauss¹, metodologia utilizada na avaliação dos cursos superiores do MEC, o Provão. E mesmo assim, discussões sobre problemas internos de campi, como R.U.s e Xerox(s), moradia estudantil, escassez de professores e representação discente são colocados em segundo plano em reuniões como o C.E.U. de Franca, que aconteceu nos dias 25 e 26 de maio de 2002. A mais importante questão a ser discutida e aprovada no C.E.U. de Franca, a principal razão deste encontro, foi a última pauta a ser discutida e votada. Tivemos campi que não puderam participar desta votação tão importante para os alunos da Unesp pelo fato de ter sido discutida em horário tão adiantado, o que desfavorece a decisão coesa do coletivo dos estudantes.

A proposta do MERDA é que esta discussão se amplie, para que se pense acerca do atual esquema de organização da representação discente, a qual, muitas vezes, é usada não só como instrumento de propagação e consolidação de partidos políticos, mas também como plataforma política para estudantes “profissionais”. Entendemos a importância dos partidos políticos como força necessária na transformação da realidade social objetiva, porém acreditamos que o movimento estudantil não pode se configurar estruturalmente pela questão partidária e que deve ser mantida a ética dentro das entidades estudantis, que devem representar o interesse dos alunos, e não interesses partidários. Os interesses dos alunos com certeza passarão por questões extra-universitárias, mas as questões partidárias não devem nem podem conduzir os interesses dos estudantes dentro de suas entidades representativas. Não se exclui a possibilidade de uma pessoa filiada a qualquer partido político ser um representante discente, mas seus ideais partidários não podem conduzir uma entidade representativa, pois um partido representa a opinião de um grupo específico de pessoas, e não da coletividade. Também não podemos aceitar que representantes discentes de qualquer partido deixem que rixas partidárias atravanquem decisões importantes para os estudantes em suas reuniões e/ou entidades estudantis.

O C.E.U. de Franca foi uma conquista da base estudantil. Foi o anseio de mudança que fez com que rolasse uma união de vários campi na defesa de um único ideal. A destituição do sistema de eleição por chapas foi o primeiro passo rumo à construção de um novo movimento estudantil baseado na ética da representação.

E que essa MERDA ganhe força no próximo C.E.E.U.

¹ No Livro “Repensando a pesquisa participante”, Carlos Rodrigues Brandão demonstra como é usada a lógica da curva normal nos testes para avaliação de alunos que poderão receber as melhores Bolsas. Esta curva, princípio básico da estatística, é usada como instrumento de avaliação comparativa. Os dez por cento que se sobressaem são agraciados com as bolsas, o que cria e favorece a lógica de especialização, de competição, reproduzindo a ideologia do “self-made man” criada pelo sistema neoliberal.

Figura 3: Manifesto do MERDA.

Fonte: Acervo do autor.

Na medida em que alunos do campus de Assis foram se apropriando das temáticas da universidade, percebe-se a importância de ocupar outros espaços de representação dentro da universidade. Na ocasião, o então reitor da UNESP havia encampado um projeto de ampliação de vagas baseado no que foi chamado de “unidades diferenciadas” – unidades universitárias com estrutura menor e sem as mesmas políticas de assistência estudantil.

Há anos os alunos não tinham seus representantes no Conselho Universitário (C.O.) – colegiado de deliberação máxima da universidade –, e tal ausência se justificava pela inexistência do DCE. Por conta de brigas político-partidárias o DCE havia sido dissolvido, e como esta era a entidade responsável pelas indicações dos representantes ao C.O., sua reativação era necessária.

Foi nesse contexto que alunos e entidades do campus de Assis passaram a participar mais de espaços como o Conselho de Entidades Estudantis (CEEU) e do Congresso de Estudantes (CEU) a partir de 2001 – um período de muita mobilização estudantil na UNESP, marcado por ocupações, greves e crescimento da participação de alunos não necessariamente ligados a partidos políticos.

Até então as eleições para o DCE possuíam formatos por chapas e proporcional. Geralmente inscreviam-se chapas por partidos políticos: a chapa do PSTU, do PT, do PCdoB etc. Com recursos partidários, tais chapas sempre se sobressaíam, pois conseguiam visitar os diferentes campi da universidade¹⁴. A baixa participação e representatividade estudantil nos órgãos e colegiados de representação máxima da universidade reverberou em uma proposta diferente de organização para o DCE, que foi aprovada para a gestão 2002-2003. Este seria composto por um representante eleito de cada campus. Isso possibilitaria que qualquer estudante pudesse se eleger representante do DCE de seu campus e que o campus pudesse ter uma relação direta com seus representantes eleitos.

*

¹⁴ Como se sabe, a UNESP está organizada em vários campi no estado de São Paulo, diferentemente da USP e da UNICAMP, nas quais a articulação entre os estudantes é mais facilitada.

O movimento estudantil da UNESP passou por um período sem DCE, no início dos anos 2000, e sem representação discente nos órgãos colegiados centrais. Depois de muita mobilização, o ME da UNESP conseguiu em 2002 se articular para tal. Isso ocorreu principalmente por conta de um plano de expansão de vagas na universidade promovido pela reitoria, que preconizava a criação das chamadas unidades diferenciadas.

Tais unidades criadas pela expansão, dependeriam de infra-estrutura das prefeituras, não ofereceriam pesquisa nem extensão, teriam recursos captados da iniciativa privada e contariam com os professores já contratados. Os professores “itinerantes” teriam que se deslocar para as várias unidades, em regiões distantes, comprometendo desta forma, a pouca pesquisa e extensão que existe atualmente na UNESP. (MÍDIA INDEPENDENTE, 2002)

Aproveitando a ausência da representação discente, o Reitor marcou, em regime de urgência, a reunião do CO para a mesma semana das eleições estudantis. Definiu-se então pela ocupação pacífica do C.O. – algo que já havia ocorrido no corrente ano em algumas direções dos campi da UNESP. A violência de alguns assessores da reitoria provocou um início de tumulto logo contornado por estudantes e alguns professores também contrários ao projeto. Cercado por mais de 200 estudantes, o reitor ouviu demandas de estudantes de diferentes campi sobre a estrutura precarizada da universidade e a necessidade de investimentos em assistência estudantil.

No dia seguinte, jornais de grande circulação nacional divulgaram o ato como vandalismo, comparando-o a rebeliões da antiga FEBEM¹⁵. Curiosamente, o PCdoB – partido que não participou das organizações dos estudantes da UNESP em decorrência das eleições nacionais – publicou em seu site “Vermeelho” matéria semelhante à da Agência Estado.

*

¹⁵ Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor.

festa!!! na UNESP de Assis.

Por hirmão 20/06/2002 às 02:08

Melhor rir que chorar!!!!!!

Ocupação Simbólica da Diretoria do Campus da Unesp de Assis

Em Assembleia realizada no último Conselho de Entidades Estudantis da Unesp, CEEU, realizado em Bauru nos dias 15 e 16 de junho, foi deliberado que todas as diretorias dos campi da Unesp fossem ocupadas em protesto à atual política da reitoria, mais especificamente ao plano de expansão de vagas. Tal plano visa somente o aumento de vagas e não a manutenção da qualidade dos cursos, tanto dos que serão oferecidos como dos já implantados. Um exemplo do critério usado nessa política de expansão é o campus de São Vicente, que está operando sem departamentos, biblioteca e funcionários. Além disso, os cursos estão sendo oferecidos por professores de outros campi que em uma semana de aula sintetizam todo o conteúdo que seria ministrado em um semestre.

A mobilização realizada pelos alunos da UNESP de Assis visa ainda a construção de um novo bloco de moradia estudantil, contratação de professores em regime de dedicação integral à docência e pesquisa, aumento do número de bolsas BAE – bolsa de auxílio ao estudante, construção de laboratórios, construção do bloco do curso de Ciências Biológicas e uma política salarial permanente para professores e funcionários.

Reafirmamos que tal ocupação se dá pacificamente e tem por finalidade simbolizar a ocupação da reitoria cuja localização inviabilizou o deslocamento dos alunos de Assis a São Paulo neste momento.

Sem mais,

Movimento Estudantil pela Representação Discente Apartidária (MERDA - merdaweb.cjb.net)

CAPSIA - Centro Acadêmico de Psicologia de Assis

C.A. de Biologia da Unesp de Assis

C.A. de História da Unesp de Assis Sérgio Buarque de Holanda

Diretório Acadêmico XVI de Agosto

Alunos do Curso de Letras

P.S. 00:55h do dia 20 de junho, madrugada; estamos nesse momento "ocupando" a diretoria da UNESP - Assis em um protesto em clima de festa.

Email: cannabista@bol.com.br¹⁶

¹⁶ Disponível em: <<https://midiaindependente.org/pt/red/2002/06/29387.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CEEU

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

6º Feira

13:30hs – Palestra sobre a expansão de cursos da Unesp

Palestrantes : - Dr.: Eduardo Galhardo, professor do departamento de psicologia experimental e do trabalho da F.C.L. de Assis.
 - Dr.: João da Costa Chaves Júnior, diretor da F.C.L. de Assis
 - Dra.: Edislane Barreiros de Souza, professora do departamento de ciências biológicas da F.C.L. de Assis

19:30hs – Palestra sobre ética na representação discente

Palestrante : Dra.: Sônia Aparecida Moreira França, professora do departamento de psicologia clinica da F.C.L. de Assis

Sábado

8:00hs – Credenciamento

9:00hs – Início das discussões

Grupos de discussão do tema “Universidade: Contexto Nacional e Internacional

11:30hs – Almoço

14:00hs – Início da apuração e grupos de discussão

Temas dos grupos: - C.O e Expansão de Cursos

- C.O e Contratação de professores e funcionários

- C.O e Moradia

18:00hs – Término das atividades

20:30hs – Show* da Banda “Senhor X”

*O show está programado para começar às 20:30hs e término por volta das 1:00h, não havendo nenhum motivo para seu atraso, o evento irá seguir estes horários, sendo solicitado que os participantes atentem a isso.

Domingo

8:00hs – Início da plenária final

11:30hs – Almoço

14:00hs – Retomada dos trabalhos da plenária final

19:00hs - encerramento

CEEU - Conselho das Entidades
 Estudantis da Unesp.

Figura 4: Cronograma de Atividade do Conselho de Entidades Estudantis da UNESP realizado em Assis.

Fonte: Acervo do autor.

O coordenador do Diretório Acadêmico Manuel Bandeira do Instituto de Artes de São Paulo já participava do ME havia seis anos. Ainda no segundo grau se identificou com a mobilização e as demandas dos professores secundaristas e acabou se envolvendo com o Grêmio Estudantil. Participava da organização de festas, campeonatos esportivos, da frente de grêmios da zona leste de São Paulo, mas afastou-se, segundo ele, por sofrer assédio de um partido político (PSTU) que colocava questões partidárias e cooptava muitos estudantes.

Já na UNESP, voltou a militar no ME a partir de uma greve e de mobilizações em um contexto de racionamento de energia e de demandas por assistência estudantil. Participou de três mandatos no DA – que, segundo ele, deveria representar os alunos nas diversas esferas da universidade (junto à Direção, à Reitoria, aos professores) e ter uma função sindical (colocar sua estrutura a serviço dos estudantes de maneira organizada) – e um no DCE.

O estudante ressaltou que o ME expressa o que os estudantes estão pensando, e que a participação no ME faz parte da formação do aluno. Pondera, contudo, que às vezes o ME se restringe a uma pequena parcela dos estudantes (partidária ou não).

Para o coordenador, em seu campus não havia Centros Acadêmicos (apenas o DA), pois, além de o espaço ser pequeno, os cursos não se mobilizavam para isso. Dizia que havia realidades muito distintas entre estudantes de música (geralmente de classe média alta, que não se preocupam muito com tais questões), educação artística (geralmente de classe baixa) e artes plásticas (que ficam isolados em um prédio separado). Mesmo assim, algumas coisas haviam mudado de 1998 até então (2003): de um DA focado apenas em festas e que vivia às custas dos estudantes (e com corrupção) para um DA mais preocupado com questões referentes a assistência estudantil (moradia), falta de professores e reforma da previdência.

Para ele, o ME em 2003 acontecia na base. Nos últimos anos, o DCE da Unesp não existia (estava em processo de reconstrução) e acabou sendo “transbordado” pelo próprio ME, em razão de grande mobilização contra o plano de expansão de vagas da UNESP defendido pela Reitoria. Apesar de o

movimento estudantil unespiano apresentar altos e baixos, dizia ele, estava obtendo muitas conquistas por meio da mobilização dos estudantes ao fomentar a discussão e a participação de um número cada vez maior de estudantes nos quatro anos anteriores (1999 a 2003).

O estudante ressaltava que era importante existir uma ligação dos DCEs com as entidades nacionais, como a UNE, que, contudo, não estava cumprindo seu papel. Para tal, dizia da necessidade de uma maior mobilização local.

[...] enquanto as direções de DCEs e entidades gerais estiverem corrompidas por interesses que não os dos estudantes o movimento estudantil da unesp e do Brasil vai continuar sofrendo [...] solução é trabalho na base... fomentar discussão [...] (Relato de entrevista)

Para ele, cabia ao ME indicar novos caminhos. O movimento, que sempre esteve ligado ao movimento de luta de classes, não estava separado dos movimentos dos sem-terra, dos trabalhadores, das mulheres, e os ataques à universidade faziam parte de um conjunto de ataques a outras instâncias. Para ele, o jovem (que estava concentrado no movimento estudantil) era quem tinha o maior potencial para fazer as coisas mudarem, pois os outros movimentos sociais mostravam-se cansados e corrompidos.

POR QUE ESTAMOS BOICOTANDO O PROVÃO?

Com o surgimento desenfreado de Instituições de Ensino Superior (IES), fica evidente a necessidade de uma *avaliação* que garanta a qualidade da *formação* oferecida pelos cursos superiores. A questão, então, é: avaliar quem/o quê? Como avaliar?

Entendemos o Ensino Superior como um espaço social para reflexão a respeito da realidade em que vivemos, para produção e transmissão de conhecimento que retorne à própria sociedade por meio de uma relação estreita entre *ensino, pesquisa e extensão*. Assim, aspiramos à formação de um profissional não só tecnicamente habilitado, mas, sobretudo, consciente do sentido – social, político e crítico – do exercício de sua profissão.

A partir dessa concepção, entendemos que a avaliação institucional deva contemplar os diversos âmbitos do ensino superior em sua complexidade e especificidade. Além disso, a avaliação deveria ser processual, acompanhando o processo de construção de conhecimento, ao invés de enfatizar o produto final do ensino. Ao se utilizar o *Provão* como instrumento de avaliação, tende-se à padronização do perfil do psicólogo e à homogeneização do conteúdo ensinado. Temos um profissional formado para o *Provão* ao invés daquele apto a refletir e intervir na realidade social em que está inserido.

Como forma de apresentar os resultados do *Provão*, utiliza-se um *ranking* (A, B, C, D, E) em que os conceitos têm um valor relativo, isto é, as IES são comparadas entre si. O conceito A não corresponde ao aproveitamento de 100% no exame, mas sim à inclusão na faixa de maiores notas alcançadas. Assim, a nota "A" pode significar apenas 40% de acerto, por exemplo. A atribuição de conceitos comparativos camufla o fato de que os desempenhos gerais são muito parecidos e abaixo do que o próprio MEC espera. Com isso se estimula a competição entre as IES e não a definição de parâmetros de qualidade a serem buscados.

Além disso, se a proposta do MEC é avaliar a qualidade da Instituição, por que premiar o desempenho *individual*, com bolsas de pós-graduação da CAPES, por exemplo? Se a nota individual deve ser enviada em sigilo para cada estudante, por que divulgar a identidade dos que tiveram melhor desempenho? Quem estamos avaliando? Afinal, o que é valorizado: o melhor aluno ou a melhor instituição?

O Ensino Superior perde seu caráter: cursos pré-*Provão*, prêmios para os melhores colocados, currículos alterados para garantir um melhor desempenho no exame, desqualificação e banalização dos profissionais e das IES. O *Provão* legitima a mudança de concepção de educação, que deixa de ser um dever do Estado e passa a produto de consumo. Acreditamos que a mesma lógica de disputa e eficácia fundamenta o discurso sobre a qualidade do Ensino Superior, possibilitando que uma transposição absurda – a reciprocidade entre avaliação institucional e competência individual – seja tomada como natural e desejável sem que as intermediações necessárias sejam consideradas.

Nós, estudantes de Psicologia submetidos ao *Provão* 2003, diante do quadro descrito, optamos pela *resistência* ao Exame Nacional de Cursos. Assim, colocamo-nos lado a lado a entidades do Fórum Nacional de Entidades de Psicologia, como o Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, o Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia, o Conselho Regional de Estudantes de Psicologia do Estado de São Paulo, entre outras, que vêm reivindicando a implementação imediata de uma avaliação processual para os cursos superiores de Psicologia, em substituição à avaliação atual, na forma do *Provão*.

Subscrevem.

Alunos do 5º ano do Instituto de Psicologia da USP campus São Paulo
Alunos do 5º ano do curso de Psicologia da USP campus Ribeirão Preto
Alunos do 5º. ano do curso de Psicologia da UNESP campus Assis
Alunos do 5º e 6º anos do curso de Psicologia da UNESP campus Bauri
Alunos do 5º. ano do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica campus São Paulo
Conselho Regional de Estudantes de Psicologia do Estado de São Paulo (COREP-SP)
Centro Acadêmico Iara Javelberg (CAIJ) USP-SP
Centro Acadêmico de Psicologia (CAPSI) UNESP Bauri
Centro de Estudos Psicológicos (CEP) USP-RP
Centro Acadêmico de Psicologia UNESP-ASSIS
Centro Acadêmico de Psicologia PUC-SP

C	Centro
A	Acadêmico
P	de
S	Psicologia
I	de
A	Assis - UNESP

Figura 5: Carta justificativa do boicote ao Provão.
Fonte: Acervo do autor.

4. PSICOLOGIA E O CAMPO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A psicologia aparece no Brasil bem antes de sua regulamentação em 1962. Estudos sobre a História da Psicologia no Brasil destacam essa presença principalmente junto aos campos da Medicina, da Educação e do Trabalho – uma atuação discreta, mas que nos impossibilita de dizer que a Psicologia sempre esteve totalmente ausente por das políticas públicas.

Antunes (1999), por exemplo, destaca o papel da Psicologia dentro da Medicina – enquanto ciência auxiliar da Psiquiatria –, atuando em consonância com uma perspectiva higienista e disciplinadora das práticas psiquiátricas ainda no século XIX. Essa visão se estenderá, segundo a autora, para o campo da Educação por meio de uma lógica do ajuste e do enfoque individualizante. Diz ela:

A educação foi, sobretudo, nas décadas iniciais do século XX, fundamental para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil. Foi ela a principal base sobre a qual a Psicologia emergiu na condição de ciência, tendo sido por seu intermédio que, em grande parte, os conhecimentos produzidos na Europa e nos Estados Unidos chegaram ao Brasil, e por suas características, foi no seu interior que mais claramente a Psicologia revelou-se na sua autonomia teórica e prática. (ANTUNES, 1999, p. 89)

Patto (2003), ao discorrer sobre a profissão do psicólogo e a relação psicologia-educação, corrobora com essa percepção, ressaltando que a Psicologia na Educação sempre teve para si como referência o conceito de normalidade – o que repercutiu em uma postura de aceitação da manutenção do *status quo* sem questionamentos. Ajustar para eliminar o que não se adequa ao que está estabelecido – esse era o lema; atuar junto à diferença de maneira a produzir homogeneidade. É nesse contexto que autores como Contini (1998) apontam o papel da Psicologia durante muito tempo em auxiliar nesse processo de mascaramento das causas do fracasso escolar – uma redução de problemas educacionais ao indivíduo, produzindo assim uma série de concepções patologizantes nesse campo.

Podemos dizer que historicamente a ideia de correção para garantir o desenvolvimento normal dos indivíduos sempre esteve muito presente na ação

da Psicologia – o que para Bock (1999) implicará em justificativas para concepções que naturalizam o fenômeno psicológico, estabelecendo padrões de normalidade como referência.

Segundo diversos autores da história da psicologia brasileira, esse modo de agir e compreender o ser humano da Psicologia (universal, natural e neutro) também encontrará no campo do trabalho – com a psicometria – um terreno fértil, na medida em que essa lógica adaptativa e do ajuste se alinha aos anseios de modernização da sociedade que anda de mãos dadas aos interesses das elites do país.

Pode-se dizer que a maioria dos estudos do campo da história da psicologia do Brasil buscam fazer esse paralelo entre práticas e concepções psi com o contexto histórico na qual estão inseridas. É importante lembrar novamente que tais análises críticas buscam, segundo Gonçalves (2010), apontar como as principais características dessa ciência e profissão “expressam respostas a demandas produzidas historicamente” (p.78) que podem ser identificadas tanto no âmbito teórico (no que diz respeito a suas concepções), quanto nos seus procedimentos e instrumentos utilizados, ou nas práticas que são desenvolvidas e nos campos em que aparecem, mas principalmente na sua própria configuração enquanto profissão.

A autora destaca que tais análises apontam não apenas as contradições existentes na Psicologia, mas, sobretudo, o caráter ideológico impetrado nas suas produções e nos compromissos que expressam. Autores já mencionados, como Antunes (1999), Bock (1999; 2001; 2009), Contini (1998), Furtado (1998), Gozalez-Rey (2003), Lane (1995; 1996), Silva (2003), entre outros, compactuam com essa perspectiva de compreensão.

Para Gonçalves (2010), a psicologia nunca esteve totalmente ausente das políticas públicas. O que aconteceu foi que essa relação entre Psicologia e políticas públicas mudou nas últimas décadas. É essa relação – tendo como pano de fundo o próprio desenvolvimento histórico da Psicologia no Brasil – que a autora vai se dedicar a investigar, partindo de dois conjuntos de informações: (1) do que se produziu a respeito da história da Psicologia brasileira e que nos permite compreender a relação entre a Psicologia como ciência e pro-

fissão e o campo das políticas públicas; e (2) de discussões recentes feitas por psicólogos com o intuito de definir a participação da Psicologia na elaboração e implementação de políticas públicas.

A autora inicialmente define como políticas públicas aquelas que, elaboradas e executadas pelo setor público, buscam responder a demandas sociais decorrentes do desenvolvimento econômico e de articulações políticas e garantir os direitos sociais. A Psicologia atuou à margem dessa atuação, de maneira indireta, grande parte do tempo – isso em decorrência das circunstâncias históricas do desenvolvimento da profissão, assim como de convicções produzidas pela própria Psicologia.

Uma primeira convicção apresentada pela autora seria a ideia da Psicologia enquanto uma ciência neutra que supostamente possui um saber sobre o homem que serviria para ser aplicado em qualquer âmbito, seja na escola, na empresa, na instituição de recuperação, em situações grupais etc. O psicólogo é visto como especialista que produz saberes sobre as questões da natureza humana e que a partir disso seria capaz de orientar a atuação de outros profissionais – ou seja, a Psicologia como uma ciência aplicada que se coloca como auxiliar de outras áreas. Para exemplificar essa atuação, podemos destacar a presença da Psicologia nos setores sociais, vinculada à emissão de laudos e diagnósticos com restrita participação direta na implementação de ações para atender os indivíduos.

Outra convicção apontada é a da naturalização dos fenômenos psicológicos calcada em uma ideia universal de indivíduos: “Um conhecimento que se crê natural e universal justifica ações normalizadoras, de adaptação dos indivíduos a situações existentes” (GONÇALVES, 2010, p. 83). A Psicologia aqui também teria uma postura pequena ou ausente, na medida em que ela não produziria conhecimentos e/ou procedimentos específicos para determinada situação, mas focaria apenas na aplicação do que já estaria dado.

É por trás da neutralidade de suas ações que a Psicologia mostra os interesses e os compromissos a que atende: aqueles oriundos da ideologia dominante das elites do país. Segundo Bock (2003), as ideias e teorias psicológicas produzidas até algumas décadas atrás “responderam claramente a interes-

ses das elites de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, interesses esses necessários à manutenção ou incremento do lucro e reprodução do capital” (p. 16).

Foram poucas as produções que procuravam fazer um contraponto a tais concepções e práticas que corroboravam os interesses hegemônicos, diz Antunes (1999). Em grande medida, a psicologia atuou como um instrumento de controle social e de adaptação dos indivíduos, quando foi convocada a contribuir para a modernização da sociedade brasileira.

Com o golpe militar de 1964 – apenas dois anos após a regulamentação da profissão – e o chamado milagre econômico, a psicologia ganha corpo em um contexto de valorização das profissões liberais. Sua atuação no campo social é bem restrita, pois, diante de um estado autoritário, as políticas sociais terão um caráter assistencialista e tecnocrático. É por isso que a prática da psicoterapia em consultório particular por profissional liberal autônomo ganhou grande dimensão na segunda metade do século XX. O ideal desse modelo liberal de atuação imperou por todo o período ditatorial e está presente até hoje em práticas e concepções de muitos psicólogos, além de logicamente no âmbito da cultura. Não são poucos os casos de estudantes de cursos de psicologia que vislumbram e idealizam a atuação do psicólogo exclusivamente a partir dessa modalidade de atendimento individual.

Tais características, segundo Gonçalves, contribuem sobremaneira para o desenvolvimento da Psicologia a partir de uma perspectiva secundária “enquanto saber e atuação que subsidia outras práticas, a partir da descrição e classificação de indivíduos em relação a seus ‘aspectos psicológicos’” (GONÇALVES, 2010, p. 90). É dessa maneira que a Psicologia corrobora com a manutenção de uma realidade injusta, desigual e compromissada com as elites, diz a autora.

Não se trata de recusar o atendimento individual enquanto uma modalidade de atuação psi; o importante a se ressaltar é a necessidade de não se pautar exclusivamente nesse modo de prática no campo da saúde pública. Isso dependerá muito das demandas/necessidades que estão colocadas, sobretudo, no que tange às políticas públicas. Há de se ter uma abertura, uma dispo-

nibilidade do profissional para propor, inclusive, novas práticas; práticas que não estão dadas.

*

Meu primeiro contato com as políticas públicas ocorreu ainda no período da graduação, no Sistema Prisional, no ano 2000. Tinha muita curiosidade em conhecer a realidade de uma instituição prisional, seu funcionamento, as pessoas ali encarceradas e a ação do psicólogo nessa instituição. Como na ocasião o curso de Psicologia não oferecia estágio em nenhuma instituição prisional, consegui um estágio extracurricular.

A penitenciária de Platina (município vizinho a Assis) ficava afastada da cidade. Ao chegar à prisão pela primeira vez, uma mistura de ansiedade, tensão e medo me tomou. Portões, grades, cadeados, documentos, assinatura, revista. Fui logo encaminhado para a sala da equipe psicossocial – uma pequena sala junto ao prédio administrativo da unidade e próxima do Diretor da unidade, que ficava na parte superior do presídio (na primeira auréola). Lá conheci duas assistentes sociais e duas psicólogas, uma das quais me acompanharia/orientaria de perto no estágio.

*

O descontentamento com a Psicologia produzida a partir de conceitos como neutralidade, naturalização e universalização, além de sua atuação secundária, insuficiente e indesejada incitou um movimento por parte dos psicólogos (juntamente com outros intelectuais) de questionamento não apenas da situação do país, mas da situação e o lugar social da Psicologia. É nesse contexto em que a Psicologia passa a ser vista como um instrumento de transformação social.

Ainda segundo Gonçalves, mesmo o psicólogo no serviço público muitas vezes era impedido de atuar com essa perspectiva de compreensão, pois tinha que lidar com um Estado autoritário para quem as preocupações sociais eram

secundárias. Para um Estado que sustentava o mote de que era preciso que o bolo crescesse para depois ser dividido (uma ideia de que a economia está acima de tudo), questões como a desigualdade e a exclusão social de fato ficavam em segundo plano. A política social então desenvolvida pelo Estado ditatorial, quando existia, era tecnocrática e autoritária. Tal postura do Estado fez com que surgisse uma participação cada vez maior de psicólogos na organização dos movimentos sociais. Foi diante da necessidade de lidar de uma nova forma com as questões sociais que parte dos psicólogos se viram desafiados a pensar outra Psicologia: não apenas implicada na produção de um novo campo de atuação, mas também na produção de novas práticas e saberes. É nesse contexto que surge a Psicologia Comunitária:

[...] espaço de construção de novos saberes e novas práticas que negavam o paradigma hegemônico, de neutralidade, de intervenções 'técnicas' e de conformação dos indivíduos a instituições sociais conservadoras.¹⁷ (GONÇALVES, 2010, p. 92)

Ela se desenvolveu inicialmente junto à população, justamente em função da impossibilidade da atuação no setor público – o que não se preconizava até então. A autora cita inclusive Freitas (1996), que, de maneira sintética, relata como se constituiu esse campo da Psicologia Comunitária.

Assim, poder-se-ia dizer que a psicologia na comunidade de fato surgiu e recebeu essa identificação de na comunidade, em uma época em que era fundamental: eram momentos que a psicologia vivia, fortemente, uma crise em relação aos modelos importados e alheios à realidade brasileira e, dessa forma, assumia a proposta de se deselitizar e de se tornar mais ligada às condições de vida da população. [...] Foram iniciativas importantes e com uma significação histórica grande, para aquilo que se vivia nas décadas de 60 e 70. [...] aproximadamente de 1985 para cá, adquirindo uma maior força no início dos anos 90, é que a expressão psicologia da comunidade tornou-se de uso frequente. Passou a se referir às práticas ligadas às questões da saúde, aos movimentos de saúde, e que envolviam atividades que se realizam através da mediação de algum órgão prestador de serviços, que se constituía na instituição na qual o psicólogo trabalhava. [...] A psicologia (social) comunitária utiliza-se do enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com os grupos, co-

¹⁷ No caso, é importante ressaltar a articulação que a autora faz entre a concepção sócio-histórica da subjetividade e uma prática emancipadora do sujeito. Parte significativa do referencial utilizado nas investigações e elaborações teóricas de então advém do marxismo e do materialismo histórico-dialético.

laborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos. (FREITAS, 1996, p. 72-73, apud GONÇALVES, 2010, p. 93)

Lane (1996) chega inclusive a periodizar esse campo da Psicologia Comunitária em dois períodos. Para tal, utilizam-se como marcos os encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) de 1981 e 1987.

O primeiro encontro da ABRAPSO centrou suas discussões em práticas alternativas de atuação no campo da saúde mental e da educação – justamente os campos de atuação nos quais vigoravam práticas tradicionais e adaptativas. Foram apresentados experiências de intervenção alternativas ao modelo psiquiátrico tradicional em centros comunitários, assim como experiências em educação popular inspiradas em Paulo Freire. Ou seja, começa-se a acenar para uma Psicologia mais condizente com a realidade na qual está inserida, de maneira a buscar atender “às necessidades da maioria das pessoas e que fizesse tudo isso com vistas à emancipação dos indivíduos” (GONÇALVES, 2010, p. 94).

O segundo período da Psicologia, segundo Lane, se caracteriza pela produção de novos conhecimentos. As experiências comunitárias supracitadas acabaram se tornando muito valorosas para se pensar uma nova atuação psi junto às políticas sociais. Práticas alternativas à internação psiquiátrica no campo da saúde mental e na educação popular com a perspectiva de conscientização, segundo a autora, “reforçavam visões da psicologia que consideravam sempre o indivíduo inserido em um contexto social do qual deveria se apropriar para se emancipar” (GONÇALVES, 2010, p. 94).

Não podemos deixar de mencionar o importante envolvimento de parte dos psicólogos nos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 80. Refiro-me especialmente a dois movimentos: o movimento sanitário e da reforma psiquiátrica.

O movimento sanitário surge a partir de uma perspectiva de mudança nos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, da defesa da saúde coletiva, da equidade na oferta dos serviços, do protagonismo dos trabalhado-

res e usuários dos serviços de saúde nos processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado.

Já o processo da Reforma Psiquiátrica tem origem no final dos anos 1970 e início dos 80, e foi fruto de intensas mobilizações na sociedade brasileira. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em 1978, se constitui como um marco importante na construção do próprio movimento social da luta antimanicomial, vide que já no ano seguinte ocorreu o primeiro Congresso Nacional de Saúde Mental, e foi criada a primeira associação de familiares do país, a SOSINTRA (ativa até hoje). Na década de 1980 já se via a incorporação de usuários e familiares ao MTSM, implicando em uma postura mais crítica em relação aos hospitais psiquiátricos com a adoção do lema “Por uma Sociedade Sem Manicômios”.

Alguns anos mais tarde, esses movimentos reverberaram na luta pela redemocratização do país e da instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Constituição de 1988 – a constituição cidadã.

*

Durante um ano acompanhei as atividades da equipe psicossocial da Penitenciária de Platina. Geralmente permanecíamos a maior parte do tempo na própria sala da equipe, o que muito me incomodava. As profissionais da equipe só saíam para atendimentos aos presos no parlatório¹⁸ da unidade.

Durante o primeiro ano, permaneci junto à equipe psicossocial. Ali participei – em companhia da psicóloga da unidade – de aplicações de testes psicológicos para efeito de exame criminológico. O trabalho psi girava em torno de duas atividades: avaliação psicológica e atendimentos clínicos individuais. A equipe apresentava uma perspectiva crítica quanto a essa ação restrita, contudo a direção negava qualquer possibilidade de outras intervenções.

¹⁸ O parlatório de uma unidade prisional é um local separado para os atendimentos (psicológico, sociais, jurídicos). Diferentemente do que se costuma pensar (normalmente associado a cenas de filmes e séries estadunidenses, imaginado como uma sala dividida por uma camada de vidro de alta resistência, onde as conversas ocorrem via telefone), os parlatórios brasileiros são locais insalubres e sem privacidade, separados por grades.

*

Depois de quase um ano de período de estágio, fui convidado a visitar a escola da unidade. Como ficava a maior parte do tempo na sala da equipe psicossocial, com pouco contato com os presos, aceitei de pronto. Fiquei impressionado com a possibilidade de trabalho e de contato com os presos que a escola oferecia e cheguei a questionar a psicóloga sobre a razão pela qual a equipe não desenvolvia nenhum trabalho na escola; ela me respondeu que a equipe era proibida de atuar na escola pelo fato de ser composta por mulheres.

*

No fim do primeiro ano de estágio fui convidado a estagiar na escola da unidade. Com isso, conseguiria associar as atividades com a disciplina de Psicologia Comunitária do ano seguinte. Na escola da Penitenciária de Platina acompanharia as atividades da equipe da FUNAP (Fundação de Amparo ao Preso). Como a escola do presídio ficava mais no interior da Penitenciária (depois da linha de tiro), éramos trancados (estagiário, professores e presos) por um período de três horas. A possibilidade de estar cotidianamente junto aos presos em outro tipo de relação que não o da avaliação me entusiasmou bastante na época.

Antes de aceitar esse convite, fui abordado pela psicóloga que me acompanhava, que solicitou que eu recusasse o convite, como meio de fortalecer a reivindicação da própria equipe junto à Direção da Unidade para atuar na escola – já que eram impedidas por serem mulheres. Na ocasião, não dei ouvidos à psicóloga e não recusei o convite. Hoje vejo que, em vez de ter contribuído para travar uma importante luta micropolítica em conjunto com a equipe, guiei-me estritamente pelo interesse individual.

*

Guattari e Rolnik (1986) destacam que o feminismo não tem a ver apenas com o problema do reconhecimento dos direitos da mulher em determinado contexto profissional ou doméstico; nem com uma questão simbólica, mas “com algo que se encontra no cerne da produção da sociedade e da produção material” (p.77). No caso, a questão de fato era a dos direitos da mulher no contexto prisional, mas também há algo que dizia respeito à equipe psicossocial, a mim e às engrenagens da sociedade.

Eu o qualifico de devir feminino por se tratar de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de finalidade da produção das relações sociais, um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado por uma subjetividade masculina, no qual as relações são justamente marcadas pela proibição desse devir. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 73)

5. PSICOLOGIA, ENTIDADES DE CLASSE, O COMPROMISSO SOCIAL: a questão da subjetividade

Até a regulamentação da profissão, os fundamentos científicos da psicologia eram tratados em sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Mesmo após a regulamentação, não havia entidades de classe representativas da categoria. Quem assumiu esse papel foram a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) e a Associação Brasileira de Psicologia (ABP). Foi a partir delas que se criou o protótipo do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SINPSI), em 1969, a Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo (APPESP) – como destacado por Hur (2005) em sua investigação sobre as entidades de classe de psicologia de São Paulo durante o regime militar e o período da redemocratização do país.

O autor destaca que é possível notar já nas atas das primeiras reuniões da APPESP a concepção liberal de atuação do psicólogo. Dentre as primeiras lutas da entidade, em 1971, estão: a questão dos exames psicotécnicos e a criação dos Conselhos de Psicologia.

Então, devido a essas movimentações e a política efetuada é aprovada a Lei nº 5766 de 20 de dezembro de 1971, referentes aos Conselhos Profissionais de Psicologia, autarquias ligadas ao ministério do trabalho:

Capítulo I – Dos fins

Art. 1º. Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. (HUR, 2005, p. 77)

A APPESP transformou-se no Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo em 1979. Apesar da mudança, as ações da entidade continuaram centradas na discussão dos exames psicotécnicos junto ao DETRAN e ao CREMESP, mas também no próprio crescimento da classe social por meio da luta pela melhoria de salários e da situação do psicólogo. Com o intuito de arrecadar mais associados, o Sindicato passa então a oferecer cursos como de

Aconselhamento Psicológico, técnicas de abordagem corporal em psicoterapia, relaxamento, formação psicoterápica na linha gestáltica etc. É também importante destacar, sobre o período, a valorização do profissional psicólogo como a principal bandeira do Sindicato até o fim da década de 70.

Já em relação ao Conselho Regional de Psicologia, lembramos que, enquanto órgão do Estado – e representante da sociedade civil que regulamenta e normatiza a profissão e orienta, disciplina e fiscaliza o exercício profissional do psicólogo –, ele não representa diretamente o psicólogo nem o Estado, pois tem sua ação voltada à profissão e ao exercício profissional.

A primeira gestão do CRP (1974-77) se deteve, sobretudo, na inscrição de psicólogos para o exercício da profissão – papel até então desenvolvido pelo MEC. Foram mais 2.000 psicólogos inscritos nesses três primeiros anos de entidade. Suas outras ações sempre estiveram muito próximas das do Sindicato (havia pessoas que participavam das duas entidades, inclusive).

É importante mencionar que a criação dos Conselhos e do Sindicato ocorre em pleno período da ditadura. Não por acaso a relação entre APPESP, CRP e Sindicato com o governo ditatorial era amistosa – no sentido do não envolvimento em questões políticas e de governo. Aliás, o próprio Sindicato possuía um artigo em seu estatuto indicando a proibição de assumir um posicionamento político. Esse não envolvimento ocorreu, por exemplo, via omissão da entidade em relação ao assassinato do jornalista Wladimir Herzog.

O Código de Ética, a figura do psicólogo especialista, projetos de currículos de psicologia foram algumas das discussões/ações promovidas pelo Conselho Federal de Psicologia na década de 1970.

Com a saída de militares linha-dura representados por Médici e a entrada de uma ala mais moderada, com Geisel, em 1974, a perda da maioria do governo (dois terços do Congresso) para a oposição (MDB), a pressão da igreja católica pela sua luta em relação aos direitos humanos, abriu-se espaço, na segunda metade da década de 70, para maior mobilização social. Este foi um período de emergência maior dos movimentos sociais (sindical, estudantil etc.) e da luta pela redemocratização do país.

É nesse contexto que uma parcela dos psicólogos passa a se organizar independentemente de suas entidades (que sustentavam uma posição conservadora) em consonância com a ebulição política da época. Isso se deu com dois grupos de psicólogos (um na USP e um na PUC-SP) e repercutiu na criação de um Fórum no Sedes Sapientiae e na constituição de chapas para o CRP e o Sindicato. Participavam desses grupos, segundo Hur (2005), psicólogos trabalhadores da rede pública, de universidades públicas, estudantes militantes de esquerda etc.

A oposição venceu as eleições tanto no sindicato quanto no CRP, sustentando a bandeira da abertura política e da “aplicação da psicologia voltada para as necessidades da população” (HUR, 2005, p. 135) – uma vitória do grupo que defendia outro papel para Psicologia em detrimento do grupo que lutou pela regulamentação da profissão. Com as derrotas, parte do grupo desistiu da política nas entidades ou emigrou para o Conselho Federal de Psicologia.

Já na década de 1980, passado esse período eleitoral, o sindicato se voltou aos demais movimentos sociais pela redemocratização do país. Juntou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e passou a se articular ao CRP em várias frentes de discussões, como o PL 519/81, que regulamentaria a assistência social e psicológica nas escolas, e um projeto pela volta das disciplinas de Psicologia, Filosofia e Sociologia para o 2º grau. Destaca-se também a articulação do Sindicato, do CRP e do CFP contra o PL nº 2.726, que pretendia subordinar os profissionais de saúde ao poder médico (1º Ato Médico desde a fundação dos Conselhos).

Com o intuito de fomentar maior participação da categoria, o CRP dedicou-se no início da década de 80 à constituição de delegacias no interior do Estado de São Paulo e Mato Grosso, a lutas como a dedução no Imposto de Renda de serviços psicológicos e contra demissões de psicólogos de escolas privadas, além da publicação do seu 1º jornal. Tais posturas levaram a uma relação conflituosa junto ao CFP, que focalizava seu trabalho estritamente nas questões da normatização da profissão. Com a publicação, em 1982, da lei que findava com a autonomia dos conselhos e considerava-os autarquia do Estado,

o CRP ficou coagido em várias de suas ações. Mesmo assim, o CRP encampou e apoiou o movimento pelas eleições diretas, na década de 80.

*

Meu primeiro contato com o Conselho Regional de Psicologia ocorreu ainda na Faculdade, no início dos anos 2000. Enquanto estudante e integrante do CAPSIA, procuramos apoio junto ao Conselho para a ida de alunos a Congressos da área para apresentação de trabalhos. Foram diversas as ocasiões em que o CAPSIA organizou ônibus para esse tipo de evento, mas em nenhuma oportunidade conseguimos apoio da entidade. Havia certo distanciamento entre o CRP e o curso de psicologia da UNESP de Assis.

Já formado e trabalhando na Penitenciária III de Hortolândia, em 2006, me aproximei novamente do CRP-SP por meio da subsede de Campinas, o que foi muito positivo para mim e para toda a equipe psicossocial da unidade prisional. Em um momento de dificuldades da equipe, em função de tensões decorrentes de ameaças de rebeliões, o CRP-SP se colocou como um espaço importante de problematizações sobre a realidade prisional.

Anos mais tarde, em 2012, fui convidado a participar do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SINPSI). Em um primeiro momento participei como representante sindical da região de Campinas. Posteriormente participei da própria diretoria da entidade, cargo que ocupei por um ano, até o momento em que apresentei uma carta de saída.

*

Para analisar as mudanças da Psicologia nas últimas décadas – e a consequente assunção do compromisso social da Psicologia –, é importante ter em mente as mudanças políticas do Brasil nas últimas décadas e suas reverberações. Refiro-me ao regime militar, ao processo de redemocratização do país e à emergência de grupos de psicólogos de esquerda nas entidades de classe de Psicologia do Estado de São Paulo – como visto, um dos motes nas elei-

ções das entidades de classe no fim da década de 70 e início da década de 80 foi o da aplicação da psicologia às necessidades da população. Somam-se a esses fatos: o surgimento da Psicologia Comunitária, de novas práticas no campo da saúde e da educação e sua inserção nos movimentos sociais; a Psicologia passa a ser vista como um campo de protagonismo, uma área que pode desenvolver intervenções “não secundárias” e/ou instrumentais, mas que se insere no campo social de maneira crítica.

É nesse contexto, sobretudo na década de 90, que se constitui uma compreensão sobre a necessidade de a Psicologia, enquanto instituição, posicionar-se socialmente.

Essa necessidade que se apresentava, de reposicionamento da Psicologia, implicava a necessidade de um projeto que articulasse, organizasse a categoria e que influísse em suas entidades, na formação, na pesquisa, enfim, em todos os espaços de produção da psicologia. Nesse momento começa a tomar forma o que será reconhecido e denominado em vários âmbitos de produção e atuação, como o “Projeto do Compromisso Social da Psicologia”, calcado na militância e nas experiências das décadas anteriores e que passou a reunir uma parcela cada vez maior de psicólogos preocupados em qualificar e expandir as novas práticas e novos espaços de atuação. (GONÇALVES, 2010, p. 98)

Inicialmente restrito a experiências na saúde mental e na Psicologia Comunitária, esse novo projeto para a profissão começa a ganhar mais corpo e novos contornos com a militância em defesa das políticas sociais, como nos movimentos em defesa da criança e do adolescente, que culminou na elaboração e instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Cabe, nesse momento, uma breve digressão sobre a própria temática das políticas públicas – campo de que a Psicologia vem cada vez mais se apropriando nos últimos anos. Isso porque por trás desse projeto enunciado para a Psicologia há toda uma concepção de políticas públicas, de Estado, direitos, cidadania e mesmo de História.

Gonçalves (2010) nos oferece importantes elementos para pensar tais questões em seu livro *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas* – que faz parte da Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia. Segundo ela, falar em políticas públicas necessariamente implica em falar de relações

sociais em situações diversas – interessante notar que parte-se de uma compreensão do meio como exclusivamente social. Adepta da perspectiva histórico-cultural, a autora aponta a inevitabilidade de discutir, no campo das políticas públicas, a relação entre Estado, sociedade e a economia no capitalismo; pensar as políticas públicas a partir das relações de classe e do contexto estrutural de contradição entre capital e trabalho.

Tal visão confere ao Estado não apenas o papel de organização social e política, mas, principalmente, de manutenção ideológica do sistema capitalista, em que predominam preceitos liberais. “Como instância do poder político, o Estado representa interesses concretos hegemônicos, das classes dominantes, mas contraditoriamente, expressa também os que se lhe opõem” (GONÇALVES, 2010, p. 49). Ou seja, o Estado é visto como guardião da ordem capitalista, mas como instituição que carrega consigo as contradições da sociedade.

O debate sobre a questão ideológica é muito caro para essa chamada Nova Psicologia¹⁹, que surge envolvida com a realidade social. Ideologia é aqui compreendida enquanto doutrina, conjunto de ideias, e concepções sobre determinado assunto.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um conjunto explicativo (representações) e prático (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões da esfera de produção. Pelo contrário, a função da ideologia é de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação ou o Estado. (CHAUI, 1980, p. 113)

A valorização do trabalho e do mercado como regulador natural da economia – em que conceitos econômicos de utilidade e otimização ganham gran-

¹⁹ A psicologia que se diz não neutra, implicada na realidade em que está inserida e que, em grande medida, sustenta concepções histórico-sociais.

de dimensão, por procurarem combinar lucro e satisfação do consumidor, escamoteando a defesa dos interesses do capital – é uma das características apontadas por Gonçalves (2010) sobre a ideologia liberal.

É nesse contexto de contradição estrutural do capitalismo e de luta de classes²⁰ que diversos autores como Singer (2003), apontam que os trabalhadores (com ou sem emprego) são os legítimos sujeitos dos direitos sociais. Coube ao Estado de bem-estar social a “implementação de direitos sociais a partir de fundos públicos” (GONÇALVES, 2010, p. 46), justamente por conta de um processo de luta para reconhecimento do trabalhador como cidadão. Ao mesmo tempo em que as políticas sociais são vistas como fruto das lutas de classes, elas também contribuem para a reprodução dessas mesmas classes sociais: contradição que é simulada ideologicamente.

Contudo, com o aparecimento de uma nova crise do capitalismo na década de 1970, a sociedade vê a derrocada dos ideais keynesianos e da crença da intervenção do estatal advindo do período de ouro do capitalismo. Retomam-se, com a emergência da ideologia neoliberal, concepções liberais de menos Estado e mais mercado. Privatizações e mudanças econômicas redefinem o papel do Estado sem, contudo, perder de vista a observância dos interesses hegemônicos – o que vai trazer questionamentos sobre as históricas conquistas dos direitos sociais.

Segundo a autora, tais mudanças “afetam a concepção de direitos e cidadania construída ao longo dos dois últimos séculos” (GONÇALVES, 2010, p. 57) – o que Faleiros (2000) irá caracterizar como um processo de mercadorização da noção de cidadania.

A tensão entre a privatização e mercadorização dos serviços e benefícios sociais e sua publicização e desmercadorização é inerente às contradições entre capital e trabalho e Estado e sociedade, pois o Estado é perpassado por interesses do capital e dos trabalhadores e outros segmentos organizados. Na ótica capitalista, o Estado deve garantir as condições para o funcionamento do mercado, enquanto para os não capitalistas o Estado é a garantia dos direitos de ter necessidades atendidas por critérios fora do mercado. As pressões e contrapressões resultam num pacto dinâmico conforme as forças econômicas e políticas. (FALEIROS, 2000, p. 67)

²⁰ Essa é uma perspectiva de compreensão da realidade bem recorrente nas entidades de classe da Psicologia há décadas.

Para Faleiros (2000), o conceito de inserção social vai ganhar grande importância para as políticas sociais na medida em que possibilitará uma alternativa ao antigo Estado de bem-estar social que na ocasião incorporou os direitos sociais à cidadania. Além disso, a focalização passa a substituir programas de acesso universal então garantidos por fundos públicos. Em alguns casos, como no Brasil, esse tipo de ação tem sido utilizada, segundo o autor, como forma de acelerar a superação das desigualdades sociais, além de representar o resgate do espaço público.

É a partir dessa perspectiva de compreensão de Estado, de política pública, de direitos sociais, de cidadania, de ideologias, de compreensão de mundo e de realidade que a Psicologia se apresenta no Brasil. E, a partir de um compromisso social com a realidade brasileira, a Psicologia busca fomentar e desenvolver na atualidade

[...] práticas e saberes pelo viés do respeito aos direitos humanos; e a defesa da presença da psicologia nas políticas públicas [...] Hoje já é possível observar a presença da psicologia e dos psicólogos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes; na defesa do estatuto do idoso; na defesa da ampliação da reforma psiquiátrica; na implementação e defesa do sistema único de saúde; na defesa do Sistema Único de Assistência Social, ocupando os lugares destinados a psicologia; nos debates sobre o sistema prisional; sobre as medidas socioeducativas. (GONÇALVES, 2010, p. 100)

Segundo esse projeto, as possibilidades de atuação do psicólogo são múltiplas, mas devem ser guiadas por uma única direção que é a da transformação social, pautada na promoção e garantia dos direitos humanos. Deve-se defender as políticas sociais enquanto políticas universais e de responsabilidade exclusiva do Estado, assim a sua própria democratização; pois a privatização das políticas sociais e a diminuição da responsabilidade do Estado têm transformando em mercadorias serviços ligados a direitos. Deve-se defender a cidadania e afirmar os direitos sociais como direitos humanos.

Aqui é importante resgatar o fato de que a autora (assim como a maioria dos estudiosos da História da Psicologia no Brasil), parte de uma perspectiva psicológica histórico-social e, como tal, da noção de uma dimensão subjetiva dos fenômenos sociais para pensar esse projeto de compromisso social da pro-

fissão. A intervenção da psicologia deve ter como pano de fundo a dimensão subjetiva dessa realidade social que carrega elementos da ideologia liberal. É nesse contexto que a Psicologia deve procurar criar espaços sociais de desenvolvimento para todos os indivíduos. A Psicologia pode (e deve) contribuir para um projeto de sociedade que crie condições para que os indivíduos exercitem sua condição de sujeitos históricos.

Por isso, o foco dos psicólogos nas políticas públicas deve ser “contribuir para que se produzam experiências subjetivas que favoreçam subjetividades transformadas e transformadoras da realidade” (GONÇALVES, 2010, p. 75).

*

Com o intuito de investigar essa nova relação entre a Psicologia e as políticas públicas (a presença maior da Psicologia no âmbito das políticas públicas não mais como ator secundário, mas como protagonista), Gonçalves vai se dedicar também a uma discussão mais recente. Para tal, utilizará dos debates públicos promovidos por meio de iniciativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) – autarquia que regulamenta a profissão e que considera democrática e inovadora –, como: (1) Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas, realizados nos anos de 2001, 2003, 2005 e 2009; (2) Banco Social de Serviços em Psicologia; e (3) Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

O Conselho Federal, que nas últimas décadas se dedicou a uma ação mais individual, mais atenta a práticas específicas de psicólogos (como violações éticas), passa – com a ampliação da inserção social da psicologia no âmbito das políticas públicas – a ter uma preocupação maior com o que os psicólogos estão fazendo nas políticas públicas, com o que os psicólogos da educação, da saúde e do sistema prisional estão fazendo em seus campos. É nesse contexto que se apresenta a construção de seminários e ações (como o Crepop), ao que parece, com o objetivo de apontar referências, modos de fazer; em outras palavras, regular condutas psis, seja na educação, na saúde, no sistema prisional, na assistência social etc.

*

Para pensar a relação e a defesa da Psicologia nas políticas públicas na atualidade, Gonçalves aponta elementos explicativos, conjunturais e de concepção problematizados nos Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas.

Uma primeira justificativa é a necessidade imperiosa de se pensar estrategicamente o futuro da profissão, visto que o modelo liberal não se sustenta, tendo em vista não apenas a ampliação de profissionais (e a consequente necessidade de postos de trabalho), mas a própria efetivação do projeto de deselitização da profissão, que essa nova Psicologia sustenta, da transformação da realidade e quebra do paradigma clínico, no qual a visão individual se sobrepõe à social. Isso é percebido tanto na saúde mental, com a necessidade de um foco maior no trabalho com os grupos, como na educação em quebrar com essa visão patologizante que culpabiliza o indivíduo pelo fracasso na aprendizagem.

Aparecem também nos discursos dos debates compreensões da importância do psicólogo, nesse novo contexto de compromisso com as transformações da realidade: “colocar-se como cidadão, na reivindicação de direitos como profissional, na possibilidade de atuar para atendê-los” (GONÇALVES, 2010, p. 107), e na compreensão de que a “política da Psicologia é a política pública” enquanto forma de se atentar mais ao domínio público e superar a ideia da psicologia como saber privado.

A essas justificativas somam-se elementos conjunturais que ressaltam uma urgência social no caso brasileiro: urgência social em decorrência da exclusão social, da pobreza e das desigualdades sociais. Apontam os debatedores que, face à situação de milhões de brasileiros sem saúde (em decorrência do processo de globalização), cabe à Psicologia insistir na democratização do Estado e na sua responsabilização pela implementação de políticas públicas.

Cabe citar a iniciativa no CFP, no início dos anos 2000, de criar um Banco Social de Serviços de Psicologia com o intuito de oferecer ao Estado proje-

tos de intervenção em áreas onde até então não havia psicólogos trabalhando, mas que demandavam soluções emergenciais via ação de psicólogos voluntários supervisionados por especialistas. O projeto que sucedeu o Banco Social de Serviços de Psicologia foi o CREPOP (Centro de Referências Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), cujo objetivo era produzir referências para atuação do psicólogo nas diferentes campos das políticas públicas para munir os gestores públicos das políticas sociais.

Já no que diz respeito às concepções de políticas públicas, algo que aparece nos debates, de acordo com Gonçalves, é relacioná-las à garantia dos direitos dos indivíduos e das coletividades, como saúde, educação, lazer, habitação, segurança, assistência social e cultura. Isso necessariamente implica em uma postura e posicionamento por parte do Estado: de exigir sua execução pelo poder público.

Para tal, deve-se ter em mente sempre uma ação multiprofissional e interdisciplinar. Isso no campo da saúde, da educação, da segurança pública etc.

Todas essas questões podem ser resumidas em questões sintéticas que apontam que a Psicologia entende que as Políticas Públicas devem ser saudáveis, políticas humanizadas, políticas que reconhecem que seu alvo não são demandas abstratas; não são ações formais e padronizadas; seu alvo são os sujeitos. A perspectiva da “humanização das políticas sociais”, compreendida como a consideração de forma plena dos sujeitos a que se destinam, vai ganhando força ao longo desses anos, vai ganhando contorno mais claro e vai afirmando a importância da Psicologia como campo. (GONÇALVES, 2010, p. 116)

Aponta-se também nos debates que esse compromisso do psicólogo com as políticas públicas teria relação com a própria inserção social como cidadão e com um compromisso com um projeto político que resgate a cidadania e garanta a participação popular. Diz-se que a própria possibilidade de escuta aparece como possibilidade para que os sujeitos se atentem enquanto cidadãos.

Em *As três ecologias* (2008) e *Caosmose* (2000), Félix Guattari traz algumas considerações que podem nos auxiliar a (re)pensar práticas e concepções psi para além de uma postura disciplinar e de governo de condutas.

Face a sua preocupação quanto ao processo de deterioração dos modos de vida humanos, o autor aponta para a necessidade de uma articulação ético-política entre três registros ecológicos: meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. Ocorre que isso só é possível a partir de uma revolução política, social e cultural que reoriente tanto os objetivos da produção de bens materiais e imateriais quanto os domínios moleculares de sensibilidade, inteligência e desejo.

Segundo ele, é preciso colocar em cheque esse modo atual de valorização das atividades humanas centrado no

[...] império de um mercado mundial que lamina os sistemas particulares de valor, que coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais, etc.” e que “coloca o conjunto de relações sociais e das relações internacionais sob a direção de máquinas policiais e militares. (GUATTARI, 2008, p. 10)

Avalia que, a despeito de vivermos tempos de acelerado e contínuo desenvolvimento técnico-científico, talvez até já capazes de lidar com as problemáticas ecológicas, as forças sociais e formações subjetivas mostram-se extremamente incapazes de se apropriar desses meios e torná-los operativos. Vive-se tempo não mais norteado por oposições dualistas (o que Guattari constata na década de 1980); não se trata

[...] mais – como nos períodos anteriores de luta de classe ou de defesa da “pátria do socialismo” – de fazer funcionar uma ideologia de maneira unívoca, é concebível em compensação que a nova referência ecosófica indique linhas de recomposição da práxis humana nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne a vida cotidiana quanto a reinvenção da democracia – no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte, etc – trata-se a cada vez mais, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva [...]. (GUATTARI, 2008, p. 15)

A questão a ser urgentemente colocada não diz respeito apenas a uma transformação social, mas a toda a produção da existência humana em novos contextos históricos – o que demandaria uma ecosofia social e mental.

A ecosofia social desenvolveria práticas específicas com o intuito de modificar, ou melhor, reinventar maneiras de ser no âmbito da conjugalidade, da família, do contexto urbano, do trabalho etc. Há de se reconstruir o conjunto de modalidades do ser-em-grupo por meio de mutações existenciais no âmbito da subjetividade, de maneira a funcionar “práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis microssociais quanto em escalas institucionais maiores” (GUATTARI, 2008, p. 16).

Já a ecosofia mental passaria por uma reinvenção da “relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os mistérios da vida e da morte” (idem) – uma maneira de operar, diz ele, muito mais próxima dos artistas do que a dos profissionais psi assombrados por um ideal caduco de cientificidade.

Importante lembrar que Guattari prefere utilizar a expressão “componentes de subjetivação” em vez de “sujeito”. O primado da infraestrutura – de que as relações de produção e as condições de trabalho determinam a cultura – tem forçado uma perspectiva de compreensão da subjetividade com base em um cientificismo (ou em um materialismo dialético) que a vê a partir de coordenadas extrínsecas e acaba deixando escapar “dimensões intrinsecamente evolutivas, criativas e autoposicionantes dos processos de subjetivação” (GUATTARI, 2008, p. 18). Há de se desfazer desse cientificismo psicológico em busca de paradigmas ético-estéticos.

O autor centra suas críticas à psicanálise, na necessidade de reorientar seus conceitos e práticas e romper com o ideal estruturalista de uma subjetividade ancorada no passado individual e coletivo que conduz a um ressecamento e dogmatismo, além de empobrecer as intervenções práticas e reduzir a alteridade a estereótipos. Não cabe a proposição de regras universais que supostamente guiariam determinada ação, como faz a Psicanálise. A abordagem proposta acerca da ecologia mental segue uma lógica pré-objetual e pré-pessoal que está fora do domínio da psicologia dos indivíduos.

As práticas e concepções psi em geral são fechadas para a proliferação criativa, enquanto que

A pertinência dos modelos relativos à ecologia mental deveria ser julgada em função de: 1) sua capacidade de circunscrever as cadeias discursivas em ruptura de sentido; 2) sua possibilidade de operar conceitos autorizando uma autoconstrutibilidade teórica e prática. (GUATTARI, 2008, p. 40)

As questões da subjetividade e mesmo da clínica deveriam ser pautadas menos em termos de verdade científica e mais em função de sua eficácia existencial.

O objetivo crucial é a apreensão dos pontos de ruptura a-significantes – em ruptura de denotação, de conotação e de significação – a partir dos quais algumas cadeias semióticas trabalharão a serviço de um efeito de auto-referência existencial. (GUATTARI, 2008, p. 40)

Ou seja, sua crítica versa não apenas à psicologia em geral (e à psicanálise), mas também à teoria sócio-histórica – que compreende a função dos signos como meramente instrumental no âmbito da linguagem e que centra suas análises no primado da infraestrutura (concepção marxista, materialista, dialética e ideológica).

Não se pode separar a ação sobre a psique sobre o social e/ou/nem mesmo da ação sobre o ambiente. Devemos “pensar transversalmente as interações entre ecossistemas, mecosfera e universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 2008, p. 25). É fundamental para tais ecologias se desprender dos paradigmas pseudocientíficos e se pautar numa lógica das intensidades que leve em conta o movimento e a intensidade dos processos evolutivos.

O autor não nega a questão do capital para pensar a questão da subjetividade, mas constata que há um processo de descentralização do poder do Capitalismo Mundial Integrado (CMI) das estruturas de produção de bens e serviços para as estruturas produtoras de signos de sintaxe e de subjetividade, por meio do controle sobre a mídia, a publicidade etc. Nesse sentido, Guattari reagrupa a ação do CMI em quatro principais regimes semióticos:

- 1 - Semióticas econômicas (instrumentos monetários, financeiros, contábeis, de decisão [...])
- 2 - Semióticas jurídicas (título de propriedade, legislação e regulamentações diversas [...])
- 3 - Semióticas técnico-científicas (planos, diagramas, programas, estudos, pesquisas [...])
- 4 - Semióticas de subjetivação, das quais algumas coincidem com as que acabam de ser enumeradas, mas conviria acrescentar muitas outras, tais como aquelas relativas à arquitetura, ao urbanismo, aos equipamentos coletivos, etc. (GUATTARI, 2008, p. 31)

Não é mais possível sustentar a posição marxista de que a semiótica econômica sustenta uma posição infraestrutural, pois o objeto do CMI é a um só termo “produtivo-econômico-subjetivo”. O poder repressivo hoje advém dos próprios oprimidos.

A maior dificuldade, aqui, reside no fato de que sindicatos e os partidos, que lutam em princípio para defender os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos, reproduzem em seu seio os mesmos modelos patogênicos que, em suas fileiras, entravam toda liberdade de expressão e de inovação. (GUATTARI, 2008, p. 31)

Por esse motivo é necessária uma recomposição e um reenquadramento das finalidades das lutas emancipatórias na perspectiva do desenvolvimento das três práxis ecológicas. Tais movimentos devem ter um foco maior nos modos de produção de subjetividade (de conhecimento, cultura, sensibilidade e sociabilidade) que dizem respeito a sistemas de valor incorporal que devem estar na raiz dos novos agenciamentos produtivos.

O poder capitalista expandiu seus domínios sobre todo o conjunto da vida cultural, econômica, social e, sobretudo, nos estratos subjetivos. Por isso o combate não deve se restringir apenas às práticas sindicais e políticas, mas deve abarcar esse domínio subjetivo no cotidiano individual, doméstico, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal. A ecologia social deve trabalhar justamente na reconstrução das relações humanas em todos esses níveis do social; não numa perspectiva de conscientização das pessoas, de tolerância à diversidade e de produção de consensos, mas de cultivo do dissenso e de produção singular de existência.

A subjetividade capitalística, tal como é engendrada por operadores de qualquer natureza ou tamanho, está manufaturada de modo a premunir (evitar) a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis a atrapalhar e perturbar a opinião. Para esse tipo de subjetividade, toda singularidade deveria ser evitada, ou passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referência especializados. Assim a subjetividade capitalística se esforça para gerar o mundo da infância, do amor, da arte, bem como tudo o que é da ordem da angústia, da loucura, da dor, da morte, do sentimento de estar perdido no cosmos... É a partir dos dados existenciais mais pessoais – deveríamos dizer infra pessoais – que o CMI constitui seus agregados subjetivos maciços, agarrados à raça, à nação, ao corpo profissional, à competição esportiva, à virilidade dominadora, à star mídia [...] Assegurando-se do poder sobre o máximo de ritornelos existenciais para controlá-los e neutralizá-los, a subjetividade capitalística se inebria, se anestesia a si mesmo, num sentimento coletivo de pseudo-eternidade. (GUATTARI, 2008, p. 34)

As práticas ecológicas devem se articular no sentido de tornar ativas singularidades isoladas, recalcadas, que estejam girando em torno de si mesmas. Para Guattari (2008), trata-se de se organizar novas práticas micropolíticas e microssociais, novas solidariedades, novas práticas estéticas e analíticas para a humanidade e não para um reequilíbrio permanente do universo das semióticas capitalísticas.

Há momentos na ecologia social em que todos serão conduzidos a fixar objetivos comuns e se comportar como soldadinhos, militantes, mas não se deve impor a resolução dos contrários. Há também momentos de ressingualização para as subjetividades individuais e coletivas, nos quais deve prevalecer a expressão criadora sem a preocupação com as finalidades coletivas.

Ao discutirmos a questão do compromisso social na psicologia, perceberemos a importância de se pensar a realidade brasileira, a questão da prática psi em um contexto de desigualdades e injustiças sociais; contudo, seu viés direcionado à transformação social por vezes traz uma postura verticalizada e autoritária do profissional ao trabalhar questões do cotidiano e do cuidado.

É de fundamental importância reconstruir as engrenagens sociais, contudo não se deve fazê-lo apenas via leis, decretos, programas burocráticos, mas principalmente por práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, sempre tendo em vista a singularidade e a permanente produção de subjetividade, de maneira a produzir uma autonomia articulada ao restante da sociedade. Daí o papel político/militante do psicólogo na sua atua-

ção; não como alguém que conscientiza e profetiza a possibilidade do novo, mas que de fato se coloca a experimentar a miséria do mundo – isso em uma postura horizontal de co-produção da subjetividade.

A ecologia ambiental deve ser ampliada e assumir como papel “descen-
trar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique”
(GUATTARI, 2008, p. 36). Não se trata de estrita aplicabilidade de modelos e
práticas de um domínio especializado no que se refere à ecologia mental, ou
mesmo às práticas psi. Faz-se necessário questionar modelos prontos de soci-
idade e de práticas que nos são colocados como referência para serem apli-
cados.

Não se trata aqui de propor um modelo de sociedade pronto para
usar, mas tão-somente de assumir o conjunto de componentes eco-
sóficos cujo objetivo será, em particular, a instauração de novos sis-
temas de valorização. (GUATTARI, 2008, p. 50)

6. PSICOLOGIA, LOUCURA E PODER PSIQUIÁTRICO

Foucault, a partir da década de 1970, passa a se dedicar com afinco à questão do poder. Em um primeiro momento, suas análises centraram-se no estudo dos mecanismos disciplinares, em como as técnicas disciplinares procuravam disciplinar e controlar a multiplicidade dos homens, de maneira a produzir corpos individuais que deveriam ser vigiados, utilizados e por vezes corrigidos. Ao colocar o poder como central em suas investigações sobre as práticas da modernidade, o autor ressalta sua ação enquanto dispositivo de poder e produtor de enunciados, discursos, verdades e diversas representações.

No decorrer de sua trajetória acadêmico-política²¹, Michel Foucault (1926-1984) procurou mapear as bases conceituais de algumas importantes práticas para a compreensão da modernidade. Além de filósofo, Foucault era licenciado em psicologia – daí seu grande interesse desde cedo pela discussão sobre a maneira de ser ver, punir e tratar a loucura.

Em 1954 publicou uma de suas primeiras obras, com o título *Doença mental e Psicologia*, na qual faz críticas à Psicologia. Considerava que os métodos dessa ciência não eram condizentes com a realidade cultural em que o indivíduo se encontrava inserido, ressaltando os próprios limites dessa ciência, por se acreditar capaz de possibilitar ao homem se conhecer.

Há uma boa razão para que a psicologia não possa jamais dominar a loucura; é que ela só foi possível no nosso mundo uma vez a loucura dominada e já excluída do drama. E quando, através de clarões e gritos, ela reaparece como em Nerval ou Artaud, em Nietzsche ou Rosset, é a psicologia que se cala e permanece sem palavras diante desta linguagem que toma o sentido das suas palavras desta dilaceração trágica e desta liberdade de que somente a existência dos “psicólogos” sanciona para o homem contemporâneo o pesado esquecimento. (FOUCAULT, 1975, p. 69)

Foucault critica também os equívocos da medicina, que concebe à doença mental causas concernentes estritamente ao sujeito doente e a sua história individual: a concepção de doença mental como desvio de saúde e desvio da norma. Para ele, a doença mental deveria ser compreendida como produto

²¹ Michel Foucault foi um grande ativista político, principalmente em função de sua participação no chamado Grupo de Informação sobre as prisões na década de 70.

das interações e das condições da vida social, da trajetória do indivíduo e da sua estrutura psíquica.

Anos depois (em 1961), Foucault publicaria o que é considerado um de seus trabalhos mais clássicos, e que é referência até hoje para o campo da saúde mental e das ciências humanas: *História da loucura na Idade Clássica* (2008a). Nele, analisa as diferentes formas de percepção da loucura desde o período do Renascimento até a Modernidade. Ao transitar por campos da história, política, filosofia e medicina, o autor investiga como a loucura ao longo dos últimos séculos adquire uma dimensão patológica. Sua crítica versa justamente sobre a crença na experiência da loucura como doença mental como algo natural, que sempre existiu na história da humanidade.

A loucura, na verdade, é um fenômeno que a medicina demora a se apropriar. Pois que antes de a loucura ser dominada, por volta do século XVII, antes que se ressuscitem, em seu favor, velhos ritos, ela tinha sido ligada, obstinadamente, a todas as experiências maiores da Renascença. (FOUCAULT, 2008a, p. 8)

A criação do Hospital Geral na França, assim como das primeiras casas de correção na Alemanha e na Inglaterra, por exemplo, não respondia a uma demanda por internação a doentes mentais. Sua origem se remete à lepra, no fim da Idade Média; apenas posteriormente, com o fim das Cruzadas, é que se abriu a possibilidade de outra função para essas casas. Tais instituições serviam como lugar de internação para doentes venéreos, devassos, dissipadores, homossexuais, blasfemadores, alquimistas, libertinos... Ou seja, não surgiram com essa finalidade prévia de cuidado aos loucos. Pelo contrário, tais instituições não possuíam sequer um status médico, mas uma ligação muito forte com toda a questão moral e policial. A necessidade de internação era uma atividade que cabia apenas aos juízes de sentença de tribunal (Inglaterra) ou a um tenente de polícia (França).

*

Meu primeiro contato com a discussão sobre a loucura aconteceu ainda na faculdade. Não era uma questão para mim, de fato; estava muito mais en-

volvido com a temática prisional. Havia feito, no ano anterior, um estágio extracurricular na Penitenciária de Platina junto à equipe psicossocial, e no 3º ano estava fazendo estágio na escola da unidade prisional pela disciplina de Psicologia Comunitária.

Mesmo assim, resolvi ir a São Paulo com outros estudantes de Psicologia, para participar do ato do dia da luta antimanicomial²². Lá conheci Austregésilo Carrano Bueno, que, internado em hospitais psiquiátricos de Curitiba e Rio de Janeiro²³, havia sofrido uma série de violências que lhe acarretaram muitas sequelas. “Estar lá é ter o físico dopado e a alma ao deleite de satã”, diz Carrano, que se tonou um militante histórico da luta antimanicomial em seu livro/depoimento “Cantos dos Malditos”, obra que inspirou o filme “Bicho de Sete cabeças”.

²² O dia 18 de maio é considerado o Dia da Luta Antimanicomial e faz referência ao dia 18 de maio de 1987, quando foi realizado o então encontro dos Trabalhadores de Saúde Mental. Geralmente organiza-se uma série de atos e atividade como forma de envolver a sociedade na discussão acerca da Reforma Psiquiátrica.

²³ Carrano foi internado em Hospital Psiquiátrico pelo seu pai quando ele achou um cigarro de maconha em sua jaqueta.

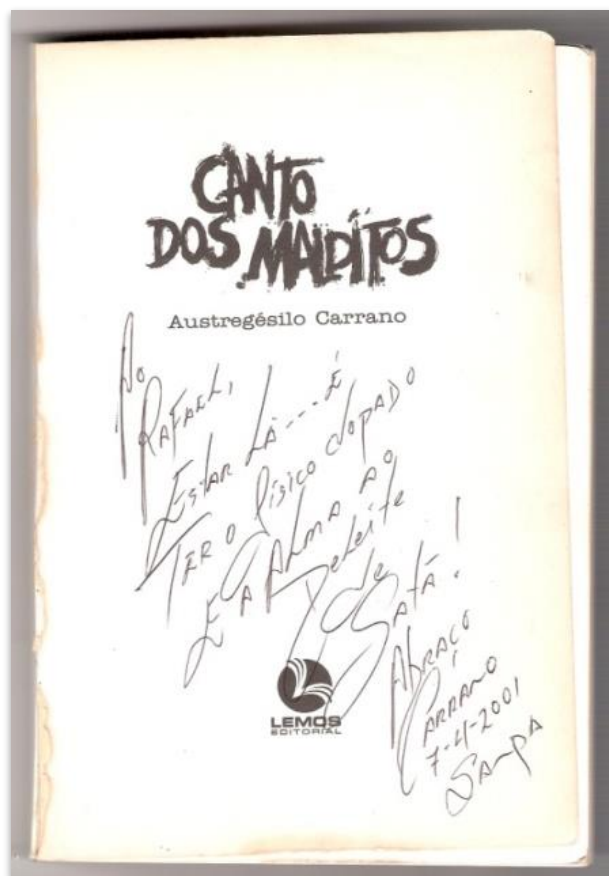


Figura 6: Livro autografado pelo autor.
Fonte: Acervo do autor.

Contudo, foi apenas anos depois, em 2007, que de fato me envolvi com a temática da loucura, da reforma psiquiátrica e da saúde mental: aprovado em concurso público no município de Santa Gertrudes²⁴, participei, nos anos seguintes, da construção do Centro de Atenção Psicossocial da cidade, recém-aberto, mesmo sem ter tido experiência anterior na área.

*

Mesmo tendo se dedicado a uma gama de questões, mais de dez anos depois Foucault volta a investigar a temática da loucura (e da psiquiatria) sob

²⁴ Município da região centro-leste do Estado de São Paulo com população estimada de 25.637 habitantes em 2017, de acordo com o IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354670>>.

outro prisma. Enquanto professor no Collège de France²⁵, ministrou entre novembro de 1973 e fevereiro de 1974 o curso “O poder psiquiátrico”, no qual, além de relembrar sua principal preocupação (desenvolvida em *A história da loucura na Idade Clássica*) e problematizar a relação dos saberes na constituição dos conceitos de loucura, faz duas importantes autocríticas: a princípio, por acreditar ter restringido seus estudos a uma análise das imagens (representações) que se tinha da loucura nos séculos XVII e XVIII; a segunda, por ter dado atenção exagerada às noções que segundo ele não permitiram de fato um avanço analítico. São elas: a violência, a instituição e a família.

Seu ponto de partida, agora, não seria mais esse núcleo representativo, mas a questão do poder. Ou seja, o filósofo analisaria em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de enunciados, discursos, assim como todas as formas de representações decorrentes: o dispositivo de poder como instância produtora de prática discursiva. Por isso, o autor se debruçaria na investigação de um determinado arranjo de poder, com táticas e estratégias dando lugar a um jogo de verdades sobre o louco e a loucura.

Para compreender um pouco melhor essa questão do poder, voltemos por um instante às noções apontadas por Foucault. Em relação à violência, ele demonstra grande preocupação quanto a duas possíveis compreensões: a primeira, de que um poder que aparentemente não seja necessariamente atravessado por uma violência não seja um poder físico (a incidência de todo poder ocorre no corpo); a segunda, quanto ao fato de se pensar que o uso desequilibrado de uma força física não faça parte de um jogo racional, calculado e administrado do próprio poder, pois há uma função estratégica da violência.

Quanto à instituição asilar, geralmente se diz que as formas e dimensões do saber psiquiátrico surgiram a partir da ligação com algumas instituições, como o asilo. Contudo,

²⁵ Michel Foucault iniciou a carreira de professor do Collège de France no começo da década de 1970 e lá ministrou uma série de cursos. Os professores da instituição tinham a obrigação de expor uma pesquisa original em forma de curso a cada ano. Nesses mais de 10 anos o autor desenvolveu um programa de uma genealogia das relações saber/poder em oposição a uma arqueologia das formações discursivas que até então vigorava.

O importante, portanto, não são as regularidades institucionais, mas muito mais as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoios, as diferenças de potencial que caracterizam uma forma de poder e que, creio eu, são precisamente constitutivos ao mesmo tempo do indivíduo e da coletividade. (FOUCAULT, 2012, p. 20)

Nesse sentido, o poder atua como um procedimento de individualização e o indivíduo nada mais é que efeito do poder. Por isso, antes de lidarmos com as instituições propriamente ditas, precisamos investigar as relações de força que as atravessam.

Já sobre a questão da família, o autor irá dizer que em seu trabalho anterior procurava mostrar que a violência de Pinel e Esquirol era ter procurado introduzir o modelo familiar na instituição asilar. Para ele, não procede dizer que o médico procurava reativar a imagem do pai no espaço asilar. O problema que se coloca é, na verdade, analisar as relações de poder próprias da prática psiquiátrica, na medida em que são produtoras de uma quantidade de enunciados que se apresentam como legítimos.

[...] em vez de falar em violência, eu preferiria falar de microfísica de poder; em vez de falar de instituição, preferiria procurar ver quais são as táticas que são postas em ação nessas forças que se enfrentam; em vez de falar de modelo familiar ou de “aparelho de Estado”, o que eu gostaria de procurar ver é a estratégia dessas relações de poder e desses enfrentamentos que se desenrolam na prática psiquiátrica. (FOUCAULT, 2012, p. 21)

*

Sequelas... e Sequelas

Sequelas, não acabam com o tempo... amenizam.
Quando passa em minha mente as horas de espera, sinceramente tenho dó de mim.
Nó na garganta, choro estagnado, revolta acompanhada de longo suspiro.

Ainda hoje, anos depois, a espera é por demais agonizante.
Horas, minutos, segundos, são eternidades martirizantes.
Não começam hoje, haviam adormecido, com muito custo... comigo.

Esta espera, oh Deus!... É como nunca pagar o pecado original,
E sim, ser condenado a morte várias vezes.
Quem disse que só se morre uma vez?

Sentidos se misturam, batidas cardíacas invadem a audição.
Aspirada não é a respiração... é introchada.

Os nervos já não tremem... dão solavancos.
A espera está acabando. Ouço barulho de rodinhas.

A todo custo, quero entrar na parede.
Esconder-me, fazer parte do cimento do quarto.
Olhos na abertura da porta rodam a fechadura.
Já não sei quem e o que sou.
Acuado, tento fuga alucinante. Agarrado, imobilizado, ... escuto parte do meu gemido.
Quem disse que só se morre uma vez?

(Austregésilo Carrano, poema de abertura do livro “Canto dos Malditos”)

*

A cena na qual Pinel retira as correntes de loucos furiosos da masmorra de Bicetre²⁶ para que assim pudessem dar livre curso a seus furores é considerada uma das mais clássicas da psiquiatria moderna. Além dele, há uma série de casos relatados na história da psiquiatria que mostram a prática psiquiátrica enquanto “manipulação regrada e concertada das relações de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 26).

O caso do rei da Inglaterra Jorge III é um desses relatos. Diagnosticado com mania, o rei foi mantido isolado de qualquer contato com o mundo externo em seu palácio e confinado em um quarto cheio de colchões, para que não se ferisse. Contrariado, chega a atirar seus próprios dejetos como única forma de resistência àquela violência praticada²⁷. Na ocasião, o médico retira o poder do monarca ao atestá-lo como doente e incapaz de responder por si, reduzindo-o a uma impotência absoluta. Seu poder soberano se esvai diante de outro poder totalmente diferente: anônimo, sem rosto, múltiplo, pálido e que se mostra repartido em diferentes pessoas. Um poder implacável que se manifesta por meio de um regulamento e que tem como alvo o corpo: o poder de disciplina. Na ocasião, trata-se do rei: descorado, reduzido a seu estado mais selvagem, tornado dócil e submisso. Essa cena é importante por trazer um simbolismo no que se refere à passagem do poder soberano para o poder disciplinar.

²⁶ Local que ainda não era exatamente um hospital.

²⁷ O ato de atirar lama e dejetos é considerado uma forma secular de insurreição contra os poderosos. Enquanto as formas de insurreição de camponeses eram facas e foices e a dos artesãos eram suas ferramentas, a lama e os dejetos podem ser vistas como últimas armas de resistência.

Frente à resistência de Jorge III, um servente o agarra, o joga na cama, tira sua roupa e o limpa. O servente deve estar ali para atender às necessidades e à condição do rei, mas não à sua vontade ou ao seu estatuto de soberano. Enquanto o poder soberano responderia com morte uma suposta violência contra o rei, o poder de disciplina atua pela via da dominação e submissão, abatendo-o, desnudando-o, limpando-o, com o objetivo de tornar seu corpo limpo e verdadeiro.

Essa cena emblemática sintetiza o que foi a prática (proto)psiquiátrica que se desenvolveu a partir dos últimos anos do século XVIII até aproximadamente as duas ou três primeiras décadas do século XIX. Chama a atenção nesse e em diversos outros relatos a falta de qualquer relação com os procedimentos mais comuns das práticas médicas estabelecidos na época como descrição, análise, diagnóstico e conhecimento verdadeiro.

O que existe nesse período da prática psiquiátrica é um jogo de elementos estritamente do poder fora e antes da instituição asilar. Não é nem uma instituição, nem um modelo familiar²⁸ ou um discurso de verdade prévios, que determinam as relações de poder.

Foucault (2012) relata que antes da prática psiquiátrica existia um poder político de dois tipos: o primeiro de uma macrofísica da soberania, tal como se encontra em um governo pós-feudal, pré-industrial, e um segundo, de uma micropolítica disciplinar que podemos encontrar em elementos desconectados, arruinados, desmascarados do poder soberano. Há, inclusive, uma sobreposição do poder de soberania pelo poder disciplinar, como bem retratada na situação em que o próprio rei, considerado louco, é submetido a outro poder.

É importante destacar que nesse momento a compreensão de loucura está ligada ao erro e colocada sempre em contraposição a dados elementares da sensação, como, por exemplo, crer-se possuir um corpo de vidro, ou mesmo crer-se um rei sem de fato sê-lo. A loucura é compreendida em decorrência de um ato que tenta impor uma crença frente à exposição de provas cabais e objetivas ao saber médico. Vê-se que o grande problema da psiquiatria, em seu

²⁸ O modelo familiar será somente introduzido na prática psiquiátrica e mesmo no hospital décadas depois.

desenvolvimento inicial, era propiciar uma dissuasão quanto a esse erro da loucura.

Foucault encontra grandes semelhanças entre as cenas dos loucos acorrentados e do rei louco: jogo de disciplina, submissão, obediência. Na situação dos loucos acorrentados, por exemplo, ao serem libertados sentem-se em dívida com o libertador e, por conseguinte, se submetem a sua vontade como meio de pagamento – uma troca entre a violência dos grilhões pela submissão à vontade alheia. Voluntariamente sujeitados, submetem-se à disciplina do poder médico e ao jogo dessa disciplina.

O libertado vai saldar sua dívida contínua e voluntariamente pela obediência; vai-se, portanto, substituir a violência selvagem de um corpo, que só era contida pela violência dos grilhões, pela submissão constante de uma vontade a outra. Em outras palavras, tirar as correntes é realizar por intermédio de uma obediência reconhecida algo como uma sujeição. E a dívida será saudada de uma segunda maneira, desta vez involuntariamente da parte do doente. É que, a partir do momento em que ele for assim sujeitado, em que o saldo voluntário e contínuo da dívida de reconhecimento o leva a submeter-se à disciplina do poder médico, o próprio jogo dessa disciplina e nada mais que a sua força vão fazer o doente curar-se. Com isso a cura tornar-se-á involuntariamente a segunda moeda da peça de libertação, a maneira pela qual o doente, ou melhor, a doença do doente parará ao médico o reconhecimento que lhe deve. (FOUCAULT, 2012, p. 36)

Pode-se cair facilmente em uma análise simplista de compreensão dessa cena de libertação pela perspectiva de humanismo, mas é difícil não estabelecer comparação com a problemática do humanismo penal apresentada em *Vigiar e Punir* (2006), acerca das mudanças nos Códigos Penais no fim do século XVIII. Tanto num quanto no outro, o que está por trás dessa ideia de humanismo é, na verdade, a transformação de uma relação de poder calcada na violência para uma relação de sujeição baseada na disciplina.

Segundo Foucault, há dezenas de casos apresentados por Pinel, Esquirol, Georget, Guislain, entre outros autores, sobre essa protopsiquiatria do início do século XIX, que mostram como foi definida uma “certa tática de manipulação da loucura que desenhava de certo modo a trama de relações de poder necessárias a essa espécie de ortopedia mental que devia levar à cura” (FOUCAULT, 2012, p. 38).

Entre os anos de 1840 e 1870 a psiquiatria passa por uma fase de tratamento moral (sobretudo com Leuret²⁹) para posteriormente desembocar na descoberta e prática da hipnose e na análise de fenômenos histéricos, com a psicanálise, no fim do século XIX. Contudo, o que Foucault destaca é a importância de se investigar a cena psiquiátrica a partir de um jogo de poder que se trama nela antes mesmo que possa ser uma organização institucional (asilo) ou um discurso de verdade.

Parece-me que, se se quiser fazer uma verdadeira história da psiquiatria, em todo caso da cena psiquiátrica, tem-se de situá-la nesta série de cenas: cenas de cerimônia de soberania, dos rituais de serviço, dos procedimentos judiciais, das práticas médicas, e não dando como ponto essencial e ponto de partida a análise da instituição. Sejamos antiinstitucionalistas. O que me proponho este ano é mostrar a microfísica do poder, antes mesmo da análise da instituição. (FOUCAULT, 2012, p. 41)

*

Diferentemente do que imaginava, o CAPS de Santa Gertrudes era uma casa de três quartos, sala, cozinha, banheiros, quintal e piscina. O local não tinha a arquitetura de serviço de saúde; um serviço de portas-abertas, com livre circulação de trabalhadores, familiares e funcionários.

Um pouco nervoso por estar pela primeira vez em um serviço de saúde mental e sem nenhuma experiência prévia na área, fui de pronto muito bem recebido e acolhido pela coordenadora, que me convidou para uma conversa na sala de atendimento e explicou o projeto do CAPS e seu funcionamento³⁰. Disse que aquela casa era alugada pela prefeitura e me tranquilizou, contando que os demais profissionais do serviço também não possuíam experiência na área, à exceção dela e do médico psiquiatra, que, para seu lamento, estava de saída do CAPS, pois se mudaria de cidade.

²⁹ Foucault menciona que Leuret desenvolve suas concepções em *Mémoire sur le traitement moral de la folie*, *Mémoires sur la révulsion morale dans le traitement de la folie* e *Des indications à suivre dans le traitement moral de la folie*.

³⁰ Já conhecia teoricamente a Reforma Psiquiátrica; contudo, a falta de experiência prática na área me deixava inseguro.

O serviço começara havia poucos meses, e antes se localizava em outra residência, afastada da cidade – o que dificultava o trabalho. Impressionaram-me a disponibilidade e a abertura da coordenação do serviço para novas possibilidades de projetos.

*



Figuras 7 a 17: Fotografias de acervo pessoal.
Fonte: Acervo do autor.

Foucault (2012) ressalta que Pinel, em diversos momentos, chama a atenção para a importância da manutenção da calma e da ordem/disciplina no Hospício dos Alienados, para que o tratamento da mania seja efetivo – uma ordem que regula permanentemente o tempo, as atividades, os gestos, e que atravessa e trabalha os corpos.

Ressaltam-se a ordem e a disciplina por dois motivos: em primeiro lugar, para assegurar a constituição do saber médico. Enquanto científico, o saber médico demanda uma observação precisa e neutra, para que se possa ter acesso ao objeto. Essa relação de objetividade entre o olhar médico e seu objeto só é possível a partir de uma relação de ordem e distribuição do tempo e espaço dos indivíduos: dos seus gestos, comportamentos, discursos etc. Em segundo lugar, pelo fato de ordem/disciplina serem a própria condição de cura permanente – essa operação terapêutica que garante a um indivíduo deixar de ser doente.

Essa ordem disciplinar possui dentro do asilo uma ligação com uma instância única, que se configura como um “ponto a partir do qual se fazem a repartição e dispersão disciplinares dos tempos, dos gestos, dos comportamentos, etc.” (FOUCAULT, 2012, p. 5), e que é dotada de um poder ilimitado a qual nenhuma pessoa pode resistir: a *instância médica*. Para investigar essa instância de poder que atravessa o asilo e que funciona como poder muito antes de funcionar como saber, Foucault se debruçará sobre diversos precursores da psiquiatria, como Fodéré (*O tratado do delírio*, de 1817), Esquirol (*Das doenças mentais*, de 1818), Pinel (*Tratado médico-filosófico sobre a mania*, de 1801), Haslam (*Observations on Insanity, with practical remarks on the disease, and an account of the morbid appearances of dissection*, de 1798), entre outros.

Fodéré, por exemplo, representa um marco na história da protopsiquiatria, ao inserir o saber psiquiátrico como autônomo e especializado do campo médico, apresentando um olhar sobre o médico que vai estabelecer a relação psiquiátrica. O médico surge como um corpo, como uma presença física que impede que o asilo em si funcione apenas como uma instituição com determinadas regras. “[...] é um campo na realidade polarizado por uma dissimetria essencial do poder, que adquire, portanto sua forma, sua figura, sua inscrição

física no próprio corpo do médico” (FOUCAULT, 2012, p. 7). Trata-se do poder médico: “O poder não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc.” (FOUCAULT, 2012, p. 7).

As intermediações em torno do médico ocorrem por meio de atores como os vigilantes e os serventes. A função dos vigilantes é olhar e informar sobre os doentes com um olhar “não armado” (não científico), mas por meio do qual será exercido o olhar científico. Um olhar cujas observações e relações possibilitarão a constituição do saber médico. Além de dever possuir como características como grande estatura física e costumes puros, os vigilantes têm de demonstrar docilidade absoluta às ordens do médico.

Os serventes estão a serviço dos vigilantes e dos doentes. São eles que, por terem contato direto com o cotidiano dos doentes, manipulá-los-ão ao fingir não poderem realizar determinados pedidos, desculpando-se em função do regulamento do asilo ou da vontade do médico. O vigilante deve sempre voltar seu olhar aos serventes como último elo da autoridade, como o poder mais baixo – mais baixo que o próprio doente.

Na verdade, o que encontramos no interior do asilo é um sistema de poder

[...] que distorce o sistema regulamentar geral, sistema de poder que é assegurado por uma multiplicidade, por uma dispersão, por um sistema de diferenças e de hierarquias e, mais precisamente, pelo que poderíamos chamar de uma disposição tática na qual os diferentes indivíduos ocupam um lugar determinado e cumprem certo número de funções precisas. Vocês têm aí, portanto, um funcionamento tático do poder ou, melhor dizendo, é essa disposição tática que permite que o poder se exerça. (FOUCAULT, 2012, p. 9)

O problema que se esboça antes mesmo da questão do conhecimento (verdade da doença) e da cura é vencer uma batalha – contra a força desencadeadora da loucura. Foi mencionado que até no início do século XIX o erro era utilizado como critério de definição sobre a loucura. O louco aparecia no discurso e na prática psiquiátrica como aquele que se acredita superior aos outros. O que passa a caracterizar o louco, a partir de então, é o fato de ele pos-

suir uma força que em algum momento fora desencadeada e sobre a qual não tem nenhum controle³¹.

Em decorrência dessa mudança, a prática psiquiátrica no início do século XIX não será mais reconhecer o erro do louco, mas “situar o ponto em que a força desencadeada da loucura deflagra sua insurreição” (FOUCAULT, 2012), abalando assim o comportamento do indivíduo. Por conseguinte, a tática do asilo a ser aplicada pelo médico, no âmbito geral deste sistema de poder, “deve ser ajustada à caracterização, à localização, ao domínio de aplicação dessa explosão da força e do seu desencadeamento” (FOUCAULT, 2012, p. 11). Em outras palavras, deve-se combater (ou submeter) a força desencadeada da loucura. Pinel ilustra isso muito bem ao definir a terapêutica da loucura como uma

[...] arte de subjugar e de domar [...] o alienado, pondo-o na estreita dependência de um homem que, por suas qualidades físicas e morais, seja capaz de exercer sobre ele um império irresistível e de mudar a corrente viciosa de suas ideias. (FOUCAULT, 2012, p. 11)

Para que a cura ocorra, deve haver uma estreita dependência do doente em relação a um poder que se encontra encarnado num homem, que o exerce não a partir de um saber, mas de suas qualidades físicas e morais específicas. Apenas isso possibilitará uma ortopedia moral (uma mudança de correntes viciosas) a partir da qual a cura será possível.

É interessante notar que na psiquiatria da época havia dois tipos de intervenção: (1) a *medicamentosa* (que é desqualificada até os trinta primeiros anos do século XIX) e o *tratamento moral* (iniciado pelos ingleses, sobretudo com Haslam, e rapidamente adotado na França), que se opõe frontalmente à primeira, o tratamento físico através de remédios. Essa via moral de compre-

³¹ Essa força era classificada como de quatro tipos, conforme “o domínio que se aplica e o campo em que faz suas devastações” (FOUCAULT, 2012):

1. Força pura do indivíduo;
2. Força dos instintos e paixões, que não é uma loucura de erro e não comporta ilusão dos sentidos, falsa crença, nem alucinação: *mania sem delírio*;
3. Força que atinge e abala as ideias tornando-as incoerentes: *mania*;
4. Força aplicada a uma ideia particular que é reforçada indefinidamente e que se inscreve obstinadamente no comportamento, no discurso e no espírito do doente: *melancolia ou monomania*.

ensão da operação terapêutica é vista por Foucault como uma cena de enfrentamento que pode ser ora incompleta – quando se caracteriza por uma operação de desgaste, de teste, exercida pelo vigilante a partir de intimidações, ameaças e ordenamentos ao doente, com objetivo de quebrar a força descontrolada do alienado por meio de uma violência astuciosa e súbita; e ora completa, quando também não passa por um reconhecimento das causas da doença, ou um trabalho diagnóstico (a partir de discurso de verdade), e muito menos se refere a um receituário ou a algo que se considera processo ou comportamento patológico, mas exclusivamente a uma batalha entre as vontades do médico e do doente.

O sucesso da operação terapêutica ocorre quando de um choque de vontades, quando de uma submissão da vontade do doente em relação ao médico, a partir de um conflito entre a ideia fixa do doente e o medo da punição. Apenas depois de muito tormento para o louco e seu reconhecimento enquanto doente (confissão de que sua crença era errada e delirante) é que se consuma o processo de cura.

Enfim, o que se coloca na prática psiquiátrica e asilar da época é uma distribuição de força, do poder, do acontecimento, da verdade, bem diferente do encontrado na medicina clínica da época – baseada na experiência, observação, atividade diagnóstica e processo terapêutico da medicina; possuem, portanto, morfologias bem diferentes.

*

Após algumas semanas de trabalho no CAPS de Santa Gertrudes, o médico se despediu do serviço. Usuários e trabalhadores se mobilizaram para organizar uma festa de despedida. Mesmo o médico não estando diariamente no serviço – estava presente três vezes por semana –, sentia-se que havia um vínculo importante entre eles. Sua atuação não se restringia a sua sala-consultório. Pelo contrário, ele primava pelo contato com os usuários nas assembleias e, principalmente, na ambiência. Surpreendi-me com a delicadeza e o afeto com que tratava e era tratado pelos usuários. Com sua saída, ficamos

por mais de um mês sem médico. Felizmente, antes de deixar o serviço, ele havia atualizado todos os prontuários, tendo feito uma espécie de mutirão para atualizar atendimentos e receitas de todos os usuários.

A dificuldade para encontrar um psiquiatra na região foi tremenda. Não que fosse um “privilégio” do nosso serviço, pois a falta de médicos psiquiatras acontece no Brasil como um todo, sobretudo nas cidades menores do interior³².

Depois de um mês, um novo médico iniciou o trabalho: um jovem psiquiatra, quando pensamos no trabalho com serviços tipo CAPS³³, mas que possuía larga experiência no campo da saúde mental – o que foi visto com apreensão pela coordenadora. Contudo, diante da necessidade de um profissional da área, o médico de pronto começou a trabalhar. Sua experiência era ampla em hospitais psiquiátricos da região, como o Hospital Psiquiátrico Bezerra de Menezes, em Rio Claro, e o Sayão, em Araras. Vinha ao serviço duas manhãs durante a semana e restringia sua atuação aos atendimentos em seu consultório. Não participava das reuniões semanais de equipe, assim como das assembleias.

*

Quando da concepção da loucura quanto erro³⁴, a proposta de tratamento preconizava sua máxima redução, até que a doença pudesse desaparecer: a cura como redução do erro – que, contudo, não podia ser reduzido apenas por demonstração, mas sim ajustando-se e manipulando a realidade, para então se efetivar a cura. Fazia-se a realidade delirar até que o delírio não fosse mais delírio e ficasse repleto de realidade. O psiquiatra manipulava o juízo, a proposição, o pensamento (ou melhor, a verdade), até que o erro se tornasse verdade.

O médico, nesse gênero de operação, é o intermediário, a pessoa ambivalente que [por um lado] olha para a realidade e a manipula e, por outro, olha para a verdade e o erro e dá um jeito para que a forma

³² Era uma demanda recorrente por parte dos CAPS da região na época.

³³ Serviços substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos.

³⁴ Séculos XVII, XVIII e início do XIX (FOUCAULT, 2012).

da realidade baixe ao nível do erro para transformá-lo assim em verdade. (FOUCAULT, 2012, p. 163)

Segundo Foucault (2012), Pinel conta em um de seus casos como curou um de seus doentes manipulando a realidade. Diante de um doente que se imaginava perseguido por revolucionários, prestes a ser levado aos tribunais e, conseqüentemente, ameaçado de pena de morte, Pinel organizou um faz-de-conta, com um pseudoprocesso e pseudojuízes que haviam absolvido o paciente. Irrealizando a realidade, o psiquiatra operou a transformação do erro em verdade e o curou.

Já nos 30 a 40 primeiros anos do século XIX, o psiquiatra atuará de maneira um pouco diferente. Ele não mais será aquele que olha a verdade do louco e diz que ele vai, de uma vez por todas, passar para o lado da realidade. Agora o psiquiatra será o senhor da realidade.

O psiquiatra é aquele que deve dar essa força coativa ao real, que vai poder se apoderar da loucura, atravessá-la por inteiro e fazê-la desaparecer. O psiquiatra é aquele que – e é aí que sua tarefa se define – deve proporcionar ao real o suplemento de poder necessário para se impor à loucura; inversamente, o psiquiatra vai ser aquele que deve tirar da loucura o poder de subtrair-se ao real (FOUCAULT, 2006).

O psiquiatra deve ser um elemento de intensificação do real – um agente de sobrepoder do real. O psiquiatra não coloca mais a verdade na relação dele com o outro; ele coloca a verdade em si.

O poder psiquiátrico é esse suplemento de poder pelo qual o real é imposto à loucura em nome de uma verdade detida de uma vez por todas por esse poder sob o nome da ciência médica, da psiquiatria. (FOUCAULT, 2012, p. 164)

É importante ressaltar que novamente não há por trás dessa psiquiatria nenhuma perspectiva teórica ou explicação específica. A psiquiatria funcionará estritamente com base em planos, procedimentos táticos e elementos estraté-

gicos³⁵. A ideia de cura subjacente se configurava como um processo quase espontâneo, obtido a partir da combinação de quatro elementos: isolamento no asilo; medicações de ordem física ou fisiológica; instrumentos de coerção física; restrições no que se refere à disciplina, obediência, horas de sono e de trabalho. Eis como se desenrolava uma terapia psiquiátrica.

O espaço asilar atua como um dispositivo de cura, onde a ação do médico se incorpora à ação da instituição. Seus regulamentos e edifícios formam um grande corpo onde a tônica será o excesso de poder, colocada ora no sistema geral de vigilância, ora no médico, ora no isolamento espacial.

A partir disso, o asilo se transforma em um espaço também de formação de discursos, como a nosografia e a anatomia patológica da doença mental. Esses discursos curiosamente não serviram de base para a formação da prática psiquiátrica, que permaneceu muda durante anos a qualquer tipo de teoria ou tentativa para tal.

O que se teve foi um *corpus* de manobras, de táticas, de gestos a fazer, de ações e reações a deflagrar, cuja tradição se perpetuou, através da vida asilar, no ensino médico, tendo simplesmente com superfícies de emergência algumas dessas observações, [...] *Corpus* de táticas, conjunto estratégico, é tudo o que se pode dizer da maneira como os loucos eram tratados. (FOUCAULT, 2012, p. 205)

Nessa relação médico-asilo, o médico faz com que o asilo lhe dê instrumentos – cuja função é intensificar a realidade – que lhe permitirão intervir sobre a loucura e reduzi-la. Trata-se de dirigir e governar a loucura. Os suplementos de poder pelos quais o asilo (e seu jogo de poder) impõe seu domínio à loucura são: a assimetria disciplinar; o uso imperativo da linguagem; a organização da penúria e das necessidades; a imposição de uma identidade estatutária em que o doente deve reconhecer-se; e a desedonização da loucura. Ao louco, resta aceitar esse poder e renunciar à onipotência de sua loucura, pois “deixar de ser louco é ser obediente, é poder ganhar a vida, reconhecer-se na identidade biográfica que formaram de vocês, é parar de sentir prazer com a loucura” (FOUCAULT, 2012, p. 206).

³⁵ Planos, procedimentos táticos e elementos estratégicos que nos são importantes para a compreensão não apenas o nascimento da psiquiatria, mas, inclusive, seu funcionamento atual.

Curiosamente, algumas noções que começam a aparecer no asilo e são pontos de apoio da estratégia asilar, como o poder do médico, a linguagem, o dinheiro, a necessidade, a identidade, o prazer, a realidade, a lembrança de infância, servirão para uma série de discursos extra-asilares e mesmo extrapsiquiátricos, a exemplo da psicanálise.

*

Até então, eu nunca havia trabalhado em serviços de saúde mental. Mesmo nos estágios de faculdade atuei junto à equipe psicossocial e à escola da Penitenciária de Platina, em uma escola municipal no município de Maracá e no Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada (CPPA) da UNESP de Assis.

Algo que muito chamou minha atenção no CAPS eram as assembleias semanais realizadas no serviço. Delas participavam usuários, trabalhadores e por vezes até familiares de usuários. A pauta das reuniões era diversa: desde questões sobre a limpeza, sobre o funcionamento do serviço, até a questão da televisão (a organização dos horários, de maneira a permitir que as pessoas pudessem assistir a diferentes programas, canais e mesmo filmes em DVD, trazidos de casa por alguns usuários). Ali, todos poderiam sugerir pautas, falar, opinar e, quando necessário, votar. A assembleia do serviço se tornava um importante dispositivo de gestão do serviço de maneira horizontalizada. Por ali passavam inclusive ideias de novos projetos, como o grupo de futsal, a horta, a divulgação de atividades da Secretaria de Cultura, de qualificação profissional e mesmo de viagens, como a que fizemos a Bauru, em 2007, pelos 20 anos da luta antimanicomial e da visita à cachoeira em Analândia.

Um dos primeiros projetos de oficina que desenvolvi no CAPS foi o de futsal. Aliás, o futebol me acompanhou nessa minha trajetória profissional desde a graduação quando, pelo Centro Acadêmico, participei da organização de campeonatos interturmas da Psicologia (2000 e 2001); passando pela penitenciária, participava do grupo de esportes junto aos presos (2005, 2006 e 2007), sobretudo para viabilizar ações para o futsal na unidade; no CAPS de Santa

Gertrudes (2007, 2008 e 2009) e, posteriormente, no CAPS III Estação, em Campinas (2012, 2013 e 2014).

Como o futebol era uma discussão sempre em voga na ambiência do serviço e diante do fato de o CAPS ficar localizado na região central do município, a poucas quadras de um parque com quadra poliesportiva, surgiu a ideia de jogarmos futebol toda segunda-feira de manhã. Inicialmente, éramos cerca de cinco a seis pessoas do serviço, mas posteriormente, como jogávamos na quadra principal, surgiram outras pessoas da comunidade para participar, geralmente adolescentes.

Durante todo o meu período no CAPS, todas as segundas-feiras jogávamos na quadra. Chegamos, inclusive, a participar de jogos inter-CAPS nos municípios de Casabrancas e Rio Claro. Aquela atividade propiciava um fortalecimento de vínculos e de confiança que nem sempre eram possíveis com os atendimentos individuais.

*

O poder psiquiátrico, nas primeiras décadas do século XIX, funcionou como um suplemento de poder dado à realidade. Mais que uma intervenção terapêutica, o poder psiquiátrico diz de uma maneira de gerir. Trata-se de um regime de isolamento, de regularidade, de emprego do tempo, de sistema de carências medidas, de obrigação de trabalho com o objetivo de lutar contra a loucura.

Nessa perspectiva de domínio da loucura, algo se sobressai em diversos textos de (proto)psiquiatras da época: a noção de direção. Historicamente, sua origem não advém da psiquiatria, mas traz conotações da prática religiosa, como a direção de consciências de séculos antes. Essa ideia de direção busca dar à realidade um poder coativo: fazer a realidade funcionar como poder e validar o poder que se exerce no asilo como sendo o poder da própria realidade. O asilo precisa funcionar como um espaço fechado e independente de quaisquer pressões (mesmo a da família), mas deve ser em si a própria reprodução da realidade. Isso aparece nas edificações parecidas com moradias, nas

relações intra-asilo, que são parecidas com as dos cidadãos, na obrigação do trabalho, no sistema geral de necessidades e de economia que é ativado etc. Ou seja, há uma tautologia asilar que, segundo Foucault, busca “dar poder à realidade e fundar o poder na realidade” (2012, p. 219).

Como então funcionava esse jogo da realidade dentro do asilo? O que no tratamento moral pode ser identificado como realidade? Foucault destaca quatro elementos que são como que nervuras da realidade. Eles penetram no asilo e atuam como “pontos sobre os quais se articula o regime asilar, a partir dos quais se estabelece a tática na luta asilar” (FOUCAULT, 2012, p. 221):

1. *Vontade do outro*. O louco tem que se curvar à vontade do outro na medida em que a vontade do outro sempre será superior à sua;
2. *Jugo da identidade, do nome e da biografia*. Age-se junto ao louco de maneira que ele “aprenda” informações como seu nome e seu passado. Na verdade, o louco é obrigado a contar todas essas informações, em primeira pessoa, em um ritual semelhante ao da confissão (anamnese)³⁶;
3. *Realidade não real da loucura e realidade do desejo que constitui a realidade da loucura e que a anula como loucura*. Busca-se mostrar ao louco que sua loucura é loucura (que ele está doente) ao mesmo tempo em que se mostra que o cerne de sua loucura não é doença, mas um defeito, uma maldade, uma falta de atenção, uma presunção. Ou seja, impõe-se a realidade de uma doença ao mesmo tempo em que uma realidade de um desejo não doente, que anima e se encontra na raiz da doença;
4. *Realidade da necessidade, da troca e do trabalho*. São utilizadas diversas técnicas relativas ao dinheiro, às necessidades, às necessidades de trabalho, ao sistema de trocas e utilidades e à obrigação de se bancar suas necessidades.

³⁶ Leuret, em *O tratamento moral da loucura* (1840), relata diversos casos, como o do Sr. Dupré, em que utilizou da ameaça de baldes de água para conseguir que o doente contasse de sua vida.

Esses elementos são importantes pelo fato de inserir na prática psiquiátrica questões que estão até hoje de certa forma presentes na psiquiatria: em primeiro lugar, a dependência, a

[...] submissão ao médico como detentor de certo poder incontornável ao doente. Em segundo lugar, a prática de confissão [...], da anamnese, do relato, do reconhecimento de si. Isso inscreve igualmente na prática asilar o procedimento pelo qual vai se colocar, a toda a loucura, a questão do desejo ao mesmo tempo secreto e inadmissível que a faz existir realmente como loucura. E, por fim, em quarto lugar, inscreve evidentemente o problema do dinheiro, da compensação financeira, o problema de como prover às suas próprias necessidades quando você é louco, de como, no interior da sua loucura, instaurar o sistema de troca a partir do qual você poderá financiar sua existência de louco. (FOUCAULT, 2012, p. 222)

Esses elementos contribuem sobremaneira para a definição do que virá a ser um indivíduo curado: aquele que aceita os jugos da dependência, da confissão, da inadmissibilidade do desejo e do dinheiro. A cura é vista como um processo de sujeição física cotidiana, e o curado como portador da lei do outro, da identidade de si, da não admissibilidade do desejo e da inserção da necessidade em um sistema econômico – quádruplo sistema de ajustamento.

A diferença entre o asilo e a escola, os quartéis, orfanatos, enquanto espaço disciplinar, será apenas o fato de o primeiro ser um espaço medicamente marcado. De fato, sabe-se que até o século XVIII os lugares onde se colocavam os loucos não eram medicamente marcados (Bicêtre, Salpêtrière, Saint-Lazare, Charenton). Não é que não havia médicos nesses espaços, mas não se esperava deles a cura do louco. Apenas a partir do século XIX é que se generaliza a ideia da necessidade de uma direção, de um regime para os loucos, e isso deveria estar na responsabilidade de um pessoal médico.

Aqui cabe destacar de que maneira se manifesta a distorção entre a teoria médica e esses fenômenos táticos de direção. A relação entre o médico-chefe e os doentes, por exemplo, ocorria de maneira aleatória. A distribuição dos doentes não seguia nenhuma repartição nosográfica das doenças mentais. Definições, por exemplo, entre mania e lipemania³⁷, mania e monomania³⁸, ou

³⁷ “Foucault se refere às distinções que Esquirol estabelece no campo da loucura definida como ‘afecção cerebral geralmente crônica, sem febre caracterizada por desordem da sensibilidade, da inteligência e da vontade’. No interior desse campo delimitado por essa divisão tripartite

entre as manias e as demências³⁹, não repercutiam na organização dos doentes. As divisões eram outras: curáveis e não curáveis; calmos e agitados; obedientes e insubmissos; capazes e incapazes de trabalhar; punidos e não punidos; com necessidade de vigilância contínua e sem necessidade de vigilância etc.

Outro exemplo é quanto à utilização de medicamentos no asilo a título de direção e punição, contrariando diversos estudos e análises sintomatológicas ou anatomopatológicas da época. Nesse sentido, não se pode dizer que o médico atuava a partir do saber psiquiátrico. A marcação médica

É, na realidade, a instauração de um jogo entre o corpo sujeitado do louco e o corpo institucionalizado do psiquiatra, ampliado à dimensão de uma instituição. O asilo deve ser concebido como o corpo do psiquiatra; a instituição asilar nada mais é que o conjunto das regulações que esse corpo efetua em relação ao próprio corpo do louco sujeitado no interior do asilo. (FOUCAULT, 2012, p. 236)

Para Foucault, o efeito de poder suplementar dado por marcas de saber (e não por um conteúdo de um saber, uma ciência) faz com que o asilo precise ser marcado medicamente. O poder médico funcionará dentro do asilo por meio de um jogo de marcas que de certa forma designam a existência de um saber. É apenas através dessas marcas de saber que o médico poderá atuar no asilo com um poder absoluto, o que permitirá que o poder psiquiátrico aja como intensificador da realidade.

das faculdades psicológicas inscrevem-se variedades clínicas que diferem entre si por (a) a natureza da desordem que afeta as faculdades; (b) a extensão da desordem; (c) a qualidade do humor que a afeta. Assim enquanto a mania se caracteriza pela 'perturbação e exaltação da sensibilidade, da inteligência e da vontade', na lipemania – neologismo criado por Esquirol em 1815 a partir do qual o grego tristeza, aflição – 'a sensibilidade é dolorosamente excitada ou lesada; as paixões tristes, opressivas, modificam a inteligência e a vontade'." (FOUCAULT, 2012, p. 245)

³⁸ "A distinção entre mania e monomania tem por critério a extensão da desordem: geral ou parcial, isto é, centrada numa faculdade (monomanias intelectuais, instintivas, etc.) num objeto (erotomania) ou num tema (monomania religiosa, homicida). Assim, a mania se caracteriza pelo fato de que o 'delírio é geral, todas as faculdades do entendimento são exaltadas e perturbadas', enquanto na monomania 'o delírio triste ou alegre, concentrado ou expansivo, é parcial e circunscrito a um pequeno numero de ideias e de afecções'." (FOUCAULT, 2012, p. 245)

³⁹ "Por oposição à mania, caracterizada pela 'exaltação das faculdades', o grupo das demências – com suas variedades 'aguda', 'crônica' e 'senil' – se distingue por seus aspectos negativos: 'A demência é uma afecção cerebral, geralmente sem febre e crônica, caracterizada pelo enfraquecimento da sensibilidade, da inteligência e da vontade'." (FOUCAULT, 2012, p. 245)

Quando um doente chega à instituição, o médico que vai interrogá-lo precisa já estar informado (seja pela família do louco ou pelo círculo social do doente) sobre as razões pelas quais o doente está ali. É preciso mostrar conhecimento sobre suas queixas, sua biografia, para lhe mostrar que se conhece mais dele do que ele próprio (ou pelo menos mais do que ele imagina conhecer). Assim, o médico pode intervir mostrando seu conhecimento sobre o doente, inclusive apontando quando mente.

Para Esquirol (e seus sucessores), no interrogatório não deve ser permitido que o doente fale o que quiser, mas apenas que responda às respostas do médico. O doente deve dar conta de que suas respostas não informam o médico, mas municiam o seu saber. “O interrogatório vai ser uma maneira de substituir discretamente as informações tiradas do doente [...] por um jogo de significações que proporcione ao médico a ascendência sobre o doente” (FOUCAULT, 2012, p. 231). É também necessário criar um sistema de vigilância permanente, no intuito de constituir um dossiê para lhe apontar seus erros e suas consequentes punições. Os jogos da medicação e da direção são fundamentais na medida em que se pune o doente, mostrando-lhe que isso é terapêutico: é a punição funcionando como remédio; um duplo jogo do remédio e da punição que só pode ser protagonizado por alguém que se apresente como detentor da verdade sobre o que pode ser remédio ou punição.

Por fim, um dos elementos mais importantes, pelo qual o médico atribui a si as marcas do saber dentro do asilo, é o jogo da clínica. A apresentação do doente em uma encenação em que o interrogatório do doente serve como instrução de estudantes,

[...] e em que o médico vai atuar no duplo registro daquele que examina o doente e daquele que ensina os estudantes, de modo que será ao mesmo tempo aquele que cuida e aquele que detém a palavra do mestre, será médico e mestre ao mesmo tempo. E [...] vocês estão vendo que essa prática clínica se instaurou de uma maneira, afinal bem precoce no interior da prática asilar. (FOUCAULT, 2012, p. 232)

Esse jogo da clínica é importante, pois mostra ao doente que, mesmo que ele não dê importância, há diversos estudantes de medicina dispostos a escutar o que o médico diz. Há uma multiplicação do efeito do poder da sua

palavra em função da presença desses ouvintes que serão futuros profissionais da medicina. Ao comentar suas respostas, o médico mostra ao doente que possui conhecimento sobre sua doença e que pode fazer uma exposição teórica para seus alunos. Isso possibilita uma mudança no olhar do doente em relação ao médico. Ao fazer o doente apresentar sua vida aos estudantes, o próprio doente começa a ver sua vida, sua realidade, sob o prisma da doença. Nesse rito da apresentação clínica do doente tem-se o grande amplificador do poder psiquiátrico, pois por meio da clínica o médico se constitui como mestre, como detentor da verdade.

*

Depois de pouco mais de um ano de ter saído do CAPS de Santa Gertrudes, voltei ao serviço com a proposta de atividade de produção imagética com os usuários do serviço por meio de pesquisa de mestrado realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP de Rio Claro (2011). Em um primeiro momento, faríamos algumas sessões de cinema para depois realizar as oficinas de produção de imagens.

O filme sugerido pelos usuários para dar início à sessão de cinema foi *Bicho de Sete Cabeças*. Com o objetivo de fazer um *making-of* da sessão de cinema, que acabou por disparar muitas *conversações* no grupo de oito usuários, foram realizadas duas filmagens: uma antes e outra depois do filme. Atenho-me aqui à segunda, pelas intrigantes questões mobilizadas.

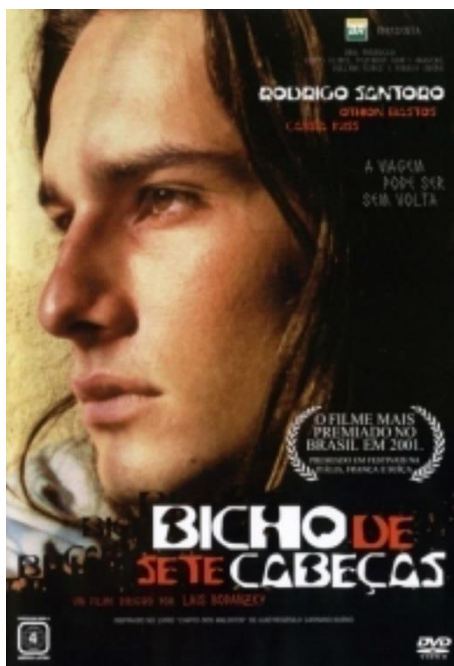


Figura 18: Capa da versão em DVD do filme Bicho de Sete Cabeças.
Fonte: Acervo do autor.

No vídeo, a câmera balança desajeitadamente – a postura é pouco convencional para alguém que vai trabalhar com produção de imagens em seu mestrado. Os créditos sinalizam o fim do filme e com ele o silêncio logo interrompido por Simone:

- (1) **Simone:** - *Aconteceu tudo isso aí comigo.*
- (2) **Pesquisador:** - *Oi!?*

O *zoom in* e o *zoom out*⁴⁰ grosseiramente manejados entregam que, definitivamente, a técnica nas filmagens não é uma das habilidades do pesquisador.

- (1) **Simone:** - *Tudo o que aconteceu com esse moço aconteceu comigo. Tudo isso aí comigo.*
- (2) **Paula:** - *Você não tentou se matar não, né?!*
- (3) **Simone:** - *Só não tentei me matar. Me falavam...*

⁴⁰ Expressões do cinema utilizadas para definir um zoom para frente e/ou para trás.

Não se consegue ouvir ao certo o que Simone diz, já que depois do silêncio dos créditos o filme voltou à tela inicial do menu do DVD e, com ele, a música *Fora de si* de Arnaldo Antunes.

eu fico louco
eu fico fora de si
eu fico assim
eu fica fora de mim
eu fico um pouco
depois eu saio daqui
eu vai embora
eu fico fora de si

eu fico oco
eu fico bem assim
eu fico sem ninguém em mim

Apesar da compreensão das falas em si ficar comprometida, de alguma maneira, o acaso *fora de si* da música compõe com as *conversações*...

(1) **Simone:** - *Fiquei quatro vezes internada. Entre a vida e a morte. Daí meu marido pedia pra tirar eu de lá... Me internaram lá no Bezerra⁴¹. Eu ia pelo plano médico depois eu ia pelo governo. Tudo isso que aconteceu com o moço, aconteceu comigo. Davam serra leão em mim! Amarrava eu, sabe?! Largava lá na casa abandonada!*

Não se pretendia estabelecer um debate acerca da Reforma Psiquiátrica, mesmo porque a escolha do filme coube ao próprio grupo, mas o encontro com o filme disparou relatos e discussões, sobretudo acerca da internação e da violência nos hospitais psiquiátricos por muitos ali experienciadas⁴².

*

Segundo Foucault, o saber do psiquiatra foi um “dos elementos pelos quais o dispositivo disciplinar organiza em torno da loucura o sobrepoder da realidade” (FOUCAULT, 2012, p. 299). Contudo, o autor aponta alguns elemen-

⁴¹ *Bezerra de Menezes* é um hospital psiquiátrico do município de Rio Claro.

⁴² Trecho retirado do livro *Ensaio-fílmico: cinema, loucura e resistência* (CHRISTOFOLETTI, 2013).

tos presentes (mesmo que de forma discreta e dispersa) nesse regime disciplinar⁴³ que se constituíram como pontos de sustentação no processo de transformação (interna e externa) do poder psiquiátrico, por meio do qual a questão da verdade se coloca à loucura.

Tais elementos funcionaram de fato no sistema disciplinar, mas contribuíram, ao mesmo tempo, para a sua própria fratura – esse momento em que o saber médico, antes restrito a uma marca de saber, viu-se convocado a falar não mais em termos de poder, e sim de verdade. Esses três elementos (ou técnicas) atuaram como grandes operadores de medicalização, de realização da loucura como doença, ao assumir a forma de prova psiquiátrica “da realização da doença que entroniza o psiquiatra como médico e faz funcionar a demanda como sintoma” (FOUCAULT, 2012, p. 351). São eles: o interrogatório, a hipnose e a droga.

O interrogatório de fato correspondia a uma forma de fixar o indivíduo a uma identidade, ao obrigá-lo a se reconhecer em seu passado (em determinados acontecimentos de sua vida), ao mesmo tempo em que constituía quatro operações de realização da loucura:

1. *Pesquisa dos antecedentes*: busca, a partir do histórico familiar, de qualquer tipo de doença, sinais que possam suprir a falta da anatomia patológica. Dada a ausência de uma causa orgânica, procura-se em sua família ou em acontecimentos patológicos, com o intuito de acenar para a existência de um suposto material patológico (metaorgânico). Por meio da hereditariedade busca-se substituir o corpo da anatomia patológica.
2. *Pesquisa dos antecedentes individuais*: busca de sinais de que a loucura se anuncia antes de realmente existir como loucura – daí a ênfase nas lembranças de infância. Trata-se de uma tentativa de mostrar que a loucura existia antes de ser constituída, e isso por meio da busca de sinais não necessariamente patológicos, mas que apresentem marcas de disposição de uma doença – sinais que situam a pessoa no campo da anomalia.

⁴³ Regime disciplinar que vai dos anos vinte aos sessenta do século XIX.

3. *Organização de cruzamento entre a responsabilidade e a subjetividade*: uma espécie de combinado entre médico e doente, no qual o primeiro isenta a responsabilidade jurídica ou moral pelo que acontece com o segundo (ou pelo que ele fez), com a condição de que os assumam subjetivamente como sintomas subjetivos de sua existência e consciência – transformações pelas quais o indivíduo se encontra ali em sintomas.
4. *Organização da confissão central*: O interrogatório sempre tem por finalidade obter do interrogado o reconhecimento e a atualização do foco delirante de sua loucura – seja por meio de confissão (ouvir vozes, pensar ser Napoleão, delirar), seja provocando uma alucinação ou uma crise histérica. Trata-se de fazer o sujeito se dizer louco e doente, pois, para muitos psiquiatras (até hoje), apenas assumindo-se enquanto tal é que se pode se libertar de sua loucura.

No interrogatório psiquiátrico, trata-se, de um lado, de constituir a *mímesis* médica, o *análogo* de um esquema médico dado pela anatomia patológica: o interrogatório psiquiátrico constitui, em primeiro lugar, um corpo pelo sistema de assinalações de hereditariedade, dá corpo a uma doença que não tinha corpo; em segundo lugar em torno dessa doença, ele constitui um campo de anomalias; em terceiro lugar, ele fabrica sintomas a partir de uma demanda; e, enfim, em quarto lugar, ele isola, circunscreve, define um foco patológico que mostra e atualiza na confissão ou na realização desse sintoma maior e nuclear. (FOUCAULT, 2012, p. 357)

O segundo elemento que convoca o saber médico a não mais falar em termos de poder, mas em termos de verdade, é a droga. Ainda no fim do século XVIII, um médico italiano começou a utilizar grandes doses de ópio com o objetivo de determinar se um indivíduo era doente mental ou se estava apenas simulando. Foucault (2012) refere-se ao cirurgião das prisões como Milão Monteggia, que,

[...] suspeitando que um criminoso estivesse simulando a loucura, administra-lhe repetidamente ópio em forte dose, de tal modo que o detento ficou tão cansado 'do efeito do ópio que, temendo a morrer considerou inútil a simulação'. (FOUCAULT, 2012, p. 379)

Durantes os oitenta primeiros anos do século XIX utilizaram-se generalizadamente drogas nos hospitais psiquiátricos; contudo, merece destaque o

livro de Moreau de Tours, de 1845, para se compreender melhor essa relação entre psiquiatria-drogas-doença mental. Trata-se de um relato sobre a própria experiência de utilização do haxixe para que pudesse perceber, a partir da sua intoxicação, fases como: sentimento de felicidade; excitação e dissociação de ideias; erro sobre tempo e espaço; desenvolvimento da sensibilidade visual e auditiva; ideias fixas e convicções delirantes; alteração das afecções (como medos, excitabilidade etc.); impulsos irresistíveis; e ilusões e alucinações. Moreau relacionou essa experiência com processos da doença mental (como a dissociação de ideias, o erro sobre o tempo e espaço etc.). É a partir desse momento que Foucault relata haver um “confisco psiquiátrico dos efeitos da droga no interior do sistema da doença mental” (FOUCAULT, 2012, p. 361) – uma assimilação entre os efeitos da droga e os sintomas da doença mental que possibilitaria uma reprodução artificial da loucura.

Acredita-se que “os diferentes fenômenos que caracterizam a intoxicação do haxixe constituem uma sequencia natural, necessária, um encadeamento espontâneo, uma série homogênea” (FOUCAULT, 2012, p. 362). Diferentemente de Pinel e Esquirol, que buscavam uma faculdade lesada para essa ou aquela doença mental, agora acredita-se que “só há uma loucura que evolui ao longo da existência dos indivíduos, que pode, é claro, deter-se, bloquear-se, fixar-se numa etapa” (FOUCAULT, 2012, p. 362).

Tal fundo, a partir do qual os sintomas da loucura podem se manifestar, corresponde ao foco que os anatomopatologistas têm em relação a determinado ponto do corpo. Para Moreau de Tours, esse fundo (esse núcleo) se chamará “modificação intelectual primitiva”, ou ainda “modificação primordial”.

A utilização do haxixe permitiria ao médico uma comunicação direta com a loucura para além da simples observação exterior, uma forma experienciar subjetivamente a loucura via intoxicação com o haxixe. A falta do corpo (que os anatomopatologistas utilizavam) vai ser suprida pela própria experimentação da loucura; uma vinculação entre a experiência do psiquiatra e a experiência do louco. O psiquiatra, que impunha sua lei à loucura por exclusão (‘ele não pensa como eu!’), passa a crer experienciá-la, reconhecê-la em seu interior, podendo

assim reconstituir os acontecimentos e processos que caracterizam a loucura do doente.

[...] é assim que se acha fundada essa celebre e absolutamente nova apreensão da psiquiatria sobre a loucura, que tem a forma da compreensão [...] a compreensão como lei do psiquiatra normal sobre o próprio movimento da loucura encontra aqui seu princípio originário. (FOUCAULT, 2012, p. 364)

Esse fundo primordial, que é homogêneo à loucura (mas não é a loucura), é definido por Moreau como o sonho: algo que se encontra no homem normal e que serviria como princípio de inteligibilidade para a loucura a partir da experiência com o haxixe. “O sonho é fixado [...] como sendo a lei comum à vida normal e à vida patológica; é o ponto a partir do qual a compreensão do psiquiatra vai poder impor sua lei aos fenômenos da loucura” (FOUCAULT, 2012, p. 366).

Essa posição do sonho entre a loucura e a vigília, diz Foucault (2012), será o ponto fundador da história da psiquiatria e da psicanálise. É justamente a partir de Moreau que o psiquiatra e o psicanalista não cansarão de repetir a si mesmos que, sendo capazes de sonhar, podem compreender o que é a loucura. Se a droga é o sonho injetado na vigília (a efetivação da loucura), então, ao oferecer haxixe para alguém já doente, pode-se aumentar sua loucura, torná-la mais visível e precipitar o seu curso.

[...] como a mania consiste numa espécie de excitação e como, na tradição médica [...] a crise é precisamente o momento em que os fenômenos de uma doença se tornam mais rápidos e mais intensos, vamos tornar um pouco mais maníacos os maníacos, vamos lhe dar haxixe e, com isso, curá-los [...]. Temos, portanto, [...] uma espécie de reconstituição, paralela ao interrogatório, alheia ao interrogatório, dos mecanismos que são precisamente os que vimos ser aplicados no interrogatório. O haxixe é uma espécie de interrogatório automático e, se o médico perde poder na medida em que deixa a droga agir, o doente por sua vez, se acha tomado no automatismo da droga, não pode opor seu poder ao do médico, e o que o médico pode perder em poder, ele recupera, pelo fato de ter uma compreensão no próprio interior da loucura. (FOUCAULT, 2012, p. 367)

Por fim, há um último grande operador de realização da loucura, que é a hipnose e o magnetismo. Nos hospitais psiquiátricos (nos anos de 1820 a

1825) o magnetismo era utilizado para impor uma vontade ao magnetizado, o que possibilitava ao médico um controle e domínio absolutos do doente. Já com a hipnose, conseguia-se impor de forma absoluta a própria vontade do médico; permitia-se intervir no corpo não apenas no nível disciplinar dos comportamentos, mas nos músculos e nervos – uma maneira mais extrema ainda do que o interrogatório de dominar o corpo do doente. Pois bem,

O interrogatório, a hipnose e a droga são três maneiras de realizar efetivamente a doença, mas, no interrogatório, essa realização da doença, é claro, só se dá na linguagem e, sobretudo, tem o duplo defeito de, em primeiro lugar, não pôr o psiquiatra em comunicação interna com os mecanismos da loucura, a não ser pelo jogo de perguntas e respostas; e, em segundo lugar, o interrogatório não possibilita agir sobre o detalhe do corpo do doente.

Ao contrário, com a droga vai-se ter a possibilidade dessa apreensão interna, dessa espécie de suplemento de poder que é dado ao psiquiatra pelo fato de que ele pensa, de que ele imagina poder compreender os fenômenos da loucura. Apreensão interna, por conseguinte. Quanto à hipnose, vai ser o instrumento pelo qual a psiquiatria vai apreender o próprio funcionamento do corpo do doente. (FOUCAULT, 2012, p. 372)

Esses elementos adquirirão grande importância na medicina orgânica clássica, a partir de 1860 a 1880, quando surge uma nova realidade do corpo que não é apenas um organismo constituído por órgãos e tecidos, mas que tem funções, desempenhos e comportamentos: o corpo neurológico. Emerge, então, pela primeira vez a possibilidade de conectar esse novo corpo a uma medicina fundada sobre uma anatomia patológica ou fisiologia patológica, ou seja, de incluir a loucura dentro de uma sintomatologia médica.

O fracasso [...] de Charcot e, o fato de que o corpo neurológico vai escapar ao psiquiatra, como o corpo da anatomia patológica, vai deixar ao poder psiquiátrico os três instrumentos de poder que foram instaurados na primeira parte do século XIX. Ou seja, depois do desaparecimento da grande esperança neurológica, só encontraremos os três elementos: o interrogatório – a linguagem –, a hipnose e a droga; isto é os três elementos com os quais, seja nos espaços asilares, seja nos espaços extra-asilares, o poder psiquiátrico funciona até hoje. (FOUCAULT, 2012, p. 374)

*

(1) **Paula:** - Davam choque também?

(2) **Simone:** - Davam choque. Há dez anos atrás.

E a música continua...

eu fico louco
eu fico fora de si
eu fico assim
eu fica fora de mim

eu fico um pouco
depois eu saio daqui
eu vai embora
eu fico fora de si

eu fico oco
eu fico bem assim

De repente, ainda desengonçado com a câmera, me dei conta de que a música estava alta, então diminuí o volume da televisão.

- (1) **Paula:** - Meu marido também ficou internado. Só que ele não precisou tomar choque, não. Ele ficou no hospital psiquiátrico, mas eu podia ficar com ele lá o dia inteiro. Só não ficava de noite.
- (2) **Simone:** - ... eu tinha uma filha com dez anos, a mais nova tinha dez anos... ela ia visitar eu... todo dia... ela comprava um tanto assim de doce (gesticulando com as mãos)... me entupia de doce...
- (3) **Paula:** - Você chegou a ter que tomar choque?
- (4) **Simone:** - Cheguei a levar choque.
- (5) **Paula:** - Ficar em lugar fechado também?
- (6) **Simone:** - Ficar em lugar fechado. Ficar amarrada.
- (7) **Paula:** - Sem lugar pra fazer xixi, beber água?
- (8) **Simone:** - Sem lugar pra fazer xixi, beber água. Sem comer.
- (9) **Paula:** - Isso é desumano.

O eletrochoque (ou eletroconvulsoterapia, como é chamada) é uma prática médica que ainda hoje é considerada um importante instrumento de *atenção* à crise psiquiátrica por muitos psiquiatras. Vimos que o foco da psiquiatria é estritamente a doença e, para ela, a crise é vista como “uma situação de grave disfunção que ocorre exclusivamente em decorrência da doença.” (AMARANTE, 2008, p. 81), ou seja, coloca-se a crise como estritamente da ordem do sujeito. Esse momento pode ser identificado

[...] como de máxima simplificação de uma relação onde, por um lado, o sujeito que está por mostrar-se já fez, progressivamente, uma simplificação e reduziu a um sintoma a complexidade de sua existência de sofrimento; por outro lado, o serviço, qualquer que seja ele, equipou-se de modo especular para perceber e reconhecer – oferecendo-se como modelo de simplificação – o próprio sistema. (DELL'AQUA; MEZZINA, 2005, p. 162)

- (1) **Simone:** - Porque meu marido ficou lá no Paraná porque morreu minha sogra, meu sogro, meu cunhadinho com 21 anos de acidente...e eu fiquei internada... e minha mãe me internou... minha mãe e minha filha de 13 anos... e meu filho de 19 anos... me internou na clínica. Era pra ser lá no "Sayão"⁴⁴. Aí o medico foi lá esperar e me levou pro Bezerra.
- (2) **Simone:** - Eu queria ficar internada. Eu não queria ficar em casa. Eu queria interná. Por fim, eu queria sair de lá e não conseguia sair de lá.

É impressionante o poder da psiquiatria na sociedade, mesmo com o avanço da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica. Há como que uma crença absoluta na figura do médico, sobretudo no âmbito da psiquiatria, enquanto detentor absoluto da verdade e única forma de tratamento à pessoa em sofrimento psíquico. Por isso ainda hoje práticas como eletrochoque e internação são pouco questionadas por grande parte das pessoas.

- (3) **Pesquisador:** - Antes você mesmo queria se internar e depois queria sair de lá...
- (4) **Simone:** - Depois queria sair de lá.
- (5) **Pesquisador:** - Depois que conheceu lá...
- (6) **Simone:** - Depois que eu conheci... na hora que eu entrei, assim, parecia um palácio, depois lá no fundo era um lixo.
- (7) **Simone:** - Na frente é um palácio. Parece que você está no céu.
- (8) **Paula:** - O Bruno (marido) também quase morreu lá.
- (9) **Simone:** - Parece um palácio, parece não – acenando para outra usuária – não parece mesmo?! Depois...
- (10) **Tânia:** - Depois parece um presídio.

Simone: - Parecia um presídio. Eu fiquei internada quatro meses e meu pé ficava assim... – gesticulando com as mãos em torno do pé – aqueles pés tudo cheio de cascão... com a unha tudo comprida... o cabelo, eu tinha um cabelo cumprido que nem o dela e cortaram o cabelo bem curtinho. Só que ia uma mulher fazer a nossa unha (da mão), uma enfermeira muito boazinha ia fazer nossa unha de sábado. Aí depois ela parou de ir lá e aí ficou... tudo jogado. Eu ficava lá lavando meu pé na torneira direto... com aquele cascão no pé...

⁴⁴ Sayão é o hospital do município de Araras.

meus chinelos ficavam tudo assim – novamente gesticulando – aqueles chinelo no pé... ficava lá que nem uma mendiga. A minha roupa roubaram tudo. Levei uma sacolada de roupa... me deixavam lá que nem uma mendiga. Vim de ônibus ainda. Meu marido ainda não tinha carro... viemos de ônibus circular da clínica... fedendo... porque nem banho eu queria tomar mais lá... fiquei traumatizada, sabe? Banho gelado, aqueles banho frio, sabe!?. Levava xampu lá e levavam tudo o xampu da gente... os paciente roubava tudo o xampu da gente. Comida, pra comer era aquele bolor, aquele pelote – gesticulando círculos com as mãos – macarrão tudo grudeiro. Daí eles levavam comida lá de tarde pra mim lá... janta pra mim lá na clínica porque não podia entrar a noite [...]⁴⁵

*

As medicações foram utilizadas, ao longo da história da psiquiatria, das mais diversas maneiras e com os mais diferentes objetivos: manipulação, disciplina e realização da doença. Como visto, até o final do século XVIII e início do século XIX, a base da estratégia em relação ao tratamento da loucura era a manipulação. Cabia aos médicos, então,

[...] constituir em torno da doença, de certo modo no prolongamento da doença, deixando-a ir em frente e seguindo-a, uma espécie de mundo ao mesmo tempo fictício e real na qual a loucura caía nessa armadilha de uma realidade insidiosamente induzida. (FOUCAULT, 2012, p. 41)

A partir da ideia delirante do louco manipulavam-se acontecimentos de maneira a autenticar o seu delírio e afastar o que no delírio funcionava como causa. Essas seriam as condições para que o delírio fosse suprimido e a cura fosse garantida.

A partir do momento em que o doente de fato acredita que seu delírio era verdade, a partir do momento em que acredita que foi suprimido aquilo que, no seu delírio, era a causa da sua doença, então ele se encontra a possibilidade de aceitar uma intervenção médica. A pretexto de curar a doença que lhe havia sido infligida pela criada, nessa espécie de brecha, dá-se uma medicação que é medicação no delírio, medicação que no delírio deve permitir que ele escape da doença que a criada havia provocado e que é uma medicação do delírio, já que lhes dão de fato medicamentos que, acalmando seus humores, acalmando seu sangue, livrando-o de todas as obstruções do sistema sanguíneo, etc., garantem-lhe a cura. E vocês veem que um elemen-

⁴⁵ Trecho retirado do livro *Ensaio-fílmico: cinema, loucura e resistência* (CHRISTOFOLETTI, 2013).

to da realidade – o medicamento – vai funcionar também aqui em dois níveis: como medicação no delírio e como terapia do delírio. E é essa espécie de jogo organizado em torno da ficção de verificação do delírio que garante efetivamente a cura. (FOUCAULT, 2012, p. 44)

Contudo, esse jogo da verdade do/no delírio será suprimido, no século XIX, pela prática disciplinar (essa nova microfísica do poder) na prática psiquiátrica que irá instituir “os elementos nucleares de todas as cenas psiquiátricas que vão se desenvolver em seguida e sobre as quais se constituirão tanto a teoria como a instituição psiquiátrica” (FOUCAULT, 2012, p. 44). A prática psiquiátrica passa então a funcionar fundamentalmente com base em planos, procedimentos táticos e elementos estratégicos.

A questão da medicação nos trinta a quarenta primeiros anos do século XIX aparece em um contexto de compreensão do tratamento como uma combinação de elementos (isolamento; instrumentos de coerção física; restrições quanto à disciplina, obediência, horas de sono e de trabalho e medicação) e práticas de essencialmente dois tipos: psicofísicas ou fisiológicas.

A medicação de ordem psicofísica se configurava como uma série de práticas utilizadas nos doentes com vistas a produzir uma função punitiva e terapêutica ao mesmo tempo. Leuret, inclusive, em *O Tratamento moral da loucura*, de 1840, traz um relato de um caso (Sr. Dupré) que nos ajuda a compreender o papel desse tipo intervenção que não possuía uma explicação que a fundamentasse como uma etiologia da doença mental ou uma fisiologia do sistema nervoso.

Sr. Dupré é um homem gordo, com baixa estatura, de olhar incerto, que acredita ser o único homem do hospício. As demais pessoas, para ele, seriam todas mulheres que usavam máscaras. A primeira intervenção junto ao Sr. Dupré é a demonstração de força, ou seja, colocar-se acima dele de maneira a atestar a submissão do doente ao médico nesse mundo diferencial que é o asilo. Trata-se do princípio da vontade alheia, no qual toda a realidade do doente deve estar voltada à vontade do médico. Apenas com o estabelecimento de um estado de docilidade e de uma diferença de poder⁴⁶ é que se pode minar a

⁴⁶ Foucault ressalta que essa questão da marcação de poder está presente na obra de diversos psiquiatras como Leuret, Pinel, Esquirol, Falret e George.

afirmação de onipotência da loucura presente – seja pelo delírio presente nas ideias de grandeza, seja na maneira como o delírio se exerce (como em um delírio de perseguição que o faz recusar qualquer tipo de discussão, raciocínio e/ou prova).

Nessa manobra da operação psiquiátrica de marcação de poder (realidade do médico contra a onipotência do delírio), alguns psiquiatras apelam à violência. Outros, no entanto, acreditam que essa marcação cabe ao estabelecido no sistema do asilo, ao vigor do médico etc. Segundo Foucault (2012) para Leuret, contudo, a solução passa pela individualização médica desse excesso de poder conferido ao asilo, o que lhe oferece uma forma bastante direta de agressão e violência.

Eis a atuação da medicação psicofísica para o Sr. Dupré: como o doente se crê o único homem existente, devem-se aplicar violentamente duchas⁴⁷, até que ele admita que essa ação esteja sendo praticada por outro homem, negando assim seu delírio. Além das duchas, destaca-se também a utilização de cadeiras rotatórias, cauterização e moxas como medicação psicofísica.

Criada pelo médico inglês Erasmus Darwin (1731-1802), a cadeira rotatória foi bastante utilizada com a finalidade de tratamento da loucura, diz Foucault (2012), sobretudo por Mason Cox. A cauterização, postulada por Esquirol para o tratamento da mania complicada de furor, se referia à aplicação de um ferro em brasa ou aquecido em água fervente no alto da cabeça ou na nuca. Já as moxas eram cilindros feitos de uma matéria em combustão progressiva; por causa da dor que provocam, estimulariam o sistema nervoso e teriam uma função de ativação sensitiva. Foucault (2012) destaca entre tantas práticas psicofísicas o eletrochoque, instrumento criado por Ugo Cerletti (1877-1963) para ser utilizado com um esquizofrênico em 1938, tão utilizado pela psiquiatria moderna do século XX e mesmo ainda em pleno século XXI.

É importante destacar que apenas no fim do século XVIII as medicações fisiológicas emergem como um fenômeno de utilização médico-legal da droga. Abaixo são citados alguns desses compostos utilizados:

⁴⁷ Pinel chega a atribuir um caráter de nobreza às duchas que, segundo ele, são um importante instrumento de tratamento e condicionamento.

1. *Opiáceos*: preparações feitas à base de ópio, consideradas capazes de suspender os acessos de furor e restabelecer a ordem das ideias. Foucault ressalta que, inicialmente, foram utilizadas por Helmont (1577-1644) e Sydenham (1624-89) para purgações e sangrias e, com o tempo, sobretudo a partir do século XVII, passam a ser utilizadas também no tratamento da loucura em sua forma “maníaca” ou “furiosa”. No século XIX também são utilizadas por Tours (1804-84) para o tratamento da mania, para acalmar a agitação dos maníacos e os ímpetos passageiros dos monomaníacos;
2. *Láudano*: preparação também à base de ópio, mas associada a outros ingredientes, principalmente o láudano. Era indicada para distúrbios digestivos no tratamento das doenças nervosas e da histeria;
3. *Éter*: empregado a partir da segunda metade do século XIX com a finalidade terapêutica de acalmar os “estados de agitação ansiosa”. Também utilizado com objetivos diagnósticos, pois em algumas situações possibilitavam a modificação de um estado doentio e o esclarecimento ao médico do “verdadeiro caráter neuropático da afecção”;
4. *Clorofórmio*: começa a ser utilizado em 1831, tanto na Alemanha como na França, com finalidades anestésicas;
5. *Nitrato de anila*: descoberto em 1844 por Antoine Jérôme Balard para tratar dores de angina do peito; com o tempo passa a ser utilizado com finalidade terapêutica no tratamento de epilepsia e histeria.

Foucault destaca a utilização de diversos medicamentos como um instrumento disciplinar, ou melhor, um prolongamento do regime asilar e da disciplina asilar até o interior do corpo. Segundo o autor, isso ocorre de maneira similar com os tranquilizantes hoje em dia. Contudo, a partir de 1860-70 a droga se configura, juntamente com a prática do interrogatório e da hipnose (e do magnetismo), um elemento que convoca o saber médico a falar em termos de verdade; um importante vetor de medicalização e realização da loucura como doença.

É nesse contexto que Foucault (2012) ressalta o papel de Moreau de Tours ao tratar da eterização como recurso para se chegar ao conhecimento da verdade, e do haxixe como meio de comunicação direta do médico com a loucura para além da observação exterior. A possibilidade de experienciar a loucura por meio do haxixe coloca à psiquiatria uma nova forma de apreensão sobre a loucura, que será via compreensão. A droga passa a ser possibilidade de apreensão interna, desse suplemento de poder que é dado ao psiquiatra pelo fato de que ele pensa, imagina poder compreender os fenômenos da loucura.

*

Uma das minhas primeiras experiências clínicas no CAPS de Santa Gertrudes foi com Lúcia, que sofrera uma série de internações na região e pouco conversava com as pessoas. Diagnosticada com esquizofrenia, geralmente passava o dia no CAPS, cinco vezes por semana. Não participava de quase nenhuma atividade no serviço; chegava, permanecia na sala de televisão, participava das assembleias do serviço como a maioria dos usuários, mas de maneira bem tímida, e por vezes participava também da oficina de culinária – que ocorria geralmente uma vez por mês; nesta oficina, uma funcionária e algumas usuárias faziam um bolo para comemorar os aniversariantes do mês.

Na ocasião da minha entrada no CAPS, cursava o 2º ano do curso de Ciências Econômicas da UNESP de Araraquara. Lá participava de um projeto chamado INCONESP (Incubadora de Cooperativas Populares da região Nordeste do Estado de São Paulo), com a finalidade de assessorar a formação de grupos econômico-solidários.

Como já havia a oficina e eu me encontrava no CAPS, sugeri às usuárias a possibilidade de nos organizarmos enquanto um grupo de geração de renda autogestionário. Lúcia foi uma das usuárias que se empolgaram com as possibilidades, e o grupo, que se reunia mensalmente, passou a se reunir duas vezes por semana (uma para planejar as atividades e outra para a produção propriamente dita).

Com o tempo, a produção de bolos e tortas se expandiu e conseguimos viabilizar recursos para a compra de geladeira industrial e um carrinho de lanches, ampliando a atuação do Grupo, por elas nomeado de TEMPEROLOKO. Participavam do grupo dois profissionais do serviço e cinco usuárias. Novamente me impressionaram as potencialidades de uma atuação que extrapolasse a clínica tradicional focada no território – além da geração de renda, a possibilidade de autogestão e de construção coletiva do planejamento do que iria ser produzido extrapolava aquele momento, repercutindo em outras esferas da vida daquelas usuárias.

*

Na ocasião da comemoração dos 20 anos dia da luta antimanicomial, em 2007, funcionários e usuários do CAPS de Santa Gertrudes se organizaram para ir a Bauru. A coordenadora conseguiu, junto à Secretaria de Saúde do município, recursos para a viagem (uma *van* levaria os participantes), hospedagem e alimentação para quinze pessoas – dentre eles funcionários, usuários e estagiários do serviço.

A maioria dos usuários que participaram da viagem já haviam tido alguma experiência de internação em hospitais psiquiátricos⁴⁸. Nesse sentido, foi muito potente sua participação nesse evento comemorativo. Contudo, percebi que Lúcia estava diferente. Quieta, embotada, bem diferente da postura que tinha nas reuniões na cooperativa TEMPEROLOKO. Ela parecia dopada. Fomos almoçar e ela quase que não conseguia segurar o garfo. Ao ser questionada, disse que médico havia modificado sua medicação.

*

⁴⁸ Importante lembrar que a região centro-leste do Estado de São Paulo tem um forte histórico manicomial pela presença de dois hospitais psiquiátricos: o Bezerra de Menezes em Rio Claro e o Sayão em Araras. Com a lei nº 10.216 e a ampliação dos CAPS pelo Brasil, a região passou a contar com um CAPS III no município de Rio Claro e CAPS I em alguns municípios da região, o que, contudo, não minou a atuação desses hospitais com histórico de violências.

Os dias passando, mais de noventa dias, não sei... naquele exemplo de instituição psiquiátrica – Sanatório Bom Retiro – o melhor do Paraná, ou do Brasil... aos cuidados do catedrático, professor em universidades das áreas de Psiquiatria, o senhor Doutor Alô Guimarães, o melhor psiquiatra do Paraná, ou do Brasil... deixou-me escorregando nos cantos, querendo esconder-me dentro do cimento. Com medo de pessoas estranhas. Na porta de onde não se volta - um crônico... assim os novatos me chamavam. Estava no ponto. Minha família, desesperada com minha situação atual. Pressão em cima do competente psiquiatra. Prometia melhoras. Os dias passavam. Eu um goiaba! Assim os novatos continuavam a me chamar. Prometia-me melhoras, o todo-poderoso. Mas não convencia. Exigiram minha alta: contra sua recomendação por escrito, ele, o todo-poderoso, a concedeu. (CAR-RANO, 2000, p. 88)

7. PSICOLOGIA, PRISÃO E PODER DISCIPLINAR

Michel Foucault dedicou-se ao estudo de uma série de questões ao longo de sua vida. Da criminologia à sexologia, da sociologia às ciências políticas, da linguística à antropologia, da psicologia à psiquiatria, suas investigações percorreram uma multiplicidade de domínios. Contudo, foi a partir da década de 70, com a assunção de seus estudos genealógicos, que o autor colocou o poder como elemento importante para problematizações de questões do presente. Nessa perspectiva, o autor elencou três modalidades de poder; a primeira se refere à Soberania e se caracteriza fundamentalmente pelo exercício de um poder efetivo sobre a vida das pessoas.

*

Três anos após a experiência de estágio na Penitenciária de Platina, comecei a trabalhar na ONG APAC (Associação de Proteção e Assistência Carcerária) no Sistema Prisional paulista, mais especificamente na equipe psicossocial da Penitenciária III de Hortolândia.

No início dos anos 2000, ganhou destaque um projeto-piloto desenvolvido no município de Bragança Paulista em um Centro de Ressocialização⁴⁹. Esse projeto foi ampliado para algumas unidades maiores do Sistema Prisional do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia: uma parceria entre o Estado e a sociedade civil – no caso, APAC. Enquanto o primeiro se responsabilizava pela segurança, o segundo ofertava serviços de assistência carcerária (social, psicológico, médico, jurídico etc.) – em outras palavras, um processo de terceirização e de precarização do trabalho.

⁴⁹ O Centro de Ressocialização é uma unidade prisional menor que as unidades prisionais tradicionais. A ideia de apostar nesse projeto ganha corpo em 1995, com a iniciativa do juiz Nagashi Furokawa, de Bragança Paulista. Na ocasião, o juiz sugeriu ao então Governador Mário Covas repassar os recursos referentes à alimentação dos presos para uma organização da sociedade civil. Com o recurso, além da alimentação “tivemos condições de contratar assistente social, psicólogo, médico, dentista, professor de educação física, professor de alfabetização e ainda sobrou dinheiro, que serviu para criarmos mais 120 vagas na cadeia” (CAROS AMIGOS, 2006, p. 33). Em outras palavras, uma tentativa de privatização da assistência carcerária do Sistema Prisional Paulista. Além de se destacarem pela maior oferta de serviços de assistência, saúde, educação e trabalho para a população carcerária, tais unidades também se destacavam por não serem dominadas por facções criminosas.

A Casa de Detenção de Hortolândia (ou Penitenciária III de Hortolândia) foi inaugurada no ano de 1989, com o objetivo aumentar a oferta de vagas em razão da superlotação carcerária. Foi construída em um complexo penitenciário localizado em Campinas/Hortolândia, do qual fazem parte quatro unidades: PI, PII, PIII e Ataliba Nogueira – este último funcionando como regime semiaberto.

Considerada um presídio de segurança máxima, a PIII, nos anos 2000, passou a funcionar como um Centro de Detenção Provisória (CDP); um lugar teoricamente transitório, onde o preso deve permanecer até que seja julgado. O CDP tinha como característica a grande entrada e saída de presos, o que fazia da unidade um lugar mais instável, onde era também mais difícil se estabelecer vínculos interpessoais, comparado às demais unidades prisionais. Possuía dois pavilhões com capacidade de no máximo 700 presos, mas apresentava uma população carcerária quase duas vezes maior.

Logo em seus primeiros anos a unidade foi acometida por rebeliões com grande repercussão na mídia. Um motim ocorreu por conta de uma série de denúncias de maus tratos (espancamentos), superlotação, falta de água, péssima qualidade da alimentação, desvios de alimentos e medicamentos, além da necessidade melhorias nos serviços de visitas e de Assistência Jurídica.

Durante o banho de sol⁵⁰, três agentes penitenciários foram feitos reféns, entre eles o diretor de segurança da unidade – considerado pelos presos e agentes de segurança como uma pessoa perversa e um verdadeiro carrasco que promovia sessões de magia negra dentro do presídio com a participação obrigada de presos e funcionários. No motim, foram destruídos os setores da cozinha e lavanderia, e as rebeliões se alastraram para outras unidades prisionais do Complexo Campinas-Hortolândia, como a PI e a PII.

Com a unidade tomada pelos presos, 250 policiais invadiram os pavilhões A e B da PIII. Segundo relatos de funcionários, os policiais retomaram os pavilhões utilizando os próprios presos (que desenvolviam atividades de serviços de limpeza) como escudo humano. O resultado da rebelião foi a morte de dois agentes penitenciários, sendo um deles o próprio diretor.

⁵⁰ A expressão “banho de sol” é utilizada para designar o período que o preso fica fora da cela, no pátio da unidade.

No mesmo ano, a falta de alimentação no presídio por 48 horas provocou nova ameaça de rebelião, e a situação só foi contornada pela intervenção de um funcionário que, assumindo temporariamente a Direção da Segurança e Disciplina, comprou pão e leite para os presos. Data desse período a primeira greve de funcionários da Casa de Detenção da PIII. Suas reivindicações eram por maior segurança, principalmente em função da falta de funcionários.

Ainda segundo os funcionários, em 1993 surge a denúncia de envolvimento de agentes penitenciários com o tráfico de drogas, além de permitirem a entrada de bebidas alcoólicas dentro do presídio. Um mês depois, 670 presos iniciaram uma greve de fome em decorrência da suspensão de medicamentos e de uma maior agilidade da direção da unidade quanto aos benefícios a que parte da população carcerária já teria direito, como liberdade condicional e regime semiaberto. Ainda segundo os funcionários, o desvio de alimentos e a suspensão de medicamentos ocasionou o afastamento do diretor da unidade.

Alguns dias depois do processo seletivo eu já iniciava o trabalho e era apresentado à equipe psicossocial. De pronto, recebi algumas orientações, e me foi encaminhada uma avaliação/relatório a ser feita.

*

Em *Vigiar e Punir* (2006), Foucault evidencia a ação do poder soberano, ao discorrer sobre as práticas penais presentes até o século XVIII. Suplícios, humilhações em vias públicas, rodas de força e pelourinhos eram algumas das práticas penais que vigoravam como formas de punições ao condenado. A pena tinha como objetivo o domínio do corpo por meio de técnicas de sofrimento. Esse código de dor e aflição era uma forma de se pagar (ao soberano) por um crime cometido.

Enquanto pena corporal, tais práticas se configuravam como um ato cerimonial, um ritual de marcação que manifestava o poder (de justiça) do soberano. O cometimento de um crime era visto como uma agressão ao próprio rei e, como tal, merecia uma punição física. O suplício, por exemplo, enquanto técnica – ou arte de reter a vida no sofrimento –, e todo o cerimonial de justiça

possuíam a importante função jurídico-política de restaurar a cada cerimônia o poder da realeza perante seus súditos. “Na pena deve haver uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade intrínseca” (FOUCAULT, 2006, p. 42). A lentidão do ato de dor e sofrimento chegava a ser vista como o início das penas pós-morte, o que reforçava ainda mais o poder do soberano na vida do súdito, mesmo depois de sua morte: “a crueldade da punição terrestre é considerada como redução da pena futura; nela se esboçava a promessa do perdão” (FOUCAULT, 2006, p. 40).

Esse poder de soberania vincula soberano e súdito a partir de relações assimétricas do tipo coleta/despesa. Através dele o soberano recolhe de seus súditos produtos, colheitas, objetos fabricados, armas, força de trabalho, tempo e serviços. Dispense, em contrapartida, de uma dádiva (que pode ser efetuada durante cerimônias rituais como por ocasião de um nascimento), um serviço de proteção, um serviço religioso, ou mesmo um pagamento para trabalhar em festejos, para a organização de uma guerra etc. Contudo, é importante destacar que a coleta sempre prevalece perante a despesa.

Foucault destaca que por trás de uma relação de soberania há sempre uma “anterioridade fundadora” que pode ser da ordem um direito divino, uma conquista, um juramento de fidelidade, ou mesmo um ato firmado entre um soberano que concede determinado privilégio, ajuda ou proteção e alguém que se empenha em contrapartida.

Além disso, há uma necessidade de sempre atualizar (regular ou irregularmente) essa relação de soberania – o que é feito por meio de cerimônias, relatos, gestos, sinais, hábitos, obrigações de cumprimento, sinais de respeito, insígnias, brasões etc. De qualquer maneira, a relação de soberania se mostra bem frágil e quase sempre sujeita a uma ruptura e/ou ocorrência de depredações, saques, guerras, assim como a um consequente uso suplementar de violência para sua manutenção. Daí a importância da utilização do sistema penal pelo monarca como instrumento de terror junto à população: para reafirmar seu poder.

Outra característica dessa modalidade de relações é que elas não compõem um sistema hierárquico planejado. São heterogêneas umas em relação

às outras, podendo assumir diferentes formas sem compor um sistema único, como, por exemplo, detentor do feudo-suserano ou padre-leigo. No mais, podem implicar diferentes elementos/objetos e não apenas as multiplicidades humanas. Pode envolver um pedaço de terra, uma estrada, um instrumento de produção (como um moinho), usuários (como pessoas que passam por determinada estrada e assim recaem numa relação de soberania) etc.

Acontece que na relação de soberania o elemento sujeito quase nunca é um indivíduo (um corpo individual). Ela se aplica a multiplicidades que estão acima da individualidade corporal. Assim, alguém que é sujeito em uma determinada relação de soberania pode muito bem ser soberano em outra.

Foucault destaca que na relação de soberania a função-sujeito se desloca e circula acima e abaixo das singularidades somáticas, ao passo que os corpos irão circular, se deslocar, fugir. A vinculação da função-sujeito a um determinado corpo ocorre de maneira descontínua, incidente e momentânea, como no caso em que o corpo do indivíduo é marcado por uma insígnia, em algumas cerimônias.

O que existe é uma individualização tendencial da relação de soberania na direção do soberano. No corpo do soberano há uma conversão das relações múltiplas: o corpo do rei em sua individualidade – corpo que vai manter juntas todas as relações de soberania. É por essa razão que a relação de soberania aplica um poder político no corpo, mas não faz a individualidade aparecer. Trata-se de um poder que não tem uma função individualizante, ou pelo menos esboça apenas a individualidade do soberano.

*

O termo “referência” é muito utilizado no campo da saúde mental. Uma equipe de saúde mental geralmente referencia uma determinada região; é responsável pelo cuidado/tratamento das pessoas em sofrimento psíquico intenso daquele território. Dentro da equipe, cada profissional irá referenciar uma parte dessas pessoas que demandam cuidados. A definição de qual membro da equipe vai ser o profissional de referência desta ou daquela pessoa geralmente

leva em conta o vínculo que ela tem com o profissional; mas isso não é algo definitivo, imutável: pode ser negociável, a depender das circunstâncias, das relações e dos vínculos. Já na cadeia, cada dupla de psicólogo e assistente social automaticamente assume como suas referências os presos com determinado número final de matrícula, e isso não está sujeito a mudança. É por esse número de matrícula, inclusive, que os presos são chamados para atendimentos pela equipe de segurança.

*

Logo no início de *Vigiar e Punir* (2006), Foucault apresenta uma minuciosa descrição de um suplício em razão da condenação de um crime de parricídio cometido em 1757. Na ocasião, Damiens, além de ser obrigado a pedir perdão, foi torturado e esquartejado. A prática do suplício, enquanto uma pena corporal dolorosa pode ser mais ou menos atroz e deve produzir uma quantidade de sofrimento que possa ser comparada e hierarquizada. O suplício relaciona o tipo de ferimento físico (sua qualidade, intensidade e tempo de sofrimento) com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso e o nível social de suas vítimas. Não se trata de uma violência gratuita, mas de um código jurídico meticuloso da dor com regras detalhadas, como quantidade de açoitadas, tipo de mutilação, tempo de agonia na fogueira etc.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder. (FOUCAULT, 2006, p. 32)

Com crescente protesto contra a prática do suplício, por parte de filósofos, teóricos do direito, juristas e parlamentares no fim do século XVIII e início do XIX, a sociedade europeia passa por grandes transformações institucionais no que se refere a seus sistemas penais. O ato cerimonial judiciário que buscava por meio do corpo supliciado trazer à luz a verdade do crime se transforma em um ato administrativo. Mais velada, a pena adquire um status corretivo,

saindo do campo de uma percepção quase diária para ganhar uma dimensão na consciência abstrata da população.

A punição torna-se menos física e espetacularizada, e desaparece o corpo supliciado/esquartejado. “O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 2006, p. 14). O foco da punição volta-se à perda de um bem ou de um direito. A justiça não assume mais, publicamente, a dimensão da violência. O ponto de aplicação das penas agora não é mais o corpo, mas o espírito, por meio de um jogo de representações e de sinais. Há uma descrição na arte de fazer sofrer.

Geralmente se atribuem as mudanças nos sistemas penais a um fenômeno humanitário. Foucault, contudo, recusa uma justificativa simplista em relação a esse tema e constata que desde o fim do século XVII há uma diminuição significativa dos crimes de sangue e um aumento dos crimes contra a propriedade.

A passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade da fraude faz parte de todo um mecanismo complexo onde há um desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas e mais bem ajustadas de descoberta, captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas. (FOUCAULT, 2006, p. 66)

Com o desenvolvimento comercial e industrial (desenvolvimento de portos, aparecimento de grandes armazéns e oficinas), emerge um anseio pela repressão rigorosa das ilegalidades. Os investimentos em máquinas e matérias primas alimentam, sobretudo na classe burguesa emergente, uma intolerância sistemática e armada contra a ilegalidade. O que se coloca de fato não é tanto uma postura humanitária em relação aos condenados, mas uma demanda por justiça dinâmica e inteligente, com vigilância mais atenta ao corpo social.

Diversas características da justiça até então corroboravam também para essas mudanças: (1) funcionava de maneira irregular; (2) possuía uma estrutura composta por instâncias que muitas vezes se sobrepunham, se conflitavam, e não raro se neutralizavam, mostrando-se incapazes de cobrir todo o corpo

social na sua extensão; (3) possuía uma série de lacunas; (4) era envolvida por diferentes interesses (costumes, procedimentos, competências, interesses particulares políticos e econômicos); (5) estava sujeita a intervenções do poder monárquico, que muitas vezes impediam o curso regular e austero da justiça com perdões, comutações, evocações a conselhos e pressões junto aos magistrados.

Na verdade, segundo Foucault, o que se tem por trás da crítica dos reformadores como Beccaria, Servan, Dupaty, Lacretelle, Duport, Pastoret é uma crítica à má economia do poder, que gerava uma paralisia na justiça em função de uma distribuição mal regulada do poder decorrente da centralização do poder monárquico.

Nesse sentido, o objetivo estabelecer uma nova economia do poder de castigar.

[...] em alguns pontos privilegiado, nem partilhado demais entre as instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais. (FOUCAULT, 2006, p. 68)

Com a mudança dos códigos penais ocorre uma redistribuição da economia do castigo, uma mudança nas engrenagens da mecânica da punição, com um deslocamento da punição do corpo para a alma (coração, intelecto, vontade, disposições) do condenado: a constituição de uma nova economia e tecnologia do poder de punir – toda uma estratégia voltada ao remanejamento desse poder, de modo a torná-lo mais eficaz e constante.

Não se trata de punir menos nessa nova economia do poder, mas de punir melhor e universalmente. Todos devem estar sujeitos à possibilidade de punição. O castigo deve representar uma desvantagem ao criminoso; ao mesmo tempo em que deve possuir uma utilidade, “o castigo deve ter como objeto as consequências do crime entendidas como a série de desordens que este é capaz de abrir” (FOUCAULT, 2006, p. 78). O cálculo da pena passa a ser feito não em função do crime, mas da possibilidade de sua repetição no futuro. A

punição passa a ser compreendida como uma arte dos efeitos em que sua maior função é a prevenção. Não se trata mais de um ritual, mas de criar um sinal que impeça um crime futuro.

Com a generalização da justiça para todo o campo social, codificam-se todos os comportamentos com o intuito de se reduzir o domínio das ilegalidades.

Do ponto de vista de uma economia do poder de punir, e das técnicas através das quais se pretende por em circulação, em todo o corpo social, sinais de punição exatamente ajustados, sem excessos nem lacunas, sem 'gasto' inútil de poder, mas sem timidez, vê-se bem que a codificação do sistema delitos-castigos e a modulação do par criminoso-punição vão a par e se chamam um ao outro. A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem adaptado. (FOUCAULT, 2006, p. 83)

Com a suavização das práticas punitivas, tem-se um deslocamento da punição sobre o corpo com a produção de um novo regime de poder, constituído a partir de um emaranhado de saberes, técnicas e discursos científicos entrelaçados com a prática do poder de punir.

A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápida. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas por meio delas, as agressividades, as violações, e ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são também impulsos e desejos. Dir-se-ia que não eles que são julgados; se são invocados é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às "circunstancias atenuantes", que introduzem no veredicto não apenas elementos "circunstanciais" do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções veiculadas entre a medicina e a jurisprudência desde o século XIX (os "monstros" da época deorget, as "anomalias psíquicas" da circular Chaumié, os "pervertidos" e os "inadaptados" dos laudos periciais contemporâneos) e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo. Punidas pelo castigo que se atribui a função de tornar criminoso "não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir as suas próprias necessidades"; são punidas pela economia interna de uma pena que, embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou, se for o caso,

prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; são punidas ainda, pela aplicação dessas “medidas de segurança” que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações. (FOUCAULT, 2006, p. 19)

O laudo psiquiátrico, a antropologia e a criminologia passam a introduzir as infrações em um campo de objetos do conhecimento científico na busca por oferecer aos mecanismos de punição um poder justificável não apenas sobre as infrações, mas sobre os indivíduos. Com esses novos sistemas de penalidades, os juízes passam a julgar não apenas os crimes, mas a alma dos criminosos.

Se antes o inquérito estava a serviço de julgar, ou seja, estabelecer a verdade de um crime e aplicar ao autor uma sanção legal, agora passa a existir um conjunto de julgamentos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos relativos ao indivíduo criminoso. Buscam-se (1) a origem do crime no próprio indivíduo e (2) o modo que ele deve ser corrigido.

*

As atividades do psicólogo no Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia eram semelhantes às da Penitenciária de Platina. Dividiam-se entre a realização de avaliações e relatórios (para possível encaminhamento para Centros de Ressocialização) e atendimentos aos presos.

Contudo, diferentemente de Platina, no Complexo havia abertura para outras modalidades de práticas psi. Não havia uma restrição à ação da equipe pelo fato de a maioria da equipe ser composta por mulheres. Mesmo com o fechamento do espaço da escola, havia relativa aceitação para se desenvolver projetos outros que não simplesmente o atendimento individual.

Uma das orientações da APAC era não utilizar o termo “preso”, e sim “educando”. Enquanto profissionais da ONG, éramos demandados por prestar uma assistência no sentido de reeducação, e acabávamos servindo de engrenagem nessa nova redistribuição da economia do castigo. De uma maneira ou

de outra, corroboramos com essa punição que sustenta uma dimensão na **consciência abstrata**, e com essa nova mecânica da punição que, ao mesmo tempo em que marca o delinquente com um sinal negativo, atribui a sua punição um status corretivo: “o essencial é procurar corrigir, reeducar, ‘curar’; uma técnica de aperfeiçoamento recalca na pena a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores” (FOUCAULT, 2006, p. 13).

As práticas psi no sistema prisional acabam por cumprir um papel importante nessa mudança penal, que desloca a ação punitiva sobre o corpo para a privação de liberdade⁵¹ – uma transformação importante que surge não em decorrência de um fenômeno humanitário, mas de uma mudança de objetivo: há um deslocamento da punição do corpo para a alma (coração, intelecto, vontade, disposições) dos condenados. Nesse contexto de uma justiça que passa a lidar com uma realidade incorpórea, as práticas psi buscarão a reinserção, a reeducação, de maneira a incluir o preso na sociedade como um cidadão de direitos para que assim possa ser governado.

*

O panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas tem duas janelas, uma para o interior, correspondendo as janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente”. (FOUCAULT, 2006, p. 165)

*

⁵¹ “O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 2006, p. 14).

Ansioso com o primeiro trabalho como psicólogo em uma instituição prisional, fui fazer o primeiro atendimento. A demanda pelo atendimento veio por pipa⁵². Danilo compareceu ao parlatório para atendimento, mas o que desejava mesmo era que fosse informado sobre sua situação jurídica; pediu que pressionasse os advogados da ONG para que dessem andamento ao seu caso e o atualizasse em relação ao seu caso. Ou seja, a demanda não era por atendimento psicológico, mas uma tentativa de dar mais agilidade ao seu processo penal. Esse tipo de situação ocorreria muitas vezes ao longo dos anos e geralmente era tratado pela maioria de psicólogos de maneira automática, como: “você deve mandar um pipa para o setor jurídico!”. Com milhares de presos esquecidos pelo sistema (muitos inclusive que já deveriam estar soltos) não seria interessante atuar junto ao setor jurídico, já que em grande medida ninguém os ouve de fato?

Ainda nos meus primeiros dias procurei me informar sobre a escola. Além de me interessar pela área – participei de um projeto de extensão universitária ministrando aulas em curso pré-vestibular para alunos carentes por quatro anos, além de ter realizado estágio em escola municipal e na própria Penitenciária de Platina –, imaginava que aquele talvez pudesse ser um espaço potente para o desenvolvimento de atividades que fossem além da elaboração de relatórios e da própria prática de atendimento individual. Contudo, fui informado de que a escola estava fechada desde uma antiga rebelião.

Certa vez, em um grupo de Esporte, questionei os representantes dos pavilhões acerca da escola. Disseram-me que havia muita demanda por estudo na unidade, mas que o setor de segurança não se interessava em abri-la. Coloquei-me à disposição para fazer a mediação junto à APAC e à Direção e Segurança da unidade, e foi organizado então um abaixo-assinado com a respectiva demanda. A mediação foi feita, mas não se obteve sucesso. Hoje me questiono acerca daquela postura, daquele abaixo-assinado organizado fundamen-

⁵² Pipa era o nome utilizado por presos e agentes de segurança para denominar a solicitação por atendimento. Os bilhetes eram encaminhados pelos presos aos agentes de segurança para então serem encaminhados para o profissional de “referência”. Nem todas as pipas chegavam, pois passavam por dois filtros antes de chegar à nossa mão: o PCC e a própria equipe de segurança. Quando fazíamos os pedidos para o setor de segurança para atender determinados presos, também nem sempre apareciam, e a resposta do setor era sempre a de que eles mesmos não queriam subir para atendimento.

talmente pelo grupo de esporte que tinha ligação direta com a facção que comandava o presídio: que coletividade era aquela?

*

A forma como a loucura “evoluiu” na prática penal permite-nos conhecer o que fazem o juiz e a justiça hoje em dia. Foucault (2006) destaca que no código francês de 1810 a loucura – abordada em seu artigo 64 – previa a inexistência do crime em casos de estado de demência no instante do ato. O poder da justiça era retirado do autor do ato. Logo depois, diz Foucault, admitiram a possibilidade de alguém ser louco e culpado, ou melhor, quanto mais louco, menos culpado – um absurdo jurídico que, entretanto possibilitou mudanças nos 150 anos seguintes.

[...] já a reforma de 1832, introduzindo as circunstâncias atenuantes, permitia modular a sentença segundo os graus supostos da doença ou as formas de semiloucura. E a prática usual nos tribunais, aplicada às vezes à prática correcional, da perícia psiquiátrica faz com que a sentença, ainda que formulada em termos de sanção legal, implique, mais ou menos obscuramente, em juízos de normalidade, atribuições de causalidade, apreciações de eventuais mudanças, previsão sobre o futuro dos delinquentes. (FOUCAULT, 2006, p. 21)

A loucura não apaga mais o crime; contudo, todo crime inclui, como suspeita legítima – e direito a ser reivindicado – a hipótese da loucura (da anomalia). A sentença que condena ou absolve não diz apenas de um julgamento da culpa, mas implica uma “apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível” (FOUCAULT, 2006, p. 21).

Curiosamente, vez ou outra vemos a utilização desse recurso no nosso cotidiano com muito êxito. Geralmente por pessoas com mais recursos financeiros.



Figura 19: Dois casos, duas medidas...
Fonte: Acervo do autor.

*

Negro Drama

Negro drama
Entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas
Inveja, luxo, fama

Negro drama
Cabelo crespo
E a pele escura
A ferida, a chaga
À procura da cura

Negro drama
Tenta ver
E não vê nada
A não ser uma estrela
Longe, meio ofuscada

Sente o drama
O preço, a cobrança
No amor, no ódio
A insana vingança

Negro drama
Eu sei quem trama
E quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto
fodido

O drama da cadeia e fa-
vela
Túmulos, sangue
Sirene, choros e vela

Passageiro do Brasil
São Paulo
Agonia que sobrevivem
Em meia às honras e co-
vardias
Periferias, velas e corti-
ços

Você deve tá pensando
O que você tem a ver com
isso
Desde o início
Por ouro e prata

Olha quem morre
Então veja você quem
mata
Recebe o mérito, a farda
Que pratica o mal

Me ver
Pobre, preso ou morto
Já é cultural

Histórias, registros
Escritos
Não é conto
Nem fábula
Lenda ou mito

Não foi sempre dito
Que preto não tem vez
Então olha o castelo e
não
Foi você quem fez cuzão

Eu sou irmão
Dos meus trutas de bata-
lha
Eu era a carne
Agora sou a própria nava-
lha

Tin, tin
Um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias
Trajetos e glórias

O dinheiro tira um homem
da miséria
Mas não pode arrancar
De dentro dele
A favela

São poucos
Que entram em campo
pra vencer
A alma guarda
O que a mente tenta es-
quecer

Olho pra trás
Vejo a estrada que eu tri-
lhei
Mó cota
Quem teve lado a lado
E quem só fico na bota
Entre as frases
Fases e várias etapas
Do quem é quem
Dos mano e das mina fra-
ca

Negro drama de estilo
Pra ser
E se for
Tem que ser
Se temer é milho

Entre o gatilho e a tem-
pestade
Sempre a provar
Que sou homem e não
covarde

Que Deus me guarde
Pois eu sei
Que ele não é neutro
Vigia os rico
Mas ama os que vem do
gueto

Eu visto preto
Por dentro e por fora
Guerreiro
Poeta entre o tempo e a
memória

Hora
Nessa história
Vejo o dólar
E vários quilates
Falo pro mano
Que não morra, e também
não mate

O tic-tac
Não espera veja o pontei-
ro
Essa estrada é venenosa
E cheia de morteiro
Pesadelo
Hum

É um elogio
Pra quem vive na guerra
A paz nunca existiu
Num clima quente
A minha gente sua frio
Vi um pretinho
Seu caderno era um fuzil

Um fuzil
Negro drama

Crime, futebol, música,
caraio
Eu também não consegui
fugir disso aí
Eu só mais um
Forrest Gump é mato
Eu prefiro conta uma his-
tória real
Vô conta a minha
Daria um filme
Uma negra
E uma criança nos braços
Solitária na floresta
De concreto e aço

Veja
Olha outra vez
O rosto na multidão
A multidão é um monstro

Sem rosto e coração
Ei,
São Paulo
Terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne
É a torre de babel

Família brasileira
Dois contra o mundo

Mãe solteira
De um promissor
Vagabundo

Luz
Câmera e ação

Gravando a cena vai
Um bastardo
Mais um filho pardo
Sem pai

Ei,
Senhor de engenho
Eu sei
Bem quem você é
Sozinho, cê num guenta
Sozinho
Cê num entra a pé

Cê disse que era bom
E as favela ouviu, lá
Também tem
Whisky, Red Bull
Tênis Nike e fuzil

Admito
Seus carro é bonito
É
Eu não sei fazê
Internet, videocassete
Os carro loco

Atrasado
Eu tô um pouco sim
Tô
Eu acho

Só que tem que
Seu jogo é sujo
E eu não me encaixo
Eu sô problema de mon-
tão
De carnaval a carnaval
Eu vim da selva
Sou leão
Sou demais pro seu quin-
tal

Problema com escola
Eu tenho mil
Mil fita
Inacreditável, mas seu
filho me imita
No meio de vocês
Ele é o mais esperto
Ginga e fala gíria
Gíria não, dialeto

Esse não é mais seu
Ó,
Subiu
Entrei pelo seu rádio
Tomei
Cê nem viu
Nós é isso ou aquilo

O quê?
Cê não dizia?
Seu filho quer ser preto
Rááá....
Que ironia

Cola o pôster do 2Pac aí
Que tal?
Que cê diz?
Sente o negro drama
Vai
Tenta ser feliz

Ei bacana
Quem te fez tão bom as-
sim?
O que cê deu,
O que cê faz,
O que cê fez por mim?

Eu recebi seu tic
Quer dizer kit
De esgoto a céu aberto
E parede madeirite

De vergonha eu não morri
To firmão
Eis-me aqui
Você, não
Cê não passa
Quando o mar vermelho
abrir

Eu sou o mano
Homem duro
Do gueto, Brown

Obá
Aquele louco
Que não pode errar

Aquele que você odeia
Amar nesse instante
Pele parda
Ouço funk

E de onde vem
Os diamantes
Da lama

Valeu mãe

Negro drama
Drama, drama, drama...

Aê, na época dos barra-
cos de pau lá na Pedreira,
onde vocês tavam?
O que vocês deram por
mim?
O que vocês fizeram por
mim?
Agora tá de olho no di-
nheiro que eu ganho
Agora tá de olho no carro
que eu dirijo
Demorou, eu quero é
mais
Eu quero até sua alma
Aí, o rap fez eu ser o que
sou

Ice Blue, Edy Rock e KI
Jay e toda a família
E toda geração que faz o
rap
A geração que revolucio-
nou
A geração que vai revolu-
cionar
Anos 90, século 21
É desse jeito
Aê, você sai do gueto,
mas o gueto nunca sai de
você, morou irmão?
Você tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho
em você, morou?
Sabe por quê?
Pela sua origem, morou
irmão?
É desse jeito que você
vive
É o negro drama
Eu não li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama, eu
sou o negro drama
Eu sou o fruto do negro
drama
Aí dona Ana, sem pala-
vras, a senhora é uma
rainha, rainha
Mas aê, se tiver que voltar
pra favela
Eu vou voltar de cabeça
erguida
Porque assim é que é
Renascendo das cinzas
Firme e forte, guerreiro de
fé
Vagabundo nato!

(Música “Negro Drama” do Álbum “Nada como um dia após o outro” do grupo
“Racionais MC’s” com composição de Mano Brown e Edi Rock)

O que se percebe no que se refere à prática penal é uma mudança importante no objeto crime. Eis o que Foucault nos aponta sobre isso:

A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápida. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas por meio delas, as agressividades, as violações, e ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são também impulsos e desejos. Dir-se-ia que não eles que são julgados; se são invocados é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às “circunstancias atenuantes”, que introduzem no veredicto não apenas elementos “circunstanciais” do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções veiculadas entre a medicina e a jurisprudência desde o século XIX (os “monstros” da época deorget, as “anomalias psíquicas” da circular Chaumié, os “pervertidos” e os “inadaptados” dos laudos periciais contemporâneos) e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo. Punidas pelo castigo que se atribui a função de tornar criminoso “no só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir as suas próprias necessidades”; são punidas pela economia interna de uma pena que, embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou, se for o caso, prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; são punidas ainda, pela aplicação dessas “medidas de segurança” que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações. (FOUCAULT, 2006, p. 19)

A partir desses novos sistemas de penalidades, permite-se que os juízes comecem a julgar algo diferente dos crimes: a alma dos criminosos; e eles não fazem isso sozinhos.

*

O que ocorre nos tribunais e na prática correcional vai além do julgar. O estabelecimento de juízos de normalidade compõe a atribuição da sentença. A

sentença que condena ou absolve envolve uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível.

No decorrer do processo penal, há uma rede de instâncias composta por pequenas justiças e juízes paralelos, como peritos psiquiátricos, psicólogos, educadores, magistrados da aplicação das penas que fracionam esse poder de punir. Com a função de esclarecer a decisão do juiz, esses profissionais decidem se o condenado, por exemplo, merece ou não uma semiliberdade.

A ação do psicólogo acaba sendo de julgamento. O juiz transfere o poder de julgar para outras instâncias justamente para destituí-lo da posição de único que castiga. A justiça criminal funcionará (e se justificará) por essa referência e reinscrição a sistemas não jurídicos e a essa requalificação desse saber.

Sob a suavidade ampliada dos castigos, podemos então verificar um deslocamento do ponto de aplicação; e através desse deslocamento, todo um campo de objetos recentes, todo um novo regime de verdade e uma quantidade de papéis até então inéditos no exercício da justiça criminal. Um saber, técnicas, discursos “científicos” se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir. (FOUCAULT, 2006, p. 23)

A atuação do psicólogo, ou pelo menos o que se demanda dele pela sociedade, é corroborar uma intervenção penal que pretende corrigir e transformar esse “homem” descoberto no criminoso no século XIX e que inaugurou “o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas – ‘penitenciárias’, ‘criminológicas’” (FOUCAULT, 2006, p. 64).

Com a discussão do compromisso social, a atuação do psicólogo, segundo a criminologia crítica, ganha uma dimensão maior. Por meio de práticas inovadoras, deve-se focar no encarcerado como pessoa. Ao psicólogo cabe conhecer a história de “marginalização social (deterioração social e psíquica) e fatores sociais e individuais que promoveram e facilitaram a criminalização” (CFP, 2007, p. 101) da pessoa presa, e seu objetivo deve ser elaborar uma “estratégia de fortalecimento social e psíquico do encarcerado, promoção da cidadania e estratégia de ‘reintegração social’” (ibidem).

Em outras palavras, podemos inferir que o Conselho Federal de Psicologia procura orientar o psicólogo a atuar no Sistema Prisional a partir de determinadas referências que fujam do modelo liberal tradicional de atuação, ressal-

tando sua centralidade na prática de inclusão do indivíduo na sociedade. Enquanto um cidadão de direitos, o ex-presos poderá ser incluído à sociedade e governado.

*

O protesto contra a prática do suplício – a partir da segunda metade do século XVIII – intensifica-se sobremaneira por parte de filósofos, teóricos do direito, juristas e parlamentares. Apregoa-se a necessidade de uma nova forma de punir, de maneira a eliminar não apenas conflito frontal entre o rei soberano e o condenado, mas, sobretudo, essa tirania: é preciso que a justiça puna, em vez de se vingar!

Essa necessidade de mudança é abordada sob o pretexto de uma humanidade na hora de punir – argumento que Foucault recusa veementemente. Para ele, por trás dessa suavidade na penalidade no século XVIII há um duplo movimento de diminuição significativa dos crimes de sangue e um aumento dos crimes contra a propriedade, o roubo, a vigarice, a delinquência – um deslocamento do ataque aos corpos para o ataque aos bens – em um contexto de aumento demográfico, elevação da qualidade de vida, multiplicação das propriedades e consequente necessidade de maior segurança.

O que há de fato é um anseio por uma justiça mais dinâmica e inteligente, com uma vigilância mais atenta ao corpo social. A crítica dos reformadores vai recair, na verdade, sobre uma má economia do poder, que gera uma paralisia na justiça, haja vista a distribuição mal regulada do poder decorrente da centralização do poder monárquico. Ou seja, o objetivo da reforma será:

[...] estabelecer uma nova 'economia' do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre as instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social. (FOUCAULT, 2006, p. 67)

Trata-se, pois, de uma estratégia para o remanejamento do poder de punir de modo a torná-lo mais regular, eficaz e constante: uma nova economia política do poder de punir, uma nova distribuição do poder de uma repartição

de seus efeitos. Uma estratégia de fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular co-extensiva à sociedade: não se trata de punir menos, mas de punir melhor, com mais universalidade, inserindo assim no corpo social mais profundamente o poder de punir.

*

O psicólogo no Sistema Prisional geralmente situa sua ação profissional em dois eixos de trabalho: (1) elaboração de relatório para exame criminológico e (2) cuidado – necessariamente nessa ordem de prioridade. A demanda em relação aos relatórios relega a dimensão do cuidado a um segundo plano.

Segundo o artigo 8º da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), o exame criminológico tem por objetivo a correta aplicação da pena de forma individualizada, como forma de adequá-la às características pessoais de cada preso; essa análise abarca questões de ordem psicológica e psiquiátrica do preso, como grau de agressividade, periculosidade, maturidade, de maneira que se possa prognosticar a potencialidade de novas práticas criminosas.

Como estávamos em um CDP, não havia exame criminológico, já que os presos ainda não haviam sido condenados. O que existia era uma demanda por elaboração de relatórios para encaminhamento de presos para os Centros de Ressocialização.

Certa vez fui chamado em particular pelo Diretor de Segurança da unidade, que questionou um dos relatórios que eu havia sido incumbido de elaborar: pedia que eu retirasse um parágrafo do relatório; neguei a solicitação. Comuniquei a equipe e a coordenação, que ofereceram importante retaguarda.

*

Uma das minhas primeiras experiências de práticas em grupo na unidade prisional foi o “Grupo de Inclusão”. Como o próprio nome diz, tratava-se de um grupo composto pelos recém-chegados ao Centro de Detenção Provisória (CDP), que ali ficariam até seu julgamento. Um “Grupo de inclusão” para os agora excluídos da sociedade.

Esses grupos se reuniam todas as terças e quintas-feiras, pois a movimentação de entrada e saída da unidade era intensa. Em um primeiro momento, os agentes da segurança passavam suas orientações em relação às regras de funcionamento da unidade. Em seguida, a equipe psicossocial apresentava a APAC (seus serviços de saúde, jurídico e psicossocial), além de orientá-los quanto aos procedimentos de solicitação de atendimentos, que nem sempre funcionavam.

*

Uma das atividades consideradas mais importantes pelos presos dentro de uma unidade prisional é o esporte. No pouco tempo que os presos tinham para o banho-de-sol (três horas por dia), ficavam na quadra andando e/ou correndo, utilizavam aparelhos de musculação e, principalmente, jogavam futsal.

O provimento de bolas para os presos era responsabilidade da APAC – apoio a atividades esportivas. Até então quem fazia essa mediação com os presos era o próprio diretor da ONG na unidade. Depois de alguns meses de minha chegada à equipe, o diretor me procurou para perguntar se eu não poderia fazer essa mediação, já que era uma demanda recorrente dos presos e ele nem sempre conseguia estar à disposição, em função de diversas outras responsabilidades decorrentes de seu cargo. Disse a mim que aquela era uma tarefa muito importante para a ONG e para a própria segurança da unidade.

O contato com os representantes do esporte de cada pavilhão sempre ocorria de maneira dispersa e geralmente a pedido dos próprios presos. Faziam as solicitações à equipe de segurança, que, por conseguinte, me contatava. Como eu nem sempre estava prontamente disponível, em função de atendimentos, grupos, elaboração de relatórios, reuniões de equipe etc., combinávamos encontros quinzenais para discutir questões relacionadas ao esporte na unidade: o Grupo de Esportes.

Participavam do Grupo de Esportes eu, uma assistente social da equipe, dois representantes do Pavilhão A e dois representantes do Pavilhão B – representantes que, segundo o diretor da ONG, tinham ligação com a facção criminosa presente na maioria das unidades prisionais brasileiras.

Geralmente, os pedidos se referiam a bolas e bombas para enchê-las; contudo, com o tempo as discussões foram se ampliando. Começou-se a discutir questões como: pintura da quadra, cartões (amarelo e vermelho), apitos, coletes, pranchetas etc. Cheguei a elaborar uma súmula para que pudessem utilizar em seus campeonatos. Além disso, conversávamos sobre a possibilidade de aquisição de jogos de tabuleiros e oficinas relacionadas.

Em determinada ocasião de organização de um campeonato, fomos convidados (psicólogo e assistente social) a participar da partida final no pátio. Conversamos com a segurança da unidade sobre a possibilidade, e obtivemos a resposta da não garantia de nossa segurança. No encontro seguinte do Grupo de Esportes expomos a fala do setor de segurança, e os presos informaram que eles garantiriam a segurança.

Nas semanas seguintes fomos assistir à partida final. Descemos ao pátio acompanhados pelos integrantes do grupo e quando chegamos ouvimos um grito: “Visita!!!” Nesse momento todos os presos sem camisa colocaram suas camisas em respeito à assistente social. Assistimos ao jogo inteiro. Não houve uma briga e muito menos xingamentos dirigidos ao juiz da partida. Entregamos o troféu e voltamos à sala de equipe.

*

O que há por trás da reforma penal do século XVIII é a constituição de uma nova economia e tecnologia do poder de punir – há um deslocamento do direito de punir de vingança do soberano à defesa da sociedade.

Nessa nova economia do poder de punir, “o castigo deve ter como objeto as consequências do crime entendidas como a série de desordens que esta é capaz de abrir” (FOUCAULT, 2006, p. 78). O cálculo é feito não em função do crime, mas de sua possível repetição à desordem futura: punir como uma arte dos efeitos. A prevenção é o princípio da sua economia e a medida de suas justas proporções. Não se trata mais de um ritual, mas sim de um sinal que crie obstáculo. O poder de punir generaliza sua ação para todo o campo social, de maneira a codificar todos os comportamentos e reduzir o domínio das ilegalidades. Eis algumas regras pelas quais a semiotécnica procura armar o poder de punir:

1. *Regra da quantidade mínima*: liga a ideia do crime a uma desvantagem um pouco maior que a vantagem de cometê-lo;

2. *Regra da idealidade suficiente*: a punição não precisa mais atuar no corpo, mas na representação, ou melhor, na lembrança de uma dor que impediria a reincidência. O foco é a representação da pena que é maximizada e não sua realidade corpórea;

3. *Regra dos efeitos laterais*: os efeitos da pena devem ser muito mais intensos naqueles que não a cometeram. No cálculo de penas, o elemento menos importante é o culpado;

4. *Regra da certeza perfeita*: diz da eficácia do sistema penal, da necessidade da clareza das leis por meio de uma legislação escrita e publicada que prescreve os crimes de maneira de que cada um possa distinguir as ações virtuosas das delituosas, ou seja, a renúncia do direito de misericórdia aos monarcas;

5. *Regra da verdade comum*: Com a reforma, a pessoa não pode mais ser meio-condenada. Há um abandono das chamadas provas legais (rejeição da tortura, necessidade de uma demonstração completa) para se fazer uma verdade justa retirada de qualquer correlação entre os graus de suspeita e o da pena. A verdade do crime, como a matemática, só poderá ser admitida uma vez inteiramente comprovada, sendo que o juiz não deve mais usar formas rituais, mas procedimentos comuns. A prática penal encontra-se submetida a um regime comum da verdade;

6. *Regra da especificação ideal*: todas as infrações devem ser devidamente codificadas de maneira a não possibilitar nenhuma dúvida quanto a qualquer ilegalidade. Mesmo que exaustivo, deve ser explícito. Um mesmo castigo para todos não tem força para todos. Não basta aplicar a mesma multa para uma pessoa com recursos e para outra sem recursos. Deve-se considerar o crime do rico mais nocivo à sociedade e levar em consideração o que é o criminoso em sua natureza profunda, o grau presumível de sua maldade e a qualidade intrínseca de sua vontade. Em outras palavras, apresenta-se a necessidade de uma classificação paralela dos crimes e castigos e

de uma individualização da pena em consonância com as características *singulares de cada criminoso*.

Do ponto de vista de uma economia do poder de punir, e das técnicas através das quais se pretende pôr em circulação, em todo o corpo social, sinais de punição exatamente ajustados, sem excessos nem lacunas, sem 'gasto' inútil de poder, mas sem timidez, vê-se bem que a codificação do sistema delitos-castigos e a modulação do par criminoso-punição vão a par e se chamam um ao outro. A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem adaptado. (FOUCAULT, 2006, p. 83)

Destaca ainda Foucault, acerca desse processo de individualização, que

O que começa a se esboçar agora é uma modulação que se refere ao próprio infrator, à sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, a seu passado, à 'qualidade' e não mais à intenção de sua vontade. Percebe-se, mas como um lugar ainda deixado vazio, o local, onde, na prática penal, o saber psicológico irá substituir a jurisprudência casuística. (FOUCAULT, 2006, p. 83)

*

Outro conceito bastante utilizado no campo da saúde mental é o de ambiência. Os atendimentos nos CAPS nem sempre ocorrem apenas na sala, entre quatro paredes, mas sim na ambiência. Há usuários que comparecem ao serviço para permanência-dia, atendimentos pontuais ou às vezes para retirada de medicação. É nessa circulação de pessoas no serviço que às vezes o profissional de plantão naquele período (ou aquele que está saindo de outro atendimento/grupo) se depara com esses usuários: encontros sem agendamento prévio.

Pelo vínculo que se cria, são muitas as vezes em que apenas por meio de uma troca de olhar é possível saber se a pessoa está bem ou não. Na cadeia, de certa forma, isso também ocorria, mas com uma pequena parte dos presos que trabalhavam na cozinha dos funcionários e na limpeza do prédio administrativo, próximo aos pavilhões onde estavam a Chefia de Segurança, a Enfermaria, a Sala do Psicossocial e a Sala dos Advogados.

Os presos que compartilhavam o cotidiano com os profissionais que trabalhavam nesse prédio administrativo ficavam alojados em minipavilhão chamado "Seguro", que, apesar de próximo aos demais pavilhões, ficava separado

deles. Ficavam no Seguro presos pertencentes a facções criminosas rivais daquela que domina o presídio, ou que cometeram crimes de estupro ou pedofilia.

De qualquer forma, é difícil comparar esses dois tipos de ambiência. Enquanto no CAPS os usuários eram livres para ir e vir, sentar-se e conversar com o profissional, no presídio os presos encontravam-se enclausurados e trabalhando, quase sempre amedrontados – seja pela possibilidade de passar uma imagem de corpo-mole à segurança, solicitando atendimento em horário de trabalho, seja pelo receio de uma possível movimentação estranha na unidade, que anteciparia início de rebelião. Em caso de rebelião são eles, os presos do Seguro, os primeiros a morrer.

*

Todas as ligações de familiares de presos eram transferidas para a nossa sala da equipe psicossocial. Geralmente queriam obter informações sobre os familiares presos ou mesmo repassar alguma informação quanto aos processos, questões relacionadas ao auxílio-reclusão, falecimentos, ou mesmo procurar saber sobre determinado castigo ou estado de saúde, por estarem distantes, pelas dificuldades de visitá-los.

Muitos familiares sequer compareciam à unidade, em decorrência das humilhações no momento de revista das visitas, que ocorriam aos sábados e domingos. Nesses dias, fazíamos atendimentos aos familiares dos presos. A porta da equipe psicossocial ficava próxima à porta de entrada da unidade. A sala, geralmente suja, em meio a mosquitos e aranhas, era onde permanecíamos de plantão para atendimentos aos familiares dos presos. Por vezes, acabava sendo a única maneira de estabelecer contato com a situação de alguns presos, haja vista o fato de nem sempre os atendimentos solicitados chegarem à equipe psicossocial.

*

A maioria da equipe era formada por mulheres e não eram raras as vezes em que uma ou outra profissional relatava situações de assédio na unidade. Assédio cometido não pelos presos, mas por agentes penitenciários. Discu-

tíamos essas questões em equipe e com as coordenadoras da equipe. Em um primeiro momento, a situação cessava, mas sempre voltava a ocorrer.

Certa vez, parte da equipe conseguiu autorização para visitar a muralha. Fomos cinco profissionais da equipe mais o chefe de segurança. Curiosamente, para ir à muralha tivemos que sair da unidade: a entrada era por fora. Ao abrir esse primeiro portão, dois cachorros vieram em nossa direção. Rapidamente o agente da muralha abriu-nos o segundo portão, afastando os cachorros. Ao entrar, sentimos um forte cheiro de ambiente fechado e sujo havia muito tempo. Subimos as escadas e conhecemos a sala dos dormitórios, o espaço das armas e munições extras e a copinha. Veio-me aquela mesma sensação de apreensão de quando entrei pela primeira vez em uma prisão em Platina, alguns anos antes: angústia, medo, ansiedade, tudo misturado e difícil de expressar.

Depois de subirmos mais alguns lances de escadas e chegamos finalmente à muralha. O espaço para transitar era bem pequeno: duas pessoas não conseguiam andar lado a lado pelo estreito corredor infundável da muralha. Andamos até a primeira torre. Uma psicóloga e eu subimos à torre por meio de uma escadinha de ferro, de onde tivemos a visão mais alta da unidade. De lá, víamos não apenas de toda a unidade, mas também os outros presídios que fazem parte do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia. De lá era possível observar a linha de tiro; de novo um embrulho no estômago. Continuando o percurso, passamos pela parte de trás da unidade nos pavilhões; ao lado dos pavilhões, uma montanha de lixo; nas janelas, varais repletos de roupas.

Ao perceberem o movimento na muralha, alguns presos desceram de suas camas e começaram a assobiar e a gritar “Gostosa! Vem pra cá!” e “Ba-leia! Volta para o mar!”. Fingimos não ouvir e apertamos o passo. Lateralmente visualizamos a escola e terminamos o percurso. No dia seguinte, presos do setor (os “responsáveis” pelos pavilhões) procuraram uma das profissionais da nossa equipe dizendo que o que ocorrera no dia anterior não mais ocorreria, pois eles já tinham cuidado das pessoas que haviam mexido com as mulheres. “— Com a gente é assim! Ninguém mexe com mulher na nossa unidade. Tem que tratar com respeito!”

Isso aqui antigamente era conhecida como “P treta” por ser uma das piores penitenciárias do Estado! Só ficava atrás do Carandiru! Era o lugar onde os presos e os funcionários vinham transferidos por “castigo”. Os presos por mal comportamento e os funcionários por terem brigado com seus Diretores de Unidade (Relato de agente de segurança)

*

Saindo de um atendimento e passando pelo setor de segurança, deparei-me com o chefe da segurança dizendo a um preso: “– Beleza, não quer assinar!? Então não vai ter mais atendimento na unidade. Seus ‘pipas’ não vão mais chegar!”.

Com a prerrogativa da segurança na unidade, a Chefia da segurança era quem decidia se a pessoa receberia ou não o atendimento. Por meio deles é que recebíamos os “pipas”. Enquanto equipe psicossocial, pouco conseguíamos argumentar; passávamos a situação para a coordenação da equipe e da ONG, que estabeleciam contato.

*

O abaixo-assinado feito pela escola não surtiu efeito. Contudo, na ocasião me interessava muito pelas discussões trazidas por Ferréz na Revista “Caros Amigos”. Ferréz é um dos autores da chamada “literatura marginal”. Uma ideia que surgiu foi trazer esses textos para leitura e problematização em grupo. Criei, então, a proposta de um grupo de leitura com esses textos. Mas uma preocupação de pronto me veio à mente. Será que eles autorizariam fazer um grupo de leitura com esses textos? Resolvi então fazer a proposta apenas como “Grupo de leitura” sem entrar em detalhes sobre o que leríamos, e cheguei ao seguinte nome: Grupo de leitura: cidadania e direitos humanos.

A despeito de terem ocorrido poucos encontros, o momento do grupo possibilitava um espaço de reflexão e problematização da realidade, sobretudo prisional, e se configurava como uma linha de fuga no rígido universo peniten-

ciário. Foi logo abolido por questões de recrudescimento da segurança da unidade.

*

Certa na vez, ao esperar na sala de segurança a subida dos presos para atendimento, um dos agentes pediu para que me aproximasse do computador para mostrar algo. Ao abrir a pasta, uma série de fotos de presos mortos, parte deles degolados e sem partes do corpo.

[...] Isso é da década de 90. Muito sangue já rolou por aqui! Ultimamente está sossegado por conta do PCC. Mas quando vêm as ordens, eles quebram a cadeia! E aí não tem diferença se é agente, se é médico, se é psicólogo! Na hora que estoura, ninguém é de ninguém! Por isso, vocês, que ficam nesse prédio aqui em baixo, se estourar alguma coisa, sai correndo para cima da linha de tiro!

*

No caminho para o atendimento, ao passar pelo parlatório, fui abordado por um preso muito aflito. Disse que havia sido atendido havia mais de dois meses pelo médico em decorrência de uma DST; o médico lhe receitou uma pomada e indicou um infectologista fora da unidade; eu me dispus a entrar em contato com o médico e retornar a vê-lo. O médico disse-me rispidamente que não poderia fazer nada: “já fiz a minha parte!”. O problema de a segurança não o liberar para atendimento fora da unidade não era dele. Procurei pela Segurança, mas foi em vão. A resposta foi de que não se liberavam essas saídas em razão do momento tenso pelo qual passávamos. Voltei a conversar sobre a situação com o preso e ele entrou em desespero: “Meu membro vai cair!!!” gritava. A segurança interveio, segurou e levou o sujeito. São diversas as situações de desrespeito em uma unidade prisional, que nos deixam em grande parte das vezes impotentes em nossa ação. Abordamos o assunto com a coordenação da equipe e a gerência da ONG, que se disponibilizou a conversar com o chefe de segurança.

*

A despeito de o grupo de leitura não ter tido continuidade, em razão do recrudescimento da segurança, por conta de sucessivas ameaças de rebelião, foi aberta a possibilidade de se organizar a biblioteca da unidade. Para participar, alguns indicados pela Direção. Limparam-se a escola, os livros, as prateleiras... Cheguei a achar alguns cadernos e os separei de maneira organizada. Saí por alguns minutos para buscar ferramentas para fixar as prateleiras, e quando voltei os cadernos já não estavam mais lá. Perguntei aos presos que ali estavam e o silêncio reinou. Ao sair da biblioteca, vi escrito na lousa: “Todo homem tem que ter disciplina. O homem que não tem disciplina não tem honra”.

*

Durante a organização da biblioteca, achamos várias partes separadas de computadores que juntos poderíamos utilizar para catalogar os livros. Um dos presos que conhecia de computação foi chamado para analisar as peças e disse que precisava apenas de mais um item para fazê-lo funcionar. Disse que ele mesmo poderia fazer uma doação e passou seu telefone de casa. Ligamos, e o filho trouxe a peça no fim de semana. Contudo, o Diretor de Segurança não permitiu a entrada, pois segundo ele “preso não pode fazer doação à unidade”.

*

Quem devia ser Diretor de Segurança é o cara que já trabalhou no Pavilhão, que depois subiu para Chefia de Disciplina e estar ligado diretamente à área não o cara da manutenção. Esse deveria subir para a Diretoria de Produção. Na verdade, quem realmente ocupa esses postos são os puxa-saco. (Relato de agente de segurança)

*

Segundo relatos, o diretor de Disciplina da Unidade permitiu que dois presos entrassem na sala da equipe jurídica da APAC para cobrar celeridade no andamento do trabalho jurídico. A reclamação era de que o setor jurídico

não estava chamando para atendimento os presos segundo a “judiciária”, criada em janeiro pelos presos para selecionar os casos que deveriam ser atendidos com prioridade, e que isso poderia gerar problemas, pois os ânimos estavam se exaltando. Exigia-se também que os atendimentos fossem realizados nos próprios pavilhões.

*

O ano de 2006 foi um dos mais difíceis para os trabalhadores do Sistema Prisional. Na PIII foram muitos os dias em que não descemos para o prédio dos atendimentos. Outros tantos dias descíamos, mas os atendimentos não eram liberados por motivo de “movimentação estranha”, até que em um domingo de dia das mães a cadeia “virou”⁵³.

*

Ao chegar na unidade, ficamos por um período na auréola superior da unidade (prédio da administração, próximo à saída da unidade). Ao sermos liberados para descer para atendimento, fomos avisados de que o clima estava tenso. Segundo relatos de agentes, havia uma movimentação estranha na unidade em razão de uma repressão da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em Venceslau. Como em outras ocasiões em que isso ocorria, desce-mos e ficamos todos da equipe na sala, em razão da suspensão dos atendimentos.

Em determinado momento chega a nossa sala o aviso do falecimento da irmã de um preso. Mesmo com os atendimentos suspensos, entramos em contato com o setor de chefia para verificar a possibilidade de entrar em contato com o preso. Liberado, ele subiu ao parlatório e, emocionado, solicitou escolta para ir ao enterro – fizemos o pedido junto à chefia de segurança, o que foi prontamente negado.

*

⁵³ Gíria utilizada no sistema prisional para designar rebelião.

Há mais de um ano, o diretor de segurança prometeu a Jonatas que interviria em seu processo de transferência para o Centro de Ressocialização, como se tivesse plena autonomia para tal. Jonatas tinha muito medo de a “cadeia virar”, pois estava no rol de pessoas que estão no “Seguro”, e por isso solicitava recorrentemente que fizéssemos contato com sua família. Contudo, a equipe tinha consciência de que Jonatas era vital para o andamento das atividades da cozinha dos funcionários na unidade, e dificilmente o diretor faria algo para auxiliá-lo.

*

Paz, justiça e liberdade e terra
PCC Revolucionando o mundo amado por uns, odiado por outros
mas respeitado por todo paz justiça e liberdade
XV III III
Paz Favela
(Frases nos muros da penitenciária depois da megarrebelião de maio
de 2006)

8. PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO

Foucault (2006) destaca que o corpo em si já havia sido objeto de investimento de poder em diversos momentos da história da humanidade. Contudo, apenas a partir do século XVIII é realizado um trabalho minucioso e ininterrupto no corpo, de maneira a garantir sua eficiência produtiva máxima e a neutralidade de seu potencial político – utilidade e docilidade; uma nova arte do corpo, cujo foco é aumentar suas forças em termos econômicos, ao mesmo tempo em que se as diminui, em termos políticos de obediência. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõem” (FOUCAULT, 2006, p. 119). Ao dissociar o poder do corpo, essa tecnologia de poder fabrica corpos úteis e submissos e se transforma no modo geral de dominação a partir do século XVIII.

Essas técnicas disciplinares respondem ao que Foucault denomina nova microfísica do poder: um determinado modo de investimento político e detalhamento do corpo que busca cobrir todo o tecido social, por meio do controle das mínimas partes da vida e do corpo das pessoas – bem diferente do funcionamento do poder soberano até então. O poder disciplinar corresponde a um emaranhado de estratégias, dispositivos e organizações de espaço e tempo que, aplicados a instituições como escolas, hospitais, fábricas, produzem corpos obedientes e úteis. Por meio de mecanismos disciplinares desarticula-se tudo que venha a contrariar a ordem.

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, antivadiagem, de antiaglomeração. (FOUCAULT, 2006, p. 123)

A punição e a vigilância serão dois dos principais mecanismos utilizados para docilizar e adestrar pessoas sob as normas estabelecidas.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar anda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (FOUCAULT, 2006, p. 143)

É sempre bom lembrar que o poder disciplinar ganha uma dimensão maior na sociedade com o nascimento de uma nova burguesia, no século XVIII. Nesse sentido, invertem-se os princípios de centralidade e da visibilidade do poder tão presentes com o poder soberano. O poder torna-se invisível e presente em todo lugar de forma descentralizada e distribuída. Essa nova modalidade de poder múltipla, relacional, automática e anônima faz crescer e multiplicar aquilo e aqueles que estão a ela submetidos. Por esse motivo se diz que há uma positividade no poder, e não apenas um viés repressor.

Enquanto o poder soberano efetua um acoplamento assimétrico coleta-despesa, com o poder disciplinar haverá uma apropriação total e exaustiva do corpo, dos gestos, do tempo e do comportamento do indivíduo. Um bom exemplo é o exército: formado nos momentos de guerra – sobretudo pelos considerados vagabundos –, com o advento da disciplina militar passa a possuir soldados continuamente ocupados, inclusive nos tempos de paz.

A disciplina militar começa a ser o confisco geral do corpo, do tempo, da vida; não é mais uma coleta com base na atividade do indivíduo, é uma ocupação do seu corpo, da sua vida e do seu tempo. Todo sistema disciplinar, creio, tende a ser uma ocupação do tempo, da vida e do corpo do indivíduo. (FOUCAULT, 2012, p. 58)

Até então os exercícios militares tinham a finalidade estrita de condicionamento para que o indivíduo pudesse mostrar ter condições de garantir seu estatuto de cavaleiro. A partir do século XVIII o exercício corporal surge como um adestramento do corpo, da habilidade, da marcha, da resistência, dos movimentos elementares, segundo uma escala gradual. É nesse sentido que o poder disciplinar implica um procedimento de controle contínuo e aponta um estado terminal, futuro ou ótimo. A escrita também tem um papel importante para a efetivação desse controle, pois garante a notação e o registro de tudo que o indivíduo faz (ou diz), de modo a transmitir a informação de baixo para cima, segundo uma escala hierárquica – e isso ocorre não apenas no exército. A escrita passa a ser utilizada nas escolas, nos centros de aprendizagem, no sistema policial e judiciário. Os corpos, os comportamentos, os discursos das pessoas são pouco a pouco investidos por um tecido de escrita que os registra, codifica, centraliza e os transmite. “A visibilidade do corpo e a permanência da

escrita andam juntas e tem evidentemente por efeito o que poderíamos chamar de individualização esquemática e centralizada” (FOUCAULT, 2012, p. 61).

Uma característica importante a ser destacada do poder disciplinar é a **distribuição dos indivíduos** dentro do espaço, que será realizada nas escolas, fábricas, hospitais e prisões por meio de técnicas como a clausura e a fila. A clausura estabelece a organização dentro de um espaço físico específico, distinto de outros. É nesse contexto que muitos colégios assumem o modelo do convento: o internato como regime de educação. Os aparelhos disciplinares trabalham o espaço também por meio do princípio do quadriculamento (ou da localização imediata) – uma maneira fina e flexível de trabalhar o espaço. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”, de maneira a evitar as distribuições por grupos, a organização coletiva, propiciar a criação de um “espaço útil” e possibilitar uma vigilância não apenas do comportamento de cada um, mas da dinâmica e rotina da instituição (as entradas e saídas, o cumprimento das atividades escolares, assim como evitar fugas, evasão escolar etc.).

Nas escolas, o espaço físico é organizado em diferentes salas, cada qual destinada a determinado tipo de atividade. Além disso, cada aluno deve possuir uma ficha de matrícula, na qual devem constar tanto sua entrada quanto seu desempenho escolar – detalhes que buscam localizar o aluno e toda sua trajetória na instituição.

As filas (e fileiras) permitem a individualização dos corpos de maneira organizada e homogênea. A separação por gênero (meninos/meninas) e altura (ordem crescente) facilita ainda mais o seu controle.

Outra característica do poder disciplinar é a questão do controle da atividade. Estabelece-se uma divisão rígida e minuciosa do horário, no intuito de maximizar a qualidade do tempo empregado e construir um tempo integralmente útil e sem desperdícios. “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2006, p. 129).

*

Foucault (2012) rechaça a ideia de uma suposta origem dessa anatomia política que se apresenta como poder disciplinar. Não há um evento, um ponto,

ou um marco que supostamente criou uma clivagem a partir da qual sai de cena o poder soberano e passa a operar o poder disciplinar. O que há é uma

[...] multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. (FOUCAULT, 2012, p. 119)

Os dispositivos disciplinares não ascenderam de maneira abrupta na sociedade, rompendo de uma vez com o poder de soberania. Por muito tempo eles se ancoraram nos dispositivos de soberania e apenas com o tempo se disseminaram na sociedade em alguns redutos, como nas comunidades religiosas (reconhecidas ou não pela Igreja), ostentando um duplo papel até o século XVI: crítico de oposição e de inovação.

A Ordem Beneditina é um bom exemplo dessa transformação. Parasitada pelo sistema feudal em sua existência, economia, hierarquias internas e transformada em um dispositivo de soberania, com a reforma cisterciense os beneditinos retomaram a ordem disciplinar baseada em: regra de pobreza; obrigação do trabalho manual e plena ocupação de tempo; desaparecimento de posses pessoais; regra de obediência interna; e fortalecimento de hierarquia interna. Isso permitiu o surgimento de inovações econômicas ligadas à prática disciplinar (com sistema de registros, contabilidade etc.) e repercutiu, inclusive, na ordem política da Idade Média como instrumento de rompimento em relação aos centralismos de soberania da sociedade feudal. Além disso, houve inovações sociais com o surgimento de grupos comunitários relativamente igualitários contra as hierarquias, como os monges mendicantes⁵⁴.

Ou seja, o poder disciplinar já existia no interior das comunidades religiosas na Idade Média. Em um segundo momento, ele se desloca para algumas comunidades laicas que se desenvolveram no período pré-reforma dos séculos XIV e XV. Esse foi o caso da comunidade fundada em 1383, na Holanda, chamada Irmãos da Vida Comum. Seus integrantes definiram métodos disciplinares em relação à vida cotidiana e à pedagogia a partir de técnicas e exercícios ascéticos da tradição do exercício religioso.

⁵⁴ Mesmo a maçonaria na sociedade francesa e europeia do século XVIII produziu esse papel de inovação disciplinar.

A partir do século XVI se inicia uma expansão desse poder, de alguns pontos de apoio (aplicação e extensão do sistema disciplinar), que nos séculos seguintes prosseguirá de maneira mais forte, para o restante da sociedade, de maneira a constituir rudimentarmente a sociedade disciplinar.

A disciplinarização da juventude foi um desses primeiros pontos, protagonizada justamente por meio da comunidade Irmãos da Vida Comum. Sua matriz do primeiro modelo de colonização pedagógica da juventude era calcada no princípio da evolução progressiva do indivíduo – trabalho ascético do indivíduo sobre si mesmo – até o ponto de salvação. Esboçam-se aí os grandes esquemas da pedagogia, como

[...] a ideia de que só se podem aprender as coisas passando por certo número de etapas obrigatórias e necessárias, que essas etapas se seguem no tempo, e no mesmo movimento que as conduz através do tempo, marcam tantos progressos quantas as etapas. A conjoinância tempo-progresso é característica do exercício ascético e também vai ser característica da prática pedagógica. (FOUCAULT, 2012, p. 84)

As escolas dessa comunidade passam a ser divididas por idades e níveis, com programas de exercícios progressivos. Surge também a regra de clausura, na qual o aluno precisa ficar num lugar fechado sobre si mesmo, com o mínimo de relações com o exterior, para que se possa de fato efetivar o exercício pedagógico – na verdade, um princípio ascético que é transportado para a pedagogia. Há também a ideia de guia sendo implantada na pedagogia nesse momento: a necessidade de alguém assumir a responsabilidade pela direção do aluno em sua carreira, ou pelo menos até certa etapa, para que então esta responsabilidade seja repassada a outro guia. Paulatinamente, essas técnicas vão se difundindo e penetrando em toda a sociedade nos séculos seguintes, tornando-se, no século XIX, essa forma geral de contato sináptico poder político-corpo individual.

*

Segundo Foucault, nos séculos XVI e XVII a aprendizagem corporativa funcionava da seguinte maneira: o aprendiz entrava para a oficina de um mestre e, mediante o pagamento de uma determinada quantia financeira, obtinha

em troca a transmissão total do seu saber. A partir disso, o aprendiz teria que realizar todos os serviços que o mestre lhe ordenasse. A única forma de controle que vigorava acontecia ao final desse processo de aprendizagem, quando o aprendiz tinha a obrigação de submeter uma obra aos responsáveis pela respectiva corporação de ofício na cidade.

A partir da segunda metade do século XVII surgem instituições completamente diferentes, como a escola profissional de desenho e tapeçaria dos Gobelins, nas quais a aprendizagem passa a ocorrer de maneira distinta. Separavam-se os alunos por faixas etárias e lhes eram conferidos tipos distintos de trabalho, que deveriam ser realizados na presença de professores e/ou de pessoas que os vigiassem. Além de vigiar, deveriam registrar os comportamentos, assiduidade e zelo dos alunos. Esses registros eram encaminhados ao respectivo diretor da manufatura dos Gobelins e ao ministério Casa Real via relatório sobre a qualidade e capacidades do trabalho, assim como informações sobre a viabilidade de considerar (ou não) esse aluno um mestre. “Vocês têm aí um investimento pela escrita, a codificação, a transferência, a centralização, em suma, a constituição de uma individualidade esquemática e centralizada” (FOUCAULT, 2012, p. 62)⁵⁵.

Com essa perspectiva formativa de operários instaura-se uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil. Além de analisar os espaços (decomposição e recomposição de suas atividades), as disciplinas atuarão como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo por meio de quatro processos presentes na organização militar:

1. *Dividir a duração em segmentos sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico* ou decompor o tempo em sequências separadas e ajustadas. Assim, isolam-se o tempo de formação teórica e o tempo da prática;
2. *Organizar essas sequências* segundo uma sucessão de elementos, da forma mais simples possível, combinando-os com vistas a uma

⁵⁵ Esse investimento no indivíduo pela escrita ocorrerá também em outros âmbitos, como o policial, a partir da segunda metade do século XVIII. Por meio dos prontuários serão constituídas biografias e individualidades policiais das pessoas. Diz Foucault: “A visibilidade contínua e perpétua assegurada assim pela escrita tem um efeito importante: a extrema prontidão da reação do poder disciplinar que essa visibilidade que é perpétua no sistema disciplinar possibilita” (FOUCAULT, 2012, p. 63).

complexidade crescente, para que se alcance um resultado com maior eficiência e docilidade;

3. *Findar essas sequências com uma prova* com a função de indicar um determinado nível que diga da conformidade de sua aprendizagem em relação aos demais, diferenciando também as capacidades de cada indivíduo;
4. *Estabelecer séries de séries*: prescrever a cada um, de acordo com seu nível, idade e função, exercícios específicos. Cada indivíduo estará sempre preso a uma série temporal que define seu nível ou categoria específica.

Com isso, impõe-se um tempo disciplinar (com séries múltiplas e progressivas) para a prática pedagógica,

[...] especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram as séries [...] Forma-se uma pedagogia analítica, muito minuciosa (decompõe até os mais simples elementos a matéria de ensino, hierarquiza no maior número possível de graus cada fase do progresso) [...]. (FOUCAULT, 2012, p. 135)

Essa divisão, subdivisão e colocação em série de atividades sucessivas permitirá um investimento do poder na duração: um controle detalhado e uma intervenção pontual (diferenciando, corrigindo, castigando) a cada momento do tempo. “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização” (FOUCAULT, 2006, p. 136). As disciplinas produzem uma linearidade temporal e um tempo evolutivo.

Segundo Foucault, a ideia de historicidade evolutiva está intimamente ligada a esse novo modo de funcionamento de poder. Nesse sentido, não é de se estranhar a ideia de desenvolvimento humano, objeto da ciência psicológica, atrelada também a uma perspectiva evolutiva, talvez também decorrente desse poder disciplinar, já que “o pequeno *continuum* temporal da individualidade-gênese parece ser mesmo, como a individualidade-célula ou a individualidade-organismo, um efeito e um objeto da disciplina” (FOUCAULT, 2006, p. 136).

A diferença encontrada na disciplina das oficinas dos séculos XV e XVI para as do século XVIII é significativa. Antes, os contratos entre o patrão e operário delimitavam a necessidade de cumprimento de trabalho até determinada época, ou por meio de uma quantidade de dias de trabalho, agora a disciplina vai ser contínua e focada nas virtualidades do comportamento do operário. Os comportamentos passam a ser vigiados pelos próprios operários e seus atrasos, ausências, distrações serão devidamente punidos. Eis o caráter panóptico do poder disciplinar de agir antes mesmo de o comportamento ser efetivado.

[... o poder disciplinar] organiza uma polaridade genética do tempo; ele procede a uma individualização centralizada que tem por suporte e por instrumento a escrita; enfim, ele implica uma ação punitiva e contínua sobre as virtualidades do comportamento que projeta atrás do próprio corpo uma psiquê. (FOUCAULT, 2012, p. 65)

No âmbito da educação, passa a ocorrer no ensino primário um ajustamento das cronologias e de adequação de tempos das pessoas, fazendo da escola “um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino” (FOUCAULT, 2006, p. 140).

[...] nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; [...] que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades. (FOUCAULT, 2006, p. 125)

O espaço escolar passa a ser organizado de determinada maneira (serial), que determina uma “nova economia do tempo de aprendizagem” (FOUCAULT, 2006, p. 126). A escola torna-se uma máquina de ensinar que vigia, hierarquiza e recompensa. É nesse contexto que surge algo como o débil mental:

O irredutível à disciplina escolar só pode existir em relação à disciplina; aquele que não aprende a ler e a escrever só pode aparecer como problema, como limite, a partir do momento em que a escola segue o esquema disciplinar. (FOUCAULT, 2012, p. 67)

Pelo mesmo raciocínio, o delinquente aparece a partir da disciplina policial, sendo que o doente mental será justamente o resíduo de todos os resí-

duos – que advêm de todas as disciplinas encontradas numa sociedade, seja ela escolar, militar ou policial. Servirão de justificativa para a criação de novos sistemas disciplinares suplementares para recuperar esses indivíduos. Daí o surgimento de escolas específicas para débeis mentais: escolas para os irreduzíveis às escolas. Caberá ao poder disciplinar separar determinados indivíduos e, a um só tempo, atuar como normalizador, inventando novos sistemas recuperadores para (re)estabelecer a regra.

Faz-se interessante notar que os procedimentos de individualização que se esboçavam no topo do poder de soberania desaparecem no sistema disciplinar. Agora, o poder funcionará independentemente da pessoa – o que implicará uma forte individualização em sua base. Ao vincular a função-sujeito ao corpo, o poder disciplinar atuará de maneira individualizante, fabricando e distribuindo corpos sujeitados.

O poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função sujeito à singularidade somática por intermédio de um sistema de vigilância-escrita ou por um sistema de panoptismo pangráfico que projeta atrás de sua singularidade somática, como seu prolongamento ou como o seu começo, um núcleo de virtualidades, uma psique e que estabelece, além disso, a norma como princípio de divisão e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos.

Portanto, vocês têm no poder disciplinar uma série constituída pela função-sujeito, a singularidade somática, o olhar constante, a escrita, o mecanismo da punição infinitesimal, a projeção da psique e, finalmente, a divisão normal-anormal. É tudo isso que constitui o indivíduo disciplinar; é tudo isso que ajusta enfim um ao outro a singularidade somática e um poder político. E o que devemos chamar de indivíduo é o efeito produzido, o resultado dessa vinculação, pelas técnicas que lhe indiquei, do poder político à individualidade somática. (FOUCAULT, 2012, p. 69)

*

Em *Infantis* (2009), Scherer destaca que a infância, como a conhecemos, foi inventada no século XVIII: momento que a criança passa a ser objeto de uma atenção especial por uma sociedade caracterizada pela emergência de uma burguesia e de uma complexificação industrial sem igual na história da humanidade. Com a emergência das Luzes, diz o autor, instala-se um “sistema de infância” que a constitui e delimita diversas condutas e deveres dos adultos em relação à criança. Apregoa-se sua pedagogização integral e a própria soci-

idade passa a se disciplinar, pedagogizando-se. A criança passa a ser vista como meio de construção de uma nova sociedade, daí a curiosidade acerca do seu comportamento. Nesse contexto, surge também um sentimento de infância que irá evocar uma emoção com tom estético, poético e ao mesmo tempo místico e religioso, que trará implicações importantes para a reflexão filosófica. Ao se questionar sobre essa criança e o modo adequado de educá-la, o adulto passa então a se situar de uma maneira diferente em relação a esse ser recém-chegado e ao mesmo tempo tão diferente de si. A pedagogização da criança convoca o adulto a uma problematização acerca de seus próprios valores.

Essa nova criança desperta no homem a inocência, e o que parece ignorância e fraqueza

[...] ganha sentido e valor no que diz respeito à instituição da regra humana. A criança, objeto da solicitude das Luzes, receptáculo de seu saber, instrumento do progresso, torna-se fonte de iluminação de outra espécie. Por sua “ingenuidade”, ela escapa da limitação; por sua natureza, ela reúne em si o começo e o fim; ela desdobra o tempo histórico no que diz respeito à meta a atingir e ao ideal. (SCHERER, 2009, p. 22)

Nesse contexto de segregação e confinamento da criança na modernidade, a ideia de que seria possível formar um homem para construir uma sociedade melhor (a ideia de uma reforma social pela educação) ganha força e caracteriza o que Scherer vai nomear como uma utopia pedagógica.

Assim, aplicada à grande máquina político-educativa das sociedades modernas, a utopia é quimera – o termo “sonho” seria demasiado sedutor – de reprimir, transformar e controlar o indivíduo em cada etapa de seu desenvolvimento: projeto ilusório – sempre adiado para o futuro – de instauração de uma ordem social, enfim, definitiva e dotadas de todos os recursos de segurança, em que os integrantes do corpo social, formados do mesmo modo, convergem por vontade própria para o mesmo objetivo. (SCHERER, 2009, p. 26)

A pedagogia passa a ser um dos pilares para um novo modelo de poder que atravessa a vida de cada indivíduo. Joga-se toda a responsabilidade para a escola. A educação é concebida como a salvação, o que acaba por esconder o modo de funcionamento da escola. Para compreender essa utopia pedagógica, o autor problematiza justamente a escola, esse espaço considerado natural das crianças. Essa afirmação é a todo momento reforçada por um *slogan* que

há muito passa despercebido, sem questionamentos: lugar de criança é na escola.

Em primeiro lugar, a escola é utópica em relação à sociedade na qual funciona, pois dita regras para crianças, enaltece valores inaplicáveis na sociedade, como o menosprezo pelo dinheiro, a proibição da mentira e da cola, uma suposta primazia do espírito, entre outros. Em segundo lugar, a escola se apoia teoricamente em uma psicologia utópica que valida-se apenas dentro de um recorte limitado do contexto escolar, sobretudo a partir de avaliações de inteligência ou de uma psicologia dessexualizada e desprovida de afetos. Há também uma suposta ideia de neutralidade e laicidade que é veiculada quanto a questões religiosas e políticas (como a ideia da Escola sem Partido, muito vociferada ultimamente no país).

O que se tem por trás da escola é uma máquina de poder. Por trás da ideia da escola como espaço natural para o desenvolvimento da infância tem-se na verdade um completo esquadrinhamento e disciplinamento, com uma função moralizadora que traz em seu bojo a suposta igualdade de oportunidades, que não existe – pois a escola reproduz (ou aumenta) as desigualdades sociais, além de produzir indivíduos submissos que assumirão uma relação de inferioridade perante aqueles que são tomados como mestres do saber.

Para Scherer (2009), não importa se fazemos referência a uma pedagogia oficial ou a qualquer outra como a libertária: ambas não serão nada mais do que duas faces da mesma moeda. A saída passaria por conceber as relações adulto-criança fora do âmbito pedagogia, conceber essas relações como interações sociais e como tais em toda sua “variabilidade e imprevisibilidade, sem obedecer a qualquer programação” (SCHERER, 2009, p. 32). Faz-se necessário libertar a criança da própria infância, ou seja, desse controle expressivo justificado a pretexto de um amadurecimento. Deve-se agir com a criança de acordo “com seus atrativos passionais e suas próprias forças, integrando-se real e eficazmente ao conjunto de Falange” (SCHERER, 2009, p. 32), ou seja, de maneira que ela própria possa educar-se, instruir-se e contribuir com sua comunidade. “A ilusão pedagógica é inerente às grandes engrenagens sociais e políticas que a utilizam como instrumento de poder” (SCHERER, 2009, p. 36).

Ao investigar a prática psiquiátrica, Foucault constatou que o poder psiquiátrico se difundiu para além dos muros dos hospitais psiquiátricos fundamentalmente a partir da psiquiatrização da infância no século XIX. Sua hipótese é que essa generalização deve ser compreendida a partir dos pares

[...] hospital-escola, ou seja, instituição sanitária – sistema de aprendizagem que se deve buscar o princípio de difusão desse poder psiquiátrico. E gostaria de pôr em epígrafe umas dessas frases breves e fulgurantes de que Canguilhem tanto gosta. Ele escreveu que normal é o termo pelo qual o século XIX vai designar o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica. Parece-me que é aí, afinal, do lado dessa elaboração do conceito de “normal” que se fez a difusão do poder psiquiátrico. (FOUCAULT, 2012, p. 256)

A psiquiatrização da infância não passou pela descoberta da criança louca⁵⁶, nem pela concepção da infância como lugar de origem da doença mental, mas da

[...] criança imbecil, a criança idiota, a que logo será chamada de retardada, isto é, uma criança que se tomou o cuidado, desde o início, desde os trinta primeiros anos do século XIX, de especificar bem que não era louca. (FOUCAULT, 2012, p. 256)

No intuito de compreender essa psiquiatrização da criança designada como não louca, o autor se detém em dois processos aparentemente divergentes: (1) de uma perspectiva teórica sobre a noção de imbecilidade ou idiotia enquanto fenômeno distinto da loucura⁵⁷, e (2) de uma institucionalização da idiotia no espaço psiquiátrico. Começemos pelo primeiro.

Até o século XVIII não havia distinções entre o que se denominava imbecilidade, estupidez, idiotia e a loucura em geral. Elas eram consideradas categorias dentro do campo da loucura. Havia a loucura sob a forma de “furor”, de agitação temporária, a loucura na forma de “mais” e a loucura na forma de “menos”, de abatimento, de inércia e não agitação, esta sim chamada de demência, imbecilidade, estupidez.

⁵⁶ A partir de Charcot, em decorrência de seus estudos sobre a histeria na década de 1880, pelo viés da consulta particular e não do asilo.

⁵⁷ Foucault se aterá a textos médicos, observações e tratados de nosografia para tal análise.

Ou então, definia-se a imbecilidade, e a estupidez como uma forma particular em toda uma série que se podia encontrar a mania, a melancolia, a demência. No máximo pode-se [identificar] certo número de indicações segundo as quais a idiotia teria sido uma doença absolutamente semelhante no conteúdo, mas que só se produziria a partir de certa idade. (FOUCAULT, 2012, p. 258)

A idiotia, a imbecilidade e a demência eram, portanto, associadas a um determinado tipo de delírio que teria chegado a um ponto tão agudo, extremo, que se anularia como delírio⁵⁸ – o delírio na medida em que se postulava. A imbecilidade era vista como erro do delírio tão generalizado que se tornaria incapaz de conceber qualquer ideia. Já o idiotismo era visto (também no século XVIII) como estado de “estupor ou abolição das funções intelectuais e afetivas” (FOUCAULT, 2012, p. 259). Foucault destaca que psiquiatras como Jacquelin Dubuisson (contemporâneo de Pinel) caracterizavam os portadores de idiotismo como pessoas que tinham suas faculdades subtraídas, e que se diferenciavam do homem enquanto ser social e pensante, reduzidos a uma existência maquinal. O idiotismo seria a forma absoluta total da loucura: a vertigem da loucura a despeito de sua ausência de sintomas.

Nos 40 primeiros anos do século XIX (de Esquirol a Seguin) há dois grandes momentos na elaboração teórica sobre a noção de idiotia: os textos de Esquirol, de 1817, 1818 e 1820, e o livro de Belhomme, de 1824. Para Esquirol, a idiotia é vista como um estado (não uma doença) no qual as faculdades intelectuais não se manifestaram, ou pelo menos não de maneira suficiente. Belhomme retoma essa definição dizendo de um estado constitucional no qual as funções intelectuais nunca se desenvolveram.

Esses momentos são importantes, pois colocam pela primeira vez a ideia de desenvolvimento, fazendo de sua ausência (de desenvolvimento) justamente o critério de distinção entre o que é da ordem da loucura e da idiotia. A idiotia passa, então, a ser definida em relação ao desenvolvimento, e não mais em relação à verdade/erro, capacidade de dominar-se, ou mesmo quanto à intensidade do delírio.

Para ambos os autores, o desenvolvimento é concebido como algo que se tem ou não. Esta foi uma perspectiva binária e simplista que possibilitou a demarcação de uma linha divisória que define características de algo que diz

⁵⁸ No caso da idiotia isso ocorreria precocemente, e com a imbecilidade e demência, tardiamente.

de uma doença e de uma não doença (da ordem de uma enfermidade ou monstruosidade).

Já nos anos 1940, lembra Foucault, em *Tratamento moral dos idiotas*, Seguin coloca conceitos que basearão a psicologia e a psicopatologia do retardo mental que se desenvolverão no século XIX. Para ele, os idiotas apresentam uma interrupção (e não uma ausência) de desenvolvimento fisiológico e psicológico, enquanto as crianças retardadas se desenvolveriam mais vagarosamente que as outras de sua idade. Tais definições acerca da criança idiota e retardada trazem consigo ao menos cinco noções que influenciaram a prática de psiquiatrização da criança:

1. A noção de desenvolvimento enquanto uma dimensão temporal, pois, para Seguin,

O desenvolvimento é um processo que afeta a vida orgânica e a vida psicológica, é uma dimensão ao longo da qual são repartidas as organizações neurológicas ou psicológicas, as funções, os comportamentos, as aquisições. É uma dimensão temporal, e não é mais uma espécie de faculdade ou de qualidade de que seríamos dotados. (FOUCAULT, 2012, p. 263)

2. O desenvolvimento como uma dimensão temporal que é comum a todas as pessoas,

mas é comum, muito mais como uma espécie de ótimo, como uma regra de sucessão cronológica com um ponto ideal de chegada. O desenvolvimento é, portanto, uma espécie de norma em relação à qual nos situamos, muito mais que uma virtualidade que possuiríamos em nós. (FOUCAULT, 2012, p. 263)

3. O fato de essa norma de desenvolvimento possuir duas variáveis: a do estágio e da velocidade. Pode-se parar neste ou naquele estágio e pode-se percorrer esta dimensão com uma ou outra velocidade. Duas patologias: a patologia do bloqueio em determinado estágio e a patologia de lentidão.
4. O esboço de uma dupla normatividade. A variável do bloqueio (amplitude da idiotia) será medida em relação a uma normatividade do adulto (ponto real e ideal do término do desenvolvimento) e a variável da lentidão em relação a outras crianças: o adulto como estágio ter-

minal e as crianças como base para a medida de velocidade de desenvolvimento.

5. O fato de a idiotia e o retardo mental não poderem mais ser definidos como doença. Foucault (2012) destaca que, para Seguin, tanto o idiota quanto o retardado mental se situam em um menor grau da norma (do desenvolvimento da infância), mas ainda nela (não saem da normalidade). O idiota está mais ou menos imerso no interior da infância normal – infância como uma maneira mais ou menos veloz de atravessar os graus de idiotia, debilidade ou retardo mental. Idiotia, debilidade ou retardo mental são “variedades temporais, variedades de estágio no interior do desenvolvimento normativo da criança” (FOUCAULT, 2012, p. 265) – alguém que se encontra imerso, mesmo que até certo grau, no interior da temporalidade da criança. Daí que irá se colocar a educação como principal terapêutica da idiotia: a pedagogia como terapêutica.
6. As paradas e/ou lentidões do processo de desenvolvimento não serão mais vistos sob o prisma da doença, contudo sancionam fenômenos de que a criança não é capaz. A criança idiota ou retardada não será uma criança doente, e sim uma criança anormal, pois se pressupõem no interior da infância organizações, estados ou comportamentos que não são propriamente doentios, mas desviantes em relação a duas normatividades: a das outras crianças e a do adulto. Essa anomalia libera o que vai ser chamado de ponto positivo de instinto. O que os sintomas são em relação à doença, são também em relação à anomalia – elementos naturais e anárquicos. O confisco da anomalia pela medicina (essa psiquiatrização da anomalia) será justamente o que Foucault considera como princípio da difusão do poder psiquiátrico.

O segundo processo que o autor ressalta no intuito de se compreender a psiquiatrização da criança designada como não louca será a institucionalização da idiotia no espaço psiquiátrico, a despeito do movimento de elaboração teórica com a finalidade de desvinculá-la da doença mental. Ocorre que, quando se desenvolveu tal elaboração teórica, em um primeiro momento procurou-se se-

parar tais crianças das instituições pedagógicas (instituições de surdos-mudos), e pouco a pouco essas crianças voltaram a ser incorporadas ao espaço asilar. Formaram-se então alas para débeis, idiotas, e por vezes também crianças histéricas e epiléticas. Ou seja, mesmo com assunção de tais crianças como não doentes, elas permaneceram no espaço asilar. Ou seja, por volta de 1830 a 1840,

[...] não é para escolarizar as crianças ou porque não se consegue escolarizá-las que se coloca o problema de saber onde pô-las [...] não em função de sua escolarização, da sua capacidade de se deixar escolarizar; coloca-se a questão de saber onde pô-las em função do trabalho dos pais, isto é como fazer para que a criança idiota, com os cuidados que requer, não seja um obstáculo uma vez que os pais trabalham? (FOUCAULT, 2012, p. 270)

Daí a criação das salas de asilo (creches e jardins de infância) não com vistas a tornarem as crianças aptas a um trabalho no futuro, mas à possibilidade de deixar os pais livres para o trabalho. Essas crianças, alocadas no espaço asilar, estarão sob ação dos mesmos esquemas do poder psiquiátrico, porém aumentados e depurados, diz Foucault (2012); mecanismos de poder que foram fundamentais para definir os métodos de educação dos idiotas, os mecanismos do poder psiquiátrico. “A educação dos idiotas e anormais é o poder psiquiátrico em estado puro” (FOUCAULT, 2012, p. 272).

Da mesma maneira em que ocorre na prática psiquiátrica, há uma luta entre duas vontades. Porém, agora são a do mestre e a do aluno – que tem uma vontade de não ter vontade, o que caracteriza precisamente o instinto. Se o louco é aquele que sempre diz sim, o idiota é aquele que sempre diz não. Se o papel do psiquiatra era transformar o sim em não, o papel do mestre será transformar o não do idiota em sim, para que ele de fato possa se desenvolver e tornar-se homem. Tem-se o mesmo afrontamento presente no poder psiquiátrico, a mesma onipotência do psiquiatra, porém agora presente no corpo do mestre. A educação especial será feita a partir do corpo do mestre e ocorrerá na forma de sobrepoder. O interno fica submetido à autoridade do mestre, que é mestre da aplicação de seus métodos – e da criança e de sua família, em suas relações com a criança. O mestre, assim como o psiquiatra, deve ter um físico impecável e apresentar-se como um personagem poderoso e desconhecido, com o qual o idiota deve ter sua educação. Frente à indisciplina, deve

usar força física, para fazer valer a sujeição e o domínio do corpo do idiota. O mestre deve ensinar a criança a olhar. “Seu acesso à realidade do mundo, a atenção que pode dirigir às diferentes coisas começarão pela percepção do mestre” (FOUCAULT, 2012, p. 275). Se ela desvia seu olhar do mestre, este deve forçá-la a olhá-lo.

A organização de um espaço disciplinar para o tratamento moral das crianças idiotas – como o do asilo – também é fundamental. “A aprendizagem da distribuição linear dos corpos, dos lugares individuais, dos exercícios de ginástica – o emprego completo do tempo” (FOUCAULT, 2012, p. 275). Por fim, esse poder impetrado sobre as crianças idiotas também é tautológico, pois através do corpo do mestre a própria escola veicula que as crianças não puderam se adaptar e foram designadas como idiotas.

O poder psiquiátrico que funciona aqui faz o poder escolar funcionar como uma espécie de realidade absoluta em relação á qual vai se definir o idiota como idiota e, depois de ter feito o poder escolar funcionar assim como realidade, vai dar a esse suplemento de poder que vai permitir que a realidade escolar funcione como regra de tratamento geral dos idiotas no interior do asilo[...] o poder escolar funciona como realidade em relação ao poder psiquiátrico, que a coloca como sendo aquilo em relação ao que ele poderá identificar, especificar os que são retardados mentais; e por outro lado, ele a faz funcionar no interior do asilo, dotada de um suplemento de poder. (FOUCAULT, 2012, p. 276)

Para Foucault (2012), o que possibilitou a esses dois processos (especificação teórica da idiotia e sua anexação prática pelo poder psiquiátrico) dar lugar à medicalização é razão de uma questão econômica simples. A lei de 1838, que definia modalidade de internação e assistência aos mais pobres, colocava como fiador das vagas o departamento ou a comunidade de origem do familiar, o que acarretava grande hesitação em internar os débeis mentais. Para que de fato essas crianças pudessem ser assistidas, era necessário que seus laudos as designassem como perigosas. A noção de periculosidade tornou-se necessária para que essas crianças fossem aceitas e assistidas. Constam inclusive diversos relatos de queixas de médicos quanto à exigência, na época, de emitir avaliação atestando como perigosas crianças que não o eram, simplesmente para que fossem assistidas. A partir disso, surge na literatura

médica essa estigmatização do débil mental⁵⁹. Cria-se uma categoria das pessoas que podem ser um perigo para sociedade, e, assim, demarca-se a criança anormal com a periculosidade.

Segundo Foucault (2012), até o fim do século XIX o adulto é quem era concebido como louco, enquanto apenas a criança era concebida como anormal. Por meio da criança (mais especificamente a criança idiota), a psiquiatria torna-se não o poder que controla e corrige a loucura, mas o poder de definir o que é anormal, de controlá-lo e corrigi-lo, algo segundo o autor mais geral e perigoso. Essa dupla função da psiquiatria (para com o louco e para com a anomalia) produz uma disjunção entre as práticas com a criança louca e com a criança anormal. Dito isso, apresentam-se como consequência:

1. A psiquiatria vai se ligar a regimes disciplinares em seu entorno, em função do princípio de ser a ciência e o poder sobre o anormal. Tudo o que é anormal quanto à disciplina escolar, militar, familiar, todos esses desvios poderão ser seu objeto. Por meio da demarcação da criança anormal se generaliza, dissemina e difunde o poder psiquiátrico na sociedade.
2. Com poder sobre a loucura e sobre o anormal, a psiquiatria passa a definir as relações entre a criança anormal e o adulto louco. Para isso, surgirão conceitos como instinto e degenerescência. O instinto, enquanto elemento natural e ao mesmo tempo anormal, será o meio pelo qual a psiquiatria buscará explicar o percurso da infância à idade adulta. Já a degenerescência se configurará como efeito da anomalia produzido na criança pelos pais; uma predisposição para anomalia que na criança tornará possível a loucura do adulto.
3. Por fim, essa generalização da psiquiatria que se ancora nessas noções de instinto e degenerescência faz emergir o que vai ser o campo da psicanálise: o destino familiar do instinto. A partir da generalização “da criança e anomalia, e não do adulto e da doen-

⁵⁹ Foucault (2012) destaca que em 1894, por exemplo, Bourneville escreve em seu relatório “Assistência, tratamento e educação das crianças idiotas e regeneradas” sobre como essas crianças eram perigosas. Chega a dizer que parte de criminosos, bêbados, inveterados e prostitutas são imbecis de nascimento que nunca ninguém ajudou ou disciplinou.

ça, que vocês veem se formar o que vai se tornar objeto da psicanálise” (FOUCAULT, 2012, p. 283).

*

Durante muito tempo os dispositivos disciplinares se ancoraram no poder de soberania. Com a assunção da sociedade disciplinar, perduraram diferentes formas de exercício do poder de soberania, como a instituição familiar (que, aliás, se mostra fundamental para o próprio sistema disciplinar). O asilo, por exemplo, inicialmente funcionou fundamentalmente com base no poder disciplinar. Contudo, entre 1860 e 1880 a família torna-se referência para o funcionamento da disciplina psiquiátrica. Aliás, foi objeto da prática psiquiátrica, sobretudo, no momento em que se deslumbram possibilidades de lucro com as anomalias. É nesse contexto em que o papel da família se solidifica (e se intensifica) no século XIX.

Na família existe um mecanismo de individualização exercido pelo topo, representado por uma figura não anônima, que é o pai. Os tipos de vínculos presentes nessa instituição – de compromisso e dependência, estabelecidos sob a forma de casamento e/ou de nascimento – são bem fortes e caracterizam a solidez da família. Outro aspecto importante é o entrelaçamento de relações heterotópicas (com vínculos locais, contratuais, de propriedade, de compromissos pessoais e coletivos) com a monotonia e a isotopia dos sistemas disciplinares.

A família é importante para o sistema disciplinar, pois representa um ponto de engate e articulação para o funcionamento dos sistemas disciplinares. Enquanto instância de coerção que fixa, ela insere os indivíduos constantemente nos aparelhos disciplinares, como no que diz respeito à obrigação escolar, militar e do trabalho. A família também articula a passagem de um sistema/dispositivo disciplinar a outro, pois vincula os indivíduos aos sistemas disciplinares e os circula pelos demais sistemas.

Com o passar do tempo, a soberania familiar passa a assumir uma fisionomia disciplinar. O olhar familiar se transforma em um olhar psiquiátrico, psicológico e psicopatológico, na medida em que ela assume esse lugar de vigiância sobre o comportamento da criança. Ela passa a decidir sobre sua nor-

malidade/anormalidade, sexualidade, o controle de seus gestos, a maneira de se comportar, ou seja, passa a ocorrer um processo de psicologização da criança dentro da família. Os próprios aparelhos de controle do asilo – como amarrar as mãos, sustentar a cabeça, manter a postura ereta, entre outros – passam a ser incorporados pela família; uma disciplinarização que é deslocada para o seu interior.

A partir desse momento, quando a família começa a se deteriorar e não desempenhar mais sua função de soberania, surge uma série de instituições (substitutos disciplinares da família) para amenizar esse efeito, como as casas para crianças, os orfanatos e as casas para jovens delinquentes para o que se chamou de “infância em perigo”. Dessa maneira, constitui-se um aparato de assistência social, um tecido disciplinar, com o objetivo de substituir e/ou reconstituir a família. É importante destacar que, a despeito de funcionarem com base disciplinar, essas instituições fazem sempre referência à família e procuram cumprir em parte essa função necessária da soberania familiar em relação aos mecanismos disciplinares.

É nesse contexto de organização dos substitutos disciplinares da família que surge a função-psi: função psiquiátrica, psicopatológica, psicossociológica, psicocriminológica, psicanalítica etc. Essa função não se refere apenas ao discurso, mas à instituição e ao próprio indivíduo psicológico. A função dos psicólogos, psicoterapeutas, psicanalistas, criminologistas será, então, atuar como “agentes da organização de um dispositivo disciplinar que vai se ligar, se precipitar onde se produz um hiato na soberania familiar” (FOUCAULT, 2012, p. 106).

Historicamente, a função-psi nasce na psiquiatria do início do século XIX, pois na medida em que o indivíduo escapa da soberania familiar é que é internado em um hospital psiquiátrico, para que assim possa ser adestrado para a aprendizagem de uma disciplina: a psiquiatria cumprirá um papel de refamiliarização do indivíduo. Aos poucos, a função-psi se estende aos demais sistemas disciplinares, como a escola, o exército, a oficina, para cumprir este papel da disciplina para os indisciplináveis.

No início do século XX a função-psi torna-se discurso e controle de todos os sistemas disciplinares. “Essa função-psi foi o discurso e a instituição de todos os esquemas de individualização, de normalização, de sujeição dos indi-

víduos no interior dos sistemas disciplinares” (FOUCAULT, 2012, p. 106). Daí a finalidade da psicopedagogia em relação à disciplina escolar, da psicologia do trabalho em relação à disciplina da oficina, da criminologia em relação à disciplina da prisão, e da psicopatologia em relação à disciplina psiquiátrica e asilar: cumprir essa função-psi. Esses são campos de conhecimento dos dispositivos disciplinares que remetem e elaboram uma teoria da verdade com base na família – ou melhor, na soberania familiar.

A função-psi é precisamente o que trai o pertencimento profundo da soberania familiar aos dispositivos disciplinares. Essa espécie de heterogeneidade que me parece existir entre a soberania familiar e os dispositivos disciplinares é funcional. E a essa função se ligam o discurso, a instituição e o homem psicológico. A psicologia como instituição, como corpo do indivíduo, como discurso é o que, perpetuamente, vai de um lado controlar os dispositivos disciplinares e remeter, de outro, à soberania familiar como instância de verdade a partir da qual será possível descrever, definir todos os processos, positivos ou negativos, que se dão nos dispositivos disciplinares.

Não é de estranhar que o discurso da família, o mais “discurso da família” de todos os discursos psicológicos, ou seja, a psicanálise possa a partir de meados do século XX, funcionar como o discurso de verdade a partir do qual é possível fazer a análise de todas as instituições disciplinares. E é por isso que, se o que lhes digo é verdade, vocês não de compreender que não se pode opor com crítica da instituição ou da disciplina escolar, psiquiátrica, etc. uma verdade que seria formulada a partir do discurso da família. Refamiliarizar a instituição psiquiátrica, criticar a prática, a instituição, a disciplina psiquiátrica, escolar, etc., em nome de um discurso de verdade que teria por referência a família não é, em absoluto, fazer a crítica da disciplina, é, ao contrário, remeter perpetuamente à disciplina.

Não é escapar ao mecanismo da disciplina referir-se à soberania da relação familiar; é, ao contrário, reforçar esse jogo entre soberania familiar e funcionamento disciplinar, que me parece muito característico da sociedade contemporânea e dessa aparência residual de soberania na família, que pode estranhar quando a comparamos ao sistema disciplinar, mas que me parece de fato funcionar em ligação direta com ele. (FOUCAULT, 2012, p. 107)

Foucault caracterizou como microfísica do poder psiquiátrico aquele jogo entre o corpo do médico e o louco que “o domina, que o sobrepuja e o absorve” (FOUCAULT, 2012, p. 236). Enquanto tática de sujeição de corpos em uma física do poder de intensificação da realidade e constituição de indivíduos, o poder psiquiátrico se disseminou para o restante da sociedade. Encontrá-la-emos, portanto, sob a forma de funções-psi em diversos espaços com esse mesmo sentido de intensificação do real: fazer a realidade funcionar como poder. Passaremos a constatar a presença de psicólogos em escolas, usinas,

prisões, exércitos, intervindo de maneira a fazer a realidade funcionar como poder que se exerce dentro dessas instituições.

A escola, por exemplo, necessita do psicólogo quando é preciso fazer valer como realidade um saber que é dado, distribuído na escola e que pára de se apresentar como real efetivamente àqueles que é proposto. O psicólogo tem de intervir na escola quando o poder que se exerce na escola deixa de ser um poder real, torna-se um poder ao mesmo tempo um poder mítico e frágil e quando, por conseguinte, é necessário intensificar sua realidade. É nessa dupla condição que a psicologia escolar é necessária, a psicologia escolar que faz aparecer as aptidões diferenciais dos indivíduos a partir das quais o indivíduo se encontra situado no campo do saber em certo nível, como se fosse um campo real, como se fosse um campo que tivesse em si seu poder de coerção, já que, lá onde está definido pela instituição escolar, lá se deve continuar. Assim, o saber funciona como poder e esse poder do saber se apresenta como realidade no interior do qual o indivíduo se encontra situado. E, ao fim da manipulação da psicologia escolar, o indivíduo se encontra efetivamente portador de uma realidade que vai então aparecer dupla: realidade de suas aptidões, de um lado, realidade dos conteúdos de saber que ele é capaz de adquirir, de outro. E é no ponto de articulação dessas duas "realidades" definidas pela psicologia escolar que o indivíduo vai aparecer como indivíduo. (FOUCAULT, 2012, p. 237)

Eis, portanto, o papel da função psicológica que historicamente surgiu do poder psiquiátrico e que acabou se disseminando para além dos muros dos hospitais psiquiátricos: "intensificar a realidade como poder e intensificar o poder fazendo-o valer como realidade" (FOUCAULT, 2012, p. 237).

*

Dani es un niño que no sabe andar en bicicleta. Todos los demás niños de su barrio ya andan en bicicleta; los de su "cole" ya andan en bicicleta; los de su edad ya andan en bicicleta. Han llamado a un psicólogo para que estudie su caso. Ha hecho una exploración, le ha pasado unas pruebas (coordinación motriz, fuerza, equilibrio y muchas más; ha hablado con los padres, con los profesores, con los vecinos, con los compañeros de clase) y ha llegado a una conclusión: ese niño tiene un problema, tiene dificultades para andar en bicicleta. Dani es "disbiciclético". Ahora ya podemos estar todos tranquilos, ya tenemos un diagnóstico. A partir de ese momento todo tiene explicación: el niño no anda en bicicleta porque es disbiciclético y es disbiciclético porque no anda en bicicleta. Es un círculo vicioso tranquilizador. (RUIZ, 2005, p. 73)

A problemática da medicalização tem ganhado destaque no meio acadêmico, nos movimentos sociais e na mídia do Brasil nos últimos anos. Se para uns é um caminho sem volta, decorrente das benesses e da evolução dos

avanços científicos da psiquiatria (uma resposta a uma necessidade real da população), para outros é vista como a radicalização de uma função política de controle social por meio de um processo de normalização e alisamento das diferenças.

Na Educação, esse processo – que transforma questões de ordem social, política e cultural em questões médicas (individuais) – atinge diretamente a problemática da aprendizagem e do comportamento infantil por meio de uma homogeneização na compreensão do que é o aprender e de a criança se comportar.

Por trás do surgimento de doenças do não aprender e do não se comportar há, em grande parte das vezes, uma redução de problemas educacionais a uma suposta patologia do indivíduo. Dificuldades escolares são frequentemente tratadas como distúrbios e transtornos não apenas por médicos, mas por professores, psicólogos, pais, vizinhos, amigos e mesmo pelas próprias crianças. Atualmente, qualquer pessoa se vê capaz de diagnosticar o outro – basta possuir uma lista de sintomas para então agrupá-los com sua respectiva etiqueta. Isso tem se tornado uma tarefa um tanto fácil na atual sociedade da informação, sobretudo em razão da proliferação de *sites* e *blogs* de associações e institutos, como a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA) e o Instituto Paulista de Déficit de Atenção (IPDA). Eles têm o intuito de divulgar patologias à opinião pública e assim facilitar sua identificação pelo público leigo.

A ABD, por exemplo, apresenta a dislexia como

[...] um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2016)

No site dessa associação há uma indicação de diversos possíveis sinais para se reconhecer alguém portador de dislexia. Na pré-escola, por exemplo, citam-se dispersão, fraco desempenho da atenção, dificuldade de aprender rimas ou canções e falta de interesse por livros impressos. Já na idade escolar,

ressaltam-se desatenção, atrasos em entregas de trabalhos e dificuldades em manusear mapas.

A ABDA compreende o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade como um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, cuja incidência ocorre na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Diz ainda que o TDAH “se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade”. Já o site do IPDA chega a disponibilizar testes online para “avaliação inicial da intensidade de queixas e sintomas relacionados à TDAH adulto e infantil”.

Ocorre que tem sido cada vez mais comum no cotidiano escolar secundarizar questões pedagógicas ao mesmo tempo em que se culpabilizam crianças por seu insucesso escolar e/ou comportamento inadequado – crianças que passam a carregar o fardo da incapacidade e da responsabilidade por sua suposta situação patológica.

A história de Dani nos auxilia a entender um pouco esse processo. Encaminhado para o psicólogo e classificado como “disbicilético”, seu diagnóstico não leva em consideração fatos importantes, como se seus pais tinham tempo para ensiná-lo a andar de bicicleta – afinal, é preciso tempo e auxílio de outras pessoas para esse aprendizado –, ou mesmo se Dani morava em lugar propício para se andar de bicicleta, se havia clubes esportivos por perto com ciclistas etc. Em suma, desconsidera-se uma série de fatores envolvidos no ato de andar de bicicleta e se justifica seu não saber andar de bicicleta pelo simples fato de não saber andar de bicicleta. Uma tautologia a serviço de um círculo vicioso tranquilizador a famílias, profissionais de educação e de saúde, mas que traz efeitos perversos para as crianças.

Pesquisas em neurologia sobre o funcionamento cerebral (sobre funções de neurotransmissores, novas conquistas em mapeamento genético, entre outros) são frequentemente apresentadas pela mídia em geral como explicações unívocas de comportamentos, sensações e sofrimento humanos. Com apoio da biologia, a medicina tem procurado tratar o que é da ordem do humano apenas sob o prisma de suas bases neurofisiológicas e seus determinantes genéticos.

Essa abordagem biológica e organicista centralizada no indivíduo, contudo, não é algo protagonizado apenas pela ciência médica, mas por diversos outros campos de conhecimento, como a psicologia, a educação, a fonoaudio-

logia, a terapia ocupacional etc. Isso leva, inclusive, alguns autores a preferir utilizar o termo patologização em vez de medicalização. Independentemente do termo, é importante ressaltar esses processos (e seus efeitos) ao padronizar e homogeneizar a vida. Estigmatizam-se modos de ser, de sentir e de estar no mundo. Silenciam-se e ocultam-se conflitos, sofrimentos, discordâncias e fantasias.

Historicamente, Gaudenzi e Ortega (2012) remetem o surgimento do termo “medicalização” ao final da década de 60, quando se buscou designar a “crescente apropriação dos modos de vida do homem pela medicina” (idem, p. 2). Outro importante precursor da temática é Ivan Illich que denuncia tendências da sociedade em transformar dores e dimensões da ordem do humano em especificidades do domínio médico.

No âmbito da psiquiatria, é a partir da década de 1980 que surgem as chamadas disfunções neurológicas e/ou psiquiátricas, como o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), a Dislexia, o TOD (Transtorno Opositor Desafiante), entre outras. Desde então, o número de crianças e adolescentes diagnosticados cresce exponencialmente – assim como o consumo de medicamentos como o Cloridrato de Metilfenidato⁶⁰ –, pois, para além de pacientes, as crianças e adolescentes são consumidores de tratamentos, terapias e medicamentos. Elas compõem assim uma parte fundamental de um círculo de consumo de produtos e serviços que movimentam o circuito econômico de um complexo econômico-industrial bilionário da área da saúde⁶¹.

Se de um lado existe um conjunto de indústrias produtoras de bens (farmacêutica, de vacinas, hemoderivados, reagentes, de equipamentos médicos e insumos), de outro há um conjunto de consumidores de serviços e bens. Isso em contexto de emergência de neoliberalismo, que no campo da psiquia-

⁶⁰ O Metilfenidato é uma substância química utilizada como medicamento, sobretudo, em crianças diagnosticadas como déficit de atenção e hiperatividade. Trata-se de um estimulante do sistema nervoso central, cujo princípio ativo é encontrado no mercado com os nomes de Ritalina® e Ritalina LA® (fabricadas pela Novartis), e Concerta® (fabricado pela Janssen). Dados levantados pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade acerca da dispensação de psicofármacos em unidades particulares pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontam para um aumento de 180% de caixas vendidas de Ritalina® entre outubro de 2009 e outubro de 2013 (de 58.719 para 108.609 caixas vendidas).

⁶¹ Segundo Robert Whitaker, jornalista ganhador de prêmio de melhor livro investigativo de 2010 (*Anatomy of an Epidemic*) e finalista do Prêmio Pulitzer, o comércio de medicamentos psiquiátricos variou de U\$ 800 milhões anuais na década de 1980 para U\$ 40 bilhões anuais duas décadas depois.

tria tem se caracterizado mais pela fabricação de doenças para remédios do que pelo inverso.

9. PSICOLOGIA, ECONOMIA E GOVERNO

É indiscutível notar uma mudança significativa na Psicologia nas últimas décadas. Estudiosos da História da Psicologia Brasileira apontam a presença da psicologia no Brasil há mais de dois séculos, destacando principalmente sua forte ligação com a medicina e práticas higienistas na saúde e educação. Contudo, mais recentemente, com a sua regulamentação (em 1962), a Psicologia passa a ganhar uma atuação mais consistente no país.

É importante lembrar que a atuação da psicologia a partir de então é avaliada por estudiosos como limitada, justamente por se colocar em uma posição auxiliar e secundária. No campo da saúde mental, por exemplo, a psicologia se colocou de maneira auxiliar à psiquiatria, contribuindo inclusive com a reprodução de uma lógica manicomial, médico-centrada, que fechou os olhos para uma série de violações de direitos humanos.

Já na educação, a Psicologia atuou a partir de práticas adaptacionistas que “desconsideravam os elementos institucionais e políticos presentes na relação escolar” (PROENÇA, 2015, p. 15), sustentando uma perspectiva neutra de atuação. Em grande medida, sua ação tinha como base a investigação psicométrica e a Psicologia diferencial, com destaque para a questão dos laudos psicológicos. Esta era uma psicologia cujo foco era identificar as características das crianças em idade escolar para programar o melhor ensino (BARBOSA, 2011). Isso muitas vezes era feito por meio da utilização de testes psicológicos de maneira equivocada, o que reforça e estigmatiza ainda mais preconceitos. Ou seja, presenciou-se uma psicologia que se voltava exclusivamente à criança e que reduzia questões educacionais e pedagógicas a interpretações psicológicas: uma perspectiva individualizante com foco no “aluno problema”. Como se as causas do fracasso escolar fossem exclusivamente de causas psicológicas.

Presenciamos ainda nesse campo a difusão da “teoria da carência cultural” no Brasil (trazido dos Estados Unidos) que procuravam justificar

[...] as deficiências e diferenças que se faziam presentes entre indivíduos das classes populares, denominadas de ‘cultura da classe baixa’, em contraposição à cultura da classe média. (PROENÇA, 2015, p. 17)

O que é importante mencionar é o caráter ideológico da psicologia destacado por grande parte dos estudiosos da História da Psicologia Brasileira na sociedade capitalista da época. A psicologia é vista cumprindo o papel de mantenedora da ideologia dominante, do status quo capitalista, e comprometida com os interesses da elite brasileira.

Na educação, por exemplo, podemos citar as críticas de Patto (1984), quando denuncia o compromisso ideológico da psicologia com a exclusão das camadas populares – isso sem falar nas pesquisas desenvolvidas na área, então marcadas pela fragmentação do objeto de estudo pela redução das análises a aspectos individuais, familiares e socioeconômicos e, em grande parte, centradas em experimentos em laboratórios, análises de comportamento e testes psicológicos.

De qualquer maneira, é a partir da década de 70 – com um questionamento maior sobre a profissão e um envolvimento de psicólogos com movimentos sociais e com as questões políticas do país – que começa a haver um deslocamento importante na psicologia, que passa a ser vista a como agente de transformação da sociedade (o que desembocará na ideia do compromisso social da profissão).

Diversos atores (profissionais, pesquisadores etc.), por exemplo no campo da Educação, começam a discutir a necessidade de uma ruptura epistemológica que promovesse uma atuação profissional do psicólogo baseada na realidade escolar brasileira, com base em uma concepção política emancipatória; uma compreensão da educação a partir de uma perspectiva política e crítica, pela qual se devia educar para mudar o mundo.

Nesse sentido, Tanamachi (2000) destaca alguns pontos acerca da emergência desse viés crítico na Psicologia Escolar:

A compreensão de homem como sendo concreto, produto e produtor das relações sociais, ou seja, como um ser social e histórico; a preferência por realização de trabalhos coletivos; a ênfase na construção de condições de autonomia, consciência crítica e liberdade dos indivíduos; a atuação com função emancipatória. (PROENÇA et al., 2015, p. 59)

O compromisso social do psicólogo, no campo da educação, com uma concepção política emancipatória, vai implicar necessariamente uma postura ética profissional de indignação diante da humilhação e de práticas disciplinares e pedagógicas que retiram do sujeito seu status de ser pensante.

O trabalho do psicólogo em prol da Educação para todos remete à questão dos Direitos Humanos, de modo que a prática profissional deixa de ser vista como neutra e assume uma postura ética e política de denúncia da exclusão e de construção de estratégias inclusivas. Ou seja, a prática dos psicólogos nos espaços escolares, “nos quais se expressa o drama de uma ampla parcela da nossa população, que vive uma cidadania pela metade, uma vida marcada por negações de direitos e sua violação quase contínua” (SILVA, 2005, p. 20) tem exigido o posicionamento crítico desse profissional. (TONDIN; SCHOTT; BONAMIGO, 2015, p. 207)

Ou seja, uma psicologia que de fato se volte à realidade na qual está inserida e que supere a perspectiva de neutralidade tão aventada há décadas. Uma psicologia que

Se comprometa com as demandas sociais na perspectiva de superação das desigualdades sociais que, no campo da educação escolar, traduzem-se no acesso universal e na possibilidade de todos os cidadãos de aprender com qualidade social, o que certamente exige consciência política do psicólogo escolar sobre sua responsabilidade no processo de transformação da realidade brasileira e latino-americana [...] (TONDIN; SCHOTT; BONAMIGO, 2015, p. 207)

Apresentou-se o exemplo da educação, mas esse compromisso social da psicologia passa a ser pensado em diversas áreas de atuação. Podemos encontrar na saúde e na saúde mental as sementes desse compromisso social na participação de psicólogos em movimentos sociais, como o movimento sanitário e a luta antimanicomial. Isso desembocou em importantes conquistas para a sociedade brasileira, como a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990), que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” (BRASIL, 1990), e a Lei nº 10.216/2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001).

Importante destacar que ambas as leis focam a questão dos direitos das pessoas “portadoras de transtornos mentais”. Enquanto a primeira – a lei orgâ-

nica do Sistema Único de Saúde – destaca a saúde como “um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990), a segunda – a Lei da Reforma Psiquiátrica – ressalta:

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais. (BRASIL, 2001)

Podemos ainda mencionar a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que “Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2011); uma legislação importante no sentido de garantir a continuidade e o avanço de um modelo de atenção à pessoa com sofrimento psíquico intenso, garantindo os direitos humanos e o tratamento em liberdade. Esta lei ressalta a importância do “desenvolvimento de atividades no território, que favoreça a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania” (BRASIL, 2011, art. 2º), haja vista que, por mais de 150 anos, o modelo de atenção à pessoa em sofrimento psíquico intenso foi o dos hospitais psiquiátricos – um modelo médico-centrado produtor de desrespeitos e violências aos pacientes psiquiátricos.

No campo prisional também percebemos esse deslocamento da psicologia. Em vez de focar o trabalho em avaliações e produções de laudos, o trabalho do psicólogo deve ter como pano de fundo o contexto de ressocialização.

[...] garantir direitos significa garantir à população acessibilidade aos recursos necessários para a sustentabilidade de um projeto de vida fora dos muros. Isso significa que o psicólogo deve trabalhar para

promover situações e condições que visem à promoção social daquele que, devido ao crime que cometeu, teve sua liberdade sequestrada. O trabalho do psicólogo, desde a entrada da pessoa no sistema prisional, deve se orientar no sentido da promoção de recursos visando uma saída sustentável e satisfatória para o fortalecimento do laço social. (CFP, 2012, p. 77)

É importante destacar que a ideia de compromisso social da psicologia amparada por essa leitura materialista e dialética da realidade se capilariza para os seus mais diversos campos de atuação; questões como cidadania, inclusão e diversidade acabam tomando a cena dessa nova psicologia que se apresenta nas últimas décadas.

*

A partir da segunda metade do século XVIII ocorre uma transformação no modo de organizar e gerir o poder, e o poder disciplinar passa a ser complementado pelo que Foucault chama de biopoder. O poder, antes restrito a uma ação sobre os corpos dos indivíduos, desloca-se para todo um conjunto da população (deslocamento de homem-corpo para homem-espécie). O biopoder emerge como uma tecnologia que

[...] se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289)

Enquanto o poder disciplinar promovia a individualização dos homens ao se fazer sentir nos corpos dos indivíduos, o biopoder age em uma perspectiva de massificação sobre toda uma população. Ou seja, os dois funcionam enquanto mecânicas distintas de poder.

Essa transformação no modo de exercício do poder tem como foco a gestão da vida. Por meio de um conjunto de práticas estatais, essa nova modalidade de poder busca exercer o controle sobre os indivíduos e as populações.

Ganham então destaque os processos que fazem parte da vida geral de uma população, como as questões de natalidade, longevidade, mortalidade, em que o biopoder exerce seus efeitos sempre concomitantemente a uma produção de saber. Como exemplo disso, temos a medicina, que passa a se aten-

tar a uma série de medidas higienistas de controle sobre a vida – inclusive apresenta uma ligação direta com atuação da psicologia na escola no início do século XX.

Pode-se dizer que a forma de poder apresentada em *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999) é o inverso do poder de soberania. O antigo direito de deixar viver e fazer morrer, próprio do soberano, passa a dar lugar ao direito de fazer viver e deixar morrer. De fato, frente à inoperância do poder soberano em relação aos fenômenos da sociedade industrial burguesa nascente, as tecnologias disciplinares emergiram como uma primeira acomodação; a segunda ocorre justamente em relação a esses fenômenos populacionais. Com o biopoder, não se trata mais de executar os indivíduos que são perigosos ao soberano e sua ordem, mas de se defender dos perigos que possam atingir toda uma população.

Com essa nova tecnologia também é criada uma teia de saberes, agora, acerca das populações. Isso é verificado principalmente no campo da demografia, o que possibilitará comparações estatísticas globais que culminarão em uma série de indicadores qualitativos.

O biopoder emerge, então, como uma nova tecnologia de poder (uma técnica política) responsável pela gestão da vida. Por meio de um conjunto de práticas estatais, essa nova forma de exercício de poder busca cumprir o controle sobre os indivíduos e as populações.

É importante destacar que, no decorrer da sua obra, Foucault produz um deslocamento das análises de tipo ideológico para as análises das relações saber-poder e de governo pela verdade – o que vai levá-lo a discussões sobre as chamadas “artes de governar”, assim como outra concepção de Estado e ciência econômica.

Com certo atrevimento, poderíamos, talvez, falar em um âmbito “micropolítico” do governo, na gestão da vida cotidiana e das relações entre pais e filhos, das relações consigo mesmo, das religiosas com os fiéis nas igrejas, das relações entre os amantes etc. e em um âmbito “macropolítico” do governo, aí compreendido o governo como ação do Estado propriamente dito. (GALLO, 2017, p. 5)

Em seus últimos trabalhos, Foucault opta pela utilização do termo “governo” no lugar de “poder” – presente em seus trabalhos anteriores – por lhe

soar mais operacional; governo enquanto “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2014, p. 13): ação de conduzir condutas.

*

As primeiras manifestações do pensamento econômico remontam à antiguidade, mas é com o ensaio “Da balança comercial”, de 1758, do filósofo David Hume, que se tem a primeira exposição real de um modelo econômico. Quase vinte anos mais tarde, Adam Smith publica *A riqueza das nações* (1776), obra considerada o marco do surgimento do liberalismo e da economia política. Diz ele

A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou do legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população, ou mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. (SMITH, 1996, p. 413)

Desde então diversos pensadores contribuíram para a constituição desse campo investigativo enquanto uma ciência social. Seu objeto de estudo será a produção, a distribuição, o consumo de bens e serviços e a atividade econômica em geral, por meio de aplicação da teoria econômica. Seus modelos e técnicas atualmente utilizados evoluíram do desenvolvimento da economia política no século XIX, a partir do anseio de transpor métodos e técnicas empíricas advindas das ciências naturais.

As doutrinas econômicas (mercantilismo, liberalismo, marxismo etc.) se constituem em diferentes projetos e interpretações de organização da atividade econômica em uma determinada época.

O liberalismo, por exemplo, é uma doutrina que se fundamenta no apego à defesa pela liberdade política e econômica. Historiadores econômicos remontam sua origem, nos séculos XVII e XVIII, à resistência de um grupo de pensadores ao absolutismo que reinava na Europa. Como representante legítimo de

Deus na Terra, o rei tinha primazia absoluta sobre todos os assuntos que envolvessem a nação.

A doutrina liberal vai questionar a intervenção excessiva do Estado na vida das pessoas e defender que sua ação deve se restringir apenas caso se coloque em risco a liberdade de alguém. Sua principal preocupação será o respeito aos sujeitos de direito e a liberdade dos indivíduos. Michel Foucault (2004), contudo, refuta a análise do liberalismo como teoria econômica, ideologia ou mesmo como uma forma de a sociedade se representar. Para ele, o liberalismo é uma prática, uma “maneira de fazer”. Para ele trata-se de um princípio e método de racionalização do exercício do governo que obedece à regra interna da economia máxima. O governo aqui é entendido como uma atividade que se caracteriza por gerir a conduta dos homens com instrumentos estatais.

Mas para efetuar essa análise o autor propõe um método bem diferente do que o usualmente é utilizado por historiadores e pensadores econômicos.

*

O método impetrado por Foucault na análise do liberalismo não é algo novo em sua obra, pois se faz presente em outras investigações suas em relação à loucura e às práticas psiquiátricas, à delinquência e à sexualidade.

Em relação à loucura, por exemplo, seu foco de análise não foi mostrar como haviam se formado na cabeça dos psiquiatras discursos com pretensões científicas, ou uma determinada teoria/ciência que encontrou seu lugar de aplicabilidade nos hospitais psiquiátricos – a psiquiatria. Menos ainda seu intuito foi mostrar como determinadas instituições asilares produziram a ciência psiquiátrica e, ao mesmo tempo, a sua própria justificação (o discurso dos psiquiatras). Se Foucault procurou centrar suas análises no nascimento da psiquiatria por meio dessas instituições asilares, foi para mostrar como essas estavam desde o início articuladas a mecanismos de jurisdição (no caso, o policial) e em como a partir de determinado momento foram sustentadas, substituídas, deslocadas e transformadas por processos de verificação.

Em outras palavras, Foucault se dedicou a examinar as condições que tiveram que ser preenchidas para que se pudessem emitir discursos sobre a loucura que foram classificados como verdadeiros (ou falsos), segundo ele, de

acordo com as mesmas regras provenientes da medicina, da confissão, da psicologia e da psicanálise.

Em curso ministrado em 1973 no Collège de France, intitulado “O nascimento da Biopolítica”, Foucault se utilizou do mesmo método empreendido anteriormente e procurou mostrar como o par “série de práticas/regime de verdade” forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente à demarcação do verdadeiro e do falso.

Para efetuar essa modalidade de análise a respeito da questão do liberalismo, o autor destacou a seguinte peculiaridade: a necessidade de se adotar um método que procure deixar de lado noções universais das quais a análise sociológica, histórica e a filosofia política, por exemplo, tradicionalmente se utilizam para explicar a prática governamental. Ele se refere a conceitos como de soberano, soberania, povo, súditos, Estado, sociedade civil etc. Para analisar o liberalismo, Foucault opta partir das práticas concretas e de como elas contribuíram para a constituição de conceitos que geralmente são naturalizados como universais e por isso não são suficientemente problematizados. Suas preocupações se voltam para qual história poderia ser (re)escrita a partir da suposição da inexistência desses universais.

Nesse sentido, o autor procurará mostrar não como esses objetos ficaram há muito tempo ocultos, mas

[...] por que interferências toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade –, por que interferências essa série de práticas pôde fazer o que não existe (a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade, etc.) se tornasse, porém uma coisa, uma coisa que, no entanto continuava não existindo [...] eu gostaria de mostrar que foi certo regime de verdade, e, por conseguinte, não um erro que fez com que uma coisa que não existe pudesse ter se tornado uma coisa. (FOUCAULT, 2008b, p. 26)

Seja em relação à loucura ou ao criminal, ou, como no presente caso, ao mercado, trata-se de abordar sob diversos ângulos uma história da verdade acoplada a uma história do direito, ressaltando que não se refere a uma história do erro ligada a uma história das proibições. Para ele, o que permite tornar inteligível o real é mostrar que ele foi possível, e a genealogia, diferentemente de uma gênese que leva a uma causa principal, diz respeito a algo que reconstitui

as condições de aparecimento de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes, ou seja, de que ela aparece não como produto, mas como efeito.

O que importa para o autor é determinar quais regimes de verificação foram instaurados num determinado momento. O regime de verificação não diz respeito a uma lei da verdade, mas a um conjunto de regras que se permite estabelecer acerca de um discurso dado; quais enunciados poderão ser caracterizados como verdadeiros e falsos.

Foucault é incisivo ao desobrigar-se de fazer uma teoria do Estado. Não que ele ignore o problema da estatização, pois este está no cerne de suas questões, na medida em que acredita que o Estado não é um universal como uma fonte autônoma de poder, mas simplesmente efeito: “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (FOUCAULT, 2004b). Segundo ele, não há o que se descobrir dentro do Estado como se houvesse algo intrínseco em suas entranhas que precisasse ser desvelado; o importante é passar para o lado de fora e analisar o problema do Estado a partir de práticas de governamentalidades.

*

Em seu curso anterior⁶², Foucault analisou a emergência de um tipo de racionalidade na prática governamental (razão de Estado) que permitia delimitar uma maneira de se governar a partir do Estado (que é algo que está dado, mas também em vias de se constituir). Pois bem, nesse momento posterior, irá continuar o estudo da arte de governar, ou melhor, da “maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar” (FOUCAULT, 2006), no intuito de compreender como se estabeleceram os objetos, as regras e os objetivos da prática de governo que vislumbram um melhor governar. Seu estudo se refere à racionalização da prática governamental no exercício da soberania política.

Constituída no século XVI, essa nova racionalidade respeita princípios e regras que por vezes excedem, dominam e são exteriores ao próprio Estado. A

⁶² Segurança, Território e População.

intenção de tornar o Estado forte e permanente perdura como prioritária, pois o Estado – enquanto realidade específica e descontínua – existe por e para si próprio: não se submete a nenhuma ameaça de outros Estados. Um dos efeitos dessa racionalidade está na constituição de instituições e maneiras de se governar, como o mercantilismo. Antes de ser uma doutrina econômica, o mercantilismo é uma forma de governo:

[...] é certa organização da produção e dos circuitos comerciais de acordo com o princípio de que, primeiro, o Estado deve se enriquecer pela acumulação monetária; segundo, deve se fortalecer pelo crescimento da população; terceiro, deve se manter num estado de concorrência permanente com as potências estrangeiras. (FOUCAULT, 2004, p. 8)

Outras maneiras de o governo se organizar e adquirir essa forma em prática são: (1) a gestão interna por meio de uma regulamentação indefinida de um país; e (2) a organização de um aparato diplomático-militar permanente para manter um equilíbrio entre os países.

Torna-se importante destacar que em várias oportunidades o autor reitera que o Estado deve ser compreendido como correlato a certa *maneira de governar* e não um dado histórico-natural. Daí a importância de compreender como se desenvolve no decorrer da história essa maneira de governar.

O governo limita seus objetivos em sua política externa, pois deve assegurar sua independência; em contrapartida, internamente, seus objetivos serão ilimitados, cabendo ao Estado a gestão de um poder público que irá responder não apenas pela atividade dos grupos, mas pela regulação da vida das pessoas, sobretudo seus comportamentos na esfera econômica (como suas atividades econômicas e os preços pelos quais venderão suas mercadorias). A concorrência entre os Estados será justamente o elemento que alinhará esses dois objetivos sempre tendo em vista a manutenção de um equilíbrio entre os Estados.

Se na Idade Média as instituições judiciárias possuíam um importante papel auxiliar ao poder real na regulação dos complexos jogos de poderes feudais, nos séculos XVI-XVII a teoria do direito, em consonância com a nova racionalidade governamental, limitará o poder real na medida em que possibilitará o direito de defesa a qualquer pessoa diante de abusos do Estado. Surgem,

nesse período, questionamentos jurídicos sobre as leis do reino que se contrariavam à razão de Estado – leis fundamentais que existiriam mesmo antes dos Estados (e que lhe eram exteriores⁶³) e sobre as quais nem o poder absoluto do rei poderia intervir. O direito passa a funcionar, assim, como princípio limitador da razão de Estado.

Contudo, no século XVIII, há uma transformação importante na razão governamental⁶⁴ com a instauração de um princípio de limitação interna da arte de governar que remonta a uma afirmação de Walpole de que “não se deve tocar no que está quieto”.

Diferentemente do século anterior, não é uma limitação (externa) do direito o que torna um governo ilegítimo por não cumpri-la. O limite torna o governo inadequado por não fazer o que convém. A opção pela abstenção é, em sua maioria, mais profícua em alcançar seus objetivos.

Toda a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais. Não é ao abuso de soberania que se vai objetar, é ao excesso do governo. E é comparativamente ao excesso do governo, ou em todo caso à delimitação do que seria excesso para um governo, que se vai medir a racionalidade da prática governamental. (FOUCAULT, 2004, p. 18)

O que vai caracterizar essa nova arte de governar que emerge no século XVIII, ou a arte de governar o menos possível, é a instalação de uma série de mecanismos internos e complexos que limitam por dentro o exercício do poder de governar: o Estado mínimo como princípio organizador da razão de Estado. O que se tem é o desenvolvimento de uma prática governamental que existe até hoje e que se caracteriza pela frugalidade a despeito dos paradoxos existentes. E a frugalidade do governo é a questão do liberalismo.

*

Na Idade Média, o mercado era visto como um lugar de justiça e, por isso, objeto permanente de intervenção da prática governamental. Atribuía-se ao mercado uma regulamentação extremamente prolífica e estrita em todos os níveis: seja quanto aos tipos de objetos que poderiam ser levados, ou ao tipo

⁶³ Viriam de Deus ou de uma história remota.

⁶⁴ Foucault a chama de “razão governamental moderna”.

de fabricação, à sua origem, aos direitos a serem pagos, e mesmo quanto aos próprios procedimentos de venda e precificação.

As regulamentações do mercado garantiam a proteção ao comerciante, mas também a ausência de fraude em relação à natureza e qualidade dos produtos, beneficiando seus consumidores. Nesse contexto, os preços estabelecidos deveriam levar em consideração não apenas as necessidades dos comerciantes, mas principalmente dos consumidores. Por isso se diz que o mercado era um espaço da justiça distributiva: pois se os mais pobres não possuíam a mesma capacidade de consumo que os ricos, pelo menos essa diferença não era tão desigual.

De um lugar de jurisdição, o mercado se transforma, no século XVIII, em um lugar que assegura a verdade dos preços: um lugar de formação de verdade. O mercado se constitui em uma instância que segue mecanismos naturais próprios e espontâneos. O preço por sua vez só encontra o seu valor real se deixado agir livremente segundo suas próprias leis e sua verdade natural – é o que a teoria econômica irá denominar como “preço natural”⁶⁵. E qualquer tentativa de intervenção no mercado necessariamente implicará em uma desnaturalização dos preços.

Enquanto teoria da relação preço-valor, a economia política (teoria econômica) fará do mercado um lugar revelador de verdade, e imediatamente discernirá entre as práticas governamentais as corretas das erradas. Sobre esse ponto, cremos que vale a pena uma citação mais longa:

Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui, nesse sentido um lugar de verisdição, quero dizer, um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. Por conseguinte, o mercado é que vai fazer um bom governo já que não é simplesmente um governo que funciona com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que daria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante inclusive em sua formulação teórica, na medida em que indicou onde o governo devia

⁶⁵ Preço que Boisquibert, precursor dos fisiocratas, chamará de “preço natural”. Os fisiocratas o chamarão de “bom preço” e, posteriormente, Marshall chamará de “preço normal”, que exprime uma relação adequada entre custo de produção e extensão da demanda.

ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental. Digamos em termos simples e rápidos que o mercado, de lugar de jurisdição que era até o início do século XVIII, está se tornando, por meio de todas essas técnicas que, por sinal evoquei no ano passado a propósito da escassez de alimentar, dos mercados de cereais, etc., um lugar que chamarei de lugar de verificação. O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação a prática governamental. (FOUCAULT, 2004, p. 45)

Para Foucault, esse fenômeno do mercado como princípio de verificação é fundamental para se compreender a história da governamentalidade ocidental.

*

No início da ciência econômica, diversos usos da expressão “economia política” foram feitos: análise sobre a produção e circulação de riquezas; método de governo que assegura a prosperidade da nação; ou ainda, como reflexão geral sobre a organização, distribuição e limitação dos poderes de uma sociedade. Mas o que Foucault (2004) destaca é que caberá à economia política, enquanto forma de cálculo e de racionalidade, funcionar como instrumento intelectual que permitirá a emergência dessa nova autolimitação do governo.

Primeiramente a economia política se constitui no próprio âmbito da razão de Estado, pois seus objetivos visam o enriquecimento dos Estados de maneira a garantir a concorrência entre eles. Ela não propõe em absoluto nenhuma objeção externa à razão de Estado e sua autonomia política. Além disso, não questiona as práticas governamentais a partir dos termos do direito para qualificá-las como legítimas ou não, mas o faz em função de seus efeitos. Por exemplo, ela não se importa sobre a legitimidade ou não de uma determinada ação de um soberano quanto ao aumento dos impostos. Sua preocupação versará sobre os efeitos que isso implicará sobre uma categoria de pessoas ou de mercadorias. A economia política contribui para a instituição de uma naturalidade própria à prática de governo, e esta não terá mais a legitimidade como critério, mas terá como parâmetro o sucesso e o fracasso. Qualquer ação que vá de encontro à naturalidade da ordem econômica estará necessariamente fadada ao fracasso.

O liberalismo, atravessado pelo princípio de que “sempre se governa demais” se caracteriza, portanto, pela autolimitação de governo através da in-

serção de uma verdade econômica; a instauração de um regime de verdade na política (e na arte de governar) que continua o mesmo até os dias de hoje.

*

Como foi visto, a compreensão de Estado para Foucault destoa bastante da perspectiva ideológica de um “monstro frio com dinamismo próprio”. O Estado diz de uma maneira de governar. A mesma análise é feita para o liberalismo, que é compreendido não enquanto uma doutrina econômica ou política, mas como um fenômeno muito mais geral.

De fato, a liberdade está no cerne da prática ou dos problemas do liberalismo. É importante destacar que liberdade aqui não é vista como um conceito universal que com o tempo apresentaria uma realização progressiva, variações, ocultações, algo que se particularizaria com o tempo e a geografia. Para o autor, a liberdade diz de uma relação entre governantes e governados: “uma relação em que a medida do ‘pouco demais’ de liberdade que existe é dada pelo ‘mais ainda’ de liberdade que é pedido” (FOUCAULT, 2004). Ou seja, o liberalismo, essa forma de governar, necessita da liberdade. Continua o autor:

Se utilizo a palavra “liberal”, é, primeiramente, porque essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade, garantir esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade de mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai se apresentar portanto como gestora da liberdade, não no sentido imperativo “seja livre”, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo de liberdade, mas a gestão e organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção de liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. O liberalismo, no sentido que eu entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] liberdade. É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse

gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc. (FOUCAULT, 2004, p.87)

Foucault cita, por exemplo, a liberdade de comércio, que traz questões como efeitos de hegemonia de um país em relação a outro, ou em relação ao mercado interno e os efeitos monopolísticos. Ou seja, no regime liberal a liberdade não é um dado ou região pronta a ser respeitada, mas fabricada a cada instante.

O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, [todo o conjunto] de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta. (FOUCAULT, 2004, p 88)

O princípio de cálculo do custo dessa fabricação da liberdade se chama segurança. A arte liberal de governar vai definir até que ponto os diferentes interesses podem constituir um perigo ao interesse de todos, assim como proteger os interesses individuais contra um abuso advindo do coletivo. A liberdade dos processos econômicos não pode significar um perigo para a liberdade das empresas e dos trabalhadores, por exemplo. Nesse sentido, os problemas da economia de poder própria do liberalismo envolvem esse jogo entre a liberdade e a segurança. Enquanto arte liberal de governar que manipula interesses, o liberalismo é gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade que devem garantir ao indivíduo, ou à coletividade, ficar o menos possível exposto aos perigos.

Apontam-se aqui três consequências desse regime:

1. Os indivíduos são condicionados a experimentar constantemente sua situação, sua vida, seu presente e seu futuro como portadores de perigo; esses perigos cotidianos são constantemente atualizados, colocados em circulação por uma cultura política do perigo no século XIX. Exemplos disso são as caixas econômicas, a literatura policial, as campanhas relativas a doença e higiene, o medo da degeneração do indivíduo, da família, da raça, da espécie humana. Não há liberalismo sem essa cultura do perigo, diz Foucault (2004);
2. Conjunção entre as disciplinas e liberalismo – o liberalismo é a extensão dos procedimentos de controle, coerção e pressão em con-

trapartida à liberdade. As técnicas disciplinares com foco no comportamento humano advêm desse período liberal. O próprio Bentham ressalta o panóptico como fórmula de um governo liberal, pois deve possibilitar espaço à mecânica natural do comportamento e da produção, postulando nenhuma outra forma de intervenção que não a vigilância. Sua intervenção deve ocorrer justamente quando se inibe essa naturalidade – o panoptismo como fórmula política que caracteriza um tipo de governo;

3. Aparecimento de mecanismos com objetivo de produzir e ampliar as liberdades por meio de um aumento de controle e intervenção: o controle como princípio motor de liberdade. Como exemplo, o autor cita a política do *welfare* de Roosevelt, que ampliou as liberdades de trabalho e consumo a um custo de intervenções artificiais no mercado: liberdades democráticas garantidas por meio de um intervencionismo econômico, por vezes denunciadas como ameaças às liberdades.

Ou seja, essa arte liberal de governar introduz (ou é vítima de) crises de governamentalidade, como a política *welfare* de Roosevelt, de intervencionismo na economia para garantir a produção em uma situação perigosa de desemprego e garantir liberdade de trabalho, de consumo, de política etc.

Os mecanismos implantados a partir dos anos 1925-30 tentaram propor fórmulas que garantissem os Estados frente às ameaças do comunismo, socialismo, nacional-socialismo, fascismo (ameaças de menos liberdade) com intuito de produzir “mais” ou como forma de reação a ameaças a liberdades de ordem de uma intervenção coercitiva no domínio da prática econômica. As intervenções do tipo keynesianas elaboradas entre 1930-60, segundo Foucault, levaram a uma crise do liberalismo que se manifesta em

[...] certo número de reavaliações, reestimações, novos projetos na arte de governar, formulados na Alemanha antes e imediatamente depois da guerra, formulados atualmente nos Estados Unidos. (FOUCAULT, 2004, p. 94)

O que há é uma crise de governamentalidade.

*

Não é de hoje que existe algo da ordem de uma fobia do Estado. Na primeira metade do século XX, algumas experiências importantes nutriram essa fobia, como: a soviética, dos anos 20; a alemã, com o nazismo e a planificação inglesa do pós-guerra. Isso sem contar as vozes teóricas da ciência econômica, inspiradas no neomarginalismo austríaco⁶⁶.

Foucault trata essa fobia como um dos sinais das crises de governamentalidade; assim como ocorreu quando das críticas ao despotismo e à tirania – na ocasião, uma crise da governamentalidade do século XVI.

Não é demais lembrarmos da renúncia do autor em fazer uma crítica ao Estado, à sua natureza, estrutura, funções, pois o Estado não tem uma essência; não é universal nem uma fonte autônoma de poder, mas efeito, perfil, recorte móvel de perpétuas estatizações.

[...] e transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons, nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas. (FOUCAULT, 2004, p 106)

Para Foucault (2004), a programação neoliberal é identificada sob duas formas principais, com um ponto de ancoragem e um ponto histórico diferentes: (1) a ancoragem alemã, que se prende à república de Weimar, à crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica e à reconstrução do pós-guerra; e (2) a ancoragem americana – o neoliberalismo que se refere à crítica a política do New Deal, à política de Roosevelt – e que vai se desenvolver depois da guerra contra o intervencionismo federal, os programas de assistência e demais programas implantados por democratas como Truman, Kenedy, Jonhson etc. Os inimigos comuns dos dois neoliberalismos são: Keynes⁶⁷, a economia dirigida, a planificação, o intervencionismo de Estado, o intervencionismo sobre as quantidades globais (agregados). A influência comum são as pessoas, perso-

⁶⁶ Von Mises e Hayek.

⁶⁷ Keynes produziu uma crítica à teoria do desemprego de Pigou, propondo uma visão macroeconômica em substituição à visão microeconômica baseada na relação entre preços e salários.

nagens, teorias, livros ligados à escola austríaca e o neomarginalismo austríaco.

Para o autor, é importante destacar que o neoliberalismo não diz respeito a um ressurgimento das velhas formas da economia liberal dos séculos XVIII e XIX.

O que esta em questão é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado [de] cujos defeitos, atualmente a direita e a esquerda, por uma razão ou por outra todo mundo desconfia. (FOUCAULT, 2004, p. 159)

Não basta criticar o Estado por si só; para além de deixar a economia livre, “trata-se de saber até onde vão poder se estender os poderes de informação políticos e sociais da economia de mercado” (FOUCAULT, 2004). Para que isso se efetivasse, os ordoliberais realizaram certos deslocamentos, transformações e inversões na doutrina liberal tradicional.

Primeiramente, o deslocamento do princípio de mercado: da troca para a concorrência. Antes, o liberalismo era definido a partir da troca livre entre dois parceiros que assim estabelecem uma equivalência entre dois valores. Agora (para os neoliberais), o essencial do mercado não está na troca, mas na concorrência (na desigualdade frente à equivalência). O problema concorrência/monopólio é que vai constituir a armadura essencial de uma teoria do mercado – mais que do valor e da equivalência. A concorrência é tida como princípio para assegurar a racionalidade econômica: “A concorrência é, portanto, um objetivo histórico da arte governamental não é um dado natural a se respeitar” (FOUCAULT, 2004, p. 159). Diz ainda o autor que

Não haverá o jogo do mercado, que se deve deixar livre, e, depois, a área em que o Estado começara intervir, já que precisamente o mercado, ou antes, a concorrência pura, que é a própria essência do mercado, só pode aparecer se for produzida, e produzida por uma governamentalidade ativa. Vai-se ter portanto uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrario, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. E, nessa medida, vocês veem que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é inteiramente invertida. (FOUCAULT, 2004, p. 164)

O problema (do liberalismo para o neoliberalismo) se desloca de como recortar, arranjar um espaço livre (e concreto) para o mercado dentro de uma sociedade política já dada – uma economia de mercado sem *laissez-faire*, uma política ativa sem dirigismo – para como regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Se o liberalismo se situava sob o signo do *laissez-faire*, o neoliberalismo se situará sob o “signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente” (FOUCAULT, 2004, p.182).

*

Em uma economia de bem-estar como concebida por Pigou e, sobretudo, economistas keynesianos, pelo New Deal, pelo plano Beveridge e planos europeus do pós-guerra, a política social é definida como uma política que se estabelece com um objetivo de relativa repartição do acesso de cada um aos bens de consumo. Tal definição estaria alicerçada em três princípios: (1) seria um contrapeso aos processos econômicos que em grande medida induzem efeitos de desigualdades na sociedade; (2) tem como instrumento uma transferência de elementos de renda, como subvenções à família, possibilitando uma socialização de determinados elementos de consumo (como consumo médico, cultural etc.); e (3) pressupõe que quanto maior o crescimento, mais pode a economia ser ativa e generosa.

Os três princípios serão colocados em cheque pelos ordoliberais; primeiramente porque para a política social se integrar à política econômica e não ser destrutiva, ela não pode lhe servir nem ser definida como compensadora aos efeitos decorrentes dos processos econômicos. A relativa igualização e repartição do acesso aos bens de consumo não podem constituir um objetivo, pois a regulação econômica (mecanismo de preços) não se obtém por meio de fenômenos de igualização,

[...] mas por um jogo de diferenciações que é próprio de todo mecanismo de concorrência e se estabelece através das oscilações que só cumprem sua função e seus efeitos reguladores contanto que, é claro, se permitam que ajam, e ajam por meio de diferenças. (FOUCAULT, 2004, p. 159)

Em outras palavras, é preciso que uns trabalhem e outros não. É preciso que uns ganhem mais e outros menos, que os preços subam e desçam para que as regulações se façam. A política social não deve se balizar pela igualdade, mas deve deixar a desigualdade agir. Para esses autores, transferir renda seria tirar dinheiro do investimento e dedicá-la ao consumo. O que resta seria tirar uma parte dos rendimentos mais altos que já seriam utilizados para o consumo, ou seja, as transferências sociais seriam bem limitadas. “transferência marginal de um máximo a um mínimo”.

Em segundo lugar, o instrumento da política social não deveria ser a socialização do consumo, mas uma privatização. Ela não deve ser uma transferência de uma parte da renda ao outro, mas a capitalização de todas as classes sociais. Em vez de assegurar uma cobertura social dos riscos, concede-se um espaço econômico dentro do qual se pode assumir e enfrentar os riscos: a política social como crescimento econômico.

*

Como foi mencionado, não é porque é o neoliberalismo que não se prima por uma maior intervenção. De fato, ao neoliberalismo não cabe corrigir os efeitos destrutivos do mercado à sociedade, mas ele deve intervir sobre a sociedade de maneira a possibilitar que os “mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto de espessura social, possam ter o papel de reguladores” (FOUCAULT, 2004, p. 199): um governo da sociedade.

Essa nova arte neoliberal de governo tem como foco regular a sociedade a partir do mercado. Uma sociedade submetida não ao efeito-mercadoria, mas à dinâmica concorrencial. Trata-se de reconstituir o homem da empresa e da produção e não mais o homem da troca, ou o homem consumidor. Para tal, constitui-se uma trama social na qual as unidades de base teriam a forma da empresa. O alvo da política neoliberal é generalizar, difundir e multiplicar a forma empresa no corpo social. “Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, 2004, p. 203).

A crítica de que vivemos em uma sociedade de massa, uniformizadora, de consumo, não cabe mais, diz Foucault (2004). Essa crítica versa sobre as

artes de governar entre as décadas de 20 e 60, pois hoje a programação neoliberal visa a constituição de uma sociedade indexada na multiplicidade e diferenciação das empresas.

Nesse contexto é importante citar que essa sociedade empresarial só é possível porque vivemos numa sociedade judiciária, que acaba sendo a todo momento convocada a arbitrar os conflitos decorrentes dos atritos entre as empresas.

*

Foucault recusou uma análise acerca do Estado propriamente dito. O autor insiste que o Estado diz de uma *maneira de governar*, rejeitando-o enquanto um dado histórico-natural. É nesse sentido que sua investigação se volta ao desenvolvimento dessa maneira de governar na história. Seu foco é a chamada “arte de governar”; em outras palavras, pensar mecanismos e procedimentos cuja finalidade é dirigir a conduta dos homens e não trabalhar a partir de uma perspectiva ideológica. Governamentalidade, então, é definida como

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado] também o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado de processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’”. (FOUCAULT, 2004, p. 144)

Governo, portanto, é posto como ação de conduzir condutas; e para isso a liberdade individual é fundamental. Foucault afirma que podemos caracterizar os Estados modernos muito mais pelo fato de operar segundo a lógica de governo (Estados governamentalizados) do que pela própria constituição da democracia na modernidade. Os Estados foram governamentalizados.

Tomando a população como campo de ação do Estado, é necessário seu controle, através de um conjunto de técnicas que sejam capazes de garantir seu bem-estar, seu crescimento, mas sem provocar desequilíbrios na ordem interna do estado. Um Estado governamentalizado gerencia, “polícia” a população na medida mesma em que a conduz, conduzindo as ações de cada um, para efetivar as ações de governo. (GALLO, 2017, p. 8)

Destaca-se a relação direta entre governamentalidade, democracia e Estado de bem-estar social, pois o cidadão desse Estado democrático é “[...] o cidadão governável. Somos constituídos como cidadãos para que possamos ser governados” (GALLO, 2017, p. 10). Esse Estado se encarregará de operar ações e políticas sociais com o intuito de promover o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária e justa, auxiliando os cidadãos e suas famílias nas mais diversas situações, e implementará políticas públicas de saúde, educação, assistência social, de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, o estatuto do idoso, a ampliação da reforma psiquiátrica etc. “Somos constituídos para termos acessos a tais políticas e benefícios sociais; sermos governados pelo Estado é o preço que pagamos” (GALLO, 2017). Todos têm que ser **incluídos** para serem **cidadãos**.

Nesse cenário, o autor questiona se podemos nos referir ao Estado brasileiro como de fato governamentalizado. De pronto responde que sim, mas que este possui características próprias que permitem denominá-lo enquanto da ordem de uma “governamentalidade democrática”. Isso porque depois de um período de ditadura militar tivemos um “salto” de um “Estado de soberania” para um Estado democrático que tem se constituído nas últimas décadas. Um Estado que foi governamentalizado de diversas formas,

[...] ou mesmo com traços democráticos frágeis e débeis; urgia, então, que um processo de democratização do Estado fosse implementado, através da instituição da cidadania, para que se pudesse governar de forma legítima toda a população brasileira. (GALLO, 2017, p. 9)

É importante retomar que para exercer esse governo das condutas de grupos humanos o Estado assume um papel de polícia nessa nova tecnologia de governo; um Estado que “polícia a população na medida mesma em que a conduz, conduzindo as ações de cada um para efetivar as ações de governo” (idem, p. 8).

Vale lembrar que para Foucault não há Estado governamentalizado sem (1) Sociedade civil e (2) Liberdade. Sociedade civil – formada por cidadãos – que se consolidou na Europa ainda no século XVIII, e que no Brasil está ainda se constituindo. Já a liberdade é algo que não está além do poder; encontra-se na sua essência, já que é fundamental tê-la para que as pessoas possam ter suas condutas dirigidas.

Talvez possamos somar a esse conceito de governamentalidade democrática uma discussão acerca da programação neoliberal trazida por Foucault em *O nascimento da biopolítica* (2004). Parece-nos que, da mesma maneira que se produziu uma fobia em relação ao Estado no decorrer do século XX, tanto na Europa como nos Estados Unidos, também o vivemos no Brasil. No nosso caso, sobretudo, em razão do regime de exceção no período da ditadura militar.

Rememorar algumas práticas econômicas implementadas nas últimas décadas nos oferece indícios dessa problemática neoliberal no Brasil. Ainda no começo da década de 1980 já havia uma Comissão Especial de Desestatização criada pelo Decreto Presidencial nº 86.215/81, que propiciou a venda de cerca de 20 estatais até o início do governo Sarney. Isso sem mencionar a adoção da estratégia do então governo (em 1988) pela abertura a capitais internacionais.

O governo seguinte, então – de Fernando Collor de Mello (1990-1992) –, foi marcado por: liberalização comercial, privatizações, primazia do mercado frente ao Estado e pelo combate intransigente à inflação. Além de não ter tido sucesso, custou à população desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social. Percebe-se de pronto uma ação do Estado – uma governamentalidade ativa – de modo a garantir a primazia do mercado. Mas não paramos por aí: dos governos que se sucederam podemos destacar uma série de ações que por vezes podem parecer distintas, mas são semelhantes em efetivar o deslocamento do princípio do mercado tão aventado por Foucault: da troca para a concorrência.

O curioso é que mesmo os governos brasileiros mais recentes (de esquerda) que adotaram uma postura mais ativa em relação às políticas sociais se apresentam nesse contexto de governamentalidade neoliberal. Lembremos

os princípios da política social da teoria de bem-estar e os da governamentalidade neoliberal apontada por Foucault.

Se analisarmos o caráter das transferências de renda realizadas pelos últimos governos brasileiros, percebemos que o principal instrumento para tal (Bolsa Família) correspondeu a uma média de 0,5% do PIB, ou seja, foi proporcionalmente marginal a ele. As ações dos governos dos últimos anos não abalaram ou interromperam o foco iniciado ainda na década de 1980 de garantir a concorrência no mercado, mesmo quando de uma ação mais incisiva de concessão de crédito, no ano de 2008. Além de se manter a liberdade de concorrência, o governo priorizou o manejo monetário como mecanismo de combate à inflação. O grande objetivo do governo foi produzir crescimento econômico de maneira a manter um espaço econômico para a população em geral. As ações sociais de maneira nenhuma afetaram a dimensão dos processos econômicos na economia. Elas afetam/afetaram marginalmente a economia, de maneira que a ordem econômica não tenha sofrido abalos no que se refere ao “jogo de diferenciações que é próprio de todo mecanismo de concorrência e se estabelece através das oscilações que só cumprem sua função e seus efeitos reguladores” (FOUCAULT, 2004, p. 159). É nesse sentido que talvez possamos acrescentar uma designação a mais ao conceito de “governamentalidade democrática” apontada por Gallo: uma “governamentalidade democrática neoliberal”.

O projeto geral de país esboçado nas últimas décadas é calcado na governamentalização do Estado brasileiro, independentemente do partido que esteve no poder. O que percebemos é que há uma extensão dessa governamentalização não apenas no campo das políticas, mas também nos movimentos sociais, como nos casos do movimento estudantil e da luta antimanicomial.

*

A partir das discussões levantadas talvez possamos produzir algumas análises acerca das mudanças verificadas na psicologia nas últimas décadas, a partir do contexto de tecnologias disciplinares e de governo de Michel Foucault.

Vimos que diversos autores da História da Psicologia compreendem a ação da Psicologia no período da pós-regulamentação da profissão como com-

prometidas ideologicamente com a manutenção do status quo e com as elites do país. Pensar a inserção da Psicologia no Brasil em um contexto de sociedade disciplinar exige uma problematização para além da questão ideológica. Foi, por exemplo, o que o autor fez em relação à loucura e à psiquiatria, quando investigou como um determinado arranjo de poder (com táticas e estratégias) deu lugar a um jogo de verdades sobre o louco e a loucura – o dispositivo de poder como instância produtora da prática discursiva.

Historicamente, celebra-se a data de 1879 como marco inicial da Psicologia científica. Sabe-se que as questões que mobilizam o campo da psicologia mobilizam a humanidade há séculos, mas é mais recentemente – no início do século XIX – que a psicologia começa a se desenvolver no interior dos Hospitais Psiquiátricos enquanto *função-psi* (função psiquiátrica, psicopatológica, psicossociológica, psicocriminológica, psicanalítica etc.). Inicialmente, isso ocorre na medida em que indivíduo é internado em uma instituição psiquiátrica para que possa, assim, aprender a disciplina. Com o tempo, essa função-psi também se estenderá aos demais sistemas disciplinares⁶⁸, como a escola, o exército, a oficina, sempre cumprindo este papel de disciplina para os indisciplináveis.

Como vimos, trata-se de uma função que não se refere apenas ao discurso, mas à instituição e ao indivíduo psicológico. Foucault (2012) destaca essa função dos psicólogos, psicoterapeutas, psicanalistas, criminologistas enquanto agentes da organização de um dispositivo disciplinar: discurso e instituição dos esquemas de individualização, de normalização, de sujeição dos indivíduos nos sistemas disciplinares. Lembremos que

A psicologia como instituição, como corpo do indivíduo, como discurso é o que, perpetuamente, vai de um lado controlar os dispositivos disciplinares e remeter, de outro, à soberania familiar como instância de verdade a partir da qual será possível descrever, definir todos os processos, positivos ou negativos, que se dão nos dispositivos disciplinares.

Não é de estranhar que o discurso da família, o mais “discurso da família” de todos os discursos psicológicos, ou seja, a psicanálise possa a partir de meados do século XX, funcionar como o discurso de verdade a partir do qual é possível fazer a análise de todas as instituições disciplinares. (FOUCAULT, 2012, p. 107)

⁶⁸ Ver discussão sobre a difusão do poder psiquiátrico para além dos muros dos hospitais, no capítulo 2.

Parece-nos que no Brasil a Psicologia corroborou com essa finalidade de cumprimento da função-psi. Segundo a análise de Yazlle acerca do primeiro curso de psicologia do Brasil na Universidade de São Paulo, cabia aos psicólogos utilizar os métodos e técnicas psicológicas para: “a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento” (YAZLLE, 1990, p. 35). Esta perspectiva ainda está presente em parte das ações dos psicólogos hoje em dia – em parte, pois se constata uma mudança importante na Psicologia nas últimas décadas. É um projeto de compromisso social da psicologia que, contudo, parece se alinhar com essa governamentalidade democrática.

Ao analisarmos o desenvolvimento da Psicologia Escolar no Brasil, percebemos a presença muito forte dessa função-psi: uma psicologia que, vista como uma ciência neutra e aplicada, restringiu sua ação à criança e esteve diretamente vinculada à emissão de laudos, diagnósticos e posturas adaptacionistas. Foucault nos lembra de que o aparecimento do psicólogo na escola ocorre quando o poder que se exerce na escola deixa de ser um poder real. Não é demais lembrar essa ação da psicologia de intensificar a realidade do poder:

É nessa dupla condição que a psicologia escolar é necessária, a psicologia escolar que faz aparecer as aptidões diferenciais dos indivíduos a partir das quais o indivíduo se encontra situado no campo do saber em certo nível, como se fosse um campo real, como se fosse um campo que tivesse em si seu poder de coerção, já que, lá onde está definido pela instituição escolar, lá se deve continuar. Assim, o saber funciona como poder e esse poder do saber se apresenta como realidade no interior do qual o indivíduo se encontra situado. E, ao fim da manipulação da psicologia escolar, o indivíduo se encontra efetivamente portador de uma realidade que vai então aparecer dupla: realidade de suas aptidões, de um lado, realidade dos conteúdos de saber que ele é capaz de adquirir, de outro. E é no ponto de articulação dessas duas “realidades” definidas pela psicologia escolar que o indivíduo vai aparecer como indivíduo. (FOUCAULT, 2012, p. 237)

Em outras palavras, uma psicologia a serviço de uma “arte do corpo”, cujo intento é aumentar suas forças em termos econômicos, ao mesmo tempo em que as diminui, em termos políticos de obediência – a psicologia com o foco na criança, com foco no indivíduo atuando como um procedimento de individualização. A criança com dificuldades de aprendizagem e comportamento,

com TDAH, dislexia etc., por exemplo, é compreendida como efeito do poder impetrado, das relações de força que a atravessam.

Essa função de intensificação do real (de fazer a realidade funcionar como poder) vai atravessar a prática psi não apenas na escola, mas em diversos outros campos de atuação como na criminologia e saúde mental e atuará como um partícipe importante nessa maquinaria de poder que fabrica corpos úteis e submissos.

Na criminologia ela se desenvolve em relação à disciplina da prisão. A ação do psicólogo é quase exclusivamente permeada pela aplicação de laudos e diagnósticos: uma perspectiva avaliativa e adaptacionista do preso.

Na saúde mental (já foi dito que) a psicologia sempre esteve muito próxima da psiquiatria, tanto que foi vista por alguns estudiosos enquanto ciência auxiliar até poucas décadas atrás, de maneira a contribuir com o duplo psicopatologia em relação à disciplina psiquiátrica e asilar.

Percebe-se que a Psicologia no Brasil acompanhou (e ainda acompanha) esse contexto de sociedade disciplinar por meio de práticas que produzem um modo de investimento político e detalhado sobre o corpo. A psicologia contribui a esse emaranhado de estratégias, dispositivos e organizações de espaço e tempo que, aplicados a instituições como escolas, hospitais, fábricas, têm o intuito de produzir corpos obedientes e úteis.

Foi na década de 1970 e 80 que parte da categoria de psicólogos se envolveu com movimentos sociais, trazendo uma nova perspectiva às entidades de classe (Conselho de Psicologia e Sindicato) e esteve politicamente presente na luta pela redemocratização do Brasil na Constituição de 1988 (a Constituição Cidadã), seu principal marco.

É importante olhar com ressalvas a essa humanização (esse direcionamento a um compromisso social) da Psicologia nas últimas décadas, pois ela esconde uma nova arte de governo, sobretudo por meio da profusão da cidadania, da inclusão e da diversidade. Há um deslocamento de uma psicologia adaptacionista, psicométrica e corretiva para uma psicologia que busca incluir a todos para poder governar; um deslocamento de um controle do indivíduo para um controle de populações.

Cabe lembrar que o processo de governamentalização do Estado brasileiro se constituiu tardiamente, se comparado aos Estados modernos europeus e estadunidense; hoje o Estado brasileiro pode ser caracterizado como de “governamentalidade democrática”⁶⁹. Ao que parece, a psicologia brasileira acompanhou essas mudanças – esse processo de governamentalização – via emergência do discurso do compromisso social da psicologia fundamentado na defesa de direitos, na cidadania, na inclusão, na diversidade e na emancipação social.

Tais palavras (inclusão, diversidade, cidadania e transformação social) tornaram-se palavras de ordem nesse projeto de compromisso social e, nesse cenário, as políticas públicas aparecem como um importante campo de atuação para a psicologia: seja na educação, assistência social, saúde, saúde mental, nas medidas socioeducativas, no sistema prisional etc. É importante apontar que esse discurso tem se balizado fundamentalmente na perspectiva sócio-histórica e pela recusa ao modelo liberal então preconizado até décadas atrás.

Com as transformações do modo de exercício do poder disciplinar, Foucault (2004) destaca a emergência do biopoder: uma nova tecnologia de poder responsável pela gestão da vida e que se utiliza de um conjunto de práticas estatais para exercer o controle não apenas sobre os indivíduos, mas, sobretudo, sobre as populações.

Não que a psicologia nas últimas décadas tenha deixado de atuar nessa perspectiva disciplinar (ainda vemos bastante a presença dessa função-psi na nossa realidade). Ocorre que a psicologia, agora, também passa a agir enquanto procedimento de controle de população por meios das políticas públicas. Se retomarmos as discussões dos “Seminários de Psicologia e Políticas Públicas”⁷⁰, percebemos uma série de discursos permeados pelas palavras de ordem citadas.

Seja na Constituição, nas diversas leis e portarias, nos mais variados campos (saúde, educação, assistência social, sistema prisional etc.), há uma ode à inclusão e à diversidade. Aqui é importante frisar que, segundo Gallo (2017), para garantir os direitos universais é necessário incluir todos e abarcar

⁶⁹ Talvez até ser complementada por uma ideia de governamentalidade democrática neoliberal.

⁷⁰ Atividade organizada pelo CFP há cerca de 15 anos.

toda a diversidade. Aqui há de se afirmar a distinção entre diversidade e diferença.

A diversidade permite remeter ao direito universal, como aglutinador de tudo aquilo que é diverso. Ela está implicada no conjunto daquilo que compõe o universal. Em outras palavras: há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa direção distinta, a diversidade é nada mais do que o desdobramento de uma unidade. Tomar a diversidade em lugar da diferença significa “domar” a diferença, apaziguá-la, neutralizar os horrores que o efetivamente diferente poderia provocar. No fundo, trata-se de não se suportar a alteridade. Lidar com o diverso é lidar com distintas faces de nós mesmos, não com o totalmente outro.

Por outro lado, a diferença implica em multiplicidade, nunca em unidade. Na afirmação da diferença, não há unidade possível, não há como reunir as multiplicidades em um conjunto único, logo não cabe aqui o apelo ao universal. Pode-se dizer que a diferença implica no fora, posto que sempre escapa aos conjuntos, enquanto a diversidade implica no dentro, na interiorização, no pertencimento a um grupo que, por sua vez, encontra-se em outro grupo, até que se chegue ao universal. Por isso a diversidade está diretamente articulada com os jogos de inclusão. É sempre possível organizar grupos, conjuntos que contenham o diverso. Mas o diferente escapa, não se deixa conter. Seria inútil tentar incluir as diferenças pois elas proliferam, se multiplicam e não se deixam conter em qualquer conjunto (GALLO, 2017, p. 17)

Diz o autor que na lógica de construção de políticas públicas articuladas com uma governamentalidade democrática é mais interessante e produtivo afirmar a diversidade do que a diferença, pois esta poderia desestabilizar o sistema no que se refere aos “processos dinâmicos de condução de condutas em meio à liberdade” (GALLO, 2017). Esse tem sido o contexto de atuação do projeto de compromisso social da psicologia: “domar a diferença”.

A escola, a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), o sistema prisional, os serviços de assistência social, entre outros, são apresentados como instrumentos de inclusão,

[...] da afirmação do *dentro* do sistema governamentalizado. E, na medida em que se procura abarcar toda a diversidade de culturas e grupos sociais brasileiros, nada resta *fora* do governo democrático das condutas. (GALLO, 2017, p. 19)

Busca-se incluir a criança com dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento, incluir o preso novamente na sociedade, incluir o usuário de saúde mental na sociedade, compreendendo-os como cidadãos portadores de

direitos. Na medida em que se incluem essas pessoas, faz-se possível governar suas condutas.

Nesse contexto de maior inserção da Psicologia no campo social – nas políticas públicas –, o Conselho Federal de Psicologia cria em 2005 o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – o CREPOP. Seu objetivo é identificar as práticas de psicólogos nas políticas públicas, organizá-las e a partir disso produzir referências sobre essa atuação para que depois de documentadas possam ser colocadas à disposição de quem necessita.

Essas referências devem estar à disposição dos psicólogos que desejam trabalhar nessa esfera de políticas públicas, dos contratantes dos psicólogos, no sentido que eles possam ter clareza da contribuição específica e das expectativas legítimas que podem ser cultivadas acerca da participação da psicologia nessas políticas públicas, e das universidades e centros de formação, no sentido de que o conhecimento dessas práticas possa orientar o preparo dos futuros psicólogos já sintonizados com a realidade do mercado profissional. (GONÇALVES, 2010, p. 95)

Organizam-se, capturam-se e transformam-se práticas menores em práticas maiores que devem ser seguidas por quem trabalha no campo das políticas públicas. São cerca de 15 cartilhas/referências técnicas para atuação de nas mais diversas áreas de atuação. Um procedimento com o objetivo de regular condutas de profissionais psicólogos (controle dos modos de ação) de políticas públicas na educação, na saúde, na saúde mental, no sistema prisional, na assistência social etc.

Estratifica-se uma série de modos de atuação em diferentes áreas das políticas públicas, todas guiadas pela cidadania, inclusão e diversidade; uma psicologia que captura as práticas menores tornando-as maiores, de maneira a contribuir para a governamentalização da sociedade; aquela psicologia que possuía um papel importante na chamada sociedade disciplinar perdura, mas hoje se amplia na medida em que acompanha esse deslocamento para uma sociedade de controle (do governo das populações). A própria atuação das entidades nas últimas décadas traz claramente esse deslocamento. Antes focada no psicólogo individualmente, na disciplinarização da sua prática, hoje se vê implicada na transformação da sociedade, mas na verdade atua de maneira a regular as intervenções psis, a regular seus modos de ser no campo das políti-

cas públicas por meio da disponibilização de referências técnicas: uma forma de gerir e conduzir suas condutas.

A partir desse projeto de compromisso social da psicologia governa-se não apenas a população atendida nas políticas públicas, mas as próprias populações de psicólogos de diferentes áreas que estão na ponta das políticas públicas.

*

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988)

*

É importante salientar a importância do processo de redemocratização no Brasil depois de décadas de retrocesso, autoritarismo e violência ditatorial. Não apenas isso, mas todo o avanço para a sociedade brasileira com a construção e implementação das políticas públicas, sobretudo nos últimos anos no campo da Educação (ao possibilitar, por exemplo, que pessoas mais pobres pudessem pensar em cursar o ensino superior, ou mesmo o ensino técnico, que foi consideravelmente ampliado), na saúde (com a ampliação da atenção básica e o acesso à saúde por classes menos favorecidas), na saúde mental (área em que também se ampliou significativamente a oferta de cuidado a pes-

soas em sofrimento psíquico intenso, além da criação de diversos outros dispositivos de atenção), na Assistência Social (com a criação de um Sistema Único de Assistência Social, muito semelhante aos moldes do Sistema Único de Saúde). O que se coloca é que a ampliação de tais políticas públicas ocorre

[...] no quadro de um determinado regime do político, no qual cada um só pode fazer parte do processo ao seguir as regras e condições impostas pela governamentalidade democrática. (GALLO, 2017, p. 22)

Não há escolha: inequivocamente somos todos incluídos. Faz parte dessa democracia da maioria de produção de consensos. Gallo (2017) convoca Ranciere (2011) – e sua problematização sobre a política enquanto “partilha do sensível” – para ajudar a pensar em possibilidades de resistências nesse contexto de governamentalidade democrática. A política para este autor é vista como acontecimento, como ruptura à ordem estabelecida, ou seja, como oposição à polícia (elemento constitutivo da governamentalidade). Gallo destaca que

Se concordarmos com a afirmação de que a política é um tipo de partilha do sensível que trabalha na perspectiva da completude, em que não há vazio e não há suplemento, ela é uma ferramenta que serve muito bem para pensar a lógica da diversidade e da inclusão. (GALLO, 2017, 16)

Diz ele que por meio da política podemos causar desordem, desequilibrar o “que está equilibrado, na medida em que insere espaços vazios naquilo que é gerido como um conjunto pleno” (idem, p. 24) pois ela opera por meio da diferença e não da diversidade; é a diferença que irá produzir desordem e perturbar o sistema.

Por fim, o autor destaca que a afirmação dessa política das diferenças contra a ordem policial da diversidade governamentalizada implica na afirmação da potência do fora. Para ele faz-se necessário que o fora se encontre com a interioridade da inclusão cidadã para evidenciar sua incapacidade de a tudo abarcar. Em outras palavras, mesmo nesse contexto de sociedade governamentalizada há sim a possibilidade de processos de subjetivação política do

diferente. A despeito de a tudo querer governar, o campo político está aberto às diferenças.

10. PSICOLOGIA, SAÚDE MENTAL E A LUTA ANTIMANICOMIAL

Uma das oficinas desenvolvidas junto ao CAPS de Santa Gertrudes era a oficina de cinema⁷¹. Da relação com a oficina de cinema e com o grupo Imago (Laboratório da Imagem, Experiência e Criação da UNESP de Rio Claro) surge a proposta de uma oficina de produção de imagens com os usuários do CAPS de Santa Gertrudes.

A oficina de produção imagética se realizou pouco mais de um ano após minha saída do CAPS (2011). Ao voltar ao serviço fui tomado por um misto de alegrias, afetos, lembranças, experiências, relações, construções e coproduções subjetivas no grupo de futebol, no grupo da cooperativa, no grupo de cinema, na ambiência... Ao entrar, no fim do corredor, me deparei com Sônia varrendo a sala. Ninguém pedia a ela para varrer nada ali (pois havia uma funcionária para a limpeza), mas era algo que gostava de fazer no CAPS, que se sentia bem fazendo, da ordem de um sentimento de pertencimento e cooperação com aquele ambiente de cuidado que também era seu. Ao me avistar, veio correndo ao meu encontro. Eufórica e com os olhos arregalados me abraçou e me deu um característico beijo estalado na face por três vezes: “– Rafa!!! O pessoal tá lá dentro!!!”, apontando para a “sala-quarto” da enfermaria.

Ali encontrei Daniela, psicóloga, Giovana⁷², nova coordenadora do serviço, e Roseane – usuária bem comprometida em razão de seu histórico de internações e violências sofridas nos hospitais psiquiátricos da região e que estava sendo acolhida depois de meses de internação. Grávida, na ocasião, foi acompanhada pela equipe durante esse período no hospital. Na conversa, lembranças de momentos e lutas antigas – algumas ainda não superadas, como a demanda pela volta das supervisões de equipe.

*

Mencionei que meu primeiro encontro com a luta antimanicomial ocorreu nas comemorações do “18 de maio” (dia da luta antimanicomial) em São Paulo, no início dos anos 2000. Anos depois, em 2007, já trabalhando no CAPS de

⁷¹ Anos de 2007, 2008 e 2009.

⁷² Nomes fictícios.

Santa Gertrudes, participamos do encontro comemorativo dos “20 anos de luta antimanicomial” em Bauru. Na ocasião, tive um contato maior com o movimento social da luta antimanicomial. No CAPS, a todo momento a questão da luta antimanicomial se colocava na nossa prática. Enquanto um serviço novo (um dos únicos da região na época), a equipe tinha contato permanente com a realidade de exclusão e violência dos Hospitais Psiquiátricos da região. Era rotineiro ouvir relatos de violências sofridas pelos usuários, seja em ambiência, em assembleias, atendimentos, e mesmo nas oficinas de produção de imagens que realizei com eles – violências sofridas antes de conhecerem o CAPS. Contudo, não havia um movimento da luta antimanicomial na região centro-leste do Estado de São Paulo – região onde o modelo manicomial foi hegemônico por décadas graças aos hospitais psiquiátricos Bezerra de Menezes e Sayão. Tal hegemonia é presente até hoje na cultura da região que, em grande medida, compreende o modelo manicomial como a única opção para o cuidado de pessoas com transtornos mentais graves e severos e/ou com problemas de álcool e outras drogas.

Com o protagonismo da coordenação e a ida ao evento, a questão da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial passou a ganhar maior dimensão por parte de usuários, trabalhadores e familiares de Santa Gertrudes.

*

- (1) **Simone:** - Mas passei um sufoco. Fiquei quase quatro meses lá internada entre a vida e a morte. Eles pegavam minha boca assim oh – gesticulando como obrigavam os pacientes a tomar medicação – pra tomar remédio. Apertava aqui pra tomar o remédio na marra, sabe!?
- (2) **Lúcia:** - É assim mesmo – concorda outra usuária segurando o choro.
- (3) **Simone:** - Porque eu fiquei que nem um robô, eu ficava que nem um robô. Num parecia gente.⁷³

*

As pessoas que, nos sistemas terapêuticos ou na universidade, se consideram simples depositárias ou canais de transmissão de um saber científico, só por isso já fizeram uma opção reacionária. Seja qual for sua inocência ou boa vontade, elas ocupam efetivamente uma posição de reforço dos sistemas de produção de subjetividade dominante. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 29)

⁷³ Trecho retirado do livro “Ensaio-fílmico: cinema, loucura e resistência”.

As assembleias de funcionários e usuários do CAPS de Santa Gertrudes se configuravam em importantes espaços com vistas a horizontalizar as relações e romper com o paradigma psiquiátrico fundamentado na relação médico-paciente. A participação de diferentes atores na gestão do cotidiano do serviço por meio da criação de novas oficinas, projetos, viagens se estabelecia um espaço potente de produção de vida.

Quando da realização da minha pesquisa no mestrado, utilizava desse espaço como um meio para construir juntamente com os usuários como iríamos proceder com o cronograma da proposta da pesquisa. Em um primeiro momento, assistíamos filmes, e, em um segundo momento, produzíamos imagens – o que acabou ocorrendo não apenas no CAPS, mas na viagem à “IV Feira de Saúde Mental e Economia Solidária”, do município de São Paulo. Após isso, voltei à assembleia para pensarmos a continuidade ou não das sessões de cinema.

Durante a assembleia foi disponibilizada uma câmera ao grupo, e ao assistir o material produzido me deparei com uma situação de que, no momento, não havia me dado conta: como, por vezes sem perceber, por meio de nossos gestos, atitudes e falas, reproduzimos a mesma lógica que criticamos; no caso, corroborando uma produção de subjetividade da pessoa em sofrimento psíquico enquanto louco, doente e incapaz.

Em certo momento de minha fala na assembleia fui interrompido por um usuário, que, a princípio, não conhecia. Ele procurou participar, de alguma maneira, da conversa que se iniciou, mas não necessariamente abordou as questões em pauta acerca da continuidade das sessões de cinema. Não conseguimos compreender bem o que ele dizia, por falar baixo e abordar assuntos que não se relacionavam à discussão levantada. Ele falava algo sobre sua família.

O usuário me interrompeu algumas vezes até que outro usuário então começa a rir da situação, e em determinado eu mesmo interrompo sua fala para focar na discussão do filme a ser escolhido. No anseio de dar seguimento à pesquisa *sobre* os loucos, calei o próprio usuário, em vez de aproveitar aquela abertura e construir com ele. Quando menos percebemos, acabamos por re-

produzir, por meio de nossas ações, gestos, falas, maneiras de olhar, o que dizemos combater. No caso, em nome de uma *ciência em si*⁷⁴.

*

Terminado o mestrado, fui trabalhar no CAPS III “Estação” no município de Campinas – um dos primeiros CAPS III 24 horas do país. Essa modalidade de serviço tipo III existe em regiões com mais de 200.000 habitantes. No caso de Campinas, o respectivo CAPS abrange toda a região norte do município.

Campinas possui uma particularidade interessante no que se refere à implantação da sua rede de saúde mental. Ainda na década de 1990, a cidade apostou em mudanças significativas na atenção as pessoas em sofrimento psíquico intenso. Em um contexto de hegemonia de um modelo hospitalocêntrico, o município promoveu mudanças importantes em seu antigo Hospital Psiquiátrico Cândido Ferreira, transformando-o em “Serviço de Saúde Cândido Ferreira”. A partir de então se iniciou uma parceria entre o poder público e o Serviço de Saúde, de modo a promover uma mudança paradigmática em seu modelo de cuidado.

Nos anos seguintes Campinas se transformou em referência nacional e internacional no campo da saúde mental e contribuiu sobremaneira com suas experiências exitosas para mudanças importantes em termos nacionais, com a lei nº 10.216, de 2001. Contudo, essa experiência, que abriu caminhos para uma mudança paradigmática no modo de se compreender a atenção às pessoas em sofrimento psíquico, tem sido objeto de grande polêmica nos últimos anos. Com a implantação de uma política pública nacional de saúde mental, o caráter dessa parceria estabelecida entre o poder público e o “Serviço de Saúde Cândido Ferreira” passou a ser questionado.

Questões como (1) a precarização de trabalho, (2) privilégios por meio de supersalários a um grupo restrito de pessoas em cargos de coordenação e (3) casos de assédio moral contra trabalhadores militantes da luta antimanicomial passaram a colocar em cheque a parceria em questão.

⁷⁴ Texto reformulado a partir de plano-fragmento: pesquisa científica e vozes em silêncio do livro *Ensaio-fílmico: cinema, loucura e resistência* (CHRISTOFOLETTI, 2013).

*

Em uma mesa-redonda com Guattari em Salvador, em 1982, Luis Mott relatou o fato de ter sido impedido de fazer uma conferência sobre “A luta contra a discriminação Sexual na Alemanha do século XIX ao XX”, pelo fato de ser homossexual. Na discussão, o teórico concorda com Guattari, que não gostaria que as pessoas se vissem como homossexuais, negros, mulheres, mas simplesmente como pessoas. Creio que a questão da pessoa em sofrimento psíquico também merece um questionamento semelhante. Temos utilizado muito o termo “usuário de saúde” para a pessoa em sofrimento psíquico intenso, com o intuito de afirmar o seu protagonismo no próprio projeto terapêutico, cuidado de si, contrapondo-se ao termo “paciente”. Contudo, parece que o termo usuário acaba por ganhar uma identidade própria que reforça o estigma e coloca em cheque os objetivos da Reforma Psiquiátrica.

*

No ano de 2012 fui convidado a participar das reuniões do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SINPSI). Já havia participado de outros movimentos sociais, como o movimento estudantil em Assis no início dos anos 2000, a luta antimanicomial, por meio de fóruns regionais, e a luta antimanicomial em Campinas e Araras, em 2011 e 2012. A possibilidade de contribuir para a discussão dos trabalhadores psicólogos e continuar me envolvendo com a temática da luta antimanicomial me fez aceitar o convite.

Participei de algumas reuniões e logo comecei a atuar como representante sindical da região de Campinas. Atuava junto aos trabalhadores psicólogos por meio de discussões de questões trabalhistas, mas também no âmbito das discussões sobre as políticas públicas voltadas aos direitos humanos, como a luta antimanicomial.

*



Figuras 18 e 19: Reunião do Movimento da Luta Antimanicomial com o Fórum da Luta Antimanicomial de Araras.

Fonte: Acervo do autor.

*

Os profissionais do CAPS Estação se dividiam em dois períodos de trabalho: manhã e noite. Como se tratava de um CAPS III (serviço 24 horas) havia duas miniequipes que se revezavam no período noturno, cada qual em um plantão de 12 horas (das 18h às 6h). Geralmente faziam parte dessa miniequipe quatro profissionais (técnicos de enfermagem e enfermeiros).

Enquanto CAPS tipo III, o serviço disponibilizava oito leitos. No entanto, esse número era quase extrapolado, muitas vezes em decorrência do próprio funcionamento inadequado da rede. A relação com a Assistência Social do município, por exemplo, nem sempre era fácil: comumente insistiam que moradores de rua com transtorno mental deveriam ser inequivocamente retirados da rua, encaminhados aos serviços de saúde mental, que deveriam se responsabilizar de forma exclusiva por seu cuidado, não se preocupando, por exemplo, se a pessoa teria que morar no leito-noite mesmo não estando em crise. A ideia do leito-noite era oferecer uma possibilidade de cuidado intensivo temporária para evitar a internação. Passado o período de crise, a equipe, junto com o usuário e demais dispositivos da rede, deveria pensar em saídas para situações específicas.

*

Ao começar a trabalhar no CAPS Estação, entrei em contato com a oficina culinária, realizada semanalmente, mas sem a geração de renda como

objetivo. Já havia me dedicado a um projeto de assessoria à formação de empreendimento econômico-solidário no CAPS Santa Gertrudes em Campinas, e novamente pude me envolver com este tipo de projeto. A ideia surgiu ainda em uma das primeiras reuniões da miniequipe da qual participei.

Nos 14 anos de existência do CAPS Estação ainda não havia um projeto com caráter autogestionário no campo da saúde mental⁷⁵. Até então, os projetos de geração de renda ocorriam ocasionalmente em eventos como festas juninas, e tinham como objetivo não a remuneração dos usuários; serviam, por exemplo, para arrecadar recursos para determinada viagem ou passeio.

A proposta de “Oficina Cooperativa de Culinária” contou com apoio da equipe do serviço desde o início. Logo nas primeiras semanas ocorreu a primeira reunião de planejamento do grupo, assim como o grupo de produção. Participaram, no primeiro momento, três profissionais do serviço, sendo um psicólogo, duas técnicas de enfermagem e dois usuários. Inicialmente sem recursos para a primeira compra de insumos e equipamentos, foi disponibilizada (como empréstimo) uma parte do dinheiro do antigo bazar do serviço que seria utilizado futuramente para o passeio (R\$ 114,00).

Realizamos então o primeiro grupo de produção com os produtos: torta de carne e bolo de chocolate, vendidos a R\$ 3,00 e R\$ 2,00 o pedaço, respectivamente (com direito a um copo de refrigerante). A produção era feita e vendida no próprio serviço, às quartas ou quintas-feiras (dias com maior movimento de pessoas). A sobra entre a venda e o custo da primeira produção do grupo foi de somente R\$ 5,00. Em reunião foram problematizadas as razões para o resultado ruim. Chegou-se a três conclusões:

1. Com aquela quantidade de insumos (alimentos) poderiam ter sido feitas duas tortas e não apenas uma;
2. Era importante não fazer tortas úmidas para minimizar o trabalho de limpeza de talheres;
3. Sobraram alguns insumos que poderiam ser utilizados em outras produções futuras (formação de um estoque).

⁷⁵ Existe já há alguns anos o projeto de artesanato Estação Criar, com usuários do serviço; contudo, não se objetiva um espaço autogestionário de geração de renda, mas sim a finalidade terapêutica.

A despeito do pequeno valor da sobra, aquela primeira tentativa fez o grupo pensar nas decisões que haviam sido tomadas (de compra e de organização da produção) e nos problemas com os quais se depararam. Mais que o retorno financeiro, aquele encontro possibilitou a experiência de lidar com a produção coletiva e criar saídas para uma próxima oportunidade.

Para o segundo grupo de produção, optou-se por um único produto: duas tortas de legumes (também a R\$ 3,00, com direito a refrigerante) o que rendeu uma sobra de R\$ 20,00 (quatro vezes maior que a anterior), além do fato de não se ter atendido de forma plena a demanda pelo produto no serviço.

Quanto mais o grupo se colocava a produzir de forma coletiva, mais questões eram colocadas nas reuniões da cooperativa, como: (1) maior envolvimento dos usuários no processo de limpeza pós-produção e de compra dos insumos; (2) necessidade de formação; e (3) necessidade de comercialização para além do CAPS.

Com o passar do tempo, além do aprimoramento das técnicas de produção, o grupo começou a participar das reuniões do Fórum GeraRenda Campinas. Nem um ano depois o grupo já havia pagado a dívida adquirida junto ao bazar do CAPS Estação, participou da oficina de formação sobre cooperativismo social organizado pelo próprio Fórum Gera Renda (Inclusão Social pelo Trabalho e Economia Solidária) no Sesi, da I Feira de Cooperativismo social em Campinas (na Praça Carlos Gomes), além ter ganhado um prêmio como experiência exitosa de cooperativas sociais de Campinas.

Em 2013, o grupo conseguiu aumentar de forma significativa sua produção e maximizar seus rendimentos, na medida em que foram tomadas algumas decisões: (1) produto único (ora torta, ora coxinha, ora esfirra, ora rissoles); (2) início de venda de refrigerantes; e (3) divisão de tarefas entre os usuários participantes do grupo. Acerca desse último ponto, o grupo compreendeu que, separando algumas atividades de acordo com o potencial de cada um, todos teriam um rendimento maior no final. Assim, o grupo que agora contava com três usuários por dia de produção⁷⁶ se dividia na hora da produção de maneira que enquanto um lidava com a produção propriamente dita, outro ficava como auxi-

⁷⁶ A essa altura, o aprimoramento das técnicas de produção, o aumento da escala de produção, da demanda, juntamente com o interesse de outros usuários em participar levou a aumento de participação de dois usuários, no início, para seis, em forma de revezamento de grupos de produção.

liar e, posteriormente, com a limpeza, e outro com a comercialização. Ocasionalmente o grupo participava de eventos externos, como o Encontro Municipal da Luta Antimanicomial de Campinas, comercializando seus produtos.

A sobra em 2013 oscilou por grupo de produção entre R\$ 100,00 e R\$ 130,00, chegando a garantir cerca de R\$ 35,00 por pessoa por 3,5 horas de trabalho (das 8h30 às 12h00). Geralmente destinávamos 10% para o próprio caixa da cooperativa, para cobrir despesas com ocasionais perdas, transporte e compra de utensílios para a própria produção.

Em 2014, o projeto perdurou de forma semelhante até a minha saída do serviço. A perspectiva, contudo, era de continuidade, com uma terapeuta ocupacional e uma técnica de enfermagem. A terapeuta ocupacional teve oportunidade de participar algumas vezes do grupo (reunião/produção) e mostrou-se interessada em dar continuidade ao projeto.

*

Trabalhando como psicólogo no CAPS Estação, representando o Sindicato dos Psicólogos na região de Campinas e participando de fóruns e coletivos da luta antimanicomial no interior do Estado de São Paulo, entrei em contato com a “Frente Estadual Antimanicomial do Estado de São Paulo” (FEASP), que surgiu

[...] do processo de organização e mobilização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial no Estado de São Paulo. Como também, das principais atividades e lutas contra os retrocessos assistidos em São Paulo na Saúde Pública e na Reforma Psiquiátrica. A Frente é a soma de um conjunto de entidades, movimentos, organizações e militantes em Defesa do Sistema Único de Saúde 100% Público e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial se São Paulo. (FRENTE ESTADUAL ANTIMANICOMIAL, 2011)

Em um primeiro momento, fiquei impressionado as possibilidades de articulação e a potência daquele espaço em compor com diversos coletivos, fóruns em torno da questão da luta antimanicomial do Estado de São Paulo. No ano de 2012 participei de reuniões em São Paulo e em Campinas, com a perspectiva de constituir um núcleo regional da Frente Estadual da Luta Antimani-

comial no interior do Estado: o núcleo de Campinas, Araras e Região da Frente Estadual Antimanicomial.

Em 2013, já participando da diretoria do Sindicato dos Psicólogos, representei a entidade na “Frente”, participando de sua coordenação. Minha entrada na coordenação vinha no sentido de promover uma maior capilarização da “Frente” no interior do Estado de São Paulo, pois até então se encontrava muito centrada na capital.

Haja vista a dimensão do Estado de São Paulo e a dificuldade de muitos coletivos da região de Rio Claro, Piracicaba, Limeira, Araras, Santa Gertrudes em participar de reuniões Campinas, dividiu-se o Núcleo de Campinas, Araras e Região em dois núcleos: Núcleo Campinas e o Núcleo Centro-leste do Estado de São Paulo. Assim conseguiríamos não apenas assegurar a participação de diferentes coletivos (a distância a se percorrer para os encontros mensais era menor), além de uma discussão mais específica acerca da localidade na qual os coletivos estavam inseridos⁷⁷.

Por meio dos núcleos, problematizavam-se questões locais da saúde mental, além de se configurar em uma forma de nos organização para produzir resistências frente a questões como internação compulsória, comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos, e de ter um cunho propositivo em favor de novos serviços na região (CAPS, residências terapêuticas, centros de convivência etc.) por meio de atos e audiências públicas. No caso da região centro-leste, isso se fazia de grande importância, em razão da cultura e dos equipamentos manicomiais existentes.

⁷⁷ A própria “divisão administrativa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo se faz através dos Departamentos Regionais de Saúde – DRS, atendendo ao Decreto DOE nº 51.433, de 28 de dezembro de 2006. Por meio deste Decreto, o Estado foi dividido em 17 Departamentos de Saúde, que são responsáveis por coordenar as atividades da Secretaria de Estado da Saúde no âmbito regional e promover a articulação intersetorial, com os municípios e organismos da sociedade civil”. A DRS VII se refere à região de Campinas enquanto a DRS X faz referência a região centro-leste do Estado de São Paulo.





Figuras 20 a 34: Reuniões da Frente Estadual Antimanicomial para formação do núcleo em Campinas e atos em Campinas.

Fonte: Acervo do autor.

*

Não era incomum ocorrer de usuários virem ao CAPS solicitar leito-noite, muitas vezes sem apresentar necessidade clara. Esse era o caso de Solange⁷⁸, usuária do serviço havia mais de 10 anos, com extenso histórico de internações em hospitais psiquiátricos e gerais da região. Diagnosticada com transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado e transtorno de personalidade com instabilidade emocional. Solange apresentava histórico de brigas com vários usuários do serviço. Contudo, nos anos em que lá trabalhei, apresentava, segundo o psiquiatra, movimento reivindicativo maior por leito-noite. Dizia que as coisas não estavam bem em casa e demandava o uso do leito-noite, e às vezes apelava a isso como um direito independente de sua necessidade de fato. Quando da recusa da equipe, muitas vezes chegava a brigar, simulava uma crise para que a acolhêssemos no leito-noite. Parecia que com-

⁷⁸ Nome fictício.

*

Lorena é um dos casos de “moradores” do CAPS. Nascida em Bauru, é terceira filha de um total de oito irmãos, sendo que foi a única não entregue à adoção e permaneceu sob cuidados da mãe. Ao ser questionada, não recorda sua infância, mas apenas que estudou até a 4ª série do primeiro grau. Morou com sua mãe em diversas cidades em busca de emprego, moradia e melhores condições de vida, mas elas quase sempre permaneciam nas ruas em situações de risco e violência. Ainda adolescente, precisou cuidar da mãe, que apresentava problemas clínicos e veio a falecer depois de algum tempo. Lorena acompanhou todo esse processo de perto.

Viveu durante algum tempo como andarilha, circulando por diversas cidades e empregos (babá, doméstica, cozinheira etc.). Intercalava épocas em que conseguia trabalhar e outras em que permanecia nas ruas. Aos 19 anos, engravidou e teve uma filha. Como não conseguia oferecer cuidados mínimos para sua filha – morava com ela em um terreno baldio – foi encaminhada a um abrigo para mães sem lar; contudo, mesmo assim não conseguia oferecer cuidados básicos à criança. Acabou perdendo a guarda da filha e acreditava que a advogada envolvida no caso estava com a sua filha. Sempre se remete ao fato com muita angústia e riqueza de detalhes.

Mudou-se para Americana, onde foi presa por oito anos, por roubar um relógio. Sua pena inicial era menor, mas o envolvimento com rebeliões e tentativa de homicídio de outra presa aumentaram seu período de reclusão. Passou por diversas unidades prisionais, mas ao fim de 2008 foi solta no interior no Estado e viajou até Campinas, quando foi encaminhada ao CAPS.

Segundo relatos, Lorena chegou ao serviço bastante desorganizada, com dificuldade para se comunicar e rompantes de agressividade. Passava longos períodos em frente da televisão, aumentando e diminuindo o volume. Foi encaminhada ao Núcleo de Retaguarda do SSCF, onde permaneceu por dois meses.

Em 2009, devido à melhora de seu quadro, recebeu alta. Articulou-se seu retorno para tratamento no CAPS “moradia”, no Serviço de Abrigo Provisório do município. No início do ano seguinte foi encaminhada para outro abrigo do município (não-provisório), com a perspectiva de construir uma referência

de casa, já que seu projeto terapêutico propunha sua inserção em Serviço de Residência Terapêutica, e não havia vagas para isso.

Desde sua inserção no abrigo, Lorena demonstrou-se paranoica com alguns funcionários, sobretudo da segurança. Frequentemente relatava situações em que interpretava fatos de forma delirante, o que demandava um manejo conjunto entre equipe e funcionários do Abrigo. No limite, permanecia em leito-noite para se tranquilizar. Ao fim de 2010, passou a questionar a equipe em relação a sua família e seu desejo de reencontrar sua filha. Foram realizados alguns contatos, porém sem sucesso. Ela solicitou inclusive voltar para Bauru com a equipe, para percorrer os locais onde viveu e resgatar a certidão de nascimento de sua filha. A equipe avalia que foi um momento importante para reconstruir sua história: foram até o serviço de proteção à mulher, ao albergue, a maternidades e praças onde vendia balas nos semáforos. Chegou-se a resgatar a certidão de nascimento da filha, mas logo depois Lorena passou por um novo momento de maior instabilidade.

Lorena teve vários episódios de saídas para as ruas, quando se envolveu com promiscuidade e drogas. Chegava a trazer pessoas que encontrava na rua para pernoitar no abrigo. Passou então a receber o BPC – Benefício de Prestação Continuada –, o que demandou a necessidade de um monitoramento do dinheiro que durante um período ficou na responsabilidade do abrigo.

Seu projeto terapêutico consistia em participar de algumas atividades/grupos (cinema) no CAPS, participar do projeto de alfabetização e circular pelo centro da cidade (mercados), o que só ocorria quando estava melhor. Em outros momentos, passava noites na rua fazendo uso de drogas, com poucas perspectivas de melhora. A equipe do abrigo relatava muita dificuldade de manejo e falta de recursos diante da complexidade do caso, como medicação de urgência e capacitação dos profissionais. Questionavam se ela possuía prognóstico para inserção na comunidade, com o argumento de que este era um critério do perfil para utilizar o Abrigo. Foram realizadas diversas reuniões com a equipe do abrigo com o objetivo de apoiar e dividir as experiências sobre o caso, porém, diante deste contexto, o abrigo se posicionou contundentemente contrário em continuar com ela como moradora.

No início de 2012, com o desligamento do Abrigo, Lorena passa a permanecer no leito-noite do CAPS enquanto aguardava uma vaga em uma Resi-

dência Terapêutica. Após pouco tempo de inserção no leito, sua situação piora, o que dificulta sua permanência no CAPS. A convivência com usuários havia ser tornado insustentável, e optou-se por encaminhá-la para internação no Núcleo de Retaguarda, onde permaneceu por cerca de 20 dias, até a saída do profissional de referência do CAPS, e pela necessidade de trabalharmos a situação com a usuária e a vinculação com nova referência.

Minha entrada no CAPS aconteceu justamente para substituir essa profissional na equipe. A nova referência de Lorena ficou com outra profissional da miniequipe, mas eu tive muito contato com a usuária, visto que ela é uma das moradoras do serviço, e eu sempre substituí a profissional em suas férias como referência. Durante minhas primeiras semanas no CAPS, me recordo de uma visita à Festa das Flores em Holambra. Viajamos em uma van funcionários e usuários, sendo Lorena uma delas. Não havia um vínculo ou relação de confiança constituída ainda entre nós, e os combinados que fizemos na ocasião (horários, ficarmos juntos na festa etc.) não foram cumpridos, causando uma série de intercorrências no dia.

Lorena sempre se mostrava bastante solicitante e de difícil manejo. Pedía por diversas coisas durante o dia – cigarros, comida, saídas, dinheiro –, e era geralmente atendida pela equipe, que a auxiliava nas escolhas e na organização, algo que a usuária conseguisse sustentar durante uma conversa. Contudo, em grande medida, ao longo do dia, ou mesmo minutos após o término dos atendimentos, os combinados se esvaíam e Lorena era novamente tomada por diversas demandas de forma voraz.

Com o tempo, passei a criar um vínculo maior com Lorena e a compartilhar a referência, ajudando-a a se organizar em relação a seu dinheiro. Em discussão de equipe, resolvemos apostar na possibilidade de uma profissional ficar mais voltada ao espaço de escuta e construção do Projeto terapêutico, e outro (no caso, eu), com o manejo financeiro. A aposta funcionou, e até a minha saída do serviço Lorena passou a cumprir melhor os combinados, e construímos uma relação de confiança. Com frequência mandava cartas/recados falando sobre interesses referentes à utilização de seu dinheiro. Quando de minha saída, ela estava de mudança para a residência terapêutica em função do surgimento de uma vaga.

*

Antes de entrar no CAPS Estação, uma terapeuta ocupacional desenvolvia um grupo chamado “Grupo de notícias”. Com sua saída, o grupo acabou, mas sempre ouvia de vários usuários o desejo de voltarem a participar daquele grupo. Junto da outra psicóloga voltamos a fazê-lo. Era um grupo para o qual trazíamos jornais e revistas para serem lidas e folheadas. Os participantes escolhiam uma notícia que lhes chamava a atenção, recortavam-na e a colavam na cartolina. Conversávamos sobre as notícias e eles então penduravam a cartolina no refeitório para acesso de todos. Participavam do grupo os usuários mais crônicos do serviço. Era um grupo em que problematizávamos uma série de questões da atualidade e oferecíamos a possibilidade da experiência com colagens e montagens. O grupo permitia a produção de um vínculo que muitas vezes mesmo o atendimento individual não oferecia.

*

Nunca tive muito contato com Jorge, pois ele sempre se esquivava quando o abordava. Seu contato com a miniequipe e seu projeto terapêutico singular eram em grande medida construídos junto ao antigo psiquiatra do serviço. Sempre aparecia às quintas à tarde para retirada de medicação, mas evitava os profissionais da equipe de referência. Preferia conversar com alguns profissionais técnicos de enfermagem que ficavam mais na ambiência.

Certa vez fomos procurados no serviço por sua mãe, que relatava que Jorge estava em crise. Fui visitá-lo em sua casa, na companhia de um técnico de enfermagem com quem ele muito conversava. Na conversa, Jorge reconheceu não estar bem e necessitar de cuidado. Combinamos que ele fosse ao serviço, mas ele não apareceu. Foi apenas depois de sua ida ao Pronto Socorro que apareceu por vontade própria. Acabou optando por permanecer em leito-notite, onde ficou por cerca de um mês. Isso possibilitou a constituição de um vínculo maior e a possibilidade de pactuar ações.

Jorge possuía um histórico de várias internações: uma por livre e espontânea vontade, outras contra sua vontade. Isso havia acontecido décadas antes; antes mesmo das primeiras experiências de cuidado comunitário, não ma-

nicomial, em Santos. Contou sobre diversas violências passadas nas diversas internações. Trazia consigo ainda vívidas essas marcas. Um dos motivos pelos quais topou ficar por cerca de um mês em leito noite no serviço foi a lembrança de como era a internação.

Em atendimento, contou diversas vezes sobre suas dificuldades quanto à percepção cronológica de tempo. Esquecia-se facilmente de compromissos, além de não se atentar com o passar da hora. Em vários momentos se atrasava em alguns combinados. Após duas semanas de sua saída do leito-noite, compareci à casa de Jorge, e ele não me atendeu, a despeito de termos combinado na semana anterior que eu levaria um quadro para que pudéssemos terminá-lo⁷⁹. Quem me atendeu foi a mãe, que disse que Jorge estava há três dias trancado no quarto. “Depois que bebeu, um dia desses, voltou a ficar assim”, disse ela. Sua mãe temia pela situação dele depois que ela morresse. Idosa, chegou a afirmar que gostaria que, quando essa hora chegasse, ele fosse junto com ela. Jorge não me atendeu, mas deixei avisado que voltaria outro dia. Passei então a visitá-lo semanalmente, pois não havia cumprido os combinados de ida ao CAPS.

Alguns dias depois, Jorge retornou uma ligação, dizendo que novamente se atrasaria, pois não estava em casa e iria levar seu filho à academia. Contudo, ressaltou que eu aparecesse para continuarmos o quadro. Na ligação mostrou-se animado, imitando sua mãe. Quando cheguei, ele disse estar empolgado, com vontade de produzir e que havia vendido uma de suas obras por R\$ 1.000,00. Conversamos sobre tintas, texturas, tinta a óleo e guache, além de ele contar o combinado com seu filho sobre criar uma página na *internet* para divulgação/venda de suas obras. A todo momento referia-se com ironia a sua mãe. Jorge foi casado, mas separou-se havia alguns anos. Mantinha boa relação com a ex-mulher e o filho de 16 anos; atualmente mora com a mãe, mas sempre recebe visita de seu filho. Por fim, não pintamos o quadro, mas o encontro foi bastante importante, pois pudemos pensar sobre alguns combinados acerca do seu projeto terapêutico: a ida ao CAPS, a questão da medicação e os investimentos em suas pinturas.

⁷⁹ Jorge é artista plástico e em grande parte de seu período no leito-noite dedicava-se a pintar quadros. Certo dia combinamos de pintar um quadro juntos, mesmo eu sem nunca ter tido experiência com pintura. Ele me dava várias orientações e iniciamos a pintura de um quadro.

Na semana seguinte, Jorge veio ao CAPS e propôs uma tentativa de produção conjunta em torno da questão do cinema. Conhecia meu trabalho com saúde mental e cinema e destacou seu interesse em escrever o roteiro de um filme, da mesma maneira que fizemos com o quadro: a quatro mãos. Sabia que daí a ser filmado era outra questão. Mesmo assim, se disse interessado na produção. Combinamos então certo dia, e passei a transcrever suas ideias enquanto me contava. Nesse processo, Jorge acabava indo e voltando na estória, entrava e saía dela uma série de vezes, ora se estendendo nos detalhes, ora discorrendo sobre outros assuntos, como sentimentos de medo e de perseguição. De qualquer maneira, terminamos a estória. Incumbi-me de reescrevê-la, pois estava a escrevendo de forma muito rápida, como que vomitando palavras, pois o seu ritmo era intenso.

Creio que a questão do vínculo, do afeto, da disponibilidade, do respeito e da atenção sejam fundamentais para a produção do cuidado, e que não há como pensar o cuidado senão por uma lógica da horizontalidade, de uma relação de igualdade, de uma cogestão do cuidado.

*

O Movimento da Luta Antimanicomial nasce no Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, em 1987, em Bauru, com o lema “por uma sociedade sem manicômios”. Denunciavam-se abusos e violação de direitos humanos sofridos pelos usuários da saúde mental dentro dos manicômios.

A partir de Bauru, começa a ganhar mais consistência a construção do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial. Uma das questões que marcam esse movimento é a participação ativa não apenas de trabalhadores e pesquisadores da área, mas de usuários, familiares e demais interessados na temática.

Hoje o Movimento tem núcleos em todos os estados do país e de três em três anos se organiza em encontros estaduais e nacionais. Em São Paulo, são instâncias do MNLA o Fórum Paulista da Luta Antimanicomial (FPLAM), fóruns locais no interior do Estado, além de encontros municipais, regionais e estaduais. O FPLAM esteve desde o início envolvido com a constituição da

Frente Estadual Antimanicomial, mas hoje, a despeito de continuar participando, não é unanimidade.

Em 2013, ainda trabalhando no CAPS Estação em Campinas, participei da organização do IV Encontro Estadual da Luta Antimanicomial realizado na Fazenda Roseira em Campinas. A maioria das dificuldades giravam em torno da mobilização regional/estadual, pois o movimento social não tinha recursos. Além disso, era preciso garantir hospedagem e alimentação, sobretudo aos usuários de saúde mental, pois, como se sabe, em grande parte, possuem dificuldades financeiras para participar desses encontros.

A Fazenda Roseira, em Campinas, foi uma boa opção, pois garantia a possibilidade de se dormir na sede do próprio evento. Em relação à alimentação, o apoio de entidades parcerias como o CRP e Sindicatos foi fundamental para a realização do evento.

*

Coletivos, entidades e partícipes do então núcleo centro-leste da frente voltou a se reunir e acolheu a sugestão do Fórum Paulista da Luta Antimanicomial para sediar o “V Encontro Estadual da Luta Antimanicomial” em Rio Claro (SP). Isso ocorreu em função da impossibilidade dos coletivos de Sorocaba em organizar o evento. O encontro, que contou com mais de 300 participantes, sobretudo usuários de todo o Estado de São Paulo, foi realizado em dezembro de 2017 e foi importante para voltar a mobilizar a discussão da luta antimanicomial na região.





Figuras 44 a 55: FPLAM e V Encontro Estadual da Luta Antimanicomial organizado em Rio Claro. Logo do encontro elaborada por Camilo Riani.
Fonte: Acervo do autor.

*

Com a organização do “V Encontro Estadual da Luta Antimanicomial” na UNESP de Rio Claro, parte dos coletivos e movimentos da região centro-leste do Estado de São Paulo voltaram a participar de encontros da luta antimanicomial vinculados ao Fórum Paulista da Luta Antimanicomial (FPLAM) independentes da Frente Estadual Antimanicomial de SP (FEASP). Contudo, o movimento de mobilização para a organização do “Encontro Nacional da Luta Antimanicomial” que ocorreria em 2017 foi deixado de lado por conta do evento comemorativo dos “30 anos de Luta antimanicomial” a ser realizado em Dezembro de 2017 em Bauru.

Dentro do MNLA houve muita discussão e polêmica nos Estados sobre sua participação ou não na organização no evento. Pessoas foram acusadas de serem usadas pela FEASP em detrimento do MNLA. Sabendo da organização do Encontro Nacional Luta Antimanicomial, a FEASP puxou a organização do “Encontro de Bauru” sem sequer convidar o MNLA a participar. Tal discussão foi abordada, sobretudo, por militantes do Rio de Janeiro e de Santa Cata-

rina na reunião nacional do MNLA no primeiro semestre de 2017. Chegou-se a definir a não participação do movimento da organização.

Após a polêmica em torno da centralidade da organização, por fim o MNLA foi convidado para a organização do evento, que passou a se intitular “Articulação Nacional do Encontro de Bauru”. Recentemente militantes do Rio de Janeiro ponderaram sua participação na organização, ressaltando seu caráter provisório (até o evento), denunciando uma suposta tentativa de criação de uma organização aos moldes do que ocorreu com a FEASP quando da organização da Etapa estadual da Conferência de Saúde Mental em São Paulo, em 2011 – talvez mais uma tentativa de regular as condutas de coletivos e entidades apoiadores da luta antimanicomial, mas dessa vez em âmbito nacional.

*

Uma questão importante a ser problematizada no campo da psicologia é acerca de suas concepções. A assunção dessa perspectiva ecosófica nos força a repensar outra concepção de sujeito. Como nos chama atenção Guattari, isso demanda uma descentralização da questão do sujeito para a subjetividade. Aqui a subjetividade é compreendida pela ótica da produção; ela é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, e não se encontra no campo da oposição indivíduo-sociedade. Plural e polifônica, a subjetividade não possui uma instância de determinação dominante, mas é engendrada por diferentes registros semióticos que não mantêm uma relação hierárquica de fixação definitiva entre si.

O que existe é uma heterogeneidade nos componentes envolvidos na produção de subjetividade, que são:

- 1) componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; (2) elementos fabricados pela indústria do cinema, da mídia, etc.; (3) dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos que funcionam paralelamente ou independentemente, pelo fato de produzirem e veicularem significações e denotações que escapam então as axiomáticas propriamente linguísticas. (GUATTARI, 2000, p. 14)

Sobre a ecologia social e mental, Guattari (2000) vai se dedicar a contar um pouco da sua experiência na clínica LaBorde, onde havia uma preparação do local para que psicóticos pudessem viver em clima de atividade e responsabilidade. Não se tratava apenas de desenvolver um ambiente de subjetivação, mas de criar instâncias locais de subjetivação coletiva. Possibilitava-se uma produção de subjetividade, por exemplo, ao permitir que doentes psicóticos ligados à agricultura, de classe social mais baixa, pudessem ter acesso ao universo das artes plásticas, teatro e cinema. Isso ocorria não apenas para confrontá-los com uma nova matéria de expressão, mas com o objetivo de constituir

[...] complexos de subjetivação: indivíduo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem a pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar. (GUATTARI, 2000, p. 17)

Ressalta-se uma dimensão estética nessa criação de novas modalidades de subjetivação que muito se assemelham às práticas dos artistas quando criam novas formas a partir das palhetas que dispõem. Daí a importância de pensar as práticas psis para além de um paradigma científico ou mesmo do paradigma histórico-cultural: a partir de um paradigma ético-estético-político, diz Guattari (2000).

Há múltiplos componentes que podem contribuir para a evolução positiva de um doente: o espaço arquitetônico, as relações econômicas, a cogestão do projeto terapêutico, a apreensão de aberturas para o exterior, a exploração processual das singularidades dos acontecimentos. Ou seja, tudo que pode contribuir para a criação de uma relação autêntica com o outro.

Ocorre que geralmente no campo da Psicologia essa relação com o outro quase sempre se dá sob a ótica da autoridade – alguém que se coloca nessa posição de autoridade, de suposto saber sobre o outro (alguém capaz de compreender o outro que em contrapartida é colocado em uma posição de submissão às “diretrizes” que lhe são designadas). Ou seja, a relação é estabelecida a partir de uma perspectiva da desigualdade e não de uma “partilha do

sensível”, para citar algumas expressões de Jacques Rancière que faz esse debate acerca da relação professor-aluno.

Da maneira que se compreende aqui o cuidado, não se está diante de uma subjetividade em si, mas frente a processos de autonomização. Os registros existenciais envolvem uma dimensão de autonomia de ordem estética. Nesse sentido, a concepção de subjetividade aqui esboçada foge dessa compreendida pela psicologia em geral. Talvez possamos defini-la como

[...] o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (GUATTARI, 2000, p. 19)

Ora a subjetividade se individua, ora ela se faz coletiva enquanto multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo junto ao social. Suas condições de sua produção evocam

[...] instâncias humanas inter-subjetivas, manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes a etologia, interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que recorrem ao trabalho com o computador, Universos de referência incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas. (GUATTARI, 2000, p. 20)

Para o autor, há máquinas de subjetivação que estão além da dimensão individual de cada um: há uma parte não necessariamente humana e pré-pessoal da subjetividade. Isso está presente, por exemplo, nas máquinas sociais midiáticas e linguísticas. A restrição que faz a Psicanálise (e as psicologias em geral) em focar o desenvolvimento humano e a constituição do ser humano em fases ou estruturas implicaram em “uma nova maneira de ressentir e mesmo de produzir a histeria, a neurose infantil, a psicose, a conflitualidade familiar, a leitura de mitos, etc.” (GUATTARI, 2000, p. 21), pois, na verdade,

cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização de subjetividade, quer dizer uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas por meio do qual se posiciona em relação a seus afetos, angústias e tenta gerir suas inibições e pulsões. (GUATTARI, 2000, p. 22)

Segundo Guattari, os agenciamentos de subjetivação ocorrem por meio da interação de diferentes cartografias (do analista, do analisando, da vizinhança).

A urgência atual em relação à deterioração dos modos de vida exige uma “modelização” mais voltada ao futuro e à emergência de novas práticas sociais e estéticas em todos os domínios. Por isso, deve-se ir ao sentido de uma cogestão da produção de subjetividade e renunciar atitudes de autoridade e de sugestão (tão recorrentes no mundo psi).

Para o autor, os registros existenciais envolvem uma dimensão de autonomia de ordem estética. Em vez de objetivar, reificar e cientificizar a subjetividade, deve-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual. Cabe aqui mencionar um conceito importante que o autor nomeia como “ritornelos de delimitação de territórios existenciais”, ou “ritornelos existenciais” (idem).

Estudando o comportamento de pássaros, percebe-se a existência de sequências específicas de canto com o intuito de seduzir o parceiro sexual, afastar intrusos, ou mesmo para avisar da chegada de predadores – configura-se um espaço funcional bem definido. Nas sociedades arcaicas, a constituição de territórios existenciais coletivos ocorre por meio de cantos, danças ritmos, máscaras, marcas no corpo, totens, rituais e referências míticas. Esses são alguns exemplos de ritornelos simples que Guattari utiliza para dizer que

Cada um de nós conhece tais transposições de limiar subjetivo pela atuação de um módulo temporal catalisador que nos mergulhará na tristeza, ou então, em um clima de animação. Com esse conceito de ritornelo, visamos não somente a tais afetos massivos, mas a ritornelos hipercomplexos, catalisando a entrada de universos incorporais tais como o da música, ou das matemáticas e cristalizando territórios existenciais mais desterritorializados... universos singulares historicamente marcados no cruzamento de diversas linhas de virtualidade. Um ritornelo complexo – aquém dos da poesia e da música - marca o cruzamento de modos heterogêneos de subjetivação. Por um longo período, o tempo foi considerado categoria universal e unívoca, ao passo que na realidade, sempre lidamos com apreensões particulares e multívocas. O tempo universal é apenas uma projeção hipotética dos modos de temporalização concernentes a módulos de intensidade – os ritornelos – que operam ao mesmo tempo em registros biológicos, sócio-culturais, maquínicos, cósmicos etc. (GUATTARI, 2000, p. 28)

Os ritornelos – enquanto módulos de intensidade – têm um papel fundamental na produção de subjetividade. Eles constituem territórios existenciais. Quando pensamos em uma identidade neurótica, estamos lidando com a situação de um ritornelo que se encarna em uma representação endurecida (como, por exemplo, um ritual obsessivo). Já em um caso de ameaça dessa máquina de subjetivação e de implosão da personalidade, estamos lidando com uma psicose em que componentes parciais partem em linhas delirantes, alucinatórias, diz Guattari (2000).

A análise a partir da perspectiva apresentada não é vista como “interpretação transferencial de sintomas em função de um conteúdo latente preexistente, mas invenção de novos focos catalíticos suscetíveis de fazer bifurcar a existência” (GUATTARI, 2000, p. 28). Uma experiência clínica, com o outro, com o estrangeiro – que anseia por cuidado – vai demandar uma postura de abertura, de disponibilidade para a escuta, para o acontecimento. Por vezes um acontecimento menor que passaria despercebido em uma concepção tradicional de análise pode se tornar uma chave e desencadear um ritornelo complexo, modificando o comportamento imediato e abrindo novos campos de virtualidade. Sempre tendo em mente o processo de cogestão de produção da subjetividade, em determinados casos o analista precisa arriscar e correr riscos: “correr riscos de se enganar, de tentar a sorte, de dizer ‘sim, com efeito, essa experiência talvez seja importante’ (ibidem); “fazer funcionar o acontecimento como portador eventual de uma nova constelação de universos de referência” (ibidem). Trata-se de agir no tempo, orientá-lo. “Uma singularidade, uma ruptura de sentido, um corte, uma fragmentação, a separação de um conteúdo semiótico – por exemplo, à moda dadaísta ou surrealista – podem originar focos mutantes de subjetivação” (ibidem): uma catálise poético-existencial. Deve-se investir na produção de uma subjetividade que enriqueça sua relação com o mundo.

Há de se investir em uma nova arte de viver em sociedade. E isso só será possível a partir de revoluções subjetivas. Não é possível pensar em uma nova forma de democracia política e econômica que respeite as diferenças culturais etc., sem se ter em mente essa dimensão micro de revoluções subjetivas/moleculares. Se os dispositivos de produção de subjetividade se dão em

âmbito macro, eles também se dão em âmbito micro por meio de jogos de linguagem,

em uma atividade política, em uma cura analítica, na instalação de um dispositivo para mudar a vida da vizinhança, para mudar o modo de funcionamento de uma escola, de uma instituição psiquiátrica. (GUATTARI, 2000, p. 34)

11. TRAVESSIA INVESTIGATIVA: questionamentos e aberturas

A psicologia brasileira passou por mudanças significativas desde a sua regulamentação na década de 1960. Inicialmente com foco voltado à diferenciação e categorização de crianças e trabalhadores, nas décadas seguintes a psicologia passa a rever o seu lugar/atuação diante da constatação de um país injusto e desigual.

Em um contexto de questionamentos acerca da profissão, da emergência de movimentos sociais (como o movimento sanitarista e da luta antimanicomial) e da luta pela redemocratização do país a psicologia passa a assumir um importante compromisso em relação à realidade na qual está inserida. A atuação do psicólogo – antes restrita ao modelo clínico, tradicional liberal – se amplia e passa a ocupar outros espaços como favelas, comunidades, associações de bairro, creches e de maneira cada vez mais ativa o campo das políticas públicas.

Cabe destacar que esse deslocamento de uma psicologia compromissada com a normalização, adequação e adaptação de indivíduos para uma psicologia compromissada com o social é geralmente retratado pelos autores da história da psicologia brasileira a partir de uma perspectiva ideológica.

O presente trabalho buscou problematizar a Psicologia, suas concepções e práticas, sobretudo, no campo das políticas públicas (como no sistema prisional, na saúde mental, na educação) e dos movimentos sociais (movimento estudantil e da luta antimanicomial) a partir de autores como Michel Foucault e Félix Guattari.

Tal inflexão teórica traz problematizações em relação à assunção desse compromisso social da psicologia nas últimas décadas em um contexto de governamentalidade. É fato inequívoco os avanços da atuação da psicologia na conquista e garantia de direitos nos mais diversos campos, mas perdura o questionamento: até que ponto essa mudança não se configura como uma nova forma de governo (das condutas) dos homens e de captura das diferenças?

Ao enveredar por tais discussões é importante destacar a delicadeza de tratar essas questões em um momento de retrocessos crescentes no Brasil com a quebra da ordem democrática no país em 2016. Desde então uma série

ações tem sido implementadas de maneira a minar as políticas públicas e a garantia de direitos principalmente da população mais pobre. A resistência é fundamental nesse grave momento que passa a democracia brasileira.

É nesse contexto que emerge uma dimensão importante para se pensar a prática psi nos mais diversos campos de atuação: a política. Não se traz aqui uma ideia de política profética que dita formas pré-determinadas a serem buscadas, mas uma política militante onde a disponibilidade e abertura ao outro, ao estrangeiro se estabelecem como elementos importantes para se pensar a prática e atuação psi com vistas a uma co-produção de subjetividade.

A travessia investigativa aqui empreendida fora pensada a partir da estratégia de uma escrita outra: uma forma de escrita que ensaia a partir de 10 textos constituídos por fragmentos teóricos, musicais, poéticos, imagéticos, dialógicos e de relatos de experiências no campo das políticas públicas e em movimentos sociais. Narrativas fragmentárias que participam de um jogo compositivo com o intuito de produzir deslocamentos conceituais acerca de concepções e possibilidades da atuação e prática psis.

Ao optar por uma pesquisa-experiência e aderir à experimentação colocam-se riscos. Riscos de se colocar em demasia no respectivo trabalho, mas que fazem parte do jogo compositivo esboçado enquanto estratégia de escrita.

Nesse sentido, mais do que uma conclusão, a presente travessia investigativa que aqui se experimenta apresenta novas aberturas, problematizações e possibilidades de investigação sobre o fazer pesquisa e a prática e atuação no campo psi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Infância e História** – ensaio sobre a destruição da experiência. Cidade: Editor, 2005.

ANTUNES, M. A. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Educ/Unimarco, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO. **Sobre o TDAH**. Disponível em: <<http://www.tdah.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. **O que é Dislexia?** Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/index.php/dislexia/o-que-e-dislexia>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BARROS, M. **Memórias inventadas: a infância**. São Paulo: Planeta, 2003.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOCK, A. **A psicologia no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002>.

_____. **Aventuras do Barão de Munchhausen na psicologia**. São Paulo: Educ/Cortez, 1999.

_____. GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. p.15-35.

_____. **Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites**. In: Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em 7 jun. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 22 de out. 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil. **Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas**. Nov. 2005. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.

CADERNOS DE SUBJETIVIDADE. **Guattari, o paradigma estético**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. V1, nº1, pp. 29-34, 1996.

CARRANO, A. **Cantos dos malditos**. São Paulo: Lemos Editorial, 2000.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ensaio-fílmico: cinema, loucura e resistência**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Referências Técnicas para a atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-a-atuacao-das-os-psicologas-os-no-sistema-prisional>. Acesso em 20 set. 2017.

CONTINI, M. L. J. **O psicólogo e a promoção de saúde na educação**. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas. Campinas, 1998.

COLLARES, C.; MOYSÉS M.; RIBEIRO M. (orgs). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de letras, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Lei nº 4.119, de 27/08/1962**. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/leis/fr_fed_lei4119.aspx. Acesso em: 8 dez de 2017.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE & GUATTARI. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora34, 1993.

DIMENSTEIN, M. D. B. Os psicólogos nas unidades básicas de saúde. **Estudos de Psicologia**, 1998, 3(1), p. 53-81. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf>. Acesso em 20 jun. 2016.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FALEIROS, V. **Política social do estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O nascimento da biopolítica.** Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____. **História da loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2008a.

_____. **Segurança, Território e População.** Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **O Poder Psiquiátrico.** Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Do governo dos vivos.** Curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017a.

_____. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017b.

FRENTE ESTADUAL ANTIMANICOMIAL. **Quem somos.** Disponível em: <<https://antimanicomialsp.wordpress.com/quem-somos>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

FURTADO, O. **Dimensões subjetivas da realidade: um estudo da subjetividade social no Brasil.** Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1998.

GALLO, S. **Em torno de uma educação menor.** Revista Educação e Realidade de Porto Alegre, v. 27, n.02, p. 169-178, 2002.

_____. **Políticas da Diferença e Políticas Públicas em Educação no Brasil.** Dossiê Diferenças e Educação – explorações conceituais entre o Brasil e a França. Uberlândia, v. 31,n.63, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/index>. Acesso em 19 de fev. de 2018.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. **O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização.** Interface, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 21-34, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 de junho de 2016>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2010.

GONZÁLEZ-REY, F. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HUR, D. U. **Políticas da psicologia de São Paulo**: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/D.47.2005.tde-11072006-224031. Acesso em: 7 out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**: Santa Gertrudes. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354670>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

INSTITUTO PAULISTA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO. **Testes Online do IPDA**: Conheça mais sobre você. Disponível em: <<http://www.dda-deficitdeatencao.com.br/testesonline/index.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

JAY, M. **Cantos de experiencia: variaciones modernas sobre un tema universal**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

LANE, S. T. M. **Avanços da Psicologia Social na América Latina**. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 67-81.

_____. **Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil**. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.17-34.

LARROSA, J. B. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. n° 19, pp. 20-28, 2002.

_____. **Nietzsche & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LEITE, C. **Labirinto: infância, escola e linguagem**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2007.

LEITE, César D. Pereira. **Infância, Experiência e Tempo**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011

_____. **Infância, Experiência e Tempo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MÍDIA INDEPENDENTE. **PCO condena ocupação do CO da UNESP**. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2002/08/34497.shtml> . Acesso em: 20 nov de 2017.

MÍDIA INDEPENDENTE. **Ocupação simbólica na diretoria da UNESP Assis**. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2002/06/29387.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL. **Movimento Nacional da Luta Antimanicomial**. Disponível em: <http://movimentonacionaldelutaantimanicomial.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

PATTO, M.H.S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PROENÇA, M.P.R.S.; SILVA, M.C.S.; YAMAMOTO, K. **Atuação do Psicólogo na Educação Básica**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

RIANI, C. **[Logo para V Encontro Estadual da Luta Antimanicomial de São Paulo]** 2016.

RUIZ, E. Disbicicléticos. **Revista Síndrome de Down**, Cantabria, n. 22, p. 73-74, 2005. Disponível em: <http://www.downcantabria.com/revistapdf/85/73-74.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Saúde. **Regionais de saúde**. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/regionais-de-saude>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SILVA, M. V. O. **A psicologia dos psicólogos: a invenção da profissão ideologia profissional e modernização brasileira**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SILVEIRA, R. C. **Neoliberalismo: conceitos e influências no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16218/000694385.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SCHERER, R. **Infantis: Charles Fourier e a infância das crianças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SINGER, P. **A cidadania para todos**. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-263.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

SOARES, A. R. **A Psicologia no Brasil**. *Psicol. cienc. prof.*, vol. 30, nº spe. Brasília, dez. 2010. ISSN 1414-9893. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002>. Acesso em: 20 jun. 2016.

TONDIN; SCHOTT; BONAMIGO, **Atuação do psicólogo na rede de pública de educação de Santa Catarina**. In: Atuação do Psicólogo na Educação Básica. Uberlândia: EDUFU, 2015. p 195-221.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

YAZLLE, **A formação do psicólogo escolar no estado de São Paulo: subsídios para uma ação necessária**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.